

# Ritmos do povoamento e economia do Algarve romano: entre o Mediterrâneo e o Atlântico

CATARINA VIEGAS\*

## RESUMO

O presente artigo estuda os ritmos da vida económica dos núcleos urbanos de *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Quinta de Torre de Ares) e *Baesuri* (Castelo de Castro Marim), desde o séc. II a.C. até ao séc. VII d.C. Partindo de uma base documental muito diversificada, constituída sobretudo pelos conjuntos de cerâmica de mesa importada e de produtos alimentares transportados em ânforas, sem esquecer igualmente a leitura crítica das fontes escritas, dos dados epigráficos e numismáticos, procurou-se estabelecer o faseamento da importação e consumo nestes núcleos urbanos do Algarve romano, analisando-se igualmente diversos aspectos da própria produção agrícola e artesanal de âmbito local e regional.

Os padrões de importação dos três núcleos urbanos são comparados entre si, de forma de obter elementos sobre a dinâmica evolutiva do território algarvio, sendo igualmente confrontados com os dados de outras regiões, procurando-se integrar o sul da Lusitania no quadro das relações (económicas, políticas, culturais) inter provinciais no período romano, e imediatamente posterior.

O estudo que efectuei permitiu compreender melhor o contexto específico das importações de cada período em cada sítio, o que possibilitou discutir alguns aspectos do quadro político-administrativo romano do Algarve central e oriental. Se a epigrafia já apontava para o facto de *Ossonoba* ter adquirido uma importância considerável ainda em época de Augusto, tudo indica que os núcleos urbanos de *Balsa* e *Baesuri* se encontrassem em pleno desenvolvimento durante a segunda metade do séc. I e mesmo nos finais dessa centúria. As cidades estavam plenamente integradas nas rotas comerciais estabelecidas, tendo por base o porto de Cádiz e registam, tal como em períodos anteriores, uma forte integração na

---

\* UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. c.viegas@fl.ul.pt

economia da província vizinha, a Bética, integração essa que apenas se dilui no período Baixo Imperial, com a crescente importância da produção à escala local/regional lusitana e das importações norte africanas.

Palavras-chave: Algarve romano – cerâmica – economia antiga – interdependência

#### ABSTRACT

This paper analyses the economic rhythms and patterns in the Roman towns of *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Quinta de Torre de Ares) and *Baesuri* (Castelo de Castro Marim) in southern Portugal, from the 2nd century BC to the 7th century AD. It seeks to determine the evolution of the imports and consumption pattern and to analyse different aspects of the agricultural and industrial production to a local and regional extent, based on very diversified sets of sources such as the imported fine ware and foodstuff transported in amphorae, without forgetting the critical reading of literary sources and of both epigraphic and numismatic data.

The import patterns of the three urban centers are compared among themselves in order to determine the commercial dynamic and economic evolution of the Algarve. We also try to provide comparisons with other regions, seeking to integrate the southern Lusitania in a broader context (economic, politic and cultural) of the interprovincial relations during the Roman period.

This study also allows a better understanding of the specific importations context of each phase of the Roman period in each town. It contributed to the knowledge and discussion of the political and administrative framework of central and eastern Algarve. Epigraphic data had already stressed the relevance of *Ossonoba* during Augustus reign, but towns as *Balsa* and *Baesuri* also knew intense activity during the second half, and even in the late 1st century AD. These towns were fully integrated in the established commercial routes that were based in the port of Cadix and were, as observed in previous periods, strongly integrated in the economy of the neighbour Baetican province. This integration will only be slightly modified in the Late Roman period by the increase of local and regional Lusitanian production as well as the North African imports.

**Keywords:** Roman Algarve – ceramics – ancient economy – interdependence

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo que se apresenta resultou, em grande medida, do projecto de investigação que realizámos sobre «A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano», que deu origem a diversos trabalhos parcelares e à dissertação de doutoramento com o mesmo título. Retomamos nestas linhas as principais conclusões a que chegámos e as reflexões que as mesmas nos suscitaram.

Tendo por base uma ampla documentação pretendia analisar-se a evolução dos núcleos urbanos, discutir o processo de romanização e urbanização do Sul da



Fig. 1 – Situação do Algarve.

Lusitânia partindo dos dados acerca do consumo de produtos manufacturados, como as cerâmicas finas de mesa ou cerâmicas importadas (*campaniense* e *terra sigillata*) e dos produtos alimentares transportados em ânforas nos três núcleos urbanos do Algarve oriental e central: Faro, Balsa e Castro Marim (Figura 1). Mesmo não dispondo de qualidade de informação idêntica acerca das diferentes produções de cerâmica *campaniense* e de *terra sigillata* importadas para o território hoje português, os dados disponíveis permitem identificar hoje claramente as áreas produtoras e os estudos tipológicos conferem a estas cerâmicas um elevado valor enquanto dado cronológico, num período desde o séc. II a.C. até ao final do séc. VI ou mesmo ao séc. VII d.C.

No que se refere às produções anfóricas, ao conhecimento das áreas produtoras acresce ainda a possibilidade de, para muitos tipos, se poder relacionar um determinado produto alimentar. Deste modo, e através do estudo do consumo e da sua comparação com outras áreas da Lusitânia podem retirar-se informações acerca da produção local de produtos alimentares (azeite, produtos vínicos e preparados piscícolas).

O estudo dos conjuntos cerâmicos dos três núcleos urbanos do Algarve central e oriental permitiu traçar o quadro económico e estabelecer as grandes linhas da dinâmica evolutiva destas cidades num quadro regional, permitindo avançar com modelos explicativos para os fenómenos observados, comparando-os com as realidades de outras regiões.

O projecto de investigação do Castelo de Castro Marim dirigido por Ana Margarida Arruda constituiu-se há vários anos a esta parte como um verdadeiro «ninho» de projectos em diferentes áreas, tornando-se o ponto de partida para uma pesquisa mais alargada. A este conjunto juntaram-se outros provenientes de várias intervenções arqueológicas realizadas em Faro e na Quinta de Torre de Ares, local identificado desde o séc. XIX como a antiga cidade de Balsa. Com a obtenção de autorização por parte do Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Luis Raposo, para estudar o conjunto de materiais provenientes das escavações realizadas na década de 70 do séc. XX na Quinta de Torre de Ares, a amostragem alargou-se e ganhou mais significado. Relativamente à cidade de Faro, dispunhamos já de um conjunto de dados sobre a área onde também nos anos 70 se redescobriu o mosaico do Oceano, resultante das investigações realizadas no âmbito da nossa participação no Projecto Corpus dos mosaicos do sul de Portugal. A cedência para estudo dos materiais das recentes intervenções realizadas a área do Museu Municipal, conduzidas por Dália Paulo e Nuno Beja permitiram completar a leitura relativa à antiga *Ossonoba*.

A decisão de estudar conjuntos há muito depositados em Museus e centros de investigação e por não realizar novas escavações resultou da limitação dos meios disponíveis e do tempo previsto, mas procurava igualmente chamar a aten-

ção para o potencial informativo de amplas séries de cerâmica provenientes de escavações antigas e de outras mais recentes, cujo estudourgia levar a efeito antes de se abrirem novas frentes de escavação. Esta opção trouxe consigo limitações à análise destes mesmos materiais uma vez que a qualidade do registo arqueológico que as acompanhava era muito desigual. Apesar destes entraves, procurou-se valorizar os dados contextuais e estratigráficos, retirando deles as informações pertinentes.

Os elementos disponíveis acerca dos três sítios estudados são bastante desiguais. Se relativamente a Castro Marim e às recentes escavações de Faro existe todo o registo de uma intervenção arqueológica (constituído por plantas e perfis estratigráficos, fichas de unidade estratigráfica e registo fotográfico) e os respectivos relatórios apresentados à tutela, das restantes intervenções a documentação não é tão completa. Por exemplo, a informação acerca da proveniência dos materiais resultantes da intervenção suscitada pela descoberta do mosaico do Oceano resumia-se às etiquetas que acompanhavam os mesmos não existindo qualquer relatório dos trabalhos realizados. No Arquivo no Museu Nacional de Arqueologia conservava-se ainda um conjunto de plantas e cortes estratigráficos realizados pelo desenhador do Museu (Dario de Sousa), assim como um conjunto de fotografias da autoria de Bairrão Oleiro. A conjugação dos diferentes dados não foi fácil, tendo-se obtido apoio da Dr.<sup>a</sup> Adília Alarcão que presenciou algumas fases dos trabalhos e dirigiu a campanha de levantamento do mosaico.

Relativamente aos trabalhos arqueológicos realizados em Torre de Ares as principais dificuldades resultaram da conjugação dos dados das etiquetas que acompanhavam os materiais e das informações constantes no relatório dos trabalhos da autoria de M. e M. Maia (1978).

Atendendo aos objectivos fixados e tendo em consideração a abundância de materiais cerâmicos provenientes dos sítios referidos houve necessidade de dar prioridade ao estudo de determinadas categorias cerâmicas em detrimento de outras. A escolha recaiu sobre a cerâmica de mesa importada, a cerâmica campaniense e a *terra sigillata*, deixando de parte o estudo da cerâmica de paredes finas itálica (tardorepublicana e augustana), e alto imperial ou as lucernas. O investimento que se tem feito no estudo destas cerâmicas permite conhecer, como já se referiu, a sua origem na península itálica, na Gália, no interior da Hispânia, na actual Tunísia ou no Mediterrâneo Oriental e os dados tipológicos possibilitam uma aproximação bastante precisa à cronologia dos exemplares em estudo permitindo identificar os ritmos e os padrões de importação destas cerâmicas. Reconhece-se também que estas cerâmicas constituem um excelente indicador acerca da evolução da capacidade económica das populações que os obtêm.

### 1.1. O ponto de partida para o inquérito: As fontes escritas, numismática e os dados epigráficos

As informações das fontes escritas conjugadas com os dados epigráficos e numismáticos embora possam trazer luz acerca de alguns aspectos da sociedade e instituições em fases concretas do período romano, oferecem-nos um quadro bastante incompleto acerca da evolução do povoamento e dos aspectos económicos do Algarve durante o longo período de ocupação romana.

O domínio romano de parte da Península Ibérica levou à criação em 197 a.C. da província da *Hispania Ulterior*. Não se conhece com detalhe que territórios englobaria mas parece certo que o seu centro nevrálgico se deva situar a oriente do território do sul da Hispânia, dominado pelo vale do Guadalquivir. Este território seria já nessa altura fortemente urbanizado encontrando-se aí um importante contingente de população emigrada de origem itálica, não sendo portanto de estranhar que a atenção dos autores antigos se tenha voltado mais para esta região.

Para compreender melhor o enquadramento político e administrativo do sul da *Lusitania*, estas fontes devem ser devidamente contextualizadas não sendo fácil a sua conjugação com os dados numismáticos, epigráficos e arqueológicos.

Seguindo o texto de Estrabão, autor que escreveu nas primeiras décadas do séc. I e que nos remete para uma realidade anterior, situável no séc. II-I a.C. encontramos o recurso a alguns instrumentos de retórica com o objectivo de possibilitar ao leitor uma mais fácil percepção do espaço geográfico (Cruz Andreotti, 2007, p. 44-66). É neste contexto que se pode enquadrar o esquema descritivo que utiliza a imagem gráfica da pele de boi para significar a Ibéria, sendo o sistema oro-hidrográfico a base para a organização do discurso no interior de cada região.

Parte importante do relato estraboniano, sobretudo no que se refere ao sul da Península Ibérica, terá tido como base trabalhos anteriores atribuídos a Artemidoro de Éfeso e a Posidónio. A recente descoberta de um papiro atribuído a Artemidoro tem dividido a comunidade científica duvidando-se da sua autenticidade (Guerra, 2007, p. 319-322). Apesar de o texto se encontrar muito destruído, podem ler-se alguns topónimos relativos a cidades entre *Onubaestuarina* e *Promontorio sacro: Ipsa* e *Cilibes* que poderão corresponder, de acordo com os dados das cunhagens monetárias a Vila Velha (Alvor) e Silves/Cerro da Rocha Branca (Kramer, 2005, p. 27-28). Contudo, de acordo com os dados do papiro, que repita-se muitos crêem falso, estas cidades estariam a este de um estuário de cujo nome apenas se conserva a inicial A e que foi identificado com *Anas* (Guadiana) (Kramer, 2006, p. 104-105).

Na descrição do Ocidente da Ibéria, elaborada por Estrabão, merece especial destaque a referência a um amplo território que corresponde ao litoral adjacente ao cabo de S. Vicente e que se estende, por um lado desde a desembocadura do

rio Tejo até ao começo do lado meridional, e, por outro, até ao rio Anas (III, 1, 6). Distingue a região entre o Tejo e o Guadiana, considerada regularmente fértil, da que se lhe segue para oriente, pela sua riqueza e excelência dos seus bens, terrestres e marítimos, afirmando que é banhada pelo *Betis* (rio Guadalquivir). Nomeia a região de Bética, devido à designação do rio e Turdetânia pelo povo que a habita (III, 1, 6).

Mais adiante identifica a Turdetânia com uma região mais vasta entre o cabo sagrado e as colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar), e nesse contexto é feita referência à costa que é marcada pelos estuários dos rios, em grande medida navegáveis (III, 2, 4). Quando se refere às populações inclui também na Turdetânia os povos que ocupam as regiões a ocidente do *Anas* e muitos outros (III, 2, 1). A diferente apresentação dos limites da Turdetânia tem sido explicada pelos reajustes que à data tiveram lugar nas próprias fronteiras provinciais «De esta manera la Turdetania en sentido amplio, aquella que trespasa la frontera natural del Guadiana – y que habría que poner en relación con una Lusitania al norte del Tajo (III, 3, 3) – sería el reflexo de las modificaciones en las fronteras provinciales del 27 a.C.; en cambio, la Turdetania en sentido estricto, que absorbe a los bástulos pero se queda en el Guadiana, habría que leerla como la Hispania Ulterior Baetica tras las reformas del 7-2 a.C.» (Cruz Andreotti, García Quintela e Gómez Espelós, 2007, nota 6, p. 164).

Os dados arqueológicos que mostram a partilha do mesmo esquema cultural em ambos lados do Guadiana no período pré-romano (Arruda, 1999-2000; 2002; 2003) e os passos estrabonianos têm justificado a inclusão do território hoje algarvio na Turdetânia (Arruda 1999-2000; Fabião, 1999, p. 34). Contudo, nos trechos seguintes parece ser novamente a Bética o território a que Estrabão se refere quando indica numerosas cidades, destacando que as mais importantes, devido ao comércio, se situam junto aos rios, aos esteiros e ao mar. O facto de não ser o sul da Lusitânia a região que mereceu descrições mais pormenorizadas por parte do geógrafo grego já tinha sido anteriormente destacado por Arruda e Gonçalves, sendo um facto que a sua atenção se centra sobretudo na Bética (1993, p. 455-458). Os recursos naturais dessa província, ainda que indicados de forma genérica correspondem à agricultura (com a exportação do trigo, vinho e azeite) e à exploração de preparados piscícolas e de recursos mineiros, destacando que as condições naturais da costa e dos rios seriam propícias à exportação dos excedentes e ao comércio (III, 2, 4).

Das cidades do actual Algarve, Estrabão apenas refere *Ossonoba*, ao indicar que os indígenas situaram as suas cidades junto aos esteiros dos rios, tal como *Asta*, *Nebrissa*, *Onoba* e *Mainoba* e muitas outras (III, 2, 5).

Com o domínio romano do território assiste-se à integração das comunidades indígenas em *oppida foederata*, *libera* e *stipendiaria*. Não existem, aparente-

mente, quaisquer fundações coloniais desta data ou de datas posteriores, nem existe qualquer elemento que aponte para que a ascensão de alguns *oppida* a município possa ter ocorrido na época de César.

Além das fontes escritas e dos dados que a arqueologia tem permitido reunir, a informação acerca das cunhagens monetárias do sul do actual território português constitui outro dado a considerar na geografia da distribuição do povoamento urbano em época republicana.

Nas diversas sínteses que A. Faria tem vindo a realizar acerca das cunhagens monetárias em território português e em particular na região algarvia são apontadas cunhagens de *Baesuri* (Castro Marim), *Balsa* (Torre de Ares), *Cilpes* (Silves), *Ipses* (Alvor), e *Ossonoba* (Faro) (Faria, 1995; 1997).

Inicialmente atribuídas à época da guerra civil entre Pompeio e César (49-44 a.C.), esta cronologia tem vindo a ser colocada em fases mais tardias da segunda metade do séc. I a.C. ou mesmo posteriores, devido à existência de moedas com recunhagem sobre exemplares anteriores (mais antigos). Não se confirma, portanto, a hipótese que V. Mantas chegou a defender, segundo a qual a maior parte dos *oppida* algarvios (*Baesuri*, *Balsa*, *Ossonoba* e *Ipses*) teria tomado o partido pompeiano o que explicaria, entre outros factos, o declínio de *Baesuri* e a escassez de *Iulii* no território algarvio (Mantas, 1997a, p. 286). Parece válida a interpretação de Amela Valverde que vê estas emissões como «elemento fraccionario» dos denários de prata destinados aos mercados locais (2004, p. 245)

Os trabalhos realizados desde 1983 sob direcção de Ana Margarida Arruda na área do Castelo de Castro Marim afastaram as dúvidas acerca da localização da ceca de *Baesuri* naquele local. Segundo A. Faria a cronologia para estes exemplares deve situar-se nos finais do séc. I a.C. ou mesmo nos inícios do século seguinte, aspecto que se deve ao facto de um dos exemplares corresponder a uma recunhagem sobre uma moeda de *Salacia* (Alcácer do Sal) (Faria, 1995, p. 143-144; 1997) podendo ainda acrescentar-se outra recunhagem sobre moeda de *Laelia* (Cerro de la Cabeza, Olivares – Sevilha) (Amela Valverde, 2004, p. 258). Por outro lado, a leitura e interpretação que Mowat fez do exemplar algarvio que ostenta a legenda do magistrado M(arcus) ANT(onius) ANT(ullus) ET CONL(legae) (1900, p. 17-24) tem sido contestada tendo por base o facto de a sigla ANT se poder desdobrar de outra forma. Assim Amela Valverde (2004) defendeu que a leitura correcta seria a apresentada por Gomes (1998) com a sigla M.AN.ANT.ET / CON, admitindo também Faria que os *tria nomina* do magistrado podem ter sido M. An(nius) Ant (1999c, p. 264).

São bastante raras as moedas conhecidas de *Baesuris*, ocorrendo tanto em chumbo como em bronze e ostentam no caso dos quadrantes de chumbo um ramo/espiga (?) e um barco estilizado e os asses de bronze exibem um peixe (Faria, 1997, p. 361-362). A difusão do nome *Esuri* em vez de *Baesuri* ficou a



dever-se a um erro na transcrição da grafia desta cidade no Itinerário de Antonino, e deve ser abandonado por ser incorrecto (Guerra, 2006).

A cidade de *Balsa* também cunhou moeda, não sendo claro, à luz dos dados arqueológicos disponíveis, qual a localização do *oppidum* pré-romano e da cidade republicana, uma vez que a área onde se implantou a cidade romana (Quinta de Torre de Ares e Antas) forneceu escassíssimos materiais destas etapas mais recuadas. A hipótese de transferência do topónimo de *Balsa* de Tavira ou do Serro do Cavaco para o local da Quinta de Torre de Ares tem sido levantada, mas carece ainda de confirmação (Arruda, 1999, p. 25; 2003; Mantas 1999, p. 138-139; 2003, p. 86; Maia, 2003, p. 59; Fabião, 2003b).

As cunhagens de *Balsa* são mais frequentes do que as de *Baesuri* e ocorrem entre outros locais, na Quinta de Torre de Ares e na Quinta do Pinheiro que lhe fica adjacente para oeste (Gomes e Gomes, 1983, p. 156). Trata-se, sobretudo, de trientes e quadrantes de chumbo, estando também identificado um *divisor* de bronze, sendo habitual mostrarem motivos relacionados com a temática marinha, seja um barco transportando uma árvore ou a figura de um golfinho ou de um atum (Faria, 1995, p. 144).

O único sítio algarvio citado por Estrabão, *Ossonoba* (Faro), também cunhou moeda estando representados exemplares de chumbo e asses de bronze, em que a temática marinha prevalece através da representação de embarcações e peixes (Faria, 1995, p. 150). Tal como sucede para as cunhagens de *Balsa* é apontada uma cronologia genérica do séc. I a.C., o que é compatível com o conjunto de cerâmicas republicanas identificadas no sítio como por exemplo a campaniense A e B de Cales, entre outras.

As restantes cunhagens conhecidas remetem para a região mais ocidental do território algarvio como sucede com a cunhagem de *Cilpes*, topónimo habitualmente identificado com a cidade de Silves ou com o Cerro da Rocha Branca (Faria, 1997, p. 364). A discussão acerca da localização de *Cilpes* e da eventual atribuição deste topónimo ao etnónimo *Cilibitani* da *Historia Naturalis* pliniana mantém-se viva e tem conhecido desenvolvimentos recentes (Alarcão, 2005a, p. 295; Guerra, 2006, p. 332-334).

Quanto à ceca de *Ipses*, pode relacionar-se com o sítio de Vila Velha de Alvor, objecto de intervenção arqueológica por T. Gamito, local onde se recolheram três exemplares de chumbo (Gamito, 1994b, p. 213-218). Apesar de se conhecerem actualmente diversos locais onde estas cunhagens ocorrem, a localização deste, e de outros sítios mencionados nas fontes ou nas cunhagens monetárias, só poderá ser confirmada com a descoberta de epígrafes em contexto arqueológico seguro.

As fases iniciais da presença romana no território português são normalmente associadas a movimentações militares reconhecidas através de determinados contextos arqueológicos, encontrando-se escassos relatos nas fontes escritas.

Para a vertente mais ocidental da *Ulterior* as fontes são relativamente silenciosas, assistindo-se a uma concentração dos esforços na área do Tejo e do Douro. A referência às movimentações que Décimo Júnio Bruto teria operado em 138 a.C. na linha do Tejo, têm sido entendidas como prova de que o sul do território hoje português já se encontraria pacificado nesta data. A referência de Plutarco a *Laccobriga*, num episódio enquadrado nas Guerras sertorianas, pode também ser evocada quando se aponta a identificação deste sítio com a região de Lagos ou mais concretamente com o Monte Molião (Arruda, 2007), embora esta hipótese esteja longe de ser consensual.

A reorganização territorial operada por Augusto na sequência da conquista definitiva do território integrou a região algarvia na província da Lusitânia. A fronteira entre esta e a Bética foi marcada pelo curso do Guadiana, limite que a sul não é objecto de contestação por parte dos diversos autores antigos que se lhe referem como Plínio e Pompónio Mela (Figura 2).

Se parece claro pela leitura de Estrabão que existiam afinidades entre o território que hoje corresponde ao Algarve e a actual Andaluzia, as diferenças entre as duas regiões parecem evidentes e a divisão entre a província da Lusitânia e



Fig. 2 – Mapa da Península Ibérica com os limites da Lusitânia. Base Cartográfica (Carte, 1990).

da Bética mais não faz do que sancionar essa mesma diferença. De um lado encontrava-se uma região que, apesar de possuir uma série de núcleos urbanos e de estar plenamente integrada no âmbito cultural Mediterrâneo, não tinha merecido uma atenção especial por parte da máquina administrativa romana. A oriente do *Anas*, na província da Bética, igualmente resultante da *Ulterior* registava-se, aliada a uma intensa actividade agrícola e artesanal, centrada na produção e exportação de produtos alimentares (azeite, vinho e preparados piscícolas), a atribuição, ainda durante a República, de privilégios a uma série de cidades no curso do Guadalquivir.

A partir do reinado de Augusto, assiste-se à intensificação do desenvolvimento da urbanização e de um conjunto de actividades económicas como a exploração de recursos mineiros e agrícolas e as actividades relacionadas com a transformação dos produtos do mar.

As fontes que se referem nesta fase ao sul da Lusitânia descrevem os principais acidentes geográficos e assinalam as povoações antigas indicando por vezes o seu estatuto jurídico-administrativo.

Pompónio Mela (III, 1, 7), autor originário de uma povoação próxima do estreito de Gibraltar e que escreveu nos meados do séc. I, refere a existência de dois promontórios o *Cuneus Ager* e o *Promontorium sacrum*. Sem indicar quaisquer distâncias na sua *De Chorographia* inclui no *Cuneus Ager* as cidades de *Myrtilis*, *Balsa* e *Ossonoba* e afirma que no *Promontorium sacrum*, se encontram *Lacobriga* e *Portus Hannibalis*. Quanto ao primeiro sítio, os trabalhos que se têm realizado no sítio do Monte Molião e nas suas imediações (Lagos) (Estrela, 1999; Sousa e Serra, 2006), local onde se desenvolve actualmente um projecto de investigação (Arruda, 2007; Arruda et al., 2008) mostram que o sítio teve ocupação durante a época romana no período republicano e alto imperial. Relativamente a *Portus Hannibalis*, tradicionalmente indica-se que se teria localizado em Portimão, embora A. Guerra afirme que, do ponto de vista linguístico, o topónimo derivaria antes de *Portus Magnus* ou *Portus Magonis* (Guerra, 2006, p. 336). Com a escassez de vestígios do período romano reconhecidos na áreas da actual cidade algarvia torna-se difícil tomar uma posição definitiva quanto a esta questão.

A obra mais relevante nesta época corresponde à *Historia Naturalis* de Plínio-o-Velho, na qual se descrevem aspectos administrativos, geografia e recursos naturais. Pela tradução de A. Guerra ficamos a saber que se situam «entre os promontórios Sacro e Cúneo, os ópidos de Ossónoba, Balsa e Mírtilis» (IV, 4, 116), indicando que Mértola era município de direito latino e que *Balsa* se encontrava entre os *oppida stipendiaria*, não sendo indicado o estatuto de *Ossonoba*.

Datada do séc. II, a obra de Cláudio Ptolemeu apenas se refere, na listagem de cidades e dos principais acidentes geográficos após a desembocadura do *Anas* (Guadiana), à cidade de *Balsa* e *Ossonoba* e ao Promontório Sagrado (II, 5, 1-7).

O contraste que se assinala na abundante epigrafia, designadamente na que documenta aspectos da vida institucional dos núcleos urbanos da vertente oriental e central do Algarve como Faro e *Balsa* é marcante quando se compara com o silêncio relativo aos núcleos urbanos a ocidente. Recorde-se a este respeito que foi já nas primeiras décadas do séc. xx que a identificação, no largo da Sé de Faro, de vestígios do *podium* de um templo pertencente certamente ao forum associado a epigrafia onde se menciona a CIVITAS OSSONOB(ensis) (IRCP<sup>1</sup> 7) se desfez definitivamente o equívoco que colocou durante séculos a cidade de *Ossonoba* no sítio de Milreu (Estói).

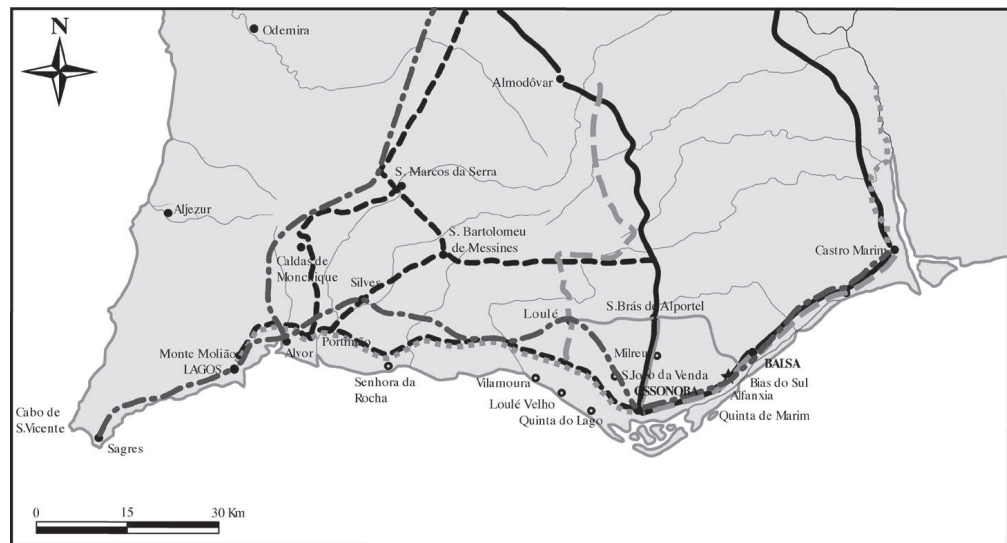
São igualmente relevantes os testemunhos epigráficos que Estácio da Veiga recolheu, ainda no séc. xix, na Quinta de Torre de Ares e das Antas, local onde se implantou a antiga *Balsa* (Veiga, 1866). Mais uma vez estamos perante dados epigráficos inquestionáveis que permitem relacionar um sítio arqueológico, mesmo que não tenha sido objecto de trabalhos arqueológicos sistemáticos, com uma determinada cidade mencionada nas fontes antigas e com as respectivas cunhagens monetárias. A epígrafe que refere [EX DECRETO DECVRI?]ONVM · R(es) · P(ublica) BALS[ENSIVM?] (IRCP 75) é particularmente relevante neste contexto, sendo provável que figurasse num edifício público de grandes dimensões.

O Itinerário de Antonino constitui outra fonte relevante, mencionando-se as diferentes localidades que seriam servidas pelo sistema viário romano e a distância entre elas. Entre as vias do Algarve romano, destaca-se a via principal que seguia junto à costa, de *Baesuri* a *Ossonoba*, sendo provável que continuasse até ao extremo ocidental, até ao cabo de S. Vicente, embora o documento seja omissivo a este respeito. De *Baesuri* o itinerário indica que a via que se desenvolvia para Norte para *Pax Iulia*, passava por Mértola. A existência desta via, designada «*per compendium*» por se tratar do percurso mais curto entre duas localidades, tem sido contestada por diversos autores (Alarcão, 1988, p. 101; Torres, 1992; Lopes, 2006, p. 50), baseando-se na navegabilidade do Guadiana que dispensaria uma estrada por terra entre Mértola e *Baesuri*. No entanto, segundo V. Mantas (1997b, p. 315) e A. Guerra (2006) este percurso existiu (**Figura 3**).

Outra via principal dirigia-se certamente de Faro para Norte, passando por S. Brás de Alportel e daí, segundo V. Mantas, passaria a serra algarvia em direcção a Almodôvar (1997b, fig. 2). Outra hipótese recentemente avançada considera a existência de um eixo viário que partia da via litoral, perto de Almansil em direcção a norte, para Salir, servindo Loulé (Rodrigues, 2004, p. 47)

Os dados epigráficos são igualmente elucidativos quanto ao principal eixo viário litoral. O marco miliário incompleto encontrado em Canadas de Bias indi-

<sup>1</sup> IRCP= ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do conventus pacensis: subsídios para o estudo da romanização*, 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



Traçado aproximado das vias romanas do Algarve, segundo Mantas (1997b), Alarcão (1988b) e Rodrigues (2004), (adaptado).

Mantas (1997b):	Alarcão (1988b):	Rodrigues (2004):
— Vias do Itinerário de Antonino	— Via	— Troço confirmado
- - - Outras vias		- - - Troço provável
		— Via secundária

Fig. 3 – Mapa das vias romanas do Algarve, segundo Alarcão (1988b); Mantas (1997b, Fig. 2) e Rodrigues (2004). Base cartográfica segundo Mantas (1997b). Adaptado.

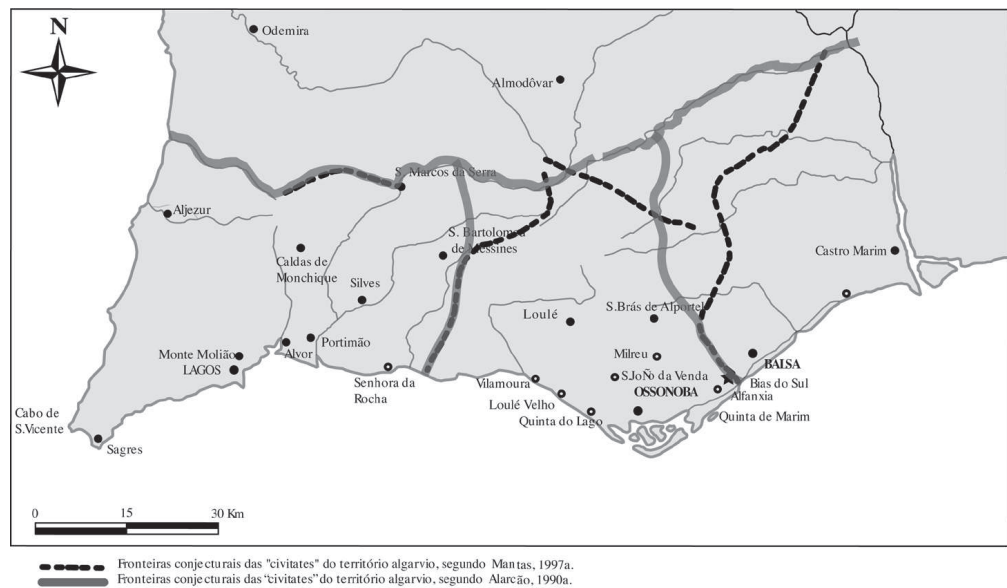


Fig. 4 – Limites das *civitates* do Algarve romano, segundo Alarcão, (1990, Fig. 1) e Mantas (1997a, Fig. 2). Adaptado.

caria o local da via que partia de *Baesuri* para *Ossonoba*, assinalando as 10 milhas a partir de *Ossonoba* «[ ] /AVG(usto) · PONTIFICI · M/AXIMO / M(ilia) P(assuum) X»(IRCP 660). A cronologia júlio-cláudia ou mesmo possivelmente augustana que lhe é atribuída, demonstra a importância que o estado romano atribuiu à

região algarvia logo nos inícios do séc. I (IRCP, p. 720). Por outro lado, este marco estabelece também o limite entre o território das *civitas* de *Balsa* e *Ossonoba* (Alarcão, 1990; Mantas, 1990, p. 184). Efectivamente, independentemente do significado que se possa atribuir à instituição que a *civitas* constituiu, parece haver unanimidade relativamente à existência de três *civitates* em território algarvio. Assim, além de *Balsa* e *Ossonoba*, considera-se plausível que tenha existido outra *civitas* na área ocidental, em Lagos ou Silves, com maior peso para esta última (Alarcão, 1990, p. 22) (Figura 4).

A propósito de Castro Marim, deve referir-se ainda a crónica de Al Himiari, geógrafo árabe que indica Marsa Hasime (Castro Marim ?) como tratando-se de uma «(...) antiga fortaleza onde existem velhas ruínas como uma grande igreja construída sob o reinado de César Diocleciano.» (Coelho, 2008, p. 44). Estes dados, juntamente com a referência do Itinerário de Antonino apontam para uma continuidade de ocupação de *Baesuri* no período Baixo Imperial, fase que não se encontra documentada no Castelo de Castro Marim.

A informação que o Anónimo de Ravena transmite sobre os eixos viários coincide, em grande medida, com o Itinerário de Antonino, referindo-se, no entanto, a uma *statio sacra* entre *Balsa* e *Ossonoba*, que tem suscitado diferentes interpretações por parte dos investigadores. Estácio da Veiga identificou este local com a Quinta de Marim (Olhão), onde recolheu inúmeras epígrafes e onde escavou uma ampla área cemiterial, além de várias construções entre as quais um templo (Santos, 1972, p. 249-286). Leite de Vasconcelos colocou a *statio sacra* no *promontorium sacro* (1905, p. 198) mas a hipótese de Quinta de Marim foi recentemente reabilitada por D. Graen com base em trabalhos que desenvolveu no sítio (2007, p. 275-288). Já V. Mantas interpreta a localização que o Anónimo de Ravena faz da *statio sacra* como sendo um engano (1997b, p. 315). Para J. de Alarcão, independentemente da sua localização, a chave para a compreensão desta questão reside no facto do sítio ter adquirido importância apenas a partir da época bizantina e não no período romano (2005a, p. 301 e 302).

Entre os acontecimentos que podem ter tido influência na vida das populações algarvias, J. Alarcão destaca o ataque Mauro à Mauritânia em meados do séc. II, cuja resposta militar romana teria levado ao desenvolvimentos das cidades de *Ossonoba* (1988, p. 29). Posteriormente, os anos de 171/173 ficariam marcados por novas incursões mauras desta vez em território peninsular, sendo difícil avaliar o impacto que terão tido no sul da Lusitânia (Keay, 1988, p. 173). Contudo, parece certo que afectaram cidades béticas como *Italica* e *Singila Barba* e terão levado mesmo à construção de muralhas defensivas em *Munigua* (Sillières, 1995, p. 59). Os finais do séc. II ficam ainda marcados pela usurpação de Clódio Albino, pelos levantamentos a seu favor e pela repressão que se lhe seguiu por parte do imperador Septímio Severo, com consequências difíceis de avaliar.

O dinamismo da cidade de Faro em época tardia está atestado, entre outros aspectos, pelas inscrições em que os cidadãos homenageiam os imperadores Valeriano e Aureliano e, numa época um pouco posterior, o governador da Lusitânia Aurélio Ursino (IRCP 3, 4 e 5). Por outro lado, deve recordar-se também a referência da participação de um bispo de *Ossonoba*, *Vicentius* no concílio de Elvira, no que tem sido entendido como «o primeiro grande acontecimento cristão da Hispânia do séc. IV» (Maciel, 1996, p. 37), constituindo, simultaneamente, um sinal da importância da comunidade cristã na cidade (Jorge, 2002).

Desconhece-se de que modo é que os ataques suevos terão afectado o sul da Lusitânia, mas V. Mantas atribui-lhes importância no abandono de *Balsa*, estando igualmente documentadas incursões na Bética e a tomada de Mértola em 440 (1990, p. 199). A instabilidade do séc. V é também testemunhada através de tesouros monetários, de que se conhecem alguns exemplos em território algarvio (Inácio, 2005, p. 11).

Segundo H. Catarino, as lutas entre suevos e visigodos não tiveram grandes consequências no território algarvio, devendo assinalar-se que, segundo as fontes escritas, a cidade de *Ossonoba* esteve sob domínio Bizantino, ainda que por um período relativamente curto (Catarino, 2002, p. 30). O representante do imperador Bizantino, Cesário, teria dominado a cidade até 624, altura em que os Bizantinos terão sido expulsos do território peninsular, pela mão do rei visigodo Suintila. A investigadora justifica ainda a presença Bizantina na costa algarvia, relacionando-a com a ausência de bispos de *Ossonoba* nos concílios visigóticos entre 589 e 653, retomando a sua frequência a partir da segunda metade do século VII (Catarino, 2002, p. 30).

A reunificação administrativa operada pelos reis visigodos teve lugar durante o reinado de Recesvindo e a chamada divisão de Vamba, documento que marcaria as dioceses da *Hispania* sob domínio visigótico e cuja autenticidade se discute, dataria das últimas décadas do séc. VII (Catarino, 1999, p. 61).

## 2. O CONSUMO DE CERÂMICA DE MESA E DE PRODUTOS ALIMENTARES TRANSPORTADOS EM ÂNFORAS EM OSSONoba, Balsa e BAESURI NO PERÍODO ROMANO E POSTERIOR.

### 2.1. Pressupostos teóricos e metodológicos: potencialidades e limitações do estudo dos conjuntos cerâmicos

Tendo a nossa análise recaído sobre conjuntos cerâmicos (cerâmica de mesa importada e ânforas) cujo potencial informativo é indiscutível, pareceu-nos, contudo, necessário elencar algumas das limitações que estes materiais encerram.

O estudo dos conjuntos anfóricos pode oferecer inúmeros dados para o conhecimento da economia e do consumo de produtos alimentares na antigui-

dade, no entanto encerra também limitações que não se devem desprezar. No caso concreto deste trabalho, é importante começar por dizer que desconhecemos a representatividade da amostra que estudámos face ao número total de ânforas que qualquer um dos sítios terá utilizado, consumido ou descartado. É certo que estamos perante conjuntos relevantes, pelo seu número, mas o desconhecimento que temos face à topografia urbana e ao significado funcional das áreas escavadas, levam-nos a ter alguma prudência na interpretação dos dados apresentados. O estudo de outras categorias cerâmicas, como a *terra sigillata*, mostrou, por exemplo, em Faro e *Balsa*, que diferentes sectores ou áreas escavadas apresentavam perfis de importação diferenciados, quando não antagónicos, dentro do mesmo núcleo urbano. O estudo das ânforas de *Balsa* também confirmou estas observações.

Outro aspecto que tem vindo a ser destacado diz respeito à deposição dos resíduos e às suas consequências na conservação do registo arqueológico, bem como ao aparente decréscimo do consumo nas cidades, a partir do séc. II. As observações de S. Martin-Kilcher a propósito dos contextos que estudou em Augst e KaiserAugst, na actual Suíça (Martin-Kilcher, 1987; 1994), e em Cartago, na Tunísia, apontam para a necessidade de se proceder a uma verdadeira crítica internadas fontes arqueológicas (Martin-Kilcher, 2005, p. 202-207). As questões levantadas prendem-se, sobretudo, com as diferentes funções das áreas da cidade romana, o modo como os resíduos permanecem no solo, como foram escavados, além da forma como foram quantificados. Assim, a investigadora suíça destaca que «It goes without saying that the history of a building or a settlement considerably influences the deposition of waste, the main source of archaeological material» (Martin-Kilcher, 2005, p. 204). Outro aspecto a ter em consideração diz respeito ao modo como os resíduos eram descartados. O destino de parte importante dos lixos pode ter sido o mar ou rios próximos das áreas habitacionais. Felizmente para os arqueólogos e para a conservação do registo arqueológico, a cerâmica não era reciclável, como sabemos o foram o vidro ou o metal (Martin-Kilcher, 2005, p. 206). Mas, no caso das ânforas, torna-se necessário chamar a atenção para o facto de se conhecerem diversas formas de reutilização dos recipientes, depois de cumprida a sua função inicial, como material de construção, em contextos de sepulturas, ou outros.

Por outro lado, sabemos também que outros contentores, e não apenas as ânforas, transportaram produtos alimentares no quadro do comércio a longa distância. Referimo-nos aos barris, *dolia* ou mesmo os odres, que estão documentados em outros contextos, além de outros recipientes cerâmicos de menores dimensões. Os dados de Vindolanda, por exemplo, sítio militar da Grã-Bretanha, mostram que a percentagem de produtos importados se altera de forma significativa, quando se consideram as importações de produtos transportados em



barris (Marlière e Torres Costa, 2005, p. 214-236). M. Ponsich refere que determinados preparados piscícolas de maior valor económico, como o *garum*, não seriam transportados em ânforas, mas sim em recipientes cerâmicos de menores dimensões, recipientes esses que devem procurar-se entre as formas de cerâmica comum, como adiante se referirá (Ponsich, 1988).

Afirmar que a cerâmica constitui um reflexo da economia antiga e, por outro lado, referir que a sua importância no quadro do comércio antigo é ainda hoje difícil de avaliar com precisão pode parecer contraditório mas corresponde à realidade. Efectivamente, como mencionou R. Tomber «Pottery is only indirectly important to the economy, and this also applies to its relationship with long distance maritime trade, for pottery usually reflects trade rather than generating it» (Tomber, 1993, p. 143).

Na abordagem à economia antiga, pode reconhecer-se, por um lado, a comercialização que teve por base um âmbito institucional e por outro lado o comércio dito livre. Na primeira modalidade enquadra-se o abastecimento à cidade de Roma e aos contingentes militares instalados nas fronteiras do Império, como o *limes* germânico ou a Britânia, um mecanismo que na antiguidade foi designado por *annona*. Seguindo frequentemente as mesmas rotas, desenvolveu-se um comércio livre, que se baseou numa complexa rede de trocas comerciais à escala interprovincial.

Relativamente à *terra sigillata* (de tipo itálico, hispânica e sudgálica), existem alguns aspectos que merecem discussão. Desconhecemos que valor exacto lhe era atribuído na Antiguidade, uma vez que a sua ampla difusão parece poder contradizer a noção de que esse produto teria um carácter semi luxuoso. Como tem sido defendido, a distribuição da *sigillata* sudgálica não se pode relacionar, directamente, com o abastecimento aos contingentes militares. Pelo contrário, segundo A. Mees, «L'écoulement de la marchandise semble s'être déroulé selon le principe suivant: la commercialisation s'effectue là où il y a de l'argent.» (2007, p. 153). Quanto ao papel que se atribui à *terra sigillata* enquanto indicador económico, desconhecemos qual a percentagem exacta da *terra sigillata* face às restantes cerâmicas utilizadas à mesa, e ainda não dispomos de estudos suficientes que permitam aferir, com alguma precisão, da maior ou menor capacidade económica dos diferentes sítios estudados. Do mesmo modo, torna-se impossível estabelecer uma relação directa entre estes produtos e o quantitativo populacional de uma região ou lugar. Apesar do que se afirmou, considera-se que a evolução das importações destas de cerâmicas constitui um bom indicador acerca dos ritmos da capacidade económica das comunidades que consumiram este tipo de produtos. Neste caso, essa observação dos ritmos e padrões de importação registados podem ser comparados e constituir um elemento, a juntar a outros, na leitura da dinâmica evolutiva dos núcleos urbanos estudados.

## 2.2. Breve caracterização do contexto arqueológico dos materiais estudados

Os conjuntos cerâmicos objecto de estudo são provenientes de intervenções arqueológicas de características muito diferentes, realizadas segundo metodologias também diversas. O registo arqueológico é também desigual e se dispomos de informações detalhadas acerca dos trabalhos que decorreram no Castelo de Castro Marim e as escavações mais recentes de Faro, o mesmo não sucede com os restantes sítios. Trata-se, em qualquer das situações, de conjuntos de dimensão considerável e com um enorme potencial informativo, que permitem estabelecer determinados padrões da vida económica e reconhecer os ritmos da sua evolução. Não nos detemos na descrição pormenorizada das estruturas arqueológicas identificadas nem das unidades estratigráficas, uma vez que essa documentação será objecto de publicação mais extensa (Viegas, 2011).

Relativamente à cidade de Faro, os materiais são provenientes de duas intervenções que tiveram lugar em áreas distintas da cidade. Por um lado, a área onde se recuperou o mosaico do Oceano em 1976, cujo estudo dos materiais havia sido



Fig. 5 – Faro. Localização dos diversos achados do período romano. Áreas estudadas: 1. Mosaico do Oceano; 2. Museu Municipal. Componentes da cidade antiga: A – área monumental; B – área residencial/artesanal; C –necrópole Norte; D – Necrópole ocidental; E – Área portuária; F – via para *Laccobriga*; G – via para *Balsa*.

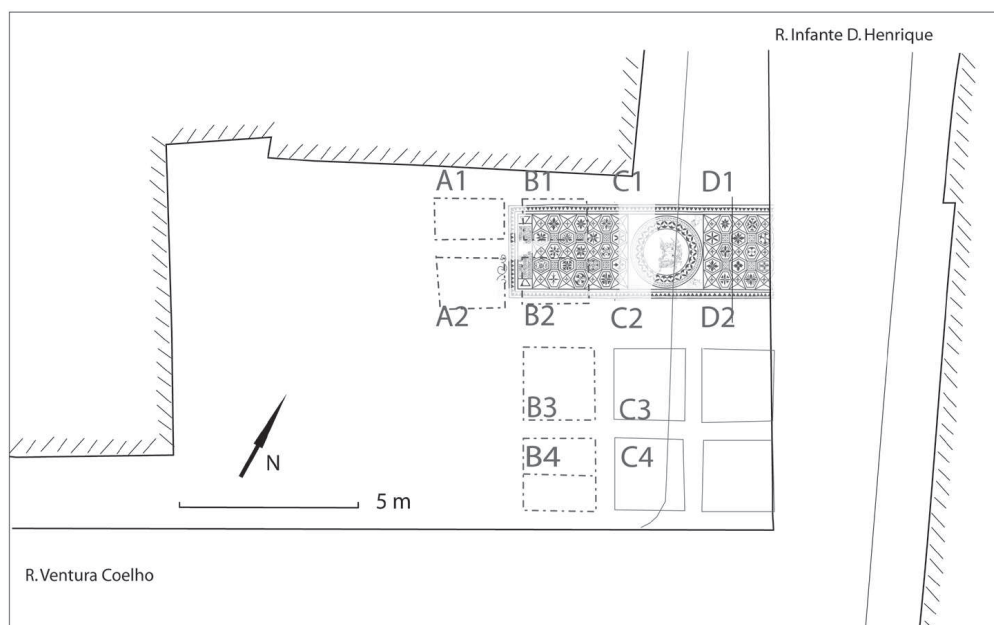


Fig. 6 – Faro. Sondagens da intervenção do mosaico do Oceano.

por nós iniciado no quadro da colaboração no projecto *Corpus* dos Mosaicos do Sul de Portugal, e, por outro, a intervenção arqueológica de carácter preventivo que teve lugar nas instalações do Museu Municipal (Figura 5).

A escavação suscitada pela identificação do mosaico do Oceano corresponde a uma intervenção de emergência realizada em 1976, por M. Maia e M.L.E.V.A. dos Santos, realizada após a acção dos técnicos do Museu Monográfico de Conímbriga que procederam ao seu levantamento. Ao contrário do que sucedeu com o restauro, não se dispõe de relatório dos trabalhos arqueológicos ou de qualquer caderno de campo e a informação acerca da proveniência dos materiais teve por base as etiquetas que acompanhavam os materiais. No decurso dos nossos trabalhos localizaram-se nos arquivos do MNA outros elementos como as fotografias realizadas em 1976 por J. M. Bairrão Oleiro, assim como desenhos de cortes e plantas da escavação da autoria de Dario de Souza, desenhador do MNA (Figura 6).

As dificuldades no estabelecimento da sequência estratigráfica foram minoradas pela participação da Dra Adília Alarcão que mantinha ainda recordação de alguns trabalhos, o que possibilitou um melhor enquadramento dos materiais recolhidos nos anos 70.

Os conjuntos cerâmicos recolhidos mostram que esta área da cidade foi ocupada entre os meados do séc. I e o terceiro quartel do séc. V d.C. As estruturas encontradas sob o mosaico possuem a mesma orientação que as posteriores e as suas características apontam para que se trate de uma área habitacional onde se implantou, nos finais do séc. II ou inícios do seguinte, um edifício de maiores dimensões cujo pavimento em mosaico ostenta a figura do deus Oceano.

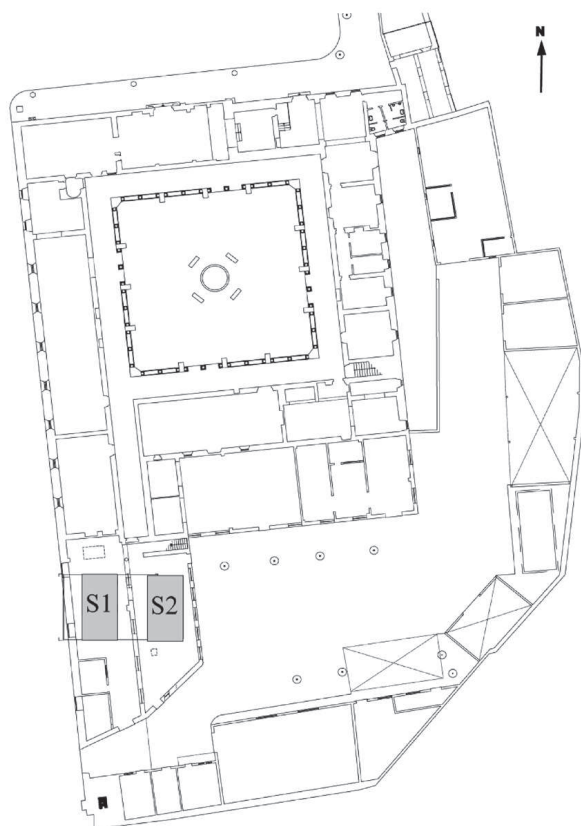


Fig. 7 – Faro. Museu de Municipal e localização das sondagens.

Os trabalhos arqueológicos que originaram as duas sondagens efectuadas nas instalações do Museu Municipal de Faro (que correspondem a uma área de 4x8 e 4x8m) foram determinados pelo projecto que estava previsto realizar naquele local. A escavação decorreu entre Abril e Dezembro de 2001 e Fevereiro e Março de 2002 sob a direcção de Dália Paulo e Nuno Beja e resultou numa sequência estratigráfica bastante complexa, com uma potência de 6m de altura. Os dados dos relatórios de progresso (Paulo e Beja, 2002; 2003) e da restante documentação do registo de campo foram completados com os inventários das cerâmicas que realizámos com a Dr.<sup>a</sup> Elisa Sousa, quando se procedeu à selecção das cerâmicas da Idade do Ferro e do período romano. O estudo do conjunto anfórico pré-romano foi realizado no trabalho publicado por A. M. Arruda, P. Bargão e E. de Sousa (2005, p. 177-208), tendo a cerâmica de Kuass sido posteriormente objecto de análise por parte de E. de Sousa (2009).

Para sintetizar, a maior parte dos materiais originários das sondagens do Museu de Faro que foram objecto de estudo neste trabalho encontravam-se em níveis de deposição secundária e em outros bastante revolvidos pela ocupação medieval e moderna. A interpretação da funcionalidade das diferentes unidades estratigráficas identificadas ficou igualmente condicionada pela reduzida área

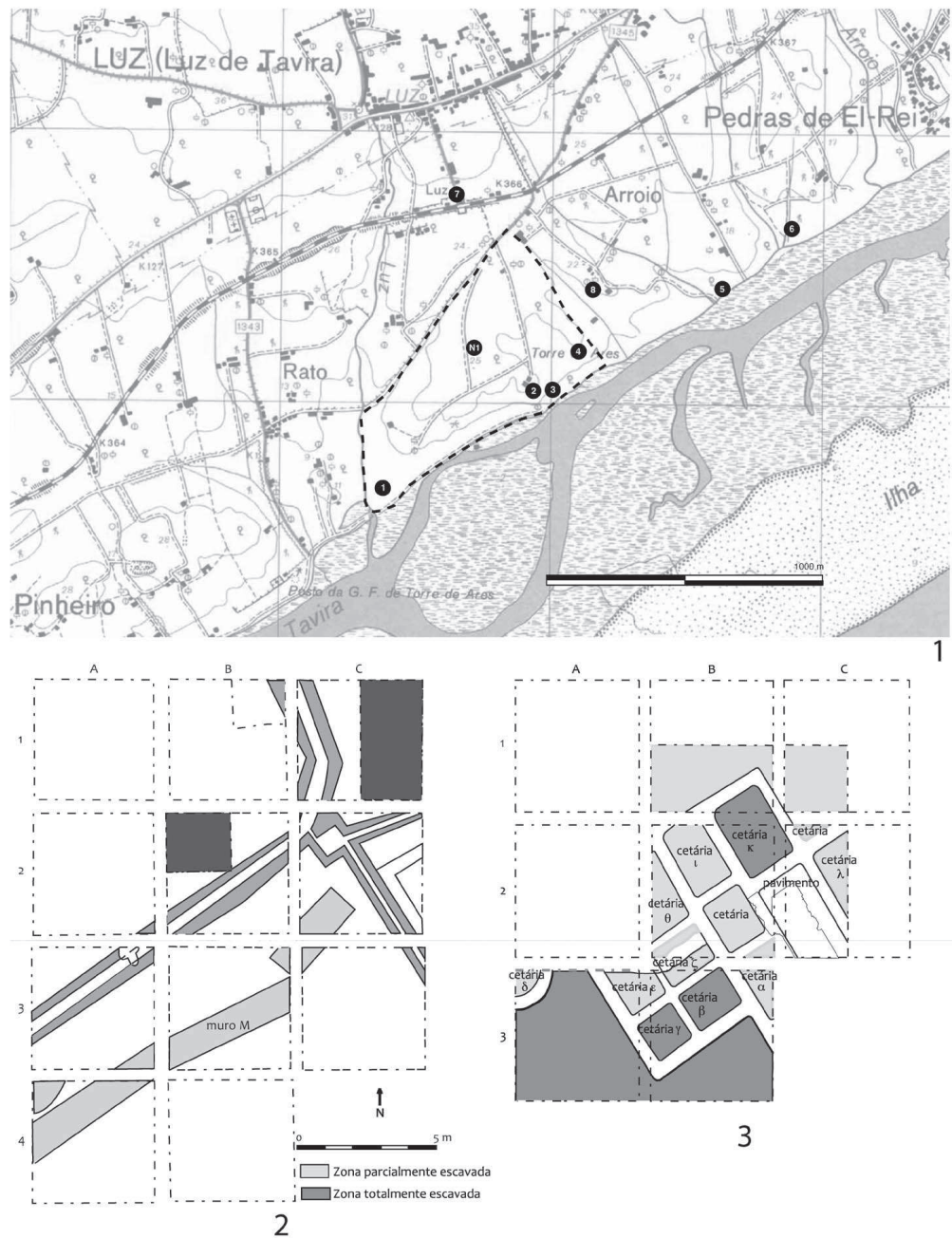


Fig. 8 – Balsa. 1. Carta 1:25:000 com a localização aproximada da Quinta de Torre de Ares e dos principais achados de época romana. 1- Possível estrutura portuária, segundo Mantas (2004, fig. 11, p. 405); 2 – Casa principal da Quinta de Torre de Ares (Forum?); 3 – Intervenção de 1977 (estrutura habitacional?, cetárias, canalizações); 4- Estruturas identificadas por Estácio da Veiga (habitação/termas?); 5 – Quinta das Antas (cetárias); 6 – Arroio. Necrópole (?); 7 – Horta do Ramos (mosaico); 8 – Quinta das Antas (inscrições que referem o circo). Localização provável;

N1 – Necrópole Norte de Balsa (localizações aproximadas).

2. Sector 1, segundo M. e M. Maia 1978.

3. Sector 3, segundo M. e M. Maia 1978.

escavada e também pela presença de estruturas modernas ou outras relacionadas com o antigo convento que existiu naquele local. Apenas na sondagem 1 foi possível registar algumas UE que se atribuíram ao período romano republicano e que se encontravam relativamente bem preservadas. Na sondagem 2, a perturbação provocada em época medieval e moderna atingiu os níveis mais profundos. Algumas das estruturas identificadas foram interpretadas como tendo pertencido à fase anterior à construção do Convento de Nossa Senhora da Assunção, datado de 1590 (Figura 7).

Os materiais provenientes de Balsa (Torre de Ares) que se estudaram neste trabalho são provenientes das intervenções arqueológicas realizadas sob direcção de M. e M. Maia em 1977. Na caracterização das camadas arqueológicas escavadas seguiram-se as informações do relatório existente nos arquivos do IGESPAR (Maia e Maia, 1978) e as referências das etiquetas que acompanhavam os sacos com materiais (Figura 8).

Nem sempre a conjugação desta informação foi fácil, pois existem por vezes camadas referidas no relatório sem que tenha sido possível encontrar a sua correspondente nas etiquetas dos materiais depositados no MNA.

As áreas escavadas correspondem ao sector 1, onde se identificou um conjunto de canalizações; o sector 2 é formado por cetárias que foram parcialmente escavadas e o sector 3, onde se detectaram muros que foram identificados como pertencentes a uma área habitacional.

De referir ainda que uma parte do espólio desta intervenção tinha já sido objecto de publicação por parte de J. Nolen, juntamente com material originário das recolhas efectuadas no séc. XIX por Estácio da Veiga (Nolen, 1994; Fabião, 1994). Como J. Nolen já tinha referido, de acordo com os materiais estudados, encontramos-nos perante uma ocupação que se iniciou no período de Augusto



Fig. 9 – Castro Marim. Localização dos sectores escavados, segundo Arruda *et al.*, 2006.

(Nolen, 1994). Quanto à data de abandono desta cidade, o estudo do conjunto da *terra sigillata* clara D permite avançar até aos finais do séc. VI ou mesmo os inícios do séc. VII (Viegas, 2006).

As escavações do Castelo de Castro Marim integraram o projecto de investigação dirigido desde 1983 por Ana Margarida Arruda. Foram realizadas, até à actualidade, oito campanhas de escavação, nos anos de 1983 a 1988 e, posteriormente, nos anos de 2000 a 2003 (Arruda, 2000, p. 4-16 e 4-17; Arruda *et al.*, 2003) (Figura 9). Com uma ocupação que remonta à Idade do Bronze e apresentando inúmeras estruturas pertencentes à Idade do Ferro, nomeadamente ao período orientalizante, de acordo com os dados dos materiais exumados na área do Castelo de Castro Marim, o sítio terá sido abandonado em época romana nos finais do séc. I ou inícios do séc. II sendo, posteriormente, reocupado em período medieval.

Os materiais do período romano republicano e alto imperial encontraram-se presentes em todas as áreas escavadas, embora estejam, em muitos dos casos, nos níveis mais recentes, de aterro, de época moderna ou em entulhamentos de época contemporânea. Destaque-se, pelas suas características, o depósito datado do período republicano, mais especificamente entre 50 e 30 a.C. (Arruda, 1988), que corresponde a uma grande concentração de cerâmicas que se interpretou como um depósito ou uma lixeira, não só pela grande concentração e elevada quantidade de materiais cerâmicos, abundante fauna mamalógica e malacológica, mas também por ser uma realidade que se formou num período relativamente curto e estende-se, nos limites que hoje conhecemos, por uma área de cerca de 96 m<sup>2</sup>.

### 2.3. A cerâmica Campaniense

Um dos aspectos a destacar de imediato é a relevância, em termos qualitativos e quantitativos, dos conjuntos de cerâmica campaniense de Faro e de Castro Marim, ambos na ordem das centenas de fragmentos, registando um número de peças classificáveis igualmente expressivo (Figura 10 e Anexo 1). Como se verá, à excepção dos dados disponíveis para Mértola (Luís, 2003a), e dos que sabemos estarem inventariados da Alcáçova de Santarém, não existe registo, no território nacional, de amostras tão significativas. Em Torre d'Ares (Tavira), J. Nolen identificou apenas duas peças de campaniense «B-oides» (Nolen, 1994) e M. Maia refere igualmente a presença de «pequenos fragmentos de cerâmica campaniense B» (Maia, 1987, vol. 2, p. 45 e 46).

A cerâmica campaniense de Faro remete-nos para as fases iniciais da presença romana no território hoje português. Através das formas de cerâmica campaniense A, originária do Golfo de Nápoles, podemos apontar que o início destas importações terá ocorrido em meados do séc. II a.C., cronologia que se obteve pela presença das formas Lamb. 27, 28, 31, 33, 36 e 55. No decorrer do

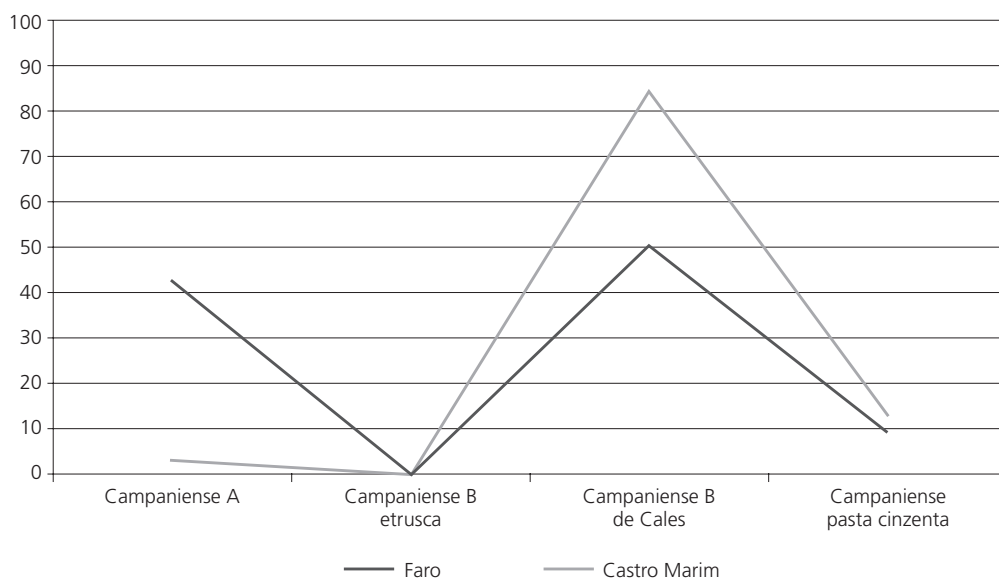


Fig. 10 – Comparação da percentagem de campaniense de Faro e Castro Marim/NMI.

séc. I a.C. esta importação continuou, pois encontram-se representados determinados tipos que são considerados da fase mais tardia da produção, como a Lamb. 5, 5/7, 6 e 8 (Figura 11<sup>2</sup>).

Durante o séc. I a.C., a cidade encontra-se igualmente a receber campaniense B, originária muito possivelmente de Cales, no norte da Campânia. As formas representadas neste conjunto correspondem às mais comuns desta categoria cerâmica, designadamente a forma Lamb. 1 e 5 que apontam para uma datação centrada no séc. I a.C. Apesar da produção calena se encontrar identificada na actual Andaluzia através de exemplares que apontam para as fases mais antigas desta produção (do séc. II a.C.) (Ventura Martínez, 2000, p. 186-187), estas peças com a sua característica decoração em relevo não estão presentes no sudoeste da Península Ibérica.

A cerâmica campaniense B proveniente da Etrúria encontra-se ausente do conjunto de Faro embora esteja presente em Castro Marim, sendo aí rara, e encontrando-se também atestada nos conjuntos de Córdova e Sevilha (Ventura Martínez, 2000, p. 177-215) (Figura 12 e 13).

Ainda durante o séc. I a.C. encontra-se uma escassa percentagem de cerâmica que designámos de campaniense de pasta cinzenta e engobe cinzento ou negro em Faro e Castro Marim. Conscientes que sob esta designação se encontram materiais com características bastante diversificadas, julgamos poder identificá-las, ainda que com alguma reserva, com produções que têm a sua origem no vale do Guadalquivir (Adroher Auroux e López Marcos, 2000, p. 149-176; Ventura

<sup>2</sup> A numeração das peças refere-se a Viegas (2011).



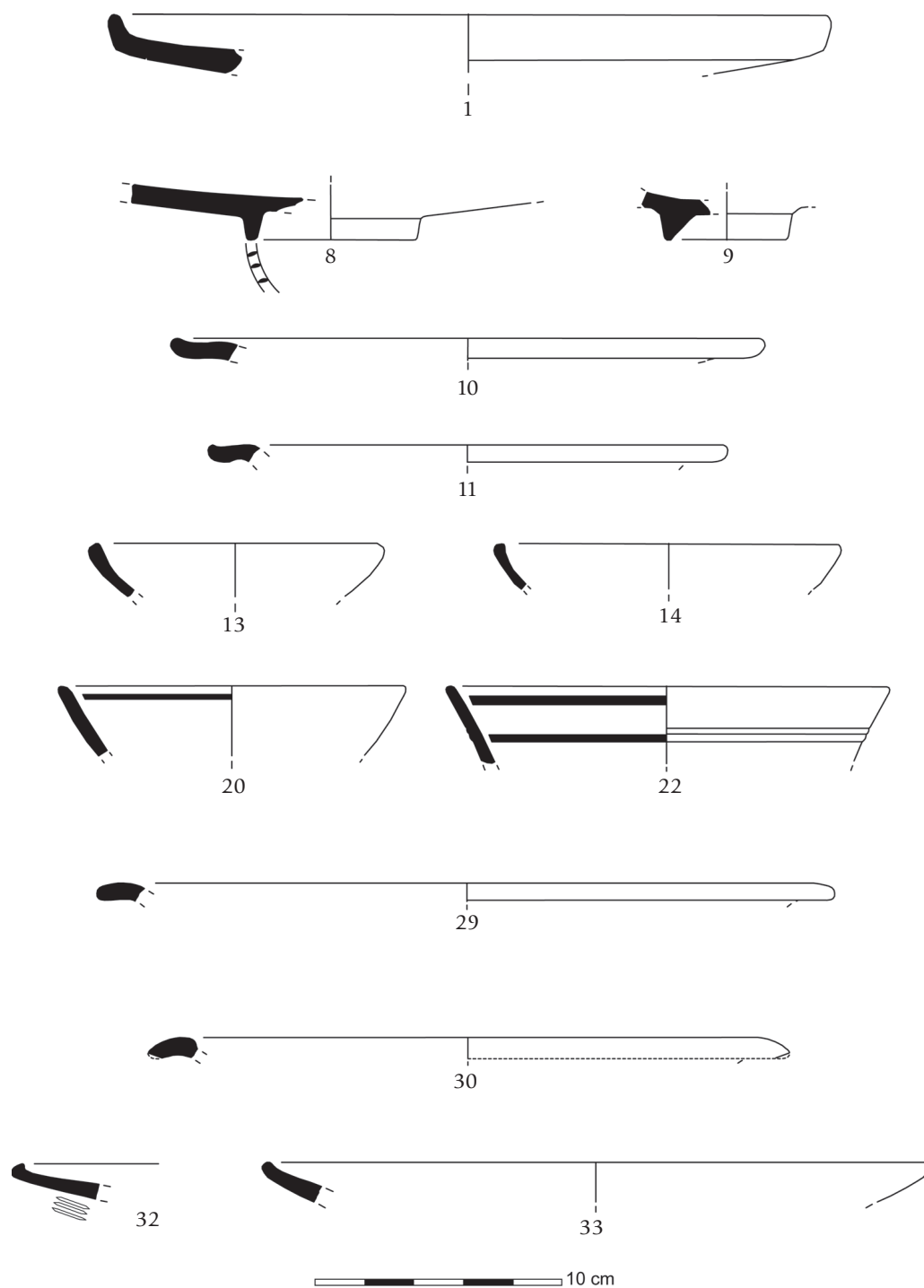


Fig. 11 – Faro. Cerâmica campaniense A.

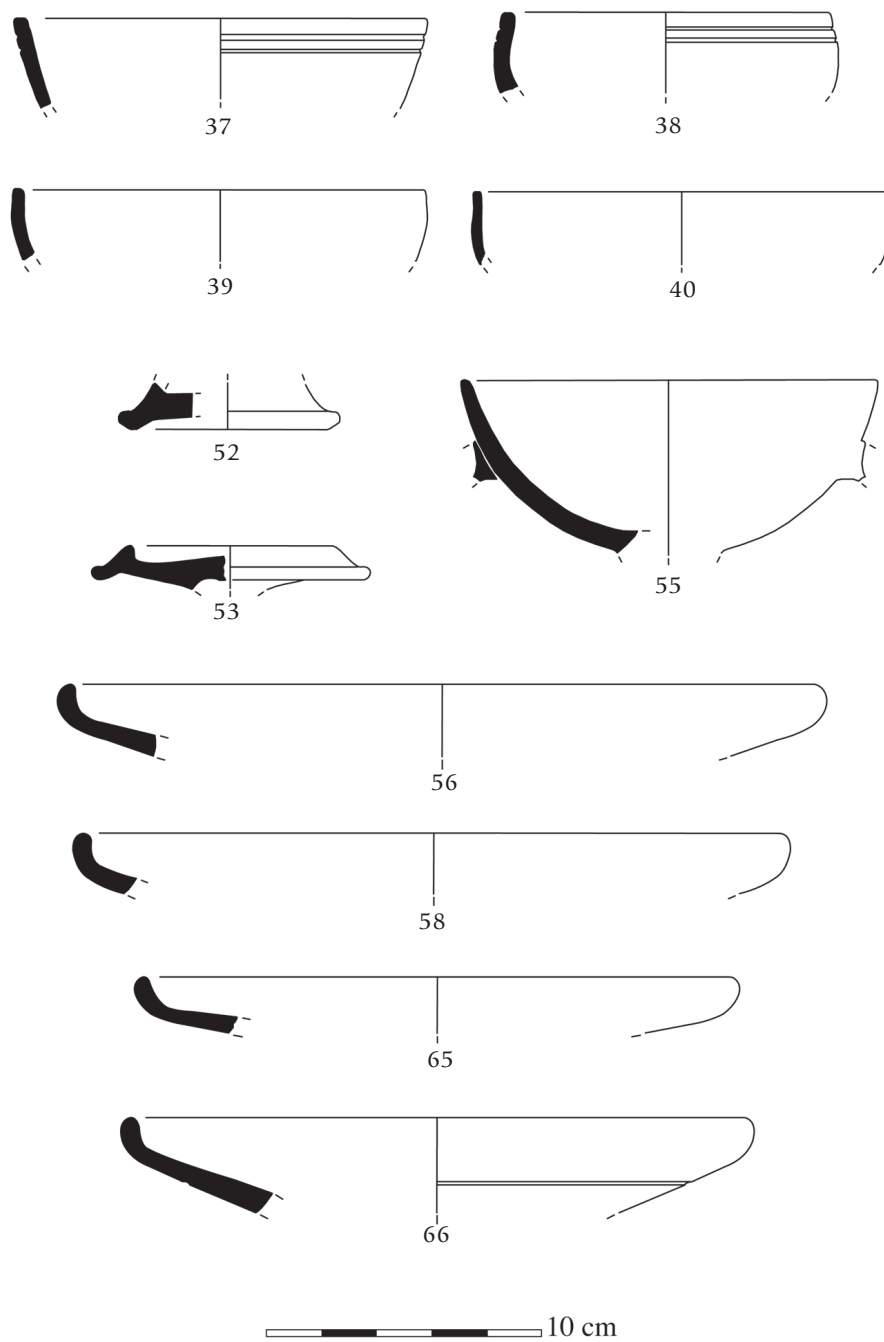


Fig. 12 – Faro. Cerâmica campaniense B de Cales.

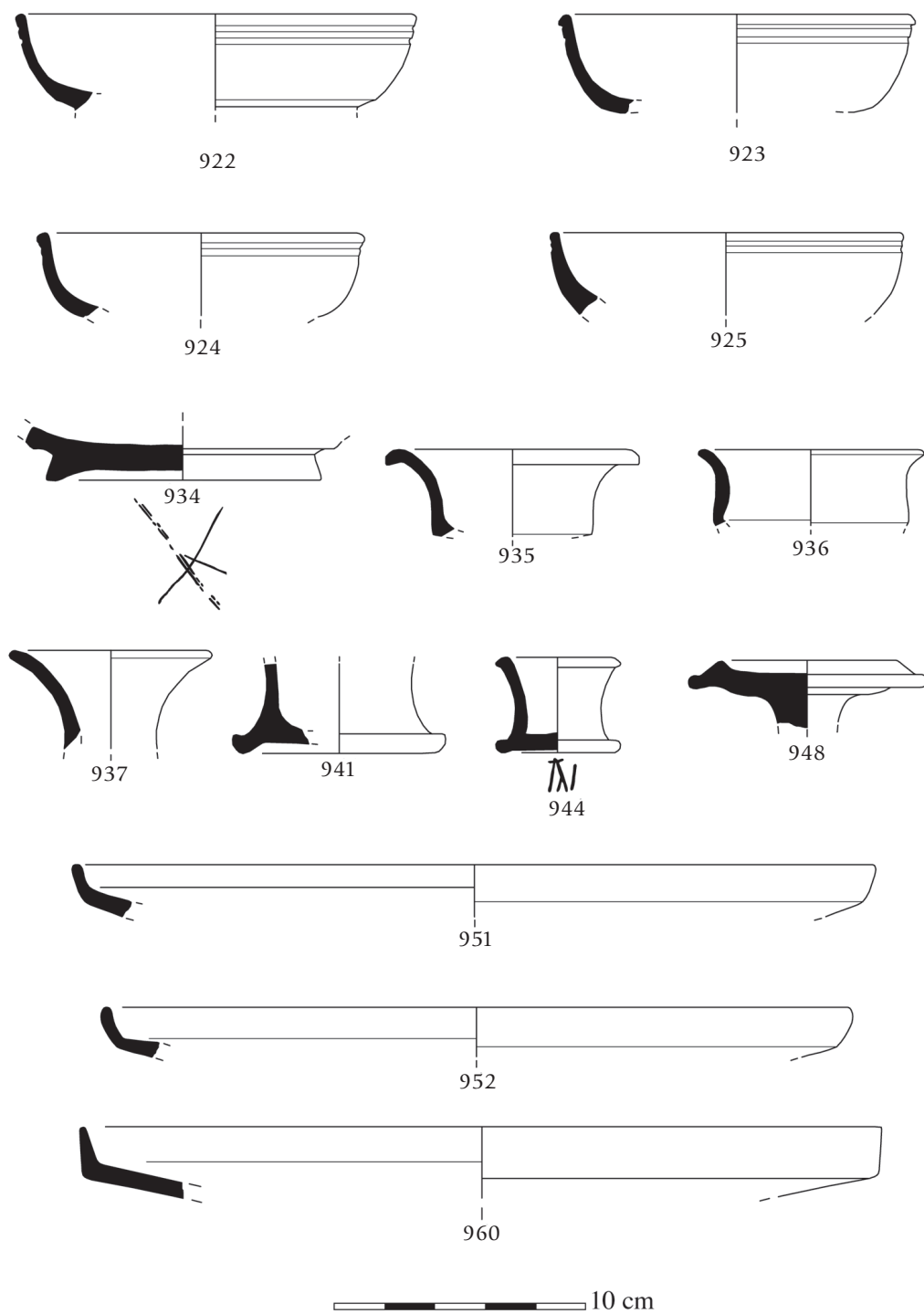


Fig. 13 – Castro Marim. Cerâmica campaniense B de Cales.

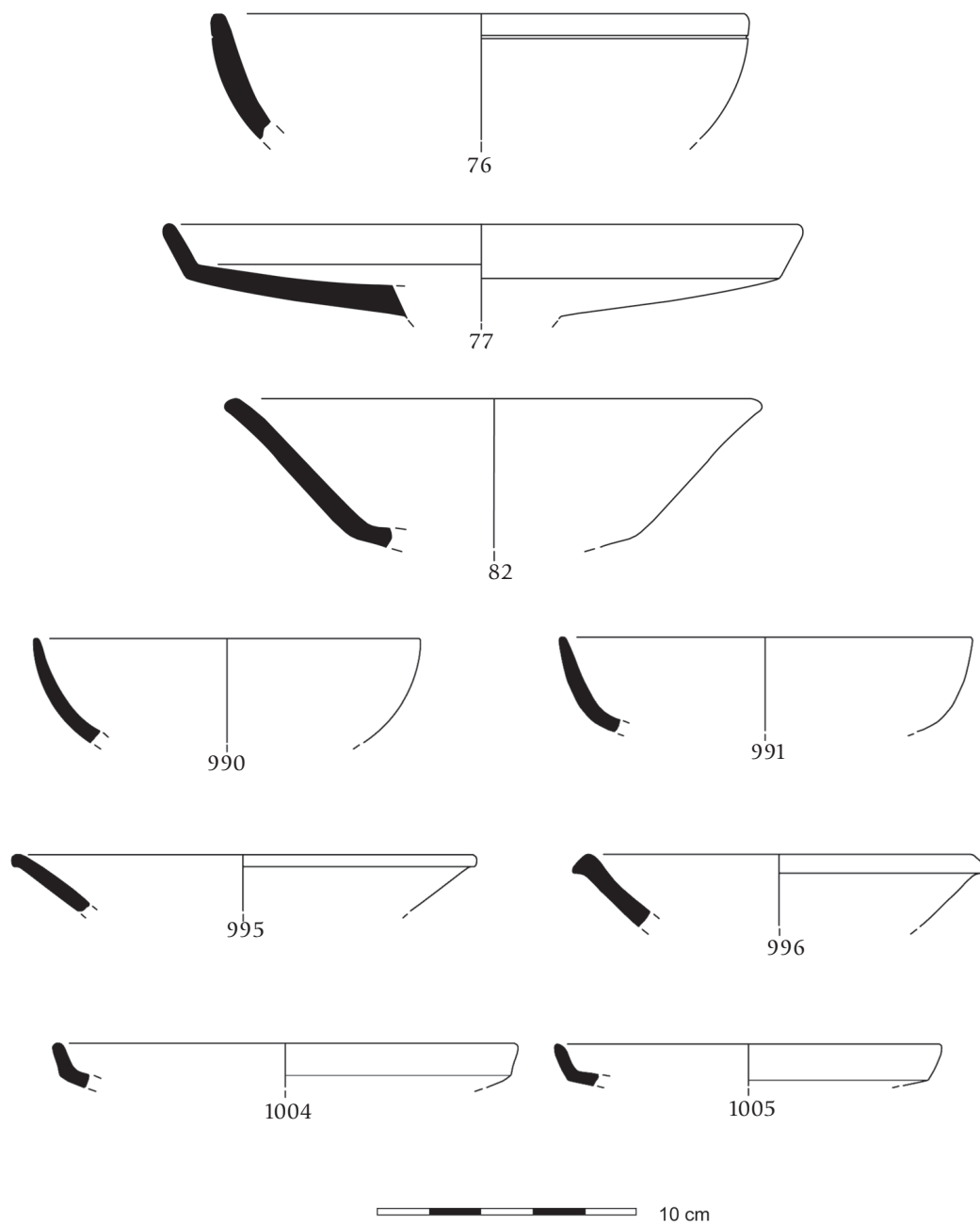


Fig. 14 – Faro e Castro Marim. Campaniense de pasta cinzenta.

N.º Invent.	Forma	Localização na peça	Leitura	Grafito (escala 1:1)
N.º 985	Prato	Fundo interno		
N.º 986	Lamb. 1	Fundo exterior	M	
N.º 989	P 127 F3121	Interior do pé	MA ou NA	
N.º 988	Lamb. 1	Fundo exterior	[...?] AV [...?] AN [...?] NA	
N.º 987	Lamb. 1	Idem	[...?] AV [...?] TAN TAV	
N.º 944	Lamb. 3	Idem	ANT	
N.º 934	Lamb. 1	Idem	X (?)	

Fig. 15 – Castro Marim. Decoração estampilhada e grafitos em campaniense B de Cales.

Martínez, 2000, p. 185). Estas produções inspiram-se sobretudo no repertório da cerâmica campaniense B (etrusca e calena), sendo a forma Lamb. 5/7 a mais representada (Figura 14).

Contrariamente ao que sucede com a cerâmica campaniense de Faro, em Castro Marim, a maior parte dos exemplares foi atribuída à campaniense B de Cales ainda que a campaniense A e B etrusca e a campaniense de pasta cinzenta se registem também no inventário. Entre as formas mais frequentes de campaniense B de Cales encontram-se as mais comuns como a Lamb. 1 e a Lamb. 5, 7 e 5/7 que constituem a maioria da amostra, estando igualmente presentes as formas Lamb. 2, e 3, sendo as formas Lamb. 4, 8, 10 e Pasquinucci 127 apenas representadas por um exemplar. Apenas um dos fundos possui decoração impressa com a característica estampilha com o motivo do losango, apresentando os restantes fundos apenas círculos concêntricos sob a forma de caneluras que, mais raramente, podem enquadrar uma faixa com guilhoché. Do ponto de vista cronológico, este conjunto centra-se na segunda metade do séc. I a.C., diferindo do que se acaba de referir para Faro.

Ausentes do conjunto de Faro, os grafitos realizados pós cozedura encontram-se relativamente bem representados na campaniense B de Cales de Castro Marim (Figura 15). Correspondem a uma, duas ou mais letras isoladas no fundo externo das formas Lamb. 1, Lamb. 3 e Pasquinucci 127 e a sua realização teve como objectivo marcar a propriedade de uma determinada peça. Entre as letras isoladas encontra-se o M e em outro caso assinala-se MA ou NA em nexos, num raro caso em que o grafito foi colocado no pé, uma vez que em todos os restantes exemplares se situa no fundo externo. Um dos grafitos apresenta os caracteres ANT em nexos, sendo ainda de admitir que uma leitura TAN, TAV ou NAT possa ser possível. Efectivamente, vários dos exemplares apresentam esta sequência de letras e parecem por isso poder associar-se, sem que possamos saber que significado este facto poderá encerrar. A opção pela leitura ANT prende-se com o facto de serem inúmeros os antropónimos latinos que se iniciam com estas letras como seja Antus, Antullus, Antonino, Antonio, etc. Não pode deixar de se referir que esta é também parte da sigla do magistrado que se encontra identificada na cunhagem de *Baesuri*.

Se procurarmos enquadrar a comercialização deste tipo de produtos, verifica-se que tradicionalmente, se associa a cerâmica campaniense ao trajecto dos efectivos militares romanos na Península Ibérica. J. J. Ventura Martínez relaciona as primeiras importações de cerâmica campaniense para a *Ulterior* com a penetração das tropas romanas, na sequência da segunda Guerra Púnica (2000, p. 186). De acordo com C. Fabião e A. Guerra, a explicação para a presença e difusão destes materiais no território hoje português vai nesse mesmo sentido. No estudo realizado a propósito dos materiais do acampamento romano da Lomba do Canho

(Arganil), apontam uma maior antiguidade da campaniense de Miróbriga e Alcácer do Sal, com base numa extensa revisão dos dados tipológicos da cerâmica campaniense A, datada de meados e da segunda metade do séc. II a. C. (1996, p. 109-131). Relacionam ainda a maior concentração dos exemplares mais antigos desta mesma campaniense a sul do Tejo com as movimentações de Décimo Júnio Bruto que, em 138 a.C., teria já consolidado a ocupação dos territórios meridionais (Fabião e Guerra, 1996). A par deste «percurso» militar que a cerâmica campaniense terá seguido, deve, em nosso entender, relacionar-se igualmente a presença destes materiais nos contextos urbanos do sul do Ocidente peninsular com a inserção desta região nos circuitos comerciais estabelecidos pelo Estado romano, tal como afirmam A. Adroher Auroux e A. López Marcos (1996, p. 11-37, especialmente as p. 15-17).

Perto de Tavira, o Cerro do Cavaco, que correspondeu possivelmente a um acampamento militar, forneceu materiais datáveis do séc. II e I a.C. entre os quais se encontra Campaniense A e B de Cales (Arruda e Almeida, 1998, p. 330-331; Fabião, 2003, p.77-81). Proveniente de achados subaquáticos do rio Arade, recolheram-se também alguns fragmentos de Campaniense A datada do séc. II a.C. (Silva e Soares, 1987, p. 203-220; Diogo e Cardoso, 1992). Ainda no território algarvio, concretamente em Monte Molião (Lagos), registou-se a presença de cerâmica campaniense B de Cales (Arruda e Gonçalves, 1993, p. 460; Arruda, 2007; Arruda *et al.*, 2008), e nas suas imediações, numa intervenção de carácter preventivo, foi identificado um contexto arqueológico das fases iniciais da presença romana, que ofereceu, entre outras cerâmicas, campaniense A do séc. II a.C. (Serra e Sousa, 2006, p. 11-26).

L. Luís publicou, recentemente, um conjunto significativo de cerâmica campaniense proveniente das escavações da vila de Mértola (Luís, 2003a). Corresponde a um total de 572 fragmentos, tendo sido possível classificar 123 peças. Encontra-se uma maior percentagem de campaniense A, mais de 75% do conjunto, e campaniense do círculo da B, que pode corresponder às produções caleanas, e campanienses de pasta cinzenta. Em termos cronológicos, as importações podem ter começado ainda no início do séc. II a.C., sendo sobretudo a partir da segunda metade dessa centúria que se intensificam (Luís, 2003a, p. 111). Pelo que se pode depreender das formas ilustradas em catálogo, encontram-se exemplares do período dito clássico da Campaniense A (séc. II a.C.), como as Lamb. 36 (F1310), 33 (F2150/2970), 31 e 55 (F2230), e outras que correspondem a um momento mais tardio da produção, como a Lamb. 5/7 (F2280) e 6 (F.1440) (Luís, 2003a, p. 102, Quadro 3 e p. 65-98). O autor afirma a importância deste núcleo portuário no período republicano, associando igualmente os dados do chamado depósito de ânforas de Mértola (Além-Rio) (Fabião, 1987, p. 125-148) e da fortificação de Mata-Filhos (Luís, 2003b, p. 363-382), apontando-o «como porta de

entrada, assim como uma base de operações no contexto das guerras lusitanas (Fabião, 1987, p. 147; Alarcão, 1990, p. 346)« (Luís, 2003a, p. 111). Quer os dados da área da Alcáçova quer da Casa do Pardal, em Mértola, apontam para um declínio das importações da campaniense a partir dos inícios do séc. I a.C., aspecto que poderá ou não relacionar-se com a natureza da amostra estudada (Luís, 2003a, p. 106-108).

A presença de cerâmica campaniense A, datável de meados do séc. II a.C., em Faro, pode associar-se a outras importações itálicas que se encontram neste núcleo urbano, como as ânforas greco-itálicas e Dressel 1 A, originárias da região do Lácio e da Campânia, que se destinavam a abastecer uma elite que era já, neste período, expressiva, pelo menos em Faro. Este conjunto, juntamente com o de Mértola e possivelmente também os que se conhecem em sítios como Miróbriga e Alcácer do Sal, embora com amostragens de menor dimensão, constituem testemunho das fases mais antigas da presença romana no território hoje português.

O perfil de importação de cerâmica campaniense em Castro Marim difere do de Faro, pois, como se verificou, a maioria da cerâmica campaniense importada para a área do Castelo pertence às produções ditas média ou clássica e tardia da campaniense B de Cales, da segunda metade do séc. I a.C. Esta produção está também representada em Faro, com o leque de formas típico deste fabrico, sendo contemporânea das cunhagens monetárias, que, como as restantes emissões de *Balsa* e *Baesuri*, ostentam temática marinha (Faria, 1995, p. 149). É certo que parte das importações anfóricas itálicas se podem também associar à importação de cerâmica campaniense B, mas estas são muito escassas em Castro Marim, quando comparadas com as de Faro, o que pode ser explicado, como já se referiu, pelo carácter relativamente tardio dos contextos em que a maioria desta cerâmica ocorre. Tal como sucede em Castro Marim, a cerâmica comum itálica encontra-se igualmente em Faro, entre as importações originárias da área da Campânia. Embora pouco numerosos, existem pratos de bordo bífido da forma Aguarod 4/Vegas 14 e as tampas de bordo direito Aguarod 3/Celsa 808145 (Aguarod, 1991). Entre as restantes importações itálicas da região do Lácio/Campânia/Etrúria, encontra-se a cerâmica de paredes finas, que, em Castro Marim, está maioritariamente presente no contexto datado de 30-50 a.C., dominando as formas Mayet, III e VIII.

Quando se analisa a comercialização da cerâmica campaniense, os autores referem, frequentemente, que se trata de um comércio relacionado com, o abastecimento de vinho aos efectivos militares, sendo a cerâmica campaniense comercializada como produto subsidiário ou carga secundária. Esta assunção tem por base os materiais de naufrágios como o Grand Congloué I, onde se documentou esta associação (Benoit, 1961). Ora a evidência que encontramos nos sítios de consumo de carácter urbano que estudámos permite trazer novos dados a esta



tese. Se é verdade que este comércio se realizou em larga escala entre as grandes cidades portuárias da bacia do Mediterrâneo, deve entender-se também que a partir desses portos principais se deve ter desenvolvido um sistema de distribuição secundário, que habitualmente se associa apenas aos sítios de carácter civil ou militar do interior. Pelo papel que desempenhou na comercialização dos restantes produtos alimentares que vemos associados às ânforas itálicas, assim como da cerâmica campaniense e cerâmica de paredes finas, tudo aponta que tenha sido o porto de Cádiz, a cumprir essa função. O carácter periférico da fachada sul do ocidente da Península Ibérica e das cidades costeiras que o compõem não impediu, no entanto, esta região de participar nas grandes correntes comerciais que se documentam para este período. Contudo, ao contrário do que sucede nos naufrágios, onde a maior parte da carga seria composta por ânforas greco-itálicas e Dressel 1, tendo a cerâmica campaniense um carácter subsidiário ou secundário, quer em Faro quer em Castro Marim, regista-se uma muito maior quantidade de cerâmica campaniense face a relativamente poucos exemplares de ânforas greco-itálicas ou Dressel 1.

Assim, o tipo de comércio que os naufrágios documentam poderá, eventualmente, encontrar-se testemunhado em sítios como Cádiz, e a partir desse porto devem ter-se composto cargas para embarcações menores que terão atingido então o porto de Faro e possivelmente, também Castro Marim. Os dados da carta de distribuição destes materiais republicanos apontam depois para uma difusão para sítios do interior, a partir dos principais eixos fluviais, aspecto que foi destacado já por diversos autores (Fabião, 1998; Arruda e Almeida, 1999, p. 307-337).

O contexto seguro de que dispomos em Castro Marim, datado entre 50-30 a.C., onde ocorre a maior parte da campaniense B de Cales é também testemunho desta primazia de Cádiz. Aponta para uma esmagadora maioria de produtos oriundos da *Ulterior*, quer no que diz respeito à cerâmica de mesa, quer aos produtos alimentares transportados em ânforas. Se, como referem Py, Adroher Auroux e Sanchez, a respeito dos dados de Lattes, é com a campaniense B de Cales que viajam as ânforas Dressel 1 (Py, Adroher Auroux e Sanchez, 2001), no território hoje algarvio, os circuitos de distribuição, encontram-se dominados pelo porto de Cádiz, aspecto que regista continuidade face ao período sidérico. A produção de cerâmicas e produtos alimentares transportados em ânforas era uma realidade antes da presença romana na região da *Ulterior* que virá a ser a futura Bética, e, com a integração desta área na esfera política romana, não se assiste a uma alteração desta situação, mas sim a um intensificar dessa mesma produção. Os dados sobre o peso do consumo do vinho itálico, nos dois núcleos urbanos de Faro e Castro Marim, face aos restantes produtos alimentares (preparados piscícolas, produtos da uva e azeite) são discutidos *infra*.

#### 2.4. A *terra sigillata*

A *terra sigillata* conheceu uma ampla distribuição por todo o território da província da Lusitânia e também pelo território algarvio, num período genericamente compreendido entre as últimas décadas do séc. I a.C. e o último quartel do séc. VI ou mesmo os inícios do séc. VII d.C. No entanto, os três núcleos urbanos estudados apresentam diferentes ritmos de aquisição/consumo deste tipo de produtos ao longo deste amplo período que importa caracterizar de forma mais datalhada.

Em Castro Marim, a quase totalidade da *terra sigillata* foi importada no período compreendido entre o reinado de Augusto e os finais do séc. I ou os inícios do século seguinte. Durante esse período, o maior volume de importação registou-se entre o reinado de Cláudio e os Flávios, e corresponde à chegada de quantidades apreciáveis de *terra sigillata* do sul da Gália. Nesta fase, o sítio recebeu ainda *terra sigillata* hispânica precoce ou cerâmica do tipo Peñafior (produzida no Vale do Guadalquivir), além das produções hispânicas de Tricio (no Vale do Ebro) e Andújar (igualmente no vale do Guadalquivir). A presença de escassos fragmentos de *sigillata* clara A, C e Luzente foram considerados como episódios esporádicos, que não documentam uma ocupação efectiva da área do Castelo na fase tardia.

Em Faro e em *Balsa*, a importação de *terra sigillata* distribuiu-se por um período mais amplo, mas o seu volume nem sempre foi igual, tendo sofrido oscilações significativas ao longo de quase seis séculos (Anexo 2).

O primeiro aspecto que sobressai da simples observação da Figura 16 em que se procurou comparar a percentagem das diferentes categorias de *terra sigillata* presente nos três sítios é a relativa semelhança no perfil de importação e o facto de a *terra sigillata* sudgálica ter sido a que maior percentagem registou. Este elevado valor dos produtos do Sul da Gália, concretamente do centro produtor de La Graufesenque, é um traço identificador dos três conjuntos algarvios, distinguindo-os dos restantes núcleos urbanos como Belo, na Bética, e das cidades lusitanas de Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975) e de Santarém (Viegas, 2003a), apesar desta categoria cerâmica deter sempre uma percentagem significativa nestas cidades.

A percentagem de *sigillata* de tipo itálico corresponde a 6,3 % em Faro e a 7,6% em *Balsa*, valores que não se afastam muito do que se encontra na cidade de Belo (Bourgeois e Mayet, 1991). A elevada percentagem deste tipo de cerâmica em Castro Marim (21,9%) pode explicar-se por diversos factores, a que não é alheia a questão puramente estatística que reside no facto de não se registarem aí praticamente nenhunsexemplares de *sigillata* tardia, africana ou de outra proveniência (Figura 17).

Para a obtenção da percentagem de *sigillata* hispânica, somou-se as produções hispânicas do tipo Peñafior e as originárias de Tricio e Andújar, registando-

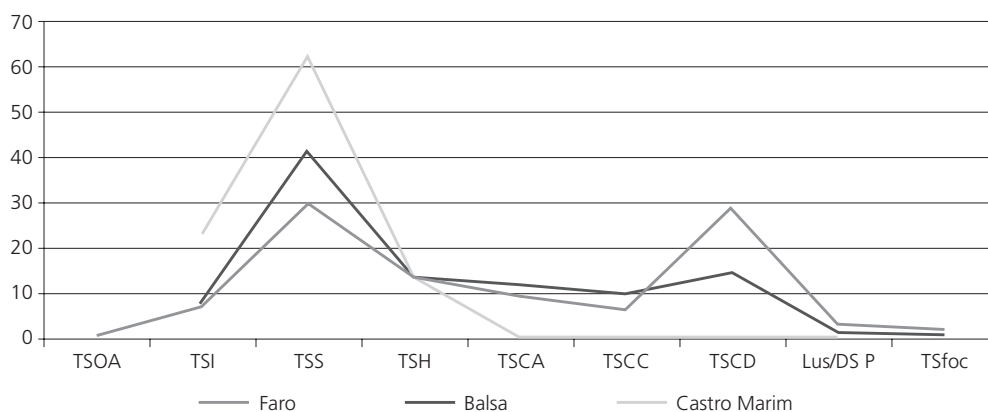


Fig. 16 – Comparação da percentagem das diferentes categorias de terra *sigillata* em Faro, Balsa e Castro Marim (NMI)

-se, curiosamente, nos três sítios valores idênticos, mas que diferem claramente de cidades como Conímbriga, onde o peso das importações de Tricio «forçou» a retirada dos mercados da *sigillata* sudgálica algumas décadas antes do que registou nas cidades algarvias, como veremos com maior detalhe *infra*. A forte expressão da *sigillata* hispânica em S. Cucufate (30%), por seu lado, mostra o progressivo aumento de poder de aquisição, a partir do séc. II, e que se traduzirá, entre outros aspectos, em importantes campanhas de obras de construção/remodelação da *villa* (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990).

Tudo aponta para que as importações que tiveram lugar nos primeiros dois séculos da nossa era tenham sido superiores às do período Baixo Imperial, quer em Faro (61.7%), quer em Balsa (73,9%), notando-se o seu lento decair nas cidades a partir desta fase. Esta realidade, que se regista igualmente nos núcleos urbanos de Conímbriga e Santarém, merece ser também observada à luz de outros materiais, como por exemplo as importações anfóricas. Actualmente discute-se se este fenómeno pode ou não relacionar-se com a forma como se processou a deposição dos lixos, a partir do séc. II, colocando-se também a questão da transformação dos hábitos alimentares que o Cristianismo introduziu (Hawthorne, 1997). Por outro lado, como foi possível observar nas duas cidades algarvias, verificou-se que os diferentes sectores das cidades (sector 1, 2 e 3 em Balsa e área das sondagens do Museu Municipal e local onde se recuperou o mosaico do Oceano, em Faro) registaram importações mais significativas em momentos diversos, mostrando a evolução de distintas áreas da cidade a vários ritmos. Assim, não deixa de ser um tanto redutora a imagem que tendemos a extrair dos materiais de uma cidade vistos no seu todo. Os dados recentemente divulgados sobre as marcas de oleiro de *terra sigillata* itálica, sudgálica e hispânica da cidade de Lisboa mostram uma situação idêntica quando se comparam dois sectores diferenciados da cidade antiga: a Praça da Figueira e a Sé (Silva, 2005, p. 283-284). As diferenças dizem respeito não só ao perfil cronológico das importações

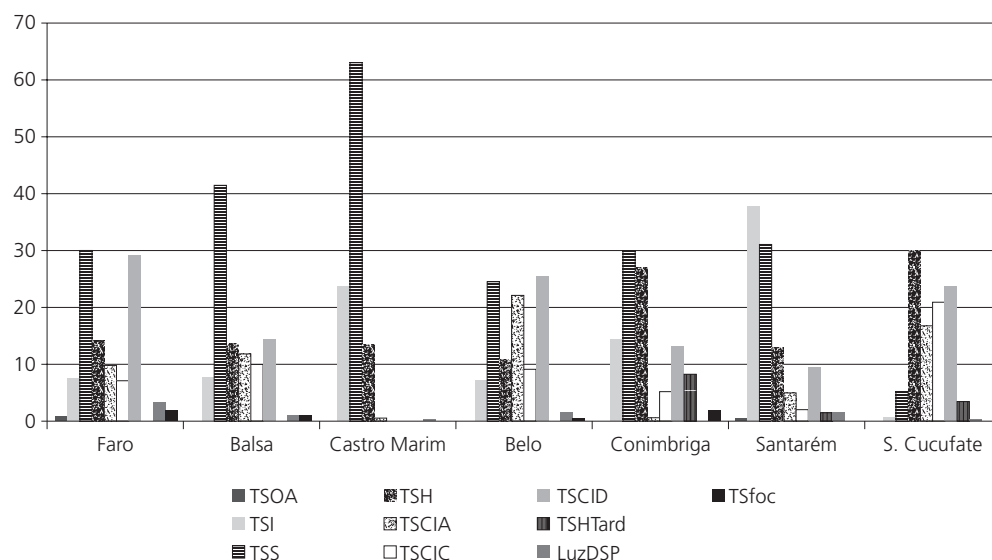


Fig. 17 – Comparação da percentagem das diferentes categorias de *terra sigillata* em Faro, Balsa, Castro Marim, Belo, Conímbriga, Santarém e S. Cucufate

de *terra sigillata*, sendo também diversos os oleiros representados nas duas áreas da cidade.

A *sigillata* Clara A, cujo início de importação teve lugar ainda durante o período dos Flávios, regista uma percentagem muito superior à de outros núcleos urbanos como Santarém ou Conímbriga. Deve relativizar-se, de certo modo, a muito elevada expressão desta cerâmica em Belo, pois foram contabilizadas nesta categoria algumas das formas mais comuns de cerâmica de cozinha africana como a Hayes 23 A e B e 181. Só assim se explica que este grupo some 21,9% do total da *sigillata* da cidade Bética. A *sigillata* Clara C mostra, de um modo geral, uma proporção idêntica nos diversos núcleos urbanos onde ocorre, com valores entre os 5 e os 10%, divergindo apenas a *villa* de S. Cucufate, onde perfaz 20,5% do total, como testemunho do seu desenvolvimento no Baixo Império.

Não dispomos ainda de dados estratigráficos que o comprovem, mas tudo aponta, como referimos, para que tenha sido durante o período dos Flávios que a *sigillata* Clara A começou a ser importada para Faro e Balsa. Contudo, terá sido apenas a partir de meados do séc. II que estas importações parecem ganhar importância. Este aspecto tinha já sido destacado por M. Delgado, nos anos 60, quando estudou materiais recolhidos em Museus do Alentejo e Algarve (Delgado, 1968, p. 45-66).

A fase final das importações fica marcada pelo abastecimento a partir do Norte de África, de *sigillata* Clara D, estando também representadas as produções tardias da Gália e as *sigillatas* focenses tardias, originárias do Mediterrâneo oriental. A *sigillata* Clara D atinge uma elevada proporção em Faro, o que encontra paralelo na cidade de Belo. Esta percentagem não foi, no entanto, excessivamente valorizada por A. Bougeois e F. Mayet, que chamaram a atenção para o facto de

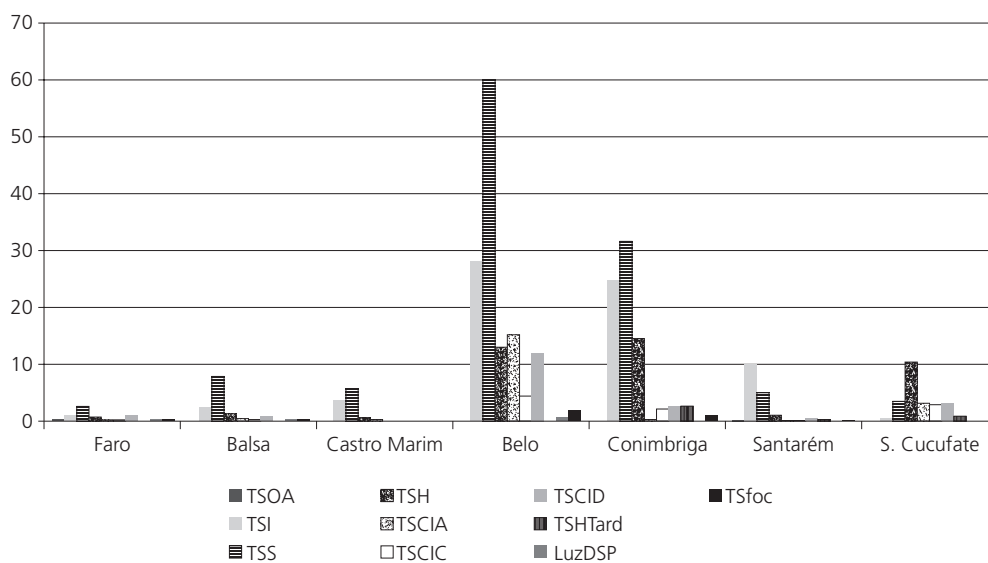


Fig. 18 – Comparação das médias anuais das diferentes categorias de terra sigillata em Faro, Balsa e Castro Marim, Belo, Conimbriga, Santarém e S. Cucufate

este tipo de cerâmica ter chegado à cidade bética durante um longo período de tempo. Este facto levou-nos igualmente a ponderar os dados que foram obtidos, utilizando a metodologia destas investigadoras, em que se calculam os valores médios anuais das importações de *sigillata* para os sítios estudados.

Além de mostrar a real dimensão das amostras em causa, pois os cálculos são feitos a partir dos valores brutos, o gráfico (Figura 18) onde se representam estas médias anuais permite igualmente destacar dois aspectos. Por um lado, sai reforçada a presença da *sigillata* sudgálica e, por outro, os valores das médias anuais de *sigillata* Clara D ficam reduzidos ao seu verdadeiro significado. A maior parte da *sigillata* Clara D chegou às cidades algarvias até aos meados do séc. v, mas as importações continuaram, ainda que revelando um volume menor, até ao terceiro quartel do séc. vi, ou mesmo até ao início do séc. vii. Não restam dúvidas, no entanto, que os sítios algarvios deixaram de receber estas cerâmicas nesta época, pois, ao contrário do que sucede em outras áreas costeiras da Península Ibérica, como por exemplo a costa da actual Catalunha (antiga Tarraconense), cidades como Cartagena (Ramallo Asencio e Ruiz Valderas, 2000; Madrid Balanza, Murcia Muñoz e Santaella Pascual, 2000) e Tarragona (Macias Solé e Remolà Vallverdu, 2000) recebem *sigillata* Clara D em pleno séc. vii.

Representadas por percentagens sempre muito reduzidas, as produções tardias da Gália, a *sigillata* luzente e paleocristã (DSP), encontram-se em Faro e em Balsa, sendo a sua presença em Castro Marim entendida como um episódio isolado. Estas cerâmicas mostram a vitalidade das importações destas cidades na sua fase mais tardia, o que constitui um facto testemunhado também pela presença de importações de *sigillata* focense tardia.

A apresentação da *terra sigillata* dos três núcleos urbanos pode ser ainda enquadrada através da comparação com outros locais como Belo, Conímbriga, Alcáçova de Santarém ou S. Cucufate. Trata-se de sítios bem conhecidos da arqueologia portuguesa e espanhola, cuja selecção, enquanto elemento de comparação, cumpre uma função determinada. Assim, a cidade de Belo (Bourgeois e Mayet, 1991) é comparada por constituir um excelente exemplo de um núcleo urbano costeiro meridional que utilizou o comércio marítimo como principal via de abastecimento, sendo também particularmente interessante, pela proximidade geográfica, mesmo pertencendo à província da Bética. Em oposição a esta realidade meridional e costeira, a cidade de Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975) traduz um modelo de consumo que se baseia essencialmente no comércio por via terrestre. A sua situação geográfica explica, em parte, este fenómeno e a importação de *terra sigillata* espelha esta mesma realidade. Outro núcleo urbano, a Alcáçova de Santarém, partilha igualmente algumas características das cidades que tiveram como principal fonte de abastecimento o comércio marítimo/fluvi-al, tendo conhecido uma quebra nas importações a partir do séc. II. Por fim, a comparação com um sítio como S. Cucufate (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990) é pertinente, pois esta *villa* rural do interior Sul de Portugal mostra um padrão de importação divergente dos anteriores, com um maior relevo para as importações em período Baixo imperial.

Numa aproximação às diferentes categorias de *terra sigillata*, e numa análise mais detalhada, constata-se que a presença da *sigillata* oriental A está documentada apenas no conjunto de *Ossonoba*, não se encontrando qualquer fragmento nem em *Balsa*, nem em Castro Marim. O exemplar ossonobense pertence a um prato do tipo Hayes 3, que juntamente com a forma Hayes 4 corresponde a um dos tipos mais comuns do séc. I a.C. nos sítios do Mediterrâneo Oriental (Hayes, 1985, p. 14-15). A ocidente, na Península Itálica, as formas 3 e 22 são também das mais comuns (Malfitana, Lund e Poblome, 2005, p. 201, Tabela 2). Identificada pela primeira vez no território hoje português entre a *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém, a *sigillata* oriental A está também representada em Alcácer do Sal (Sepúlveda, Faria e Faria, 2000, p. 146, n.º 36). Tratando-se de uma categoria cerâmica cuja difusão teve lugar sobretudo na vertente oriental da Bacia do Mediterrâneo a sua presença na Península Itálica tem sido entendida como testemunho do processo de romanização e como sinal da intensificação do comércio que envolvia aquela região (Malfitana, Lund e Poblome, 2005, p. 203). Referindo-se à sua comercialização para a costa mediterrânea do território espanhol, Hayes considera que esses achados, ainda que por vezes associados a outros produtos orientais, devem ser entendidos como esporádicos ou fruto de «(...) arrivages fortuits, produits d'un système de cabotage (...)» (Hayes, 2001, p. 151).

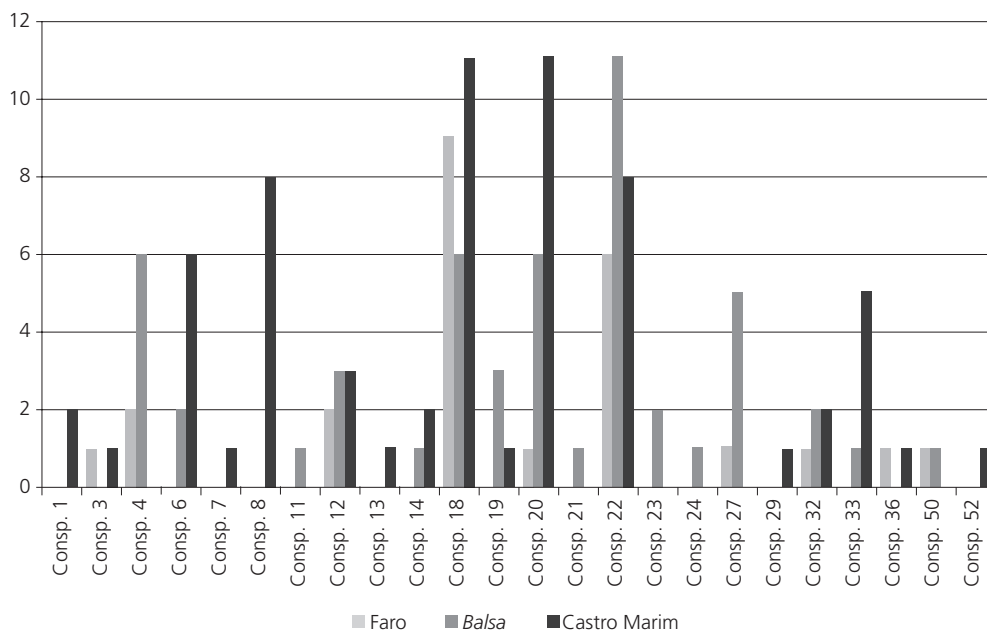


Fig. 19 – Distribuição das formas de *sigillata* de tipo itálico de Faro, Balsa e Castro Marim (NMI).

Os diversos centros produtores situados na Península Itálica foram responsáveis pelo abastecimento de cerâmicas finas aos três núcleos urbanos algarvios, apresentando uma percentagem de 6,9% em Faro, 7,6% em Balsa, valor idêntico ao da cidade de Belo e superior em Castro Marim (14,3%).

Do ponto de vista tipológico, os conjuntos apresentam uma diversidade considerável se atendermos ao número relativamente reduzido de peças, mostrando, no entanto, um padrão de importação bastante semelhante nos três sítios (Figura 19 a 21), com uma maioria de formas pertencentes ao chamado serviço II de Haltern, que é composto pelo prato da forma Consp. 18 e 20 e pela taça, Consp. 22. O prato de paredes curvas da forma Consp. 4, nas suas variante 4.4 e 4.5, conheceu também bastante popularidade e as taças dos tipos Consp. 27, 32, 33 e 36 estão igualmente bastante bem representadas. Algumas formas são exclusivas do conjunto de Castro Marim, como os tipos Consp. 1, 7, 8, 13, 15 e 28.

A julgar pelas marcas de oleiro, terá sido sobretudo o centro produtor de Pisa o principal exportador para o Sul da Lusitânia, sendo responsável por mais de metade (52%) das marcas de oleiro recuperadas. Segue-se Arezzo, que corresponde percentualmente a 27% dos oleiros desta amostra, registando-se ainda exemplares das oficinas do Centro de Itália e Pozzuoli (com 7% cada) (Figura 22 e 23).

Regista-se uma primazia dos oleiros do grupo dos ateianos como Cn. Ateius (3), Crestus ou Xanthus (2), que têm uma vasta produção, bem documentada em todo o mundo romano, com especial incidência para as províncias do Norte

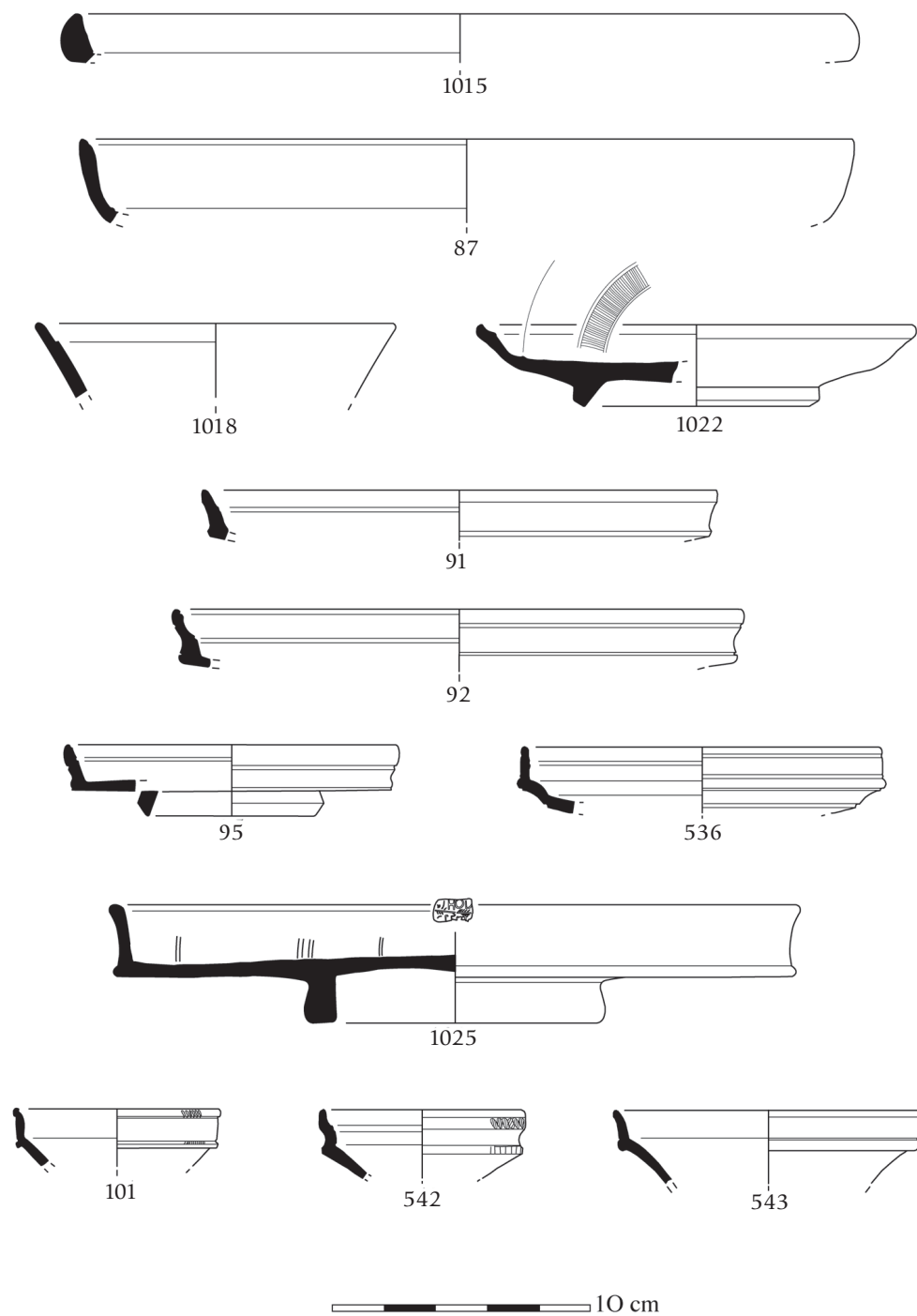


Fig. 20 – Faro, Balsa e Castro Marim. *Terra sigillata* de tipo itálico.



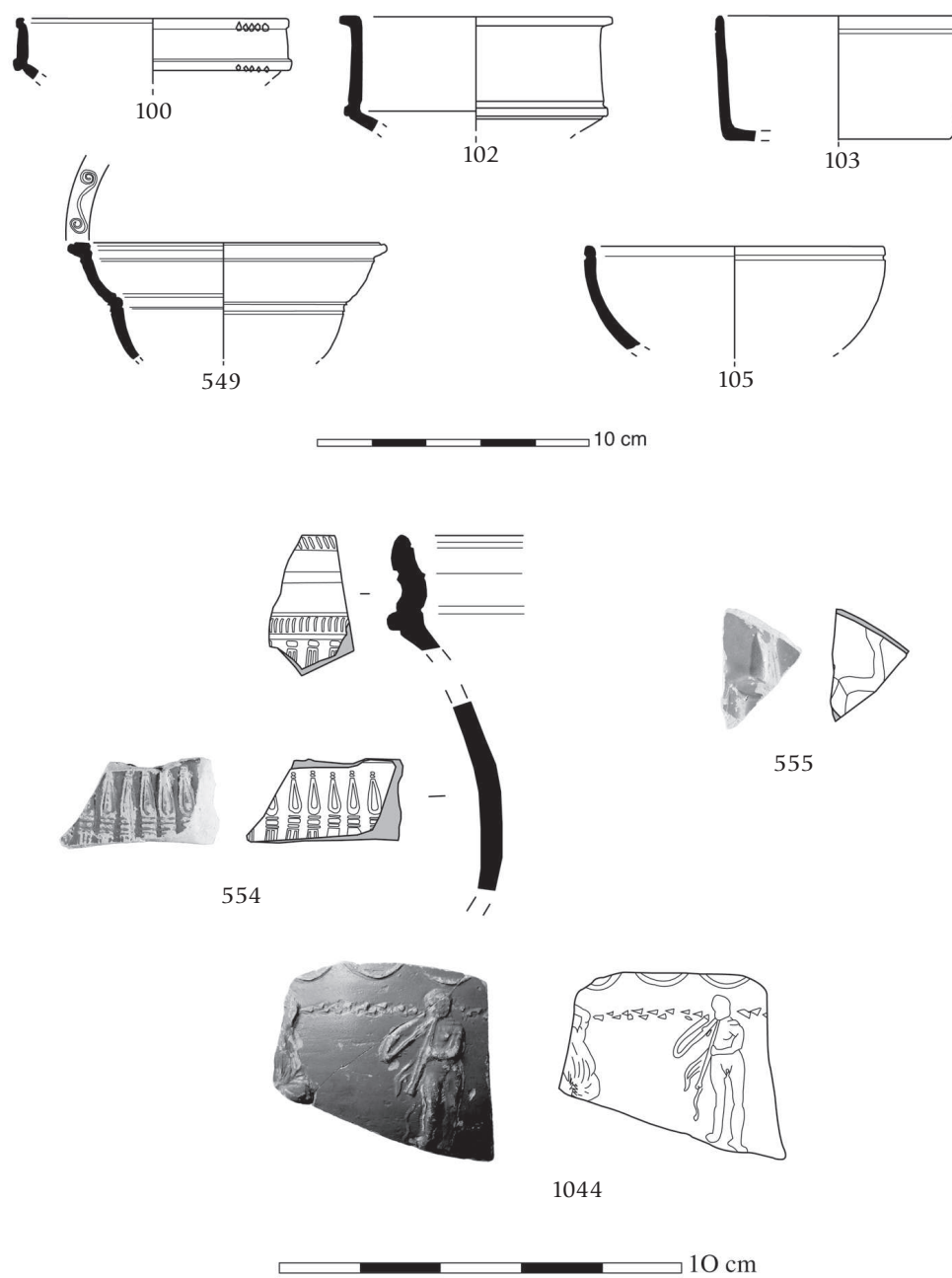


Fig. 21 – Faro, Balsa e Castro Marim. *Terra sigillata* de tipo itálico decorada.

Nº Inv./	Oleiro	Leitura	OCK	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Cronologia	Publicação
MFaro 70564	AnthVs (1)	(N?)THVS	200	Pozzuoli	Indet.	Fundo int.	Rectang. ângulos arredond.	10 a.C. - 10 d.C.	Viegas 2009, Est. 8 Nº 110
MFaro 64834	ATEIVS	ATEI	268.145	Pisa	Prato Indet.	Idem	In planta pedis	5 a.C. - 25 d.C.	Viegas 2009, Est. 8 Nº 111
MFaro 70435	CN.ATEIVS (2)	N.ATEI	275.28	Arezzo	Prato Consp. B 1.4	Idem	Radial Rectang.	15 - 5 a.C.	Viegas 2009, Nº 112
Faro Gamito e Maia 1976	CN.ATEIVS (3)	CN.ATE	276	Pisa	Prato Consp. 18.2	Idem	Trifolio	5 a.C. - 40 d.C.	Gamito e Maia, 1976
MFaro 70522	CRESTVS	CRESTI com S retrógrado	698.30	Pisa/Lyon	Taça Consp. B 4.14	Idem	Rectang.	10 a.C. - 30 d.C.	Viegas 2009, Est. 8 Nº 113
MFaro 70544	XANTHVS (2)	XANTI com N retrógrado	2536.67	Pisa	Taça Consp. B 4.12	Idem	Rectang.	5 a.C. - 50 d.C.	Viegas 2009, Est. 8 Nº 114
Balsa MNA 2004. 141.46	C.VIBIENVS (2)	CVIBI	2373	Arezzo	Indet.	fundo	Elipse Próximo de OCK 631	1-40 +	Viegas 2006, p. 26, Est. 2, nº 28
Balsa 14707	C.VIBIENVS (2)	C.VIB	2373.32	Arezzo	taça	fundo	Rectang.	1-40 +	Nolen, 1994, si-14, p. 66, est. 10, fig. 20.
Balsa	L.RASINIVS PISANVS	[...] INPISANI	1690.55	Pisa	taça	fundo	em forma de crescente	50-120	Nolen, 1994, si-16, p. 66, est. 10, fig. 20.
CM	(CN.)ATEIVS CRESTVS+ EVHODVS	?HOD/ CRE(S?)T	286.6	Pisa	Consp. 20.4	Idem	Próximo do tipo 283 OCK.	5 a.C. - 10 d.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1045
CM	GALLVS	GALL / ?? FE	864	Centro de Itália	Indet.	Fundo interno	Rectang. com duas linhas	10 a.C - 30 d.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1046
CM	Escravo PRIAMVS de A. SESTIVS	PRIAMI / A. SEST	1942.4	Arezzo (?)	Prato	Radial Fundo interno	Rectang. ângulos arredond.	30 - 10 a.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1047
CM	Escravo CANOPVS de STATILIA	CANO-PVS-/ STATI(L?) IAE	1991	?	Indet.	Idem	Idem	20 - 1 a.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1048
CM	C.VIBIENVS (2)	C.VB	2373.78	Arezzo	Indet	Idem	Tipo 458 OCK extremidade dupla arredond.	1 - 40 d.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1049
CM	XANTHVS (2)	XATH	2536.25	Pisa	Taça	Fundo interno	Ovalada	5 a.C. - 50 d.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1050
CM	XANTHVS (2)	N?THI N retrógrado	2536.25	Pisa	Taça	Idem	Rectang. de ângulos arredond.	5 a.C. - 50 d.C.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1051
CM	T. Ver(a)nius Dauus ?	TVE	2342	Desconh.		Idem	Idem	Desconh.	Viegas 2009, Est. 84 Nº 1052

Fig. 22 – Marcas de oleiros itálicos em Faro, Balsa e Castro Marim

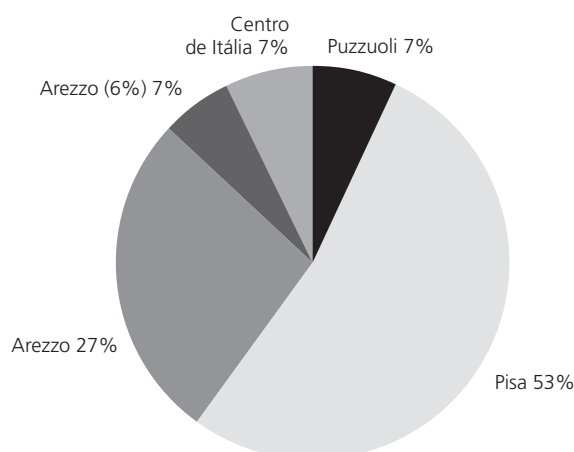


Fig. 23 – Origem das marcas de oleiro de *terra sigillata* de tipo itálico de Faro, Balsa e Castro Marim.

(sobretudo a *Germania*) (OCK<sup>3</sup>, CD-Rom). O oleiro aretino C. Vibienus, cuja produção se centra na primeira metade do séc. I d.C., encontra-se bem representado por três marcas. Outros oleiros, também presentes nas cidades algarvias, registam muito poucas ocorrências no *Corpus Vasorum Arretinorum* (OCK), como é o caso de Anthus (1) de Pozzuoli, cuja distribuição para a Hispânia se encontra apenas assinalada por dois únicos exemplares na Tarraconense. A produção do escravo Priamus de A. Sestius, possivelmente originário de Arezzo (?), encontra-se documentada por apenas 15 exemplares no OCK (CD-Rom), sendo a marca radial de Castro Marim enquadrada nas fases mais recuadas da produção deste oleiro, que laborou entre 30 e 10 a.C. Igualmente pouco frequente e correspondente às fases mais antigas da produção itálica da marca do escravo Canopus de Statilia conhecem-se escassas 22 marcas no OCK, parecendo ser a primeira vez que a marca ocorre com a grafia do exemplar castro marinense. Além do sítio algarvio, a marca é conhecida sobretudo na Península Itálica, sem que se conheça, com exactidão, a origem da sua produção na Hispânia e na Tarraconense (dois exemplares), além de um exemplar em Lisboa (Silva, 2005). A presença do oleiro L. Rasinius Pisanus constitui exemplo de que as importações itálicas se mantiveram, ainda que com um carácter bastante esporádico, na segunda metade do séc. I, atestando a presença da produção tardo-itálica em Balsa, numa fase em que a cidade se abasteceu de cerâmica fina de mesa, preferencialmente no mercado sudgálico. A presença de marcas tardo-itálicas em solo algarvio é uma realidade igualmente na sua vertente ocidental, por exemplo na cidade de Lagos, onde o

<sup>3</sup> OCK= OXÉ, A.; COMFORT, H.; KENRICK, P. (2000) – *Corpus Vasorum Arretinorum. A Catalogue of the signatures, shapes and chronology of Italian sigillata* [CD-Rom]. Second edition completely revised and enlarged. Bonn: Rudolf Habelt GmbH. (Antiquitas; 3: 41).

oleiro L. Rasinius Pisanus se encontra também documentado, além de uma forma tardo-itálica com decoração de barbotina (Ramos e Almeida, 2005).

O perfil de importação que as marcas de oleiro itálicas deixam antever revela uma realidade de importação para o Sul da Lusitânia distinta da que se observa, por exemplo, na cidade de Lisboa (Praça da Figueira), onde as marcas aretinas são maioritárias e se encontram oficinas ligadas sobretudo a Publius Cornelius (Silva, 2005, p. 265-269). Se por um lado a distribuição do grupo de Ateius beneficiou da transferência de parte da sua produção para Pisa, em torno a 5 a.C., verifica-se que existe uma preferência das exportações de Cornelius para ocidente, para a Península Ibérica e Marrocos, colocando-se mesmo a hipótese deste oleiro possuir propriedades na Hispânia (OCK, p. 46). Nesta concorrência que parece ter existido na Península Ibérica entre grupos de oficinas ligados a Cneus Ateius e a Publius Cornelius, o sul da Lusitânia aproxima-se mais do que se conhece para Mérida, cidade onde os «ateianos» se encontram em maioria. Recorde-se que a presença de marcas de oleiros ligados ao grupo de Ateius é superior em Conímbriga, embora não se encontrem nesta cidade as formas decoradas atribuídas a este oleiro (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 7-8). Segundo R. Banha da Silva, a forte presença de P. Cornelius em *Olisipo* poderia estar relacionada com um abastecimento aos efectivos militares no NO da Península Ibérica, tendo o vale do Tejo desempenhado um papel relevante nesse quadro (Silva, 2005, p. 295-296). A presença de oleiros tardo-itálicos é uma realidade em *Olisipo*, onde está representada a produção de Sextus Murrius Festus e C.P.P. (Silva, 2005, p. 116-119).

O panorama da distribuição das marcas de oleiro em *terra sigillata* de tipo itálico no território algarvio é relativamente pobre, não estando publicados conjuntos tão abundantes como os que agora damos a conhecer. Entre o material recuperado nas dragagens do rio Arade (Portimão) encontra-se a marca do oleiro Crisp ( ) (OCK, 700), datado entre 10 a.C. e 15 d.C., e cujo local de produção se desconhece (Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987, fig. 3, 3). No sítio da Lezíria, que dista cerca de 600m do Castelo de Castro Marim, ocorre a marca de Crestus (OCK, 698), oleiro de Pisa /Lyon (Arruda e Dias, 1985, p. 119), cuja produção está também atestada em Faro, além do oleiro aretino Stabilius (Arruda e Dias, 1985). Na *villa* de Milreu<sup>4</sup>, a única marca itálica conhecida até ao momento resume-se à publicada nos anos 70 por A. Alarcão pertencente a Chrestus (OCK 553), oleiro de proveniência desconhecida que produziu entre 15 a.C. e 15 d.C. (Alarcão, 1971, p. 45-78). A distribuição dos produtos itálicos através do vale do Guadiana encontra-se testemunhada por escassos exemplares de marcas de oleiro recolhidas em Mértola, como é o caso do oleiro pisano Cn. Ateius Zoilus (datado de 15 a 50 d.C.) e do aretino (?) Felix P. Cornelius, com cronologia de

<sup>4</sup> Ver igualmente F. Teichner (2008, vol. II, p. 43-45).

5 a.C. (Alarcão, 1971). Ainda no curso do Guadiana, no Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), ocorre uma marca do oleiro aretino P. Cornelius, cuja cronologia se encontra estabelecida entre 5 a.C. e 40 d.C. (Diogo, 1980a, p. 51).

Os dados que se acabam de apresentar mostram que, mesmo sendo majoritária a presença de oleiros do grupo dos «ateianos», os «cornelianos» também estão presentes no sul da Lusitânia, com maior concentração no vale do Guadiana, como o demonstram os achados de Mértola e do Montinho das Laranjeiras.

Do ponto de vista cronológico, constata-se, como se viu através das marcas de oleiro, que o momento áureo das importações é coincidente nos três sítios, centrando-se no final do reinado de Augusto e durante o período de Tibério. No entanto, é importante referir que se no caso de *Balsa* esta fase corresponde ao início da ocupação romana conhecida, em Faro e em Castro Marim a presença de *sigillata* de tipo itálico marca o prosseguir de uma tradição de abastecimento anterior. Nestes sítios assiste-se a uma continuação de importação de produtos que teve início nas fases mais antigas da presença romana no território do Sul do que viria a ser a província da Lusitânia, importação essa que tinha como «motor» o abastecimento de vinho itálico transportado em ânforas do tipo Dressel 1, proveniente da costa tirrénica. Associada a esta importação de produtos alimentares, chegaram igualmente produtos como a cerâmica de verniz negro ou campaniense (campaniense A, ou campaniense B originária da Estrúria ou de Cales), a cerâmica de paredes finas ou mesmo a cerâmica comum itálica e a cerâmica de engobe vermelho pompeiano.

Para as fases iniciais da importação de *sigillata* itálica em Faro e Castro Marim, destaca-se a presença de marcas de oleiro em posição radial, permitindo ampliar a sua carta de distribuição no território actualmente português. A presença, em Castro Marim, de um conjunto relevante de importações de *sigillata* itálica relativamente antiga, face à cronologia habitual da sua difusão, remete para a importância que o sítio teve nesta fase inicial do período imperial, em continuidade com a anterior fase tardo republicana. Esta relevância relaciona-se, certamente, entre outros aspectos, com a sua posição estratégica junto à via fluvial que o rio Guadiana constituiu. A possibilidade de esta implantação ter tido um papel de «apoio/fiscalização» das actividades mineiras da região mais a norte, não deve ser igualmente excluída.

Paradoxalmente, em Faro, não se encontram associados às marcas radiais, muitos exemplares de formas pertencentes às fases iniciais da produção itálica, e não temos notícia de quaisquer fragmentos de *sigillata* de verniz negro. Também estão ausentes dos conjuntos algarvios as peças fabricadas com argilas e vernizes ainda característicos da fase dita experimental das produções itálicas que se tinham identificado entre os materiais da Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003a, p. 69).

Esta ausência das formas mais antigas da produção itálica leva-nos a supor que, apesar de não ter existido uma ruptura no abastecimento originário da Península Itálica, na segunda metade/finais do séc. I a.C., este conheceu um abrandamento

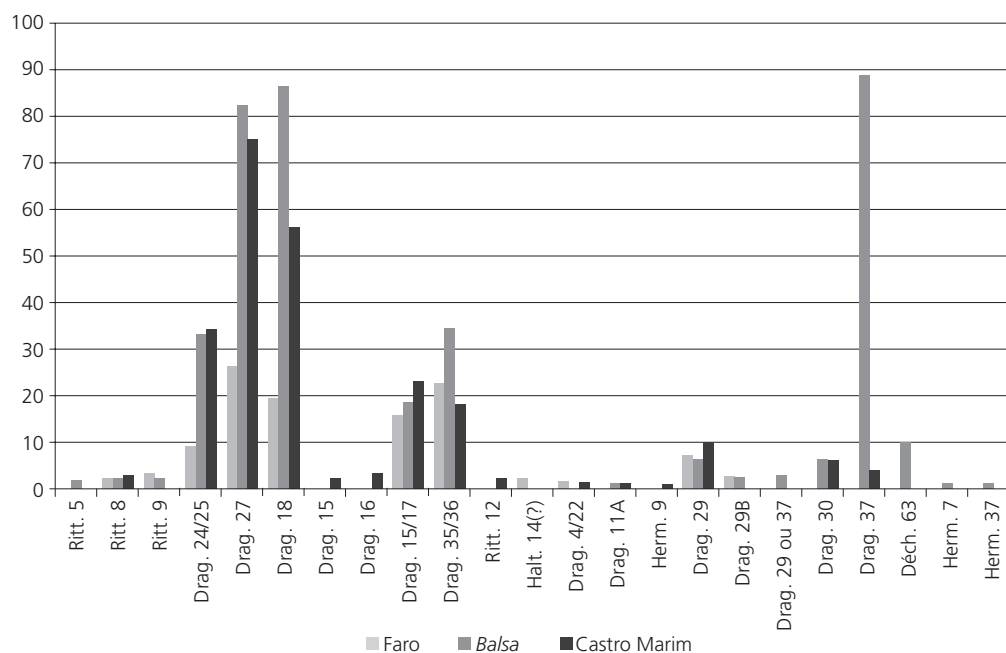


Fig. 24 – Distribuição das formas de *sigillata* sudgálica de Faro, Balsa e Castro Marim (NMI).

mento significativo que terá sido retomado já nas primeiras décadas do séc. I d.C. A maior abundância de marcas originárias de Pisa é também sintomática desta realidade, pois este centro produtor conheceu uma «tiragem» mais significativa numa fase já avançada da produção da *sigillata* de tipo itálico, sobretudo a partir do «período B», centrado nos anos de 20 a.C. a 15 d.C. (OCK, p. 37).

Como já se afirmou, a elevada percentagem de *terra sigillata* sudgálica constitui um elemento caracterizador da importação e consumo de *sigillata* dos núcleos urbanos algarvios (Figura 24 e 25).

Atendendo aos dados tipológicos, uma vez que não se dispõem de contextos estratigráficos seguros, pode afirmar-se que o abastecimento às cidades algarvias se iniciou quando a *sigillata* de tipo itálico ainda se encontrava nos mercados. As primeiras importações de *sigillata* originária de La Graufesenque, ainda tímidas, tiveram lugar, muito provavelmente, durante o reinado de Tibério. Estas importações ganham progressivamente uma maior expressão durante os reinados de Cláudio e Nero, mas será sobretudo durante o período flávio que a maior parte da *sigillata* sudgálica chegou às cidades algarvias. Esta visão geral, e necessariamente redutora, pode, no entanto, ser mais pormenorizada, de forma a tornar possível destacar as diferenças que, apesar de tudo, se podem encontrar no abastecimento a Faro, Balsa e Castro Marim.

Quanto à distribuição das formas lisas, é claro nos três sítios o domínio dos tipos mais comuns, como taça da Drag. 24/25 e 27 e dos pratos Drag. 18 e Drag.

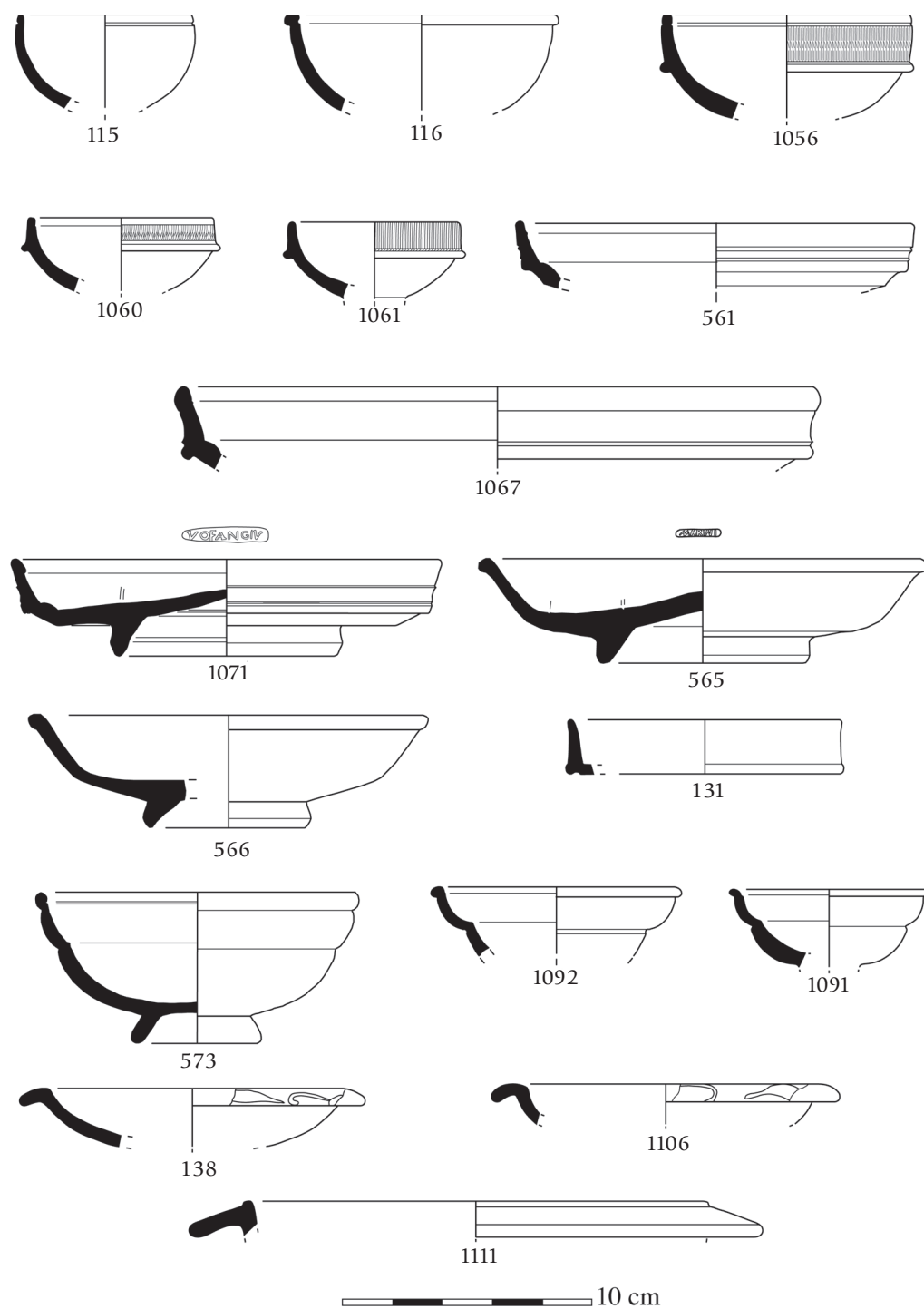


Fig. 25 – Faro, Balsa e Castro Marim. Terra sigillata sudgálica.

15/17. A forma Drag. 35/36 encontra-se igualmente representada por percentagens importantes, o que é bastante significativo, uma vez que esta forma constitui uma das mais comuns dentro das produções flávias de La Graufesenque. Outras formas constituem exemplos minoritários em Faro e *Balsa*, como é o caso das taças Ritt. 8 e 9 ou do prato da forma Drag. 15, 16 e 17, estes presentes apenas em Faro e Castro Marim, materiais cuja cronologia aponta para um momento anterior aos anos 60 do séc. I. Em Faro, regista-se ainda um exemplar da forma Halt. 14 (?), datado do primeiro e do segundo quartel do séc. I d.C. e outro Drag. 4/22 (de 40 /70), e, em Castro Marim, encontra-se um exemplar da forma Ritt. 12, datados das primeiras décadas da segunda metade do séc. I.

As formas decoradas, por um lado, e os motivos decorativos dos fragmentos datáveis, por outro, permitem igualmente reconhecer as fases de maior volume de importação das produções sudgálicas. As formas mais representadas são a Drag. 29, Drag. 30 e Drag. 37, sendo esta última claramente maioritária no conjunto de *Balsa*. Regista-se também a presença, ainda que pouco expressiva, da forma Drag. 11 em Faro e em Castro Marim e, neste último sítio, a forma Hermet 9 está também presente, o que confere ao conjunto castro marinense um carácter particular, pela diversidade de formas decoradas que aí se encontram. O cantil Déch. 63 e as formas fechadas Hermet 7 constituem outros exemplos de formas decoradas identificadas.

A leitura da **Figura 26**, onde se compara a cronologia dos fragmentos para os quais foi possível obter datação com base nos motivos ou esquemas decorativos,

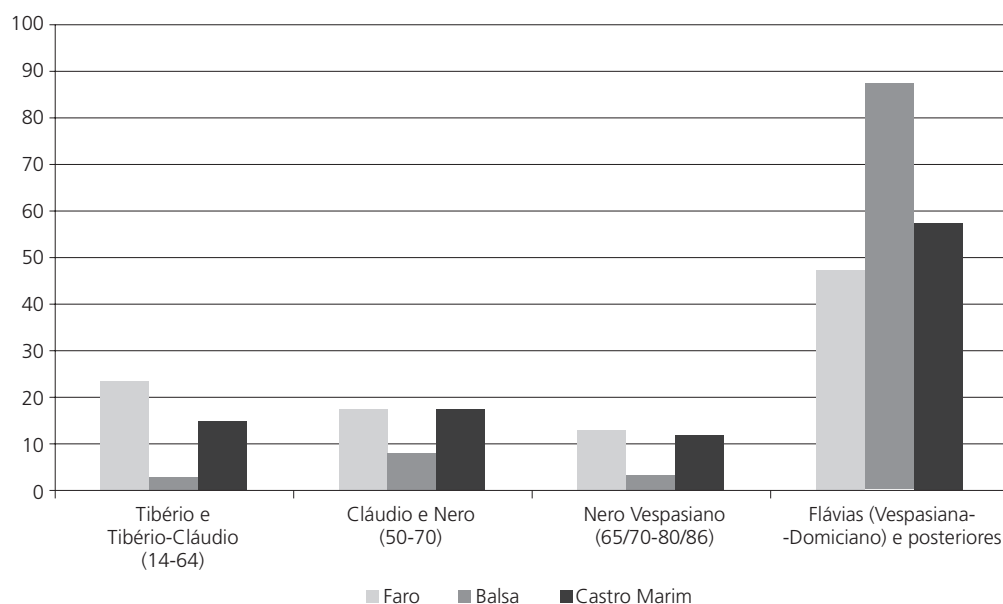


Fig. 26 – Percentagem dos fragmentos de *terra sigillata* sudgálica decorados segundo a sua cronologia. Faro, *Balsa* e Castro Marim.



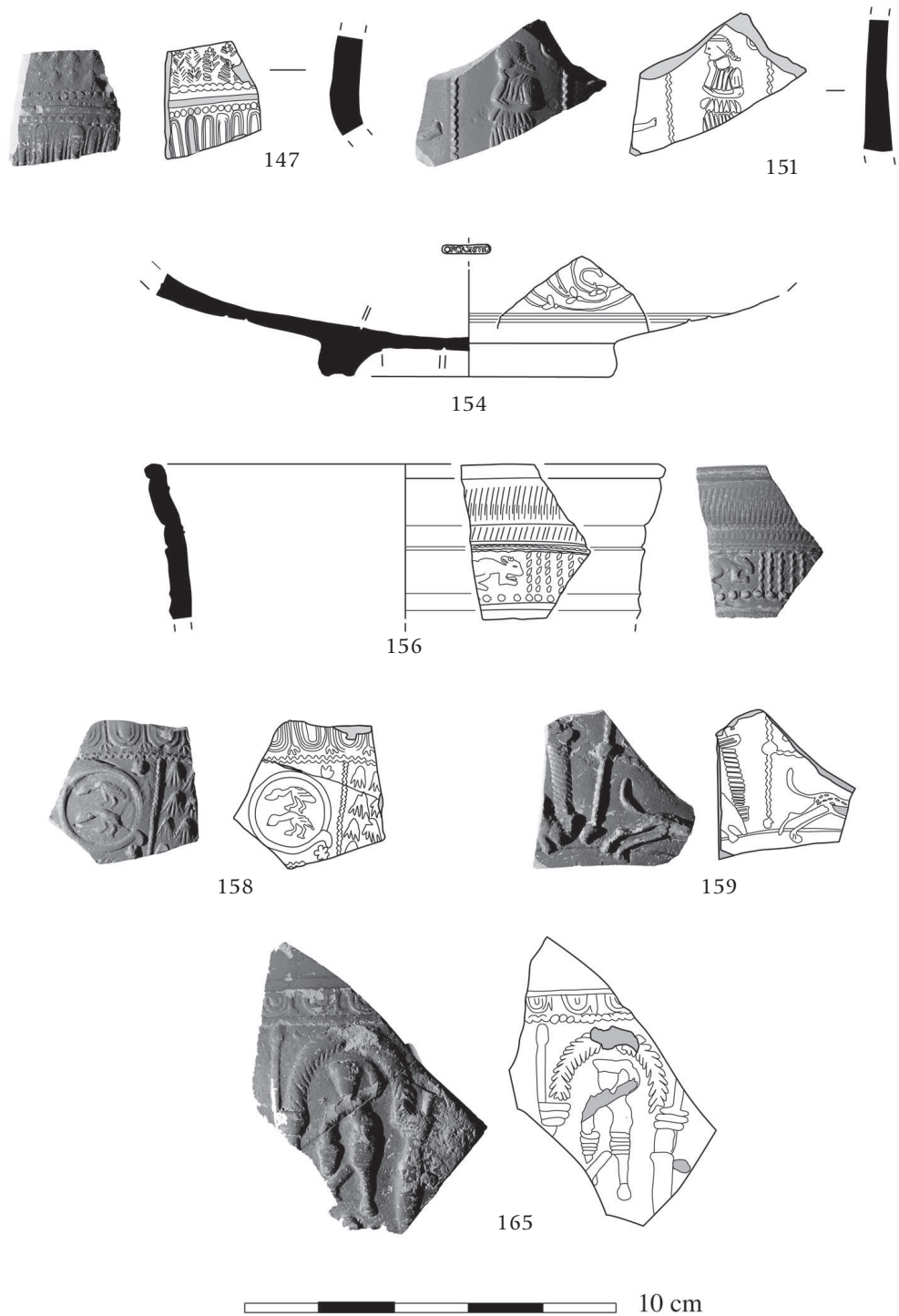


Fig. 27 – Faro. Terra sigillata sudgálica decorada.

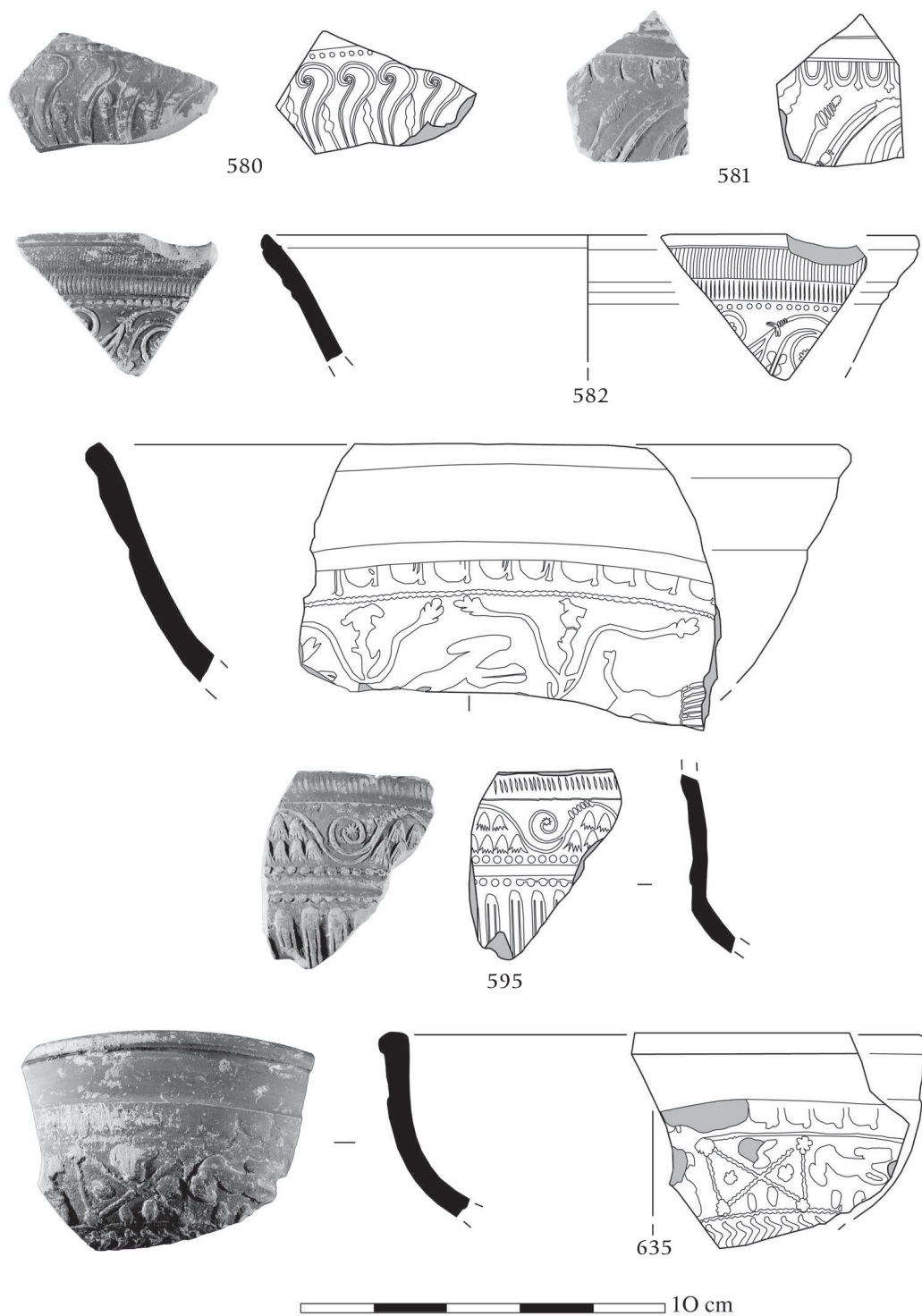


Fig. 28 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.

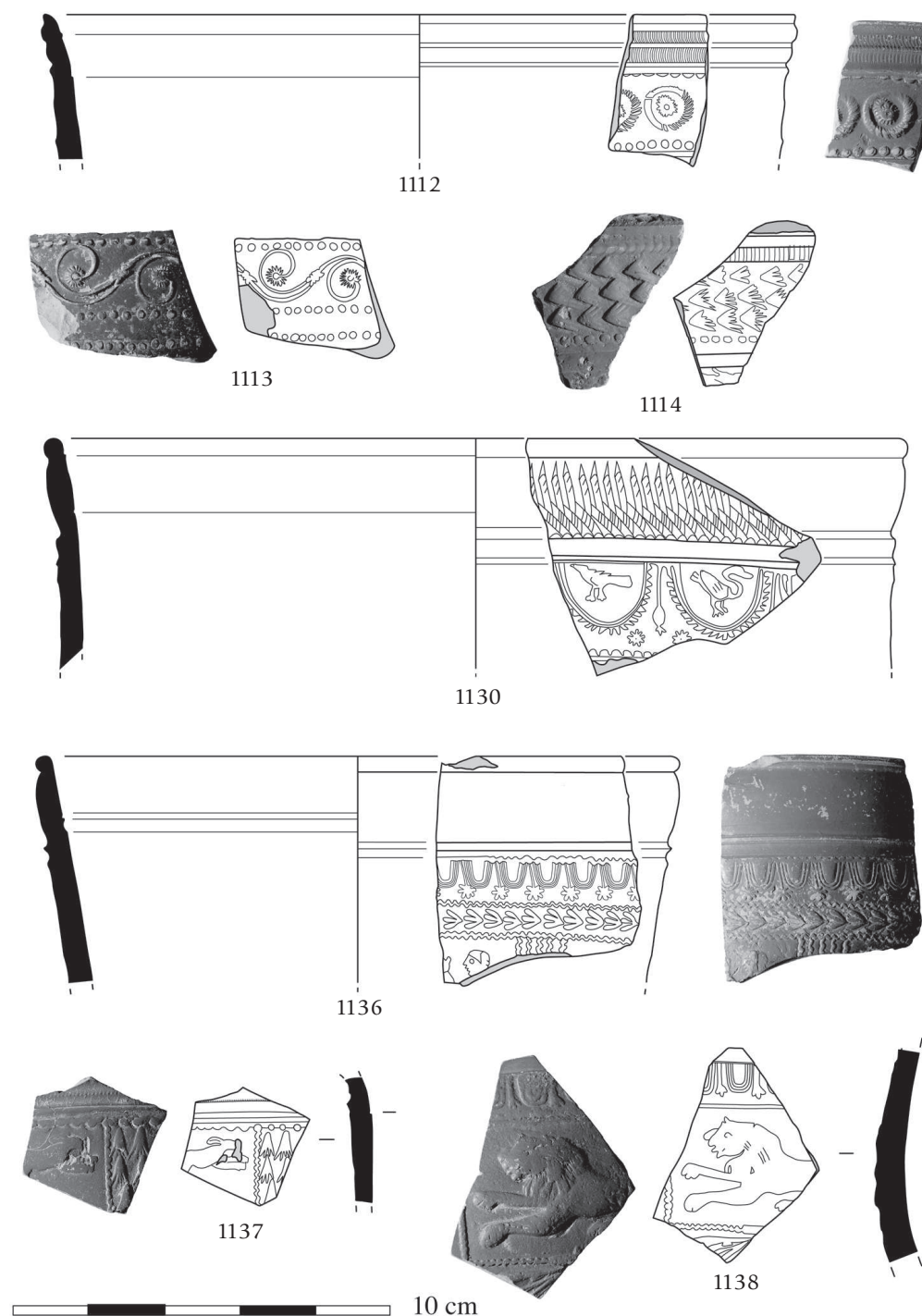


Fig. 29 – Castro Marim. *Terra sigillata* sudgálica decorada.

é também esclarecedora, quer em termos numéricos quer percentuais. Neste caso analisou-se o nmi (número máximo de indivíduos) para os fragmentos decorados. Tal como já se referiu, não parecem restar dúvidas que foi durante o período flávio que a maior parte da *sigillata* decorada foi importada para os três núcleos urbanos (**Figura 27 a 29**). Verifica-se, mesmo assim, que esta realidade possui matizes que devem ser destacados e analisados.

Se tudo aponta para que os materiais do período flávio sejam esmagadores em *Balsa*, o que a presença da forma Drag. 37 já deixava antever, constata-se que em Faro e em Castro Marim as importações anteriores são bastante significativas. Estas possuem percentagens apreciáveis, entre os cerca de 12% e 25%, durante todo o período de produção de La Graufesenque, desde a época de Tibério e Tibério-Cláudio, assim como nos reinados de Cláudio e Nero, o mesmo sucedendo com as peças que se atribuiu ao período de Nero e Vespasiano. Efectivamente, a percentagem de fragmentos decorados que se integram em período flávio é elevada nas cidades algarvias, o que constitui uma característica própria desta realidade costeira meridional. Verifica-se, ainda, que apesar de raras, as importações sob Trajano perduraram nestes sítios.

No período flávio, são abundantes os motivos e os esquemas decorativos com composições metopadas e painéis compartimentados e as figurações de personagens estão igualmente presentes. De um modo geral, as decorações encontram-se empastadas e pouco nítidas, mostrando uma moldagem deficiente, o que dificulta, por vezes, a identificação dos motivos, que se tornam mais grosseiros. Em *Balsa*, tinha sido colocada a possibilidade de uma série de fragmentos decorados pertencerem ao centro produtor de Banassac, aspecto justificado pelo carácter tardio do conjunto (Nolen, 1994, p. 72). Na amostra estudada posteriormente, verificámos que as decorações mais tardias destes oleiros se assemelham às do centro produtor de La Graufesenque, sendo por isso difícil a sua clara distinção. Mantém-se portanto em aberto a possibilidade de existirem, nas cidades algarvias, testemunhos de outros centros produtores além de La Graufesenque, como Banassac, ou mesmo Rozier como a marca de Sabinus poderá, eventualmente, testemunhar.

Outro aspecto relevante na análise do perfil de importação dos sítios em estudo corresponde à distribuição cronológica das marcas de oleiro (**Figura 30**). O conjunto das marcas mostra que ocorrem quase exclusivamente oleiros que produziram em La Graufesenque durante as diversas fases que a produção conheceu, desde Cláudio até às últimas décadas do séc. I, ou mesmo aos inícios do séc. II. Os oleiros das oficinas de maior produção encontram-se bem representados, mas os que registam relativamente menor número de ocorrências nas obras de referência consultadas (Oswald, 1931; Beltrán, 1990; Polak, 2000) estão também documentados. À excepção de Iucundus, Crestio e Secundinus, que ocorrem por diversas vezes, o primeiro em Castro Marim e os últimos em *Balsa*, os restan-

N.º	Oleiro	Leitura	Polak, 2000	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Cronologia	Ilustração
Faro 181	CANTUS	OF.CANT	p. 196	La Graufesenque	Indet.	Fundo interno	Rectang. com ângulos arredond.	Cláudio-Nero	Viegas 2009, Est. 13, nº 181
Faro 142	CAPITO	CAPITO F	p.197	Idem	Idem	Idem	Idem	Cláudio-Nero	Viegas 2009, Est. 13, nº 142
Faro 182	CELADUS	CE(I ?)	p. 201	Idem	Idem	Idem	Rectangular de extremidade bifida	Nero	Viegas 2009, Est. 13, nº 182
Faro 154	CRESTIO	OF.CRESTIO	p. 213	Idem	Drag. 29	Idem	Rectang. com ângulos arredond.	Pré-flaviano	Viegas 2009, Est. 13, nº 154
Faro 183	IUCUNDUS	I(?)N ...	p.242-243	Idem	Indet.	Idem	Idem	Nero-Flávios	Viegas 2009, Est. 13, nº 183
Faro 184	SABINUS	BINVSF	p. 313-315	La Graufesenque/Rozier	Drag. 29 (?)	Idem	Idem	Vespasia-no	Viegas 2009, Est. 13, nº 184
TA 2004.164.2	MARINVS	MARINI	p. 260, M26	La Graufes	Drag. 18	Fundo interno	Rectang. c/ ângulos arredond.	80-110	Viegas 2009, Est. 19, nº 120
TA.2004.150	NIGER	ONICI com N retrogrado	p. 280-281	La Graufes	Indet.	Fundo interno	Rectang.	50-70	Viegas 2009, Est. 19, nº 121,
TA.2004.271	PATRICIVS	OPPAT	p. 285	La Graufes/Rozier/Carrade	Indet.	Fundo interno	Rectang. c/ ângulos arredond.	60/80	Viegas 2009, Est. 19, nº 122,
TA.2004.148.21	PVDENS	OPVDE	p. 303	La Graufes	Indet.	Fundo interno	Elipse	40-80 (?)	Viegas 2009, Est. 19, nº123,
TA.2004.107.30	SABINVS	[...](?)BIN	p. 313	La Graufes	Indet.	Fundo interno	Rectang. c/ ângulos arredond (?)	65-85	Viegas 2009, Est. 19, nº 124,
TA.2004.151	SECVNDVS	SECVN	p. 322	La Graufes	Indet. Drag. 27 ?		Rectang. c/ ângulos arredond.	Cláudio-Nero	Viegas 2009, Est. 19, nº 125,
TA.1990.4.273	SECVNDINVS	SECVNDINI	p. 321-322, S64	La Graufes	Drag. 18	Fundo interno	Rectang. c/ ângulos arredond.	75-100	Viegas 2009, Est. 19, nº 126,
TA-1090	BIRAGILLVS	BIRACIL		La Graufes	Drag. 37	Parede exterior		Domic.-Trajan	Nolen, 1994, ss-69, p. 82, est. 16, fig. 20
TA.14608	CASTVS	F CAS		La Graufes	Drag. 27	Fundo interno		Cláudio-Vespas	Nolen, 1994, ss-58, p. 83, est. 16, fig. 20
TA 14847	CHRESTVS	CH HR		La Graufes	Possível Ritt.8	Fundo interno		Nero – Vespasi	Nolen, 1994, ss-70, p. 83, est. 16, fig. 20
14846	CRESTIO	CRESTI	p. 214	La Graufes	Drag. 27	Fundo interno	Rectang ângulos arredond	50-75	Nolen, 1994, ss-71, p. 83, est. 16, fig. 20
14707A	CRESTIO	FCRES recontrógrada	p. 214, C162	La Graufes	Drag 27	Fundo interno	Caixilho irregular	70-100	Nolen, 1994, ss-72, p. 83, est. 16, fig. 20
14707B	IVSTVS	OF IVS[T]	p. 248, I39	La Graufes	Provável Drag. 27	Fundo interno	Rectang ângulos arredond	50-70	Nolen, 1994, ss-73, p. 83, est. 16, fig. 20

N.º	Oleiro	Leitura	Polak, 2000	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Cronologia	Ilustração
14614	MELAINVS	MEL ANO	p. 267	La Graufes	Drag. 15/17	Fundo interno	Rectang. ângulos arredond.	45-70	Nolen, 1994, ss-45, p. 81, est. 15, fig. 20
14658	MICIO	MICVI		LA Graufes.	Drag. 27	Fundo interno		Flávio	Nolen, 1994, ss-63, p. 82, est. 16, fig. 20
14653	L MVRR	L MVRRA	p. 276	La Graufes	Drag. 18	Fundo interno	Rectangular	55-70	Santos, 1971, nº5, p. 240; Nolen, 1994, ss-47, p. 81, est. 15, fig. 20
CM 1154	ANGIUS	VO FANGIV	Oswald, 1931, p. 17; Bémont et Bourgeois, 1986, p. 279	La Graufesenque	Drag. 15/17	Fundo interno	Rectang. com ângulos arredond.	Flávio	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1154
CM 1155	APIAS, TITUS IULIUS	T.API (retro)	Oswald, 1931, p. 19.	La Graufesenque	Indet.	Idem	Idem	Séc. I	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1155
CM 1156	BILLICATUS	OFIC.B	Polak, 2000, p. 184, em particular B62, p. 185	La Graufesenque	Indet.	Idem	Idem	30-60	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1156
CM 1157	CELADUS	[...]DIMA	Polak, 2000, p. 201-202	La Graufes	Indet.	Idem	Rectang. c. extremidade bifida	55-70	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1157
CM 1158	FUSCUS II	FV-SC	Polak, 2000, p. 231	La Graufes	Indet.	Idem	Rectang. com ângulos arredond.	80-120	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1158
CM 1159	IUCUNDUS	OF IVCVN	Polak, 2000, p. 242-244	La Graufesenque	taça	Idem	Idem	Nero e Flávios	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1159
CM 1160	IUCUNDUS	VCVND	Idem	La Graufesenque	taça	Idem	Idem	Nero e Flávios	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1160
CM 1161	IUCUNDUS	IVCVNI	Idem	La Graufesenque	taça	Idem	Idem	Nero e Flávios	Viegas 2009, Est. 92 Nº 1161

Fig. 30 – Marcas de oleiros da Gália em Faro, *Balsa* e Castro Marim.

tes oleiros não se repetem nos três sítios estudados, encontrando-se representados por apenas uma marca cada. A presença esmagadora dos oleiros de La Graufesenque nas cidades algarvias não é de estranhar, uma vez que a difusão dos produtos de Montans se encontra actualmente bem definida para a região do Noroeste da Península Ibérica, considerando-se os achados que ocorrem fora desta área como meramente esporádicos (Martin, 2005, p. 21-62).

No estudo recente que A. Mees dedicou aos aspectos relacionados com a comercialização dos produtos de La Graufesenque, teve por base essencialmente a distribuição da *terra sigillata* decorada (Drag. 29) com marca de oleiro (Mees, 2007, p. 145-208). Segundo este investigador, os mercados do Mediterrâneo, em que a Península Ibérica se insere, constituíram-se como complementares às áreas

de exportação preferenciais da *sigillata* sudgálica que correspondem aos do Noroeste da Europa. Um dos oleiros que exemplifica este fenómeno, seria Iucundus, com uma presença muito significativa na Península Ibérica (Mees, 2007, p. 148), aspecto que os exemplares de Castro Marim ajudam a confirmar. Este autor refere ainda que, na comercialização da *sigillata* sudgálica «La route atlantique contournant la péninsule ibérique n'a joué qu'un rôle plutôt insignifiant pour l'exportation des produits de La Graufesenque» (Mees, 2007, p. 152). Assim, defende que a presença de produtos tardios de La Graufesenque no território algarvio se deve prender com o abastecimento à Narbonense, portanto sem relação directa com a exportação para a *Britannia*, que regista mesmo um declínio nesta época.

Neste contexto, os dados existentes parecem apontar para que o papel do abastecimento militar na difusão dos produtos de La Graufesenque seja muito reduzido ou mesmo nulo, quando se trata de regiões como o sul da Península Ibérica.

No território algarvio registam-se marcas de oleiros sudgálicos dispersos por diversos sítios, e sempre em quantidades bastante reduzidas. Na necrópole junto de Monte Molião (Lagos), por exemplo, encontram-se exemplares atribuídos a Castus (2 peças), a Cosius Rufinus, a Fuscus I, a Perrus e a Primus e Scota (Santos, 1971, p. 352-353; Diogo, 1980a), todos oleiros de La Graufesenque. Em Quinta de Marim (Olhão), está documentado novamente o oleiro Castus (Diogo, 1980a, p. 57). Com referência de proveniência da antiga Quinta das Antas, propriedade que é contígua à Quinta de Torre de Ares (cidade de *Balsa*), D. Diogo regista marcas dos oleiros Celer e Murranus (Diogo 1980a, p. 62 e p. 169). Já no curso do Guadiana, apenas o oleiro Vitalis está documentado (Diogo, 1980a). Trata-se, portanto, de alguns oleiros já atestados nas cidades de Faro, *Balsa* e Castro Marim, mas também de outros que ocorrem com apenas um exemplar no actual Algarve.

Este fenómeno, para o qual não possuímos explicação imediata, encontra-se igualmente presente em *Olisipo*, cidade onde as marcas de oleiros exumadas na Praça da Figueira são distintas das da Sé (Silva, 2005, p. 284).

O estudo da *sigillata* sudgálica marmoreada, cuja produção inicialmente se julgou que teria tido lugar entre 40 e 70 d.C., tem sido valorizado pela investigação mais recente sobre as oficinas de La Graufesenque (Genin, 2006, p. 231-243; Genin *et al.*, 2007). De um modo geral, confirma-se em *Balsa* o que tínhamos afirmado para Faro e Castro Marim (Viegas, 2003b, p. 641-646), relativamente à maior frequência da *sigillata* marmoreada nas cidades algarvias, se comparada com o que sucede noutros sítios, como Conímbriga ou mesmo Santarém. De facto, a julgar quer pelo n.º de fragmentos, quer pelo NMI, constata-se que entre o material de Faro existem 35 fragmentos marmoreados, em *Balsa* 27 e em Castro Marim 22, valores muito superiores aos escassos cinco fragmentos referidos para

a cidade de Conímbriga (para um conjunto de 1585 peças) e aos dois de Santarém (para 803 exemplares).

As informações obtidas nos sítios algarvios com base nos dados tipológicos confirmam também as recentes propostas de M. Genin (2006, p. 231-243), que amplia o âmbito cronológico deste tipo de cerâmica para o período entre a década de 30 e a dinastia dos Flávios, uma vez que o tipo Drag. 35/36 e a forma decorada Drag. 37 foram produzidas em *sigillata* marmoreada. Segundo a investigadora francesa, a *sigillata* marmoreada teve uma difusão que privilegiou os mercados da Narbonense e Lyon, na Gália, mas destinou-se sobretudo à Itália central e a Espanha. «La répartition des découvertes, qu'il s'agisse d'ensembles peu documentés ou de fortes concentrations, indique une diffusion privilégiée vers le bassin méditerranéen, à destination de clientes romaines ou fortement romanisées» (Genin, 2006, p. 241). Além da proporção relativa superior que se regista nos sítios algarvios, a diversidade de formas em que esta cerâmica ocorre mostra, como se referiu, que a sua produção se desenvolveu por todo o âmbito cronológico da manufactura sudgálica de La Graufesenque. A prová-lo, estão as formas Ritt. 9 e Drag. 24/25, pertencentes às fases mais antigas da produção, e as formas Drag. 35/36 e 37, já datadas dos Flávios. Os tipos mais frequentes são os que têm um âmbito cronológico mais amplo, como, por exemplo, a taça Drag. 27, ou o prato 15/17.

Outro aspecto em que os conjuntos algarvios se destacam dos restantes é a percentagem relativa de formas decoradas face às lisas, que em *Balsa* se calcula que seja de 43,4% (NMI). Em Castro Marim, este valor é igualmente elevado (23,5%), aproximando-se de Belo, onde regista 23,6% (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 113). Em Faro, esta percentagem é um pouco inferior, com 15,6%, próxima da que se encontra em Conímbriga ou Santarém (6,3% e 12,1% respectivamente). Entre outros motivos, o carácter mais tardio dos conjuntos algarvios poderá ajudar a explicar este fenómeno.

O abastecimento de *sigillata* sudgálica à cidade de Conímbriga iniciou-se de forma tímida durante o reinado de Tibério, e as importações mais significativas tiveram lugar durante o período compreendido entre o reinado de Cláudio e 75/80, momento a partir do qual se regista o seu declínio (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 69-149). «Les formes typiques des années 75/95 sont déjà moins fréquentes et celles de l'époque trajane inexistantes» (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 69). Em Mérida, a julgar pelo estudo das marcas de oleiro, o *floruit* das importações deu-se igualmente em época pré-flávia, concretamente entre os reinados de Cláudio e Nero, conhecendo uma quebra significativa a partir dos Flávios (Mayet, 1978, p. 80-100).

Em Lisboa, os dados das marcas de oleiro mostram que a partir de 20 d.C. se assiste a um progressivo domínio da *sigillata* sudgálica face à de tipo itálico. De um modo geral, a cidade apresenta um perfil de importação em que o período de



40 a 80 d.C. constituiu o momento de maior intensidade de importação (Silva, 2005, p. 298), seguindo, portanto, um processo idêntico ao da maioria das cidades do ocidente peninsular.

O estudo da *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém mostrou que o abastecimento à cidade do vale do Tejo se fez sobretudo durante meados do séc. I (Viegas, 2003a). Segundo J. C. Quaresma, a maior parte das importações de *sigillata* sudgálica em Miróbriga ocorreu em período anterior aos Flávios, embora o abastecimento à cidade ainda se mantenha durante os reinados de Vespasiano e Domitiano (2003, p. 164, quadro 6).

Em Belo, assistiu-se aos primeiros contactos com a região sudgálica ainda sob Tibério, embora só se possa falar de uma comercialização mais regular a partir do período de Cláudio «suivi d'une rapide conquête du marché sous Claude et Néron, et, après, un déclin de plus en plus net, à l'arrêt des importations sous Domitien» (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 169). As investigadoras francesas relacionam esta realidade com o enriquecimento dos habitantes da cidade sob Cláudio, aspecto que ligam às operações militares na Mauritânia.

A elevada percentagem de *sigillata* sudgálica flávia e posterior, em *Balsa*, pode relacionar-se, como já defendemos, com a elevação da cidade a município, neste período (Viegas, 2006a). Igualmente significativo do acréscimo do poder de aquisição dos balsenses nesta época é o facto de a cidade de *Balsa*, e de um modo geral os restantes núcleos urbanos estudados, se abastecerem em diversos mercados da bacia do Mediterrâneo. Apesar de serem escassos os dados estratigráficos, a análise tipológica permitiu constatar que neste mesmo período, estas cidades receberam ainda *sigillata* oriunda da Bética, sejam as produções do tipo Peñaflor, seja a *sigillata* hispânica de Andújar, além da que é originária das oficinas de Tricio e das suas imediações. Por outro lado, tudo aponta para que as primeiras importações norte-africanas de *sigillata* Clara A tenham ocorrido igualmente nas últimas décadas do séc. I, inícios do séc. II.

A diversidade de perfis de abastecimento e consumo de *sigillata* sudgálica, que as cidades espelham, remete-nos, igualmente, para outros aspectos da comercialização dos produtos do Sul da Gália. Particularmente interessante, neste contexto, é o conjunto de materiais recolhidos no naufrágio Culip IV (Nieto e Puig, 2001), na costa da Catalunha, que evidencia uma realidade que, não sendo idêntica, se aproxima da que obtivemos para as cidades algarvias. Referimo-nos, em particular, à cronologia, pois o naufrágio terá ocorrido entre 78-82, momento que coincide com a fase de maiores importações nas cidades algarvias. Por outro lado, o elevado número de peças decoradas face às lisas, remete para um perfil de importação próximo do que se registou, nomeadamente, na cidade de *Balsa*. Contudo, a elevada percentagem, entre o material do naufrágio, da forma Drag. 29 não encontra reflexo nos conjuntos estudados, onde domina a Drag. 37.

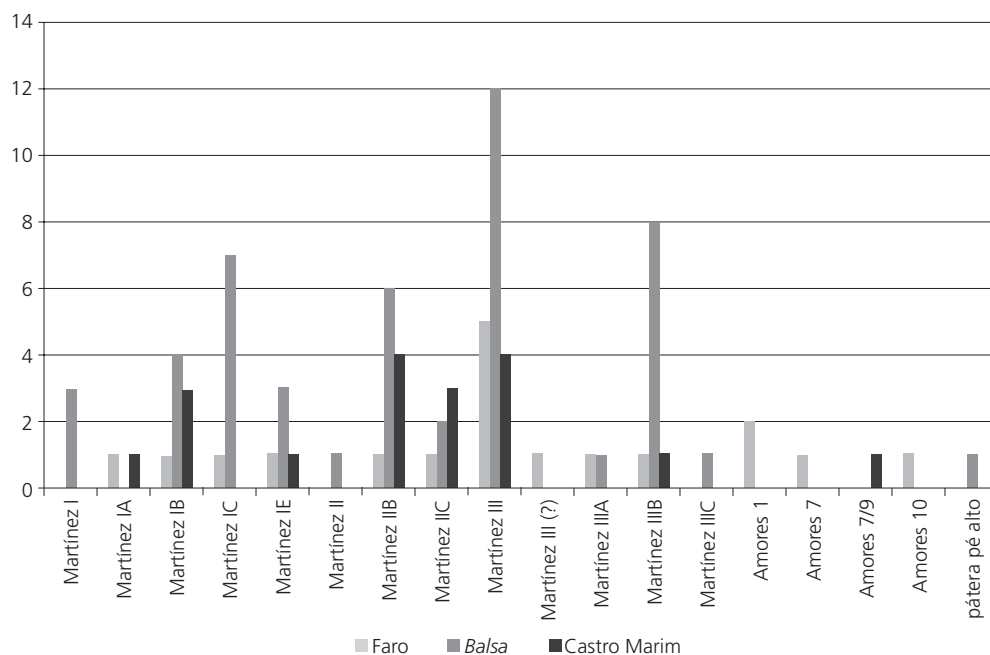


Fig. 31 – Distribuição das formas de *sigillata* hispânica tipo Peñaflores em Faro, Balsa e Castro Marim.

Relativamente à chegada de produtos oriundos da Hispânia, distinguimos a *sigillata* hispânica tipo Peñaflores, que constitui um conjunto pouco numeroso, com fraca expressão numérica e percentual. Trata-se de um tipo de *sigillata* com características específicas, e cujo repertório formal se inspirou em diversos modelos de *sigillata* de tipo itálico, sudgálica e hispânica, na cerâmica de paredes finas e ainda na cerâmica de «engobe vermelho pompeiano». Apesar de pouco representativa do ponto de vista quantitativo, o repertório formal presente nas cidades algarvias é bastante diversificado (Figura 31 e 32). Contudo, a forma mais frequente no conjunto de cerâmica de tipo Peñaflores de Faro corresponde ao tipo III de Martínez, forma que se filia nos pratos de «engobe vermelho pompeiano». Igualmente representadas as taças e pratos de bordo escalonado dos tipos Martínez I e II, nas suas variantes B e C, correspondem a formas que têm por base modelos itálicos, sendo a taça IE assimilável a formas idênticas sudgálicas, como o tipo Drag. 35/36 e outras que estão mesmo relacionadas com a morfologia do repertório da *sigillata* hispânica.

Os dados cronológicos obtidos nos contextos das necrópoles da região de Córdoba apontam para que a maior parte das taças e pratos (Martínez I e II), apesar de se inspirarem em formas itálicas que na sua origem datam do período de Augusto e Tibério, ocorrem em contextos da primeira metade do séc. I, ou mesmo em período posterior (Vaquerizo Gil, Garriguet e Vargas, 2005).

No território hoje português, o limite setentrional da distribuição desta cerâmica, é actualmente o vale do Tejo como mostram os dados recentes da Praça da

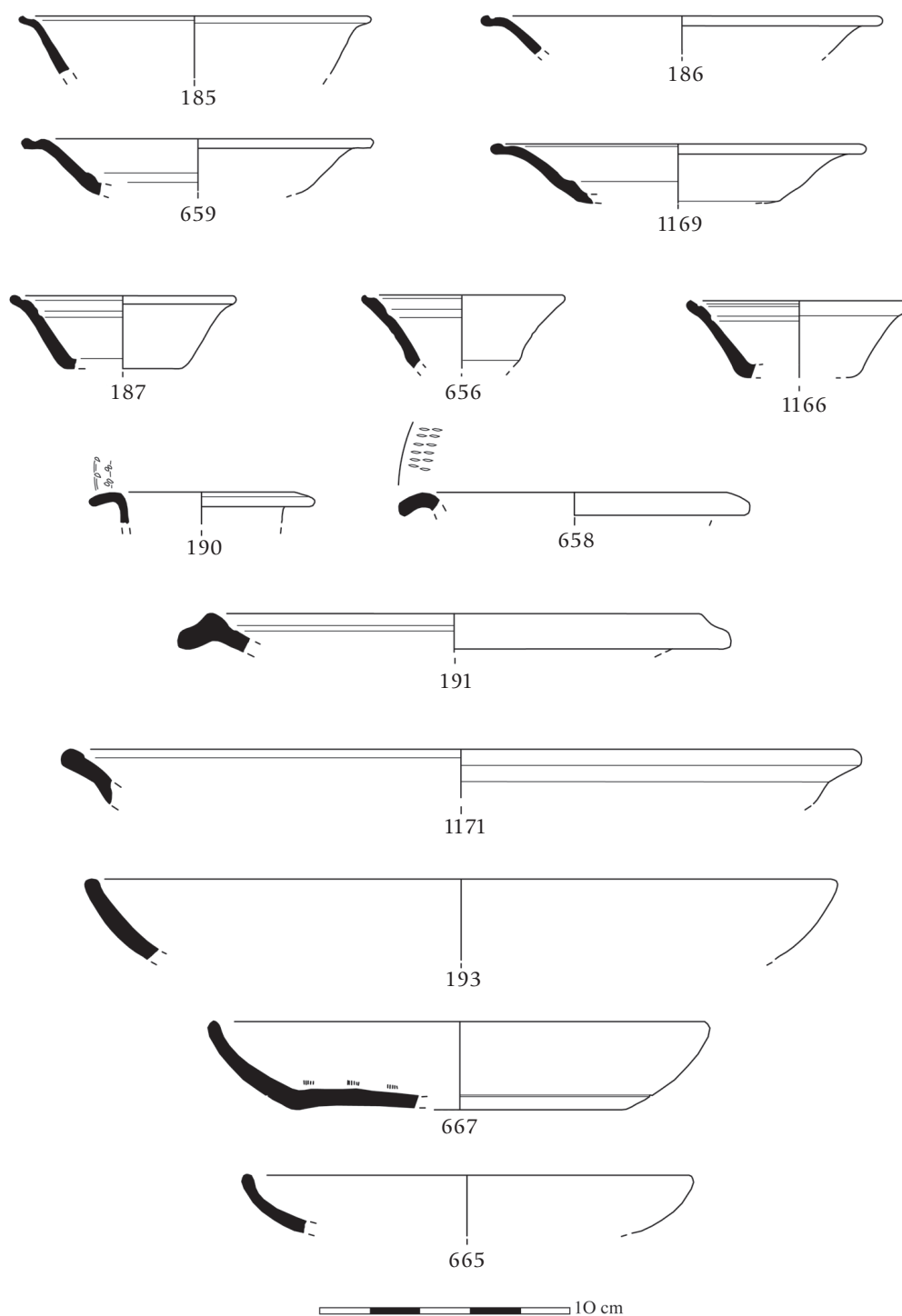


Fig. 32 – Faro, Balsa e Castro Marim. *Terra sigillata* hispânica tipo Peñaflor.

Figueira (Lisboa) (Ribeiro, 2010). Anteriormente esta marca situava-se no sítio de Abul, no vale do Sado, onde esta cerâmica ocorre num depósito Augusto-Tiberiano, o que levou os autores a propor um recuo da sua datação para este período. A justificação para o recuo da cronologia desta cerâmica relaciona-se também com a sua ausência na *villa* de S. Cucufate. Como defendemos, em nosso entender não existem dados suficientes para se poder propor um recuo desta datação com base nos dados de Abul (Mayet e Silva, 2002, p. 26, fig. 10, n.º 74-77). Por outro lado, consideramos que a ausência desta cerâmica em sítios como S. Cucufate se prende com as características do abastecimento que esta *villa* teve e que se relaciona com a sua situação geográfica, e não tanto com a cronologia da sua ocupação. A *sigillata* hispânica tipo Peñaflor encontra-se ausente dos conjuntos das cidades de Santarém e Conímbriga, e a sua difusão fez-se sobretudo para a região da Bética e para o Sul da Lusitânia. Uma das linhas de pesquisa que no futuro deve ser desenvolvida, diz respeito à identificação e caracterização deste tipo específico de *sigillata*, procurando um alargamento da informação sobretudo relativamente aos contextos datados.

Recentemente, numa síntese realizada acerca desta categoria cerâmica apresentam-se, além de *Celti* (Peñaflor), outros locais de origem para estas produções, todos no vale do Guadalquivir e propõe-se uma nova denominação para esta categoria cerâmica, a de *Barniz Rojo de Tradición Hispana* (Bustamante Álvarez e Huguet Enguita, 2008, p. 297-306). Em nosso entender a expressão que utilizamos, «*sigillata* hispânica do tipo Peñaflor», parece-nos a mais correcta pois aponta para uma área de origem que pode não ser exclusivamente o sítio de Peñaflor e omite as designações anteriores como a de «*sigillata* hispânica precoce», que nos

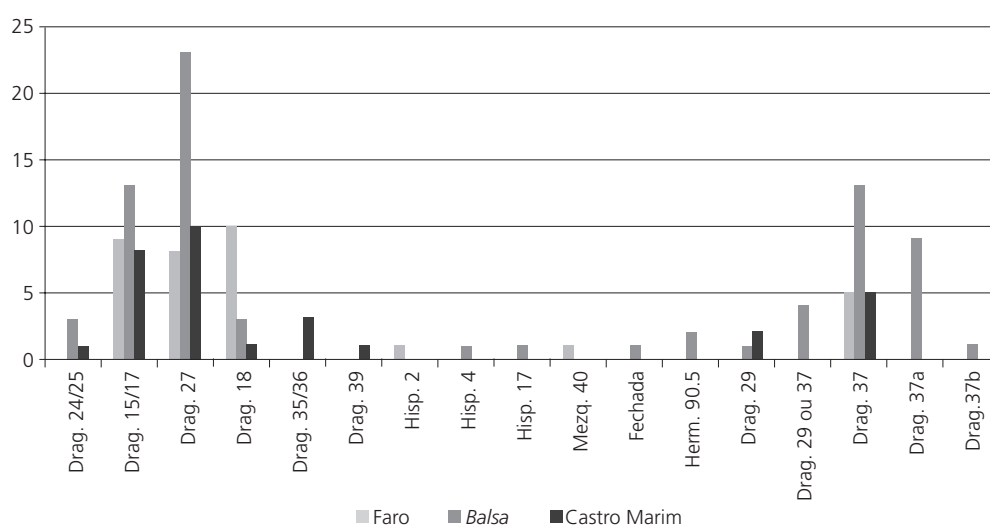


Fig. 33 – Distribuição das formas de *sigillata* hispânica em Faro, Balsa e Castro Marim (NMI).

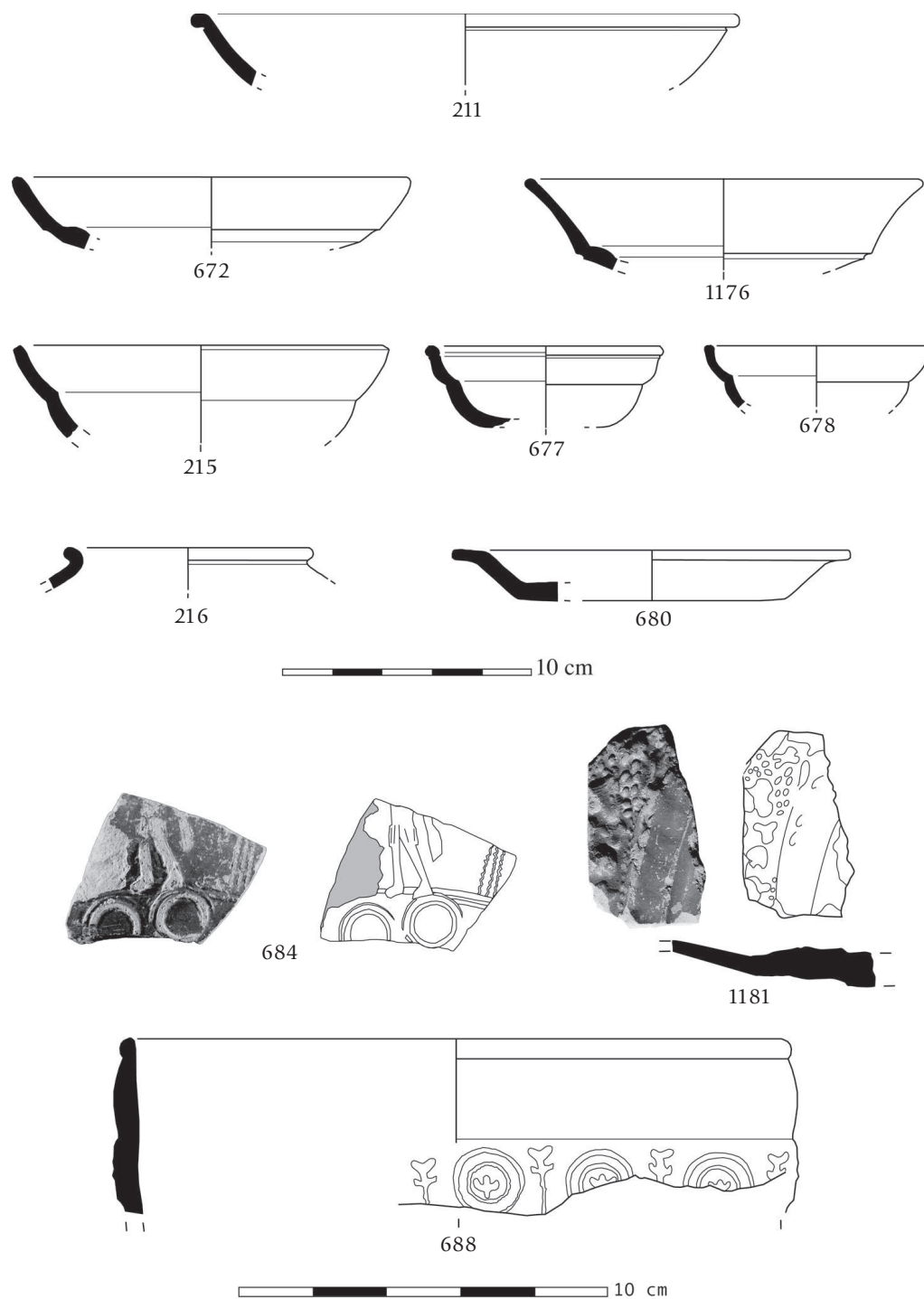


Fig. 34 – Faro, Balsa e Castro Marim. *Terra sigillata* hispânica de Trício e Andújar.

pareciam incorrectas. Outro aspecto que merece referência diz respeito ao mapa de distribuição da *sigillata* tipo Peñaflor, que se encontra manifestamente incompleto no que se refere ao território actualmente português (Bustamante Álvarez e Huguet Enguita, 2008, Fig. 3). Como referimos *supra*, este tipo de cerâmica foi identificado no território algarvio em *Balsa* sendo então designado «cerâmica de verniz vermelho dos Júlio-Cláudios» (Nolen, 1994). Posteriormente foi também referenciado em locais como Abul, no vale do Sado, encontrando-se aí no depósito augusto-tiberiano, sítio que continua a corresponder ao limite setentrional da sua difusão no território hoje português (Mayet e Silva, 2002).

A *sigillata* hispânica oriunda igualmente da Bética, das oficinas de Andújar e da Tarraconense, do centro produtor de Trício e suas imediações, constitui outro testemunho que durante o período compreendido entre a segunda metade do séc. I e os inícios do séc. II, as cidades algarvias se abasteciam em diversos mercados. A relativamente reduzida quantidade de *sigillata* hispânica nestes conjuntos (8.9% em Faro, 8.3% em *Balsa* e 10.9% em Castro Marim) ficou a dever-se, em nosso entender, por um lado, ao volume das importações sudgálicas, que têm ainda um peso muito expressivo nestas cidades e, por outro, à relativamente rápida imposição da *sigillata* clara A.

A maior parte das formas correspondem ao prato Drag. 15/17, à taça Drag. 27 e, em menor escala, ao prato Drag. 18 e à taça Drag. 24/25. Como se pode constatar pelas Figuras 33 e 34 estes tipos de tradição sudgálica são os mais frequentes, mas os detalhes tipológicos mostram as modificações que os oleiros hispânicos lhes imprimiram. Assim, os pratos Drag. 15/17, que ocorrem maioritariamente em fabricos de Andújar, já não apresentam a parede moldurada e baixa, mas sim paredes abertas e inclinadas, perdendo os bordos das taças Drag. 27 o seu bordo de lábio de perfil semicircular ou triangular, tendendo também a simplificar-se.

Os perfis típicos das oficinas hispânicas encontram-se sempre representados por escassos exemplares dos tipos Hisp. 2, 4, 17 ou Mezq. 40, e as raras formas fechadas (Herm. 90.5) ocorrem apenas em *Balsa*, o que se poderá explicar, pelo menos em parte, pelo facto de terem a sua origem em contextos de necrópole,

N.º Inv.	Oleiro	Leitura	Refer.ª	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Ilustração
Faro Nº 224	Valerius Paternus	VAPA VARA ?	Preciado, 1999, p. 130-131	Trício	Taça	Fundo interno	Rectangular de ângulos arredondados	Figura 15, n.º 224
Balsa 14707	Lapilius ou L. Apilius	L.APPI		Trício	taça	Fundo interno		Nolen, 1994, sh-9 Est. 18, fig. 20
Balsa TS-9	Sempronius	EXOFSE{E}		Trício	prato	Fundo interno		Nolen, 1994, sh-10 Est. 18, fig. 20
Balsa 14652		EX-OF(C)AH		Andújar	prato	Fundo interno		Nolen, 1994, sh-15 Est. 18, fig. 20

Fig. 35 – Marcas de oleiros hispânicos em Faro, Balsa e Castro Marim.

sendo materiais que resultam das recolhas de Estácio da Veiga (Nolen, 1994, p. 94). Quanto aos tipos decorados, destaca-se a Drag. 37, que surge sobretudo na sua variante A, mais próxima também do modelo sudgálico, estando a variante B presente em *Balsa*. Quase ausentes dos conjuntos de Castro Marim e Faro, as marcas de oleiros hispânicos encontram-se entre o material de *Balsa*, anteriormente objecto de publicação (Nolen, 1994, p. 94 e 95). Efectivamente, conhecem-se três marcas provenientes desta cidade, duas pertencentes a oleiros de Tricio, Lappilius (Nolen, 1994, sh-9) e Sempronius (sh-10), e uma marca de Andújar EX.OF.CAH (sh-15). Em Olhão, F. Mayet assinalou outra marca deste mesmo oleiro (Mayet, 1984, p. 96) (Figura 35).

A maior parte dos fragmentos decorados não permite a identificação da sua forma, tendo-se procurado, neste caso, uma aproximação cronológica com base no estilo e composição decorativa. Mais uma vez, são muito raras as composições que se filiam directamente na *sigillata* sudgálica, dominando os motivos circulares, que passaram a ser mais frequentes na produção hispânica a partir dos finais do séc. I, inícios do séc. II. Nestas condições, constata-se que a *sigillata* hispânica das cidades algarvias coincide com a importação e consumo dos produtos do sul da Gália, no período compreendido entre a segunda metade do séc. I e os inícios do séc. II.

Apesar das dificuldades expressas relativamente à identificação das peças provenientes de Tricio e Andújar, com base numa análise exclusivamente macroscópica, tudo aponta para que a maior parte da *sigillata* hispânica seja originária de Andújar, embora a presença de exemplares das oficinas de Tricio e das suas imediações seja também uma realidade. A comercialização de produtos oriundos do vale do Guadalquivir foi muito intensa neste período e constituiu uma herança da fase republicana e mesmo pré-romana. Estas trocas comerciais reflectiram-se, não só no consumo de cerâmicas finas, como a *sigillata* tipo Peñaflores, a *sigillata* hispânica de Andújar ou a cerâmica de paredes finas, mas também de cerâmica comum e, sobretudo, na comercialização de produtos alimentares transportados em ânforas. Como se desenvolverá no capítulo relativo a estas últimas, a importação de produtos agrícolas originários do vale do Guadalquivir, como o azeite transportado em ânforas do tipo Dressel 20 ou os produtos da uva (*defrutum*) em Haltern 70, é uma realidade a que se associam também os preparados piscícolas, estes oriundos da região gaditana, acondicionados em ânforas dos tipos Dressel 7/11 e Beltrán IIB.

Apesar do que foi expresso, é significativo o volume de importação de *sigillata* originária do vale do Ebro. Como se sabe, a difusão deste tipo de cerâmica fez-se essencialmente por via terrestre, tendo como centros distribuidores para a região da Lusitânia, a capital da província – Mérida. Na Quinta de Marim, a *sigillata* hispânica recuperada em escavações numa área relativamente reduzida é maio-

ritariamente proveniente de Tricio (Silva, Soares e Coelho-Soares, 1992, p. 346), aspecto que também é bastante significativo.

Em Belo, encontra-se um fenómeno idêntico ao das cidades algarvias e a menor percentagem de *sigillata* hispânica foi relacionada com a chegada dos produtos norte-africanos e com a sua concorrência à *sigillata* hispânica (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 212). Nesta cidade, assiste-se a um equilíbrio entre as produções de Tricio e Andújar.

Em outros sítios, como na Ilha do Pessegueiro, a *sigillata* hispânica supera a *sigillata* clara A nos contextos da primeira metade do séc. II (Silva e Soares, 1993, p. 103), aspecto que é bastante significativo, uma vez que os autores incluíram as formas de cerâmica de cozinha africana nas produções de *sigillata* clara A. A *sigillata* hispânica constitui 33% do total e quanto à repartição Tricio/Andújar a proporção é de 28% para a primeira e de 52% para a segunda, sendo considerados como indeterminados 20% dos exemplares.

A percentagem de *sigillata* hispânica em Conímbriga é muito elevada (27%), sendo aqui exclusivamente constituída por exemplares originários de Tricio, facto que constitui um dos argumentos a favor de uma identificação desta cidade com um modelo de comercialização marcado pelo abastecimento através das vias terrestres e com base no centro redistribuidor que a cidade de Mérida constituiu.

Em *Olisipo*, estima-se que a maior parte da *terra sigillata* hispânica tenha sido importada entre a década de 70 do séc. I e os meados do século seguinte, como parece depreender-se da ausência de marcas de oleiros activos na época de Cláudio ou Nero (Silva, 2005, p. 264). Relativamente à presença dos produtos de Tricio e Andújar, a total falta de marcas de oleiro originárias do vale do Guadalquivir não deixa de causar alguma estranheza, procurando-se uma explicação enquadrada nos dados conhecidos para os sítios do vale do Sado, onde domina Tricio ou onde este centro regista, pelo menos, uma posição equilibrada face a Andújar (Silva, 2005, p. 305-306). Para a relativa escassez de marcas de oleiro hispânicas nos contextos estudados da Praça da Figueira é apontada como causa, a introdução da *sigillata* Clara A, que se inicia a partir dos Flávios (Silva, 2005, p. 263-264).

Na Alcáçova de Santarém, a percentagem de *sigillata* hispânica é relativamente reduzida 12,83%, o que antecipa o decréscimo no volume de importações de *terra sigillata* que se vai acentuar no período Baixo Imperial. O volume de *sigillata* oriunda de Andújar é muito elevado na cidade do vale do Tejo, que possui uma longa tradição de importação de produtos alimentares transportados em ânforas da *Ulterior* e, posteriormente, da Bética, quer da sua região costeira quer do vale do Guadalquivir.

Como se pode constatar pela percentagem da *sigillata* clara A, C e D, assim como pela sua distribuição cronológica, o volume e ritmo de importações destes



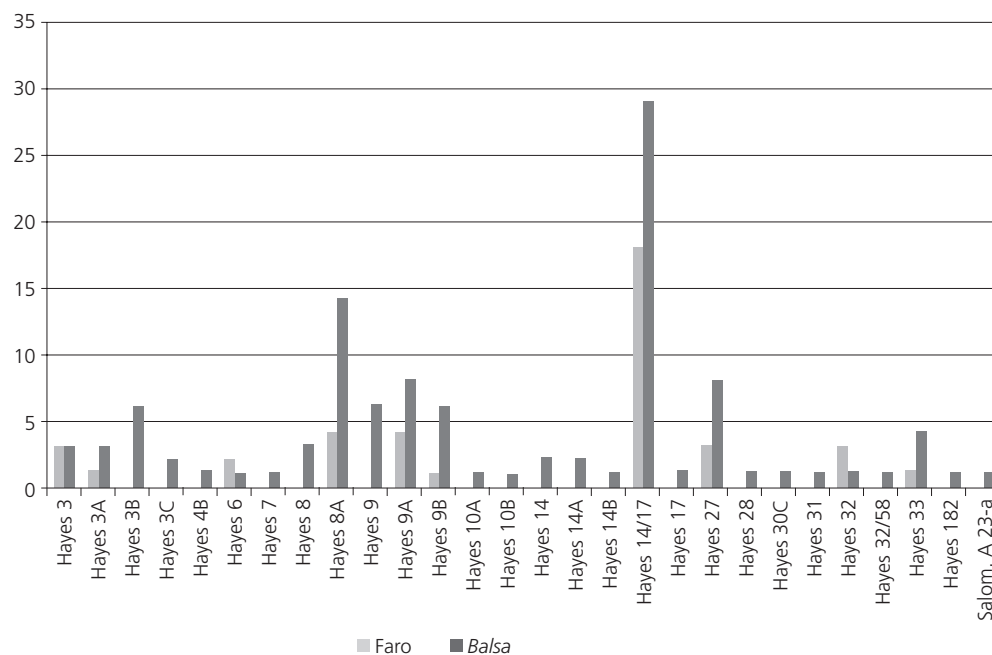


Fig. 36 – Distribuição das formas de *sigillata* Clara A em Faro e em Balsa (NMI).

produtos sofreu oscilações consideráveis em Faro e Balsa. Efectivamente, trata-se de um longo período que se estende desde os finais do séc. I, inícios do séc. II, até ao terceiro quartel do séc. VI ou mesmo inícios do séc. VII.

De referir que a partir dos finais do séc. I, inícios do séc. II, se assiste ao abandono da área do castelo de Castro Marim. Os materiais tardios que aí se encontram são fruto de deslocações esporádicas e não documentam uma ocupação concreta e continuada. Manteve-se, contudo, a presença romana na região, podendo o núcleo urbano ter-se deslocado para a área da actual vila ou para uma área próxima do porto.

Tudo aponta para que as primeiras importações de *sigillata* Clara A tenham ocorrido nos finais do séc. I, aspecto que se confirma pela presença de formas como Hayes 3, 6, 8, e 9 recuperadas nas cidades de Faro e Balsa (Figura 36 e 37). Este fenómeno encontra-se documentado em diversos sítios da Bética, designadamente em Belo, Carmona e Itálica, mas esta corrente comercial ganhará maior expressão e regularidade sobretudo a partir do período dos Antoninos. Este mesmo facto foi destacado por M. Delgado nos estudos que desenvolveu nos finais dos anos 60 com base no espólio depositado nos Museus do Alentejo e do Algarve, quando defendeu que o comércio dos produtos africanos se tornou mais importante a partir de meados do séc. II (1968, p. 41-46). A presença de quantidades apreciáveis de exemplares da forma Hayes 14/17 é o testemunho directo deste aumento das importações a partir dos meados do séc. II, patente nos sítios estudados.

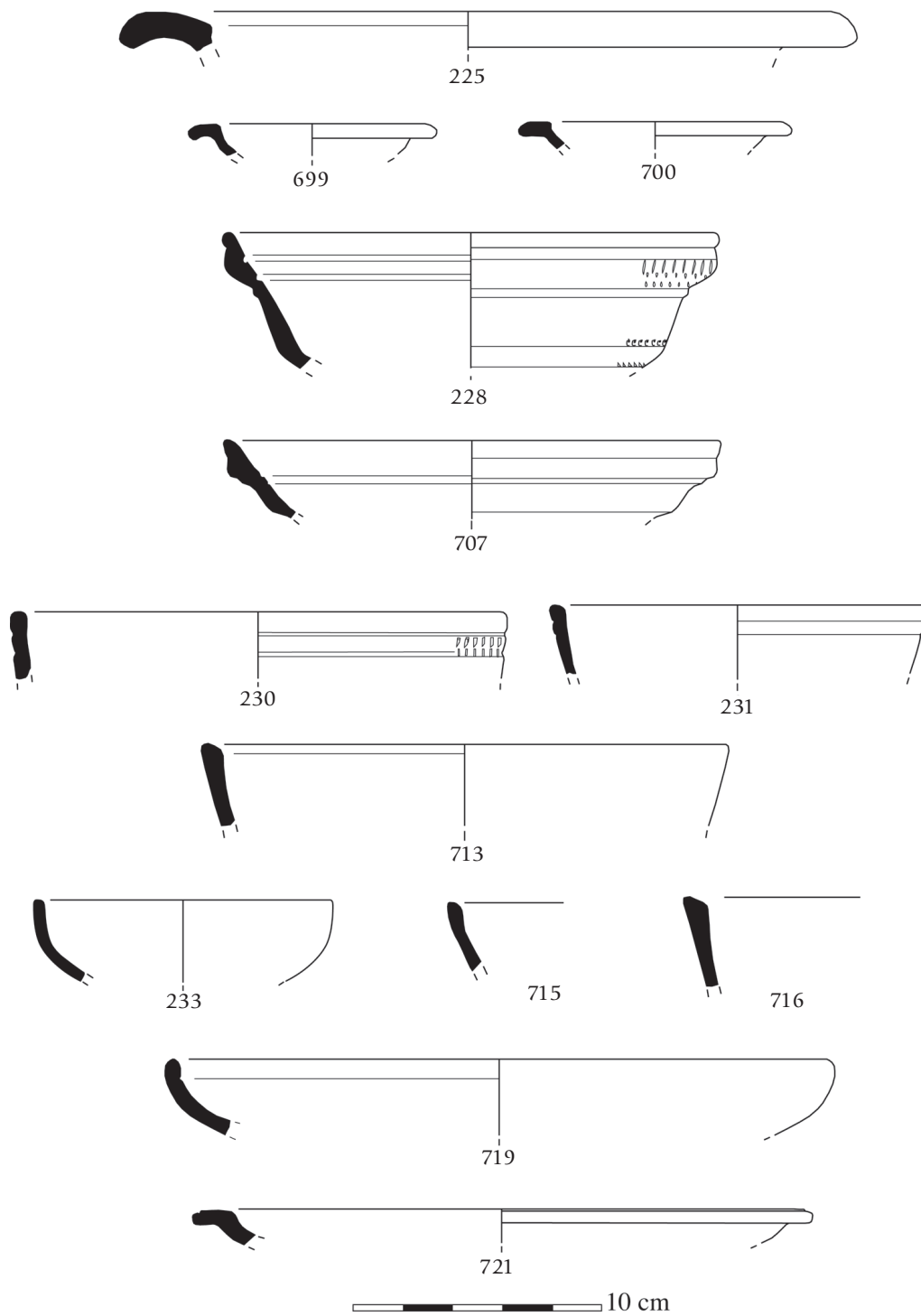


Fig. 37 – Faro e Balsa. *Sigillata clara A*.

A comparação do padrão de importação de *sigillata* Clara A para Faro e para *Balsa* mostra ainda que a cidade de *Balsa* regista uma maior diversidade de formas, mesmo que se encontrem representadas por apenas um exemplar. Esta diversidade é ainda mais acentuada, quando incluímos as formas raras (o púcaro Hayes 134-1, a designada anforeta Hayes 161, o biberão Hayes 123 e o cantil Hayes 147-3), provenientes certamente da necrópole de *Balsa* e recolhidas por Estácio da Veiga ainda no séc. XIX.

A percentagem de *sigillata* Clara A é bastante elevada em Belo, valor que é, de certa forma, inflacionado, uma vez que se incluíram nesta categoria exemplares de cerâmica de cozinha africana das formas Hayes 23 A e B, 181, que correspondem a caçoilas e tachos, cujo fabrico, como se sabe é idêntico ao da *sigillata* clara A («*vaisselle de cuisine*» aparentée à la sigillée claire A» (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 228, Fig. 15). O conjunto de formas identificadas em Belo é muito diversificado, destacando-se a elevada quantidade de exemplares da forma Hayes 27, que é relativamente pouco frequente nos conjuntos algarvios, embora registe oito peças em *Balsa*. As formas fechadas encontram-se representadas, mas atingem apenas um ponto percentual dentro desta categoria.

Os dados contextuais recentes, ainda que provisórios, relativos à cidade de Lisboa (Praça da Figueira) apontam para um início da presença da *sigillata* clara A, em quantidades reduzidas, a partir dos Flávios, com as formas Hayes 3A e 5A, assinalando-se um incremento da sua quantidade a partir do séc. II (Silva, 2005, p. 264).

As importações africanas, como a *sigillata* Clara A só começam a chegar a Conímbriga em meados do séc. II, sendo a sua chegada «atrasada» relativamente ao que sucede nos sítios algarvios, uma vez que *sigillata* hispânica de Tricio se encontra plenamente implantada nos mercados até essa data.

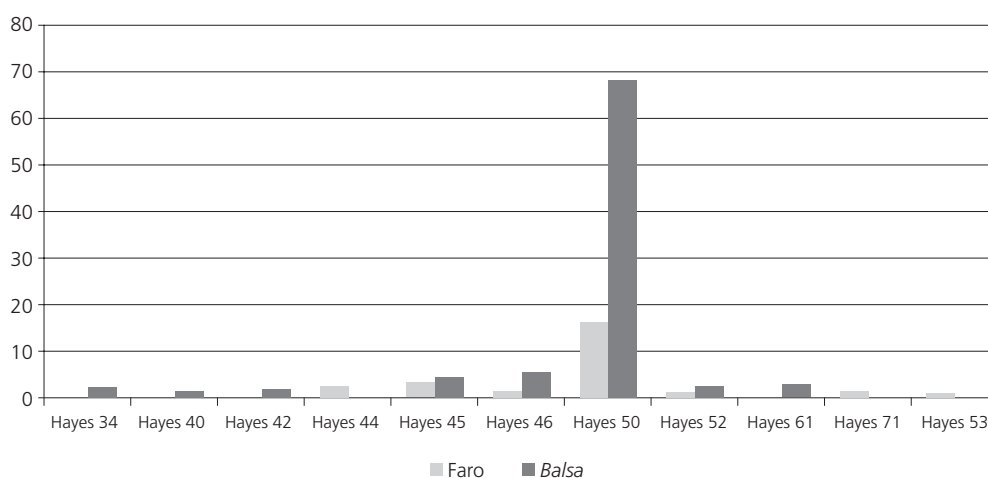


Fig. 38 – Distribuição das formas de *sigillata* Clara C em Faro e em *Balsa* (NMI).

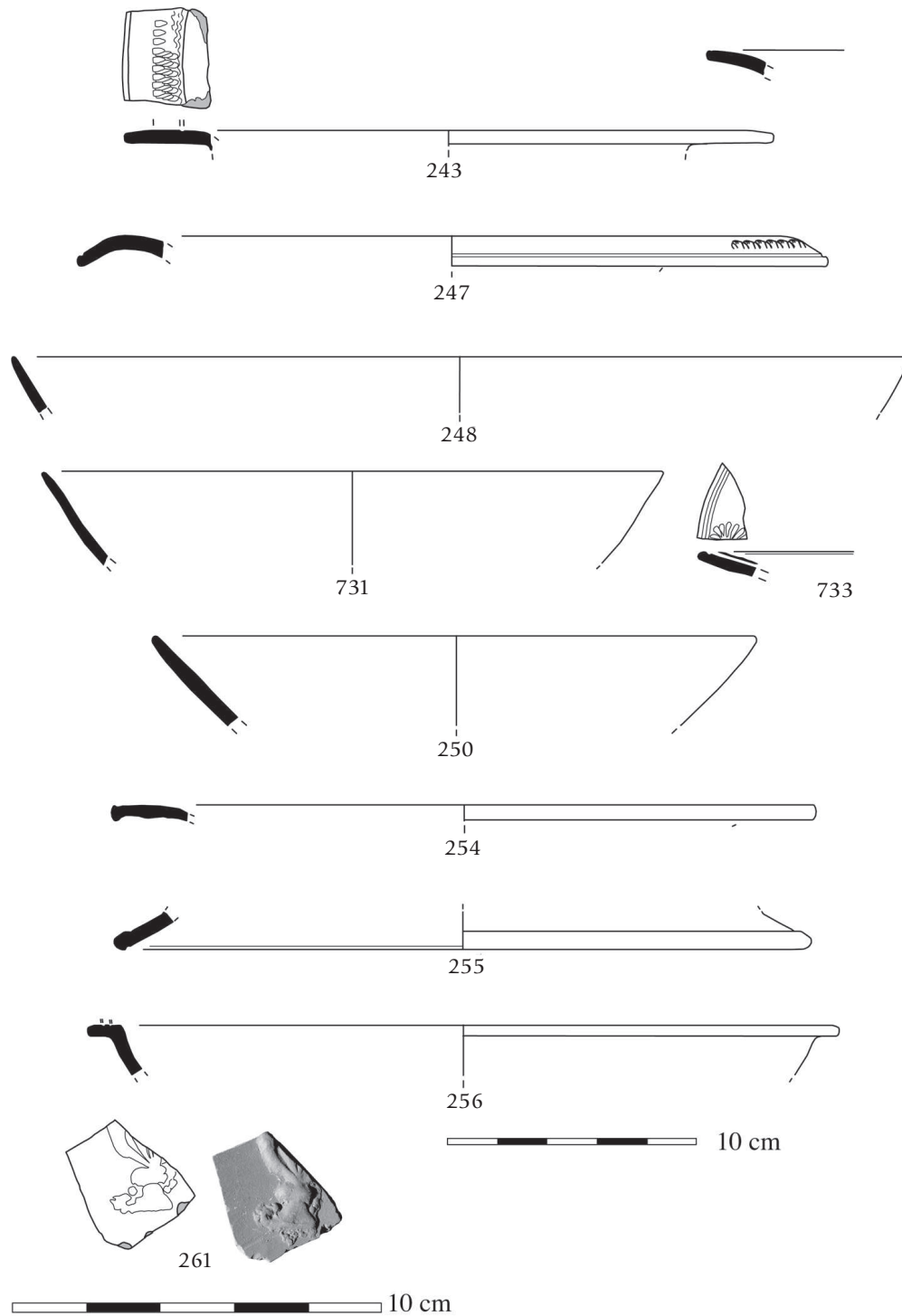


Fig. 39 – Faro e Balsa. *Sigillata clara C.*

O padrão de importação da *sigillata* Clara C, originária da Bizacena, reflecte, em Faro e *Balsa*, a mesma monotonia que se encontra nos diferentes sítios onde esta cerâmica ocorre, um pouco por toda a bacia do Mediterrâneo (Figura 38 e 39). Verifica-se que, apesar de estarem representadas outras formas, como as Hayes 44, 45, 46 ou as taças com decoração aplicada Hayes 52, a forma mais frequente é a Hayes 50. As duas variantes propostas por Hayes para esta última permitem compreender melhor a sua distribuição cronológica. Em *Balsa*, a importação destes produtos foi mais intensa durante as últimas décadas do séc. III e a década de 20 do séc. IV, ao contrário de Belo, em que a variante B é a mais abundante, datada da segunda metade do séc. IV e dos inícios do séc. V (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 274).

A decoração aplicada encontra-se presente em *Balsa* num exemplar da forma Hayes 52, e em Faro num fragmento da parede interna de um prato do tipo Hayes 53, ou Salomonson a, que ostenta, igualmente, decoração aplicada com o motivo do *cantharus*, de que apenas se conservou a parte inferior.

Nos finais do séc. III ou o princípio do séc. IV, iniciou-se a importação de *sigillata* clara D, categoria que atinge uns expressivos 25,6% em Faro e apenas 14,3% em *Balsa*. Em Belo, a percentagem de *sigillata* clara D soma 25,15%, e constituiu o conjunto mais numeroso em termos brutos, aspecto que foi, no entanto, devidamente enquadrado pelas investigadoras francesas (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 386, Fig. 23). Efectivamente, e como já referimos *supra*, o longo período de importação desta cerâmica obriga a prudência na leitura dos dados brutos e das respectivas percentagens, uma vez que esta importação decorreu durante um longo período.

Por outro lado, importa recordar que pude constatar que a distribuição da *sigillata* em *Balsa* difere, de forma significativa, nos diferentes sectores escavados. A presença de *sigillata* clara D é bastante mais expressiva, por exemplo, na área onde se escavou uma unidade de transformação de preparados piscícolas (sector 2), o que concorda, de um modo geral, com o faseamento cronológico que se têm vindo a propor para o desenvolvimento desta indústria no sul da Lusitânia (Fabião, 1992). A partir do séc. III, esta indústria teria tido um maior desenvolvimento, tendo passado a depender da produção local/regional de ânforas para o escoamento da sua produção.

Igualmente em Faro, foi no sector do Museu Municipal que se assistiu a uma maior presença deste tipo de *sigillata*, parecendo mostrar um ressurgir desta área da cidade no Baixo Império, a que não será alheio o papel que poderá ter desempenhado nos primórdios do Cristianismo. Recorde-se que, em Mérida, a maior parte da *sigillata* clara D chegou à cidade entre os meados do séc. IV e os meados do séc. V, fenómeno que foi explicado através do crescimento urbano que se registou após as reformas de Diocleciano, no momento em que a cidade se torna sede de diocese (Vázquez de la Cueva, 1985).

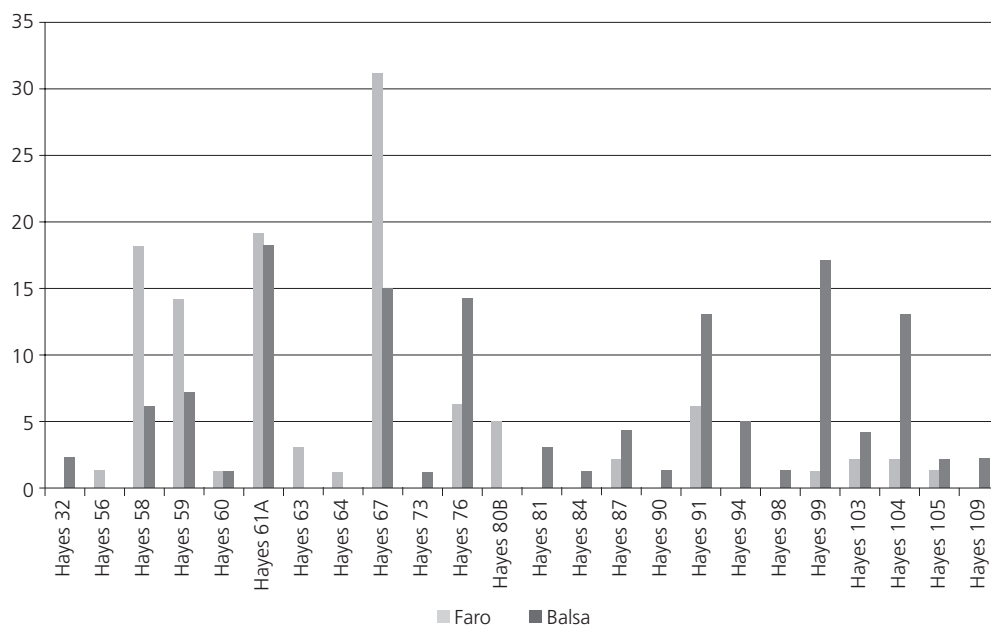


Fig. 40 – Distribuição das formas de *sigillata* clara D em Faro e Balsa (NMI).

As importações mais comuns são as que se encontram mais frequentemente nos sítios onde esta cerâmica ocorre, e que se manifestam nas formas Hayes 58, 59, 61, 67, 76 e 91 (Figura 40 a 42). Os motivos decorativos do estilo A de Hayes: geométricos (círculos concêntricos e grelhas) e vegetais (folhas de palma, etc.), encontram-se também datados do fim do séc. IV/início do séc. V, sendo igualmente dos mais frequentes no Algarve e nos restantes sítios do Ocidente peninsular.

A cidade de Santarém importou o conjunto de formas mais frequentes, sendo as importações do séc. VI muito raras, documentadas apenas num exemplar de Hayes 99 e 110 (Viegas 2003a, 2003b). As importações tardias ocorrem em Santarém num contexto em que a cidade perdeu grande parte da sua anterior importância.

Em Conímbriga, as formas mais comuns do séc. IV e V encontram-se bem representadas, mas está igualmente presente um número importante de fragmentos da forma Hayes 104, datada entre 530 e 600 (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975).

O conjunto de dados disponíveis sobre a *sigillata* clara D permite apontar para um período dos meados, ou finais do séc. IV e inícios do séc. V, período até ao qual se registou o maior volume de importações para os sítios do Ocidente Peninsular. Nas *villae* do Alentejo, como S. Cucufate, no território de *Pax Iulia* (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990), os meados do séc. V marcam mesmo o final destas importações, enquanto que este fenómeno é ligeiramente anterior na *villa* romana da Tourega (nos arredores de Évora), local onde as derradeiras importa-

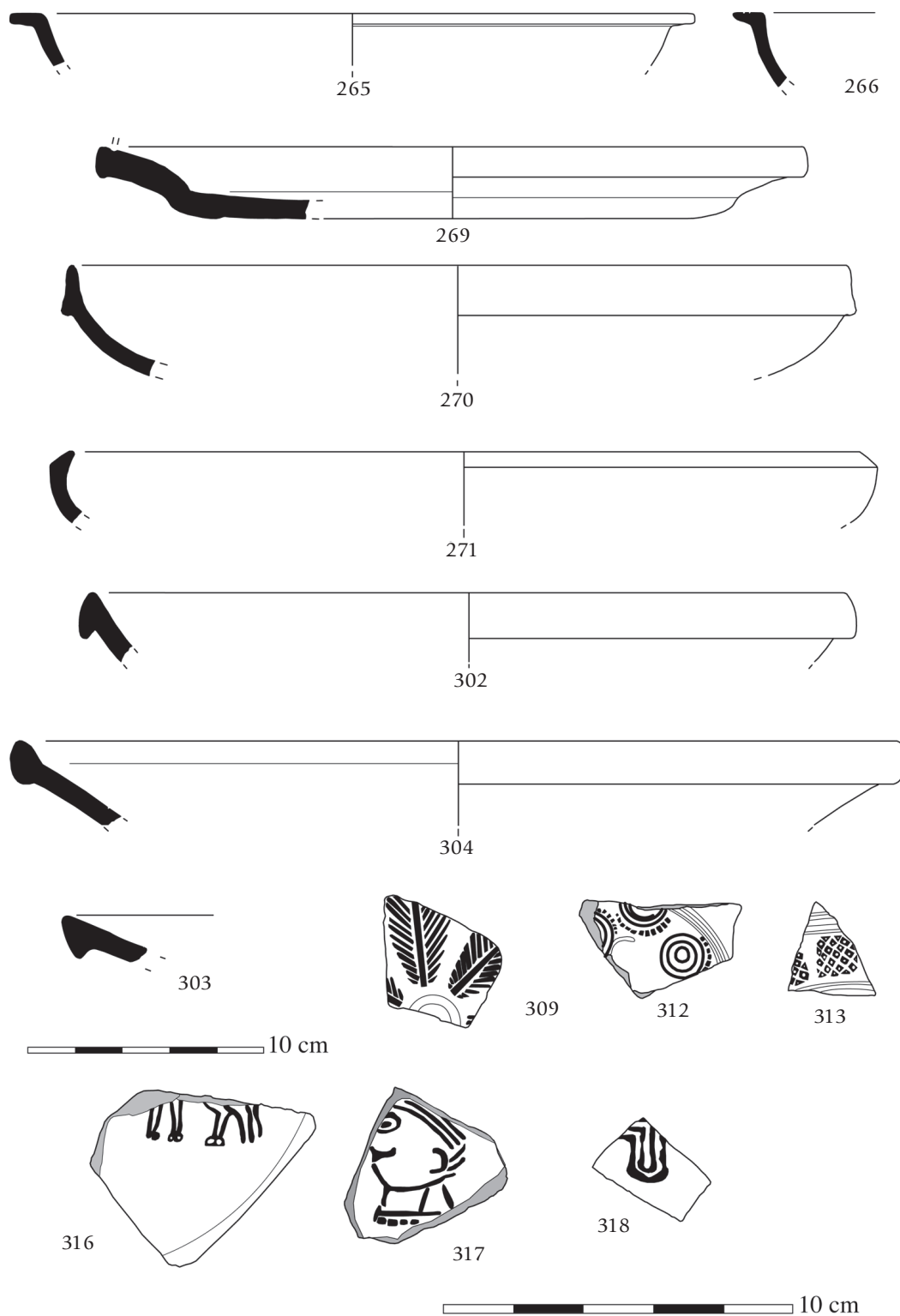


Fig. 41 – Faro. *Sigillata* clara D.

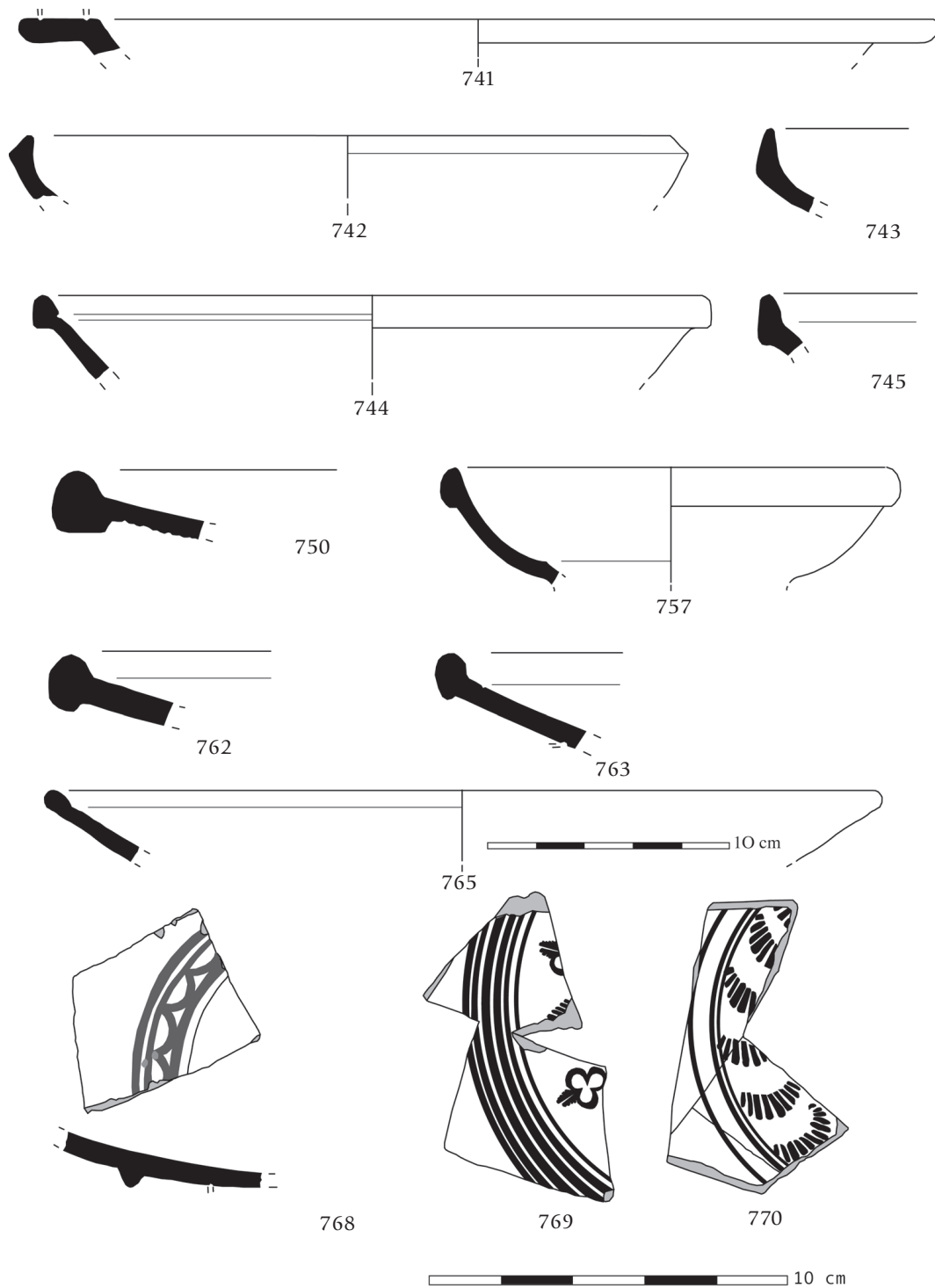


Fig. 42 – *Balsa. Sigillata clara D.*



ções de *sigillata* clara D datam do final do séc. IV início do V, altura em que o sítio é abandonado (Pinto, Viegas e Dias, 2004).

Na ilha do Pessegueiro, o final da ocupação e da produção de preparados piscícolas, principal actividade económica deste sítio, encontra-se datado de finais do séc. IV, inícios do séc. V, através, não só das formas de *sigillata* clara D (Hayes 59, 61 e 91) e também das ânforas lusitanas da forma Almagro 50 e 51c, assim como das cerâmicas de cozinha africanas (Silva e Soares, 1993, p. 112).

Em Faro e *Balsa*, as importações prolongaram-se até finais do séc. VI, ou mesmo até aos inícios do século seguinte, mas o volume de importações é bastante menor do que anteriormente. Assim, além das formas Hayes 99, 104, 105 e 109, assinala-se também a presença de raros exemplares que ostentam decoração do estilo E de Hayes. Encontram-se, no entanto, ausentes as formas típicas do séc. VII, como se referiu, formas essas que se podem encontrar nos contextos tardios das cidades espanholas, como Cartagena, (Ramallo Asencio e Ruiz Valderas, 2000; Madrid Balanza, Murcia Muñoz e Santaella Pascual, 2000) e Tarragona (Macias Solé e Remolà Vallverdu, 2000; Aquilué, 2003).

Mesmo que a leitura global da distribuição cronológica da *sigillata* de Faro e *Balsa* mostre um decréscimo das importações durante o período Baixo imperial, as importações norte-africanas registam, igualmente, um muito abundante conjunto de cerâmica de cozinha africana. Assinala-se a presença das cerâmicas de cozinha africanas que possuem fabrico dito aparentado ao da *sigillata* clara A, como as formas Hayes 23 A e B, e 181 e outros fabricos com a chamada «pátina cinzenta», como os muito frequentes pratos/tampa Hayes 196 e o tacho Hayes 197 (Bonifay, 2004a). Através da tipologia das formas representadas pode inferir-se que a importação desta categoria cerâmica ocorreu, sobretudo, entre os meados do séc. II e o séc. V. Como já se discutiu *supra*, é possível que a chegada destes produtos a Faro tenha ocorrido num momento ligeiramente anterior, aquando do abastecimento dos primeiros produtos de *sigillata* clara A, no final do período Flávio, mas será a partir de meados do séc. II que se tornam mais frequentes.

A importação de produtos alimentares transportados em ânforas, de origem Norte-africana, é também uma realidade nas cidades de Faro e *Balsa* entre o séc. III e o V, sendo mais rara no Alto Império.

No período Baixo Imperial, as cidades algarvias abasteceram-se igualmente nos mercados do Sul da Gália. Apesar de corresponderem sempre a percentagens

	Faro	<i>Balsa</i>	Castro Marim
Luzente	11	6	2
DSP	2	6	

Fig. 43 – Distribuição das formas de *sigillata* luzente e DSP em Faro e *Balsa* (NMI).

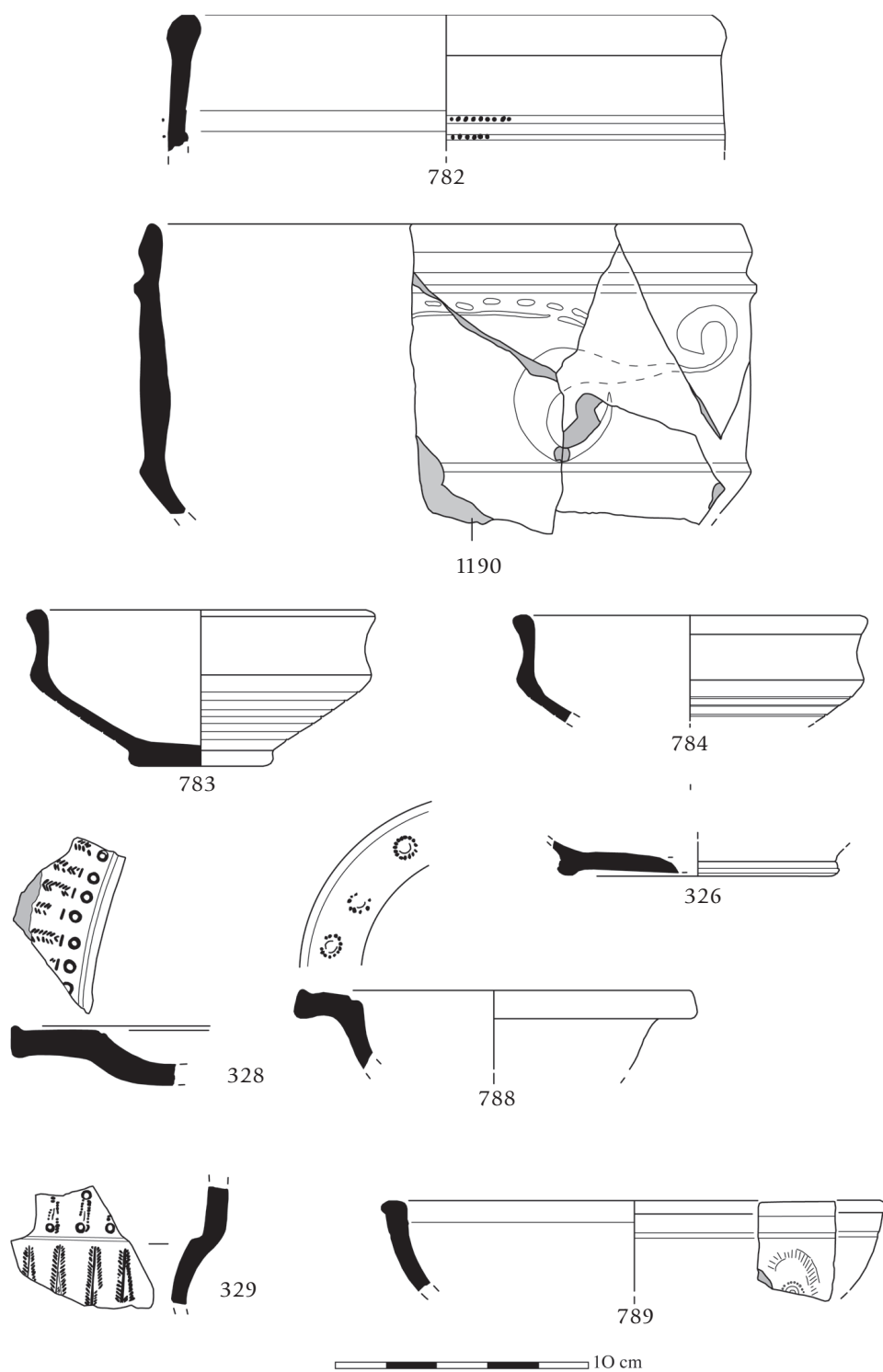


Fig. 44 – Faro e Balsa. *Sigillata* Luzente e DSP.

muito reduzidas, encontram-se entre os materiais de Faro e *Balsa*, exemplares de *sigillata* DSP (dita paleocristã) e *sigillata* luzente. Em Castro Marim, onde não registamos uma ocupação efectiva da área do castelo durante este período, a *sigillata* luzente está igualmente presente com duas peças. Um dos fragmentos pertence a uma carena, possivelmente de uma tigela Lamb. 1/3 (Luis. 37a), forma bastante frequente entre as importações desta categoria, e a outra peça corresponde a uma forma Luis. 31/33, que apresenta uma decoração de barbotina relativamente rara (Figura 43 e 44).

Em Faro, a *sigillata* Luzente corresponde a 1,7% do total, e está representada pela forma mais comum, a tigela que segue as linhas da sua antecessora Drag. 37, e que corresponde ao tipo Lamb. 1/3 (ou Luis. 37). Esta forma encontra-se datada entre os finais do séc. III e os meados do séc. IV, e corresponde também ao tipo mais frequente no conjunto de *Balsa*. As formas fechadas, como urnas e jarros, também foram importadas para as duas cidades, mas por só se terem conservado os seus fundos torna-se difícil precisar a sua tipologia e cronologia. Alguns destes fragmentos podem ter pertencido à urna Luis. 92, datada entre os meados do séc. III e o séc. V. Maior dúvida permanece em torno de um fragmento de Faro, onde se observa parte de uma decoração incisa. Poderá tratar-se de um exemplar do tipo Lamb. 28.

Ausente em Conímbriga e Santarém, esta *sigillata* ocorre igualmente em Belo, onde corresponde a uma percentagem reduzida de 0,81%. O conjunto é, no entanto, mais numeroso do que os das cidades algarvias, o que poderá justificar a diversidade de formas representadas, sendo, contudo, as formas Lamb. 1/3 (carenada) e Lamb. 2/37 (hemisférica) as mais frequentes, num conjunto onde as formas fechadas também fazem a sua aparição (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 368-369).

A carta de distribuição desta *sigillata* em território hoje português alarga-se a Tróia, onde se identificaram alguns exemplares da forma Lamb. 1/3 (Maia, 1978, p. 295-307). Nos restantes sítios, esta cerâmica não foi registada, mostrando uma distribuição que privilegia, sobretudo, as regiões costeiras meridionais, devendo esta distribuição relacionar-se também com as regiões onde a actividade económica é mais intensa durante o Baixo Império.

A *sigillata* dita paleocristã, que os autores franceses designam actualmente com a sigla DSP («dérivée-des-sigillées paléochrétiennes»), constitui outra das produções tardias das oficinas da Gália, que está presente em Faro e *Balsa*, sendo ainda mais rara que a *sigillata* luzente. A *sigillata* paleocristã de Faro resume-se a dois fragmentos das formas mais frequentes, Rigoir 1 e 18, com decoração estampada com palmetas e círculos, o que permite propor tratar-se de peças originárias da Narbonense, datáveis do séc. VI (Raynaud, 1993b, p. 413-418). Em escavações anteriores realizadas na Fábrica da Cerveja, local próximo do Museu Municipal, foi recuperado um fragmento que pertence à forma Rigoir 2. Trata-se de uma taça com bordo em aba, que ostenta, no topo círculos concêntricos, sendo o

engobe e a pasta de boa qualidade e bem depurados, de cor cinzenta clara (Paulo, 1999/2000).

Em *Balsa*, além da forma Rigoir 1, publicada por J. Nolen, encontra-se igualmente a forma Rigoir 3, de tonalidade acinzentada e com a característica decoração estampada no topo do bordo, além de um exemplar da forma Rigoir 16, neste caso de cor alaranjada, com possível origem na Narbonense.

Na região algarvia, a *sigillata* paleocristã encontra-se em Loulé Velho, onde se recuperaram fragmentos das formas Rigoir 1 e 18 (Gomes e Serra, 1996, p. 43-44). No restante território hoje português, esta cerâmica está presente em Tróia, onde ocorrem novamente as formas mais frequentes Rigoir 1, 3 e 18 (Maia, 1976-77, p. 411-415) e na *villa* romana do Alto do Cidreira (Cascais), onde se identificou um fragmento da forma Rigoir 8 e um outro indeterminado (Nolen, 1988, p. 89).

Em Belo, tal como nas cidades algarvias, a *sigillata* dita paleocristã é ainda mais rara que a luzente, registando um repertório algo diversificado, constituído por oito formas Rigoir 1, 3, 4, 6, 8, 15, 18 e 35 (?)(Bourgeois e Mayet, 1991, p. 370).

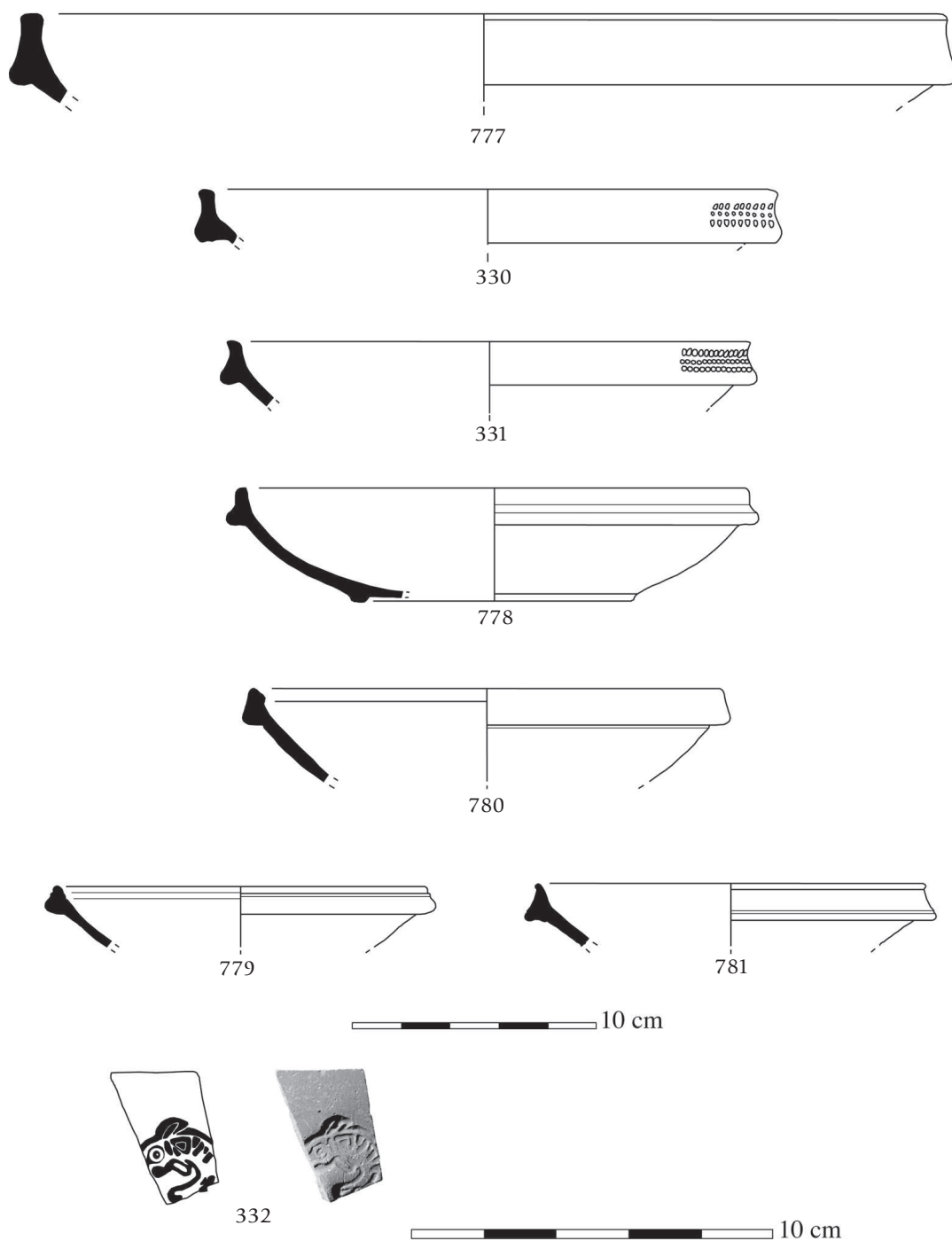
A *sigillata* dita paleocristã encontra-se também presente em Conímbriga. Aqui, sob a designação de «*céramique grise du Bas Empire*», foram incluídas não só as «verdadeiras» *sigillatas* paleocristãs, mas também outras produções derivadas desta, de carácter local/regional (Alarcão, 1965; Alarcão *et al.*, 1976, p. 65-69, est. XV e XVI). O prato, com bordo em aba, decoração estampada e pérolas da forma Rigoir 1 regista-se com alguma frequência, ocorrendo igualmente o tipo Rigoir 3 e 15 (Alarcão *et al.*, 1976, p. 66-67). As cerâmicas de Conímbriga foram associadas ao grupo da Narbonense, tendo-se verificado a quase total ausência de fabricos relacionados com as produções da área de Bordéus. «Une telle situation ne peut s'expliquer que par l'existence de circuits commerciaux bien définis et peut-être par l'existence de zones réservées de marché (...)» (Alarcão *et al.*, 1976, p. 66).

Segundo C. Fabião, a presença destas cerâmicas corresponderia à contrapartida comercial das ânforas lusitanas exportadas para a Gália neste período, em particular os tipos Almagro 50 e 51c (Fabião 1996b, p. 337).

Durante a Antiguidade tardia, as importações de *sigillata* foceense, proveniente do Mediterrâneo Oriental são uma realidade. As cartas de distribuição deste tipo

	<i>Balsa</i>	Faro
Hayes 3	3	7
Hayes 3C	2	–
Hayes 3F	3	–
Indet.	1	–
Total	9	7

Fig. 45 – Distribuição das formas de *sigillata* foceense tardia em Faro e *Balsa* (NMI).

Fig. 46 – Faro e Balsa. *Sigillata* fuceense tardia.

de cerâmica desenvolvidas aquando da sua identificação em Tróia (Maia, 1974) e posteriormente completadas com os estudos de M. Delgado (1984, p. 35-49), têm vindo a ser sucessivamente actualizadas à medida que se realizam novas descobertas. De um modo geral, verifica-se que existe um domínio, quase absoluto, da forma Hayes 3 (e suas variantes), entre meados do séc. v e meados do VI, ainda que, por vezes, também se encontrem alguns exemplares da forma Hayes 2, 3, 5 e 8 (Figura 45 e 46).

A ampla distribuição desta cerâmica contrasta com o número sempre bastante reduzido de exemplares recolhidos, que correspondem, na maior parte dos casos, e salvo raras excepções, à presença de uma única peça. Em Mértola, este tipo de cerâmica encontra-se bem representado, e, além da *sigillata* focense tardia e das importações tardias oriundas do Mediterrâneo oriental, encontra-se também a *sigillata* cipriota tardia (Delgado, 1992, p. 125-133). Em Belo, a *sigillata* focense tardia está representada por 1,31%, sendo, uma vez mais, maioritária a forma Hayes 3 e estando igualmente representada a *sigillata* cipriota (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 376).

## 2.5 Os produtos alimentares transportados em ânforas

### 2.5.1 República

O estudo das ânforas dos três principais núcleos urbanos do Algarve costeiro Oriental permitiu obter dados relevantes para o conhecimento do consumo e comercialização de produtos alimentares nelas transportados (Anexos 3, 4 e 5). Através da análise dos conjuntos estudados, foi também possível obter informações sobre as tendências económicas durante um longo período de tempo, desde a época republicana (séc. II a.C.) até ao Baixo Império (séc. V d.C.).

Faro e Castro Marim forneceram conjuntos relevantes de ânforas do período Republicano, mais de duas centenas de indivíduos, no primeiro caso e mais de sete centenas, no segundo. Apesar do topónimo *Balsa* ter uma origem pré-romana, talvez porque o povoado sidérico se localizasse sob a actual cidade de Tavira, não foi ainda possível obter materiais desta época em Torre de Ares. Nos estudos precedentes apenas duas peças de cerâmica Campaniense são atribuídas a este local (Nolen, 1994, p. 63-64, Est. 9) e no que se refere às ânforas não existem exemplares anteriores ao período imperial (Fabião, 1994, p. 17-34). O estudo agora realizado sobre a totalidade das ânforas de *Balsa* provenientes das escavações de 1977 também não revelou quaisquer fragmentos que antecedam a Augusto. A ausência de materiais anteriores a esta época estende-se também às cerâmicas recolhidas à superfície, em trabalhos de prospecção realizados no local, em diversas ocasiões, e que tivemos oportunidade de estudar. Apesar do que se referiu, parece acertado manter alguma prudência, dado não só a área que foi objecto de escavação ter sido bastante reduzida, mas também pelo desconhecimento que temos relativa-

mente à topografia da antiga cidade de *Balsa*. Restam, além de alguns fragmentos de cerâmica campaniense, as cunhagens monetárias, datadas do séc. I a.C., que mostram motivos e temática idêntica às de *Ossonoba* (Faria, 1995, p. 144-150) (Figura 47 a 51).

Não foi possível, devido às escassas áreas escavadas, quer em Faro quer em Castro Marim, conhecer as características dos *oppida* que aí se localizaram. Corresponderam certamente a núcleos de *habitat* com características urbanas, características essas que já eram evidentes em época pré-romana, pelo menos em Castro Marim (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007). São relativamente escassas as estruturas arqueológicas referenciadas para este período republicano, não permitindo uma reconstituição exacta da importância e extensão destes núcleos urbanos.

A dimensão dos conjuntos de ânforas do período republicano recolhidos em Faro e Castro Marim é muito significativa e permite reconhecer o padrão de importação dos produtos alimentares nelas transportados.

Se atendermos às diferentes percentagens de ânforas de Faro e Castro Marim do período republicano, de acordo com a sua origem, verificamos que a importação de produtos originários da *Ulterior* (região gaditane e vale do Guadalquivir) é muito elevada, sempre acima dos 80%. As diferenças que se registam nos dois sítios dizem respeito, sobretudo, à importação de alimentos da Península Itálica. De facto, a percentagem de ânforas vinárias Dressel 1 e Lamb. 2 é de 15,4% em Faro, enquanto, em Castro Marim este valor é bastante inferior, não atingindo os 3%. Uma possível explicação para este fenómeno prende-se com a natureza dos conjuntos estudados e a sua cronologia. Por um lado, em Faro dispomos de um conjunto que, segundo os dados que se obtiveram através do estudo das cerâmicas finas, nomeadamente da cerâmica campaninense, remonta ao séc. II a.C.. Este aspecto ficou comprovado não só pela abundância da cerâmica campaniense A, mas também pelas formas que se encontram representadas no sítio. São escassos os materiais contextualizados e, por motivos que desconhecemos, que se prendem com a formação do registo arqueológico, os momentos mais antigos da ocupação republicana estão bem representados. Por outro lado, o conjunto de Castro Marim centra-se em limites temporais muito precisos da fase mais tardia da época republicana, especificamente entre 50-30 a.C., o que pode justificar a menor percentagem de ânforas Dressel 1.

Outro aspecto que deve ser realçado diz respeito às diferenças que se observam na origem dos produtos importados de Itália. Assim, verifica-se que a percentagem de ânforas provenientes da costa Tirrénica (Dressel 1) e da costa adriática difere bastante de um sítio para o outro. Se em Faro se assiste ao habitual desequilíbrio entre as duas regiões, com uma forte presença de recipientes vinários da região Tirrénica (Dressel 1 – 53% e Lamb. 2 – 47%), em Castro Marim estes dados são bastante diferentes. Na antiga *Baesuri*, as ânforas da costa Adrática são

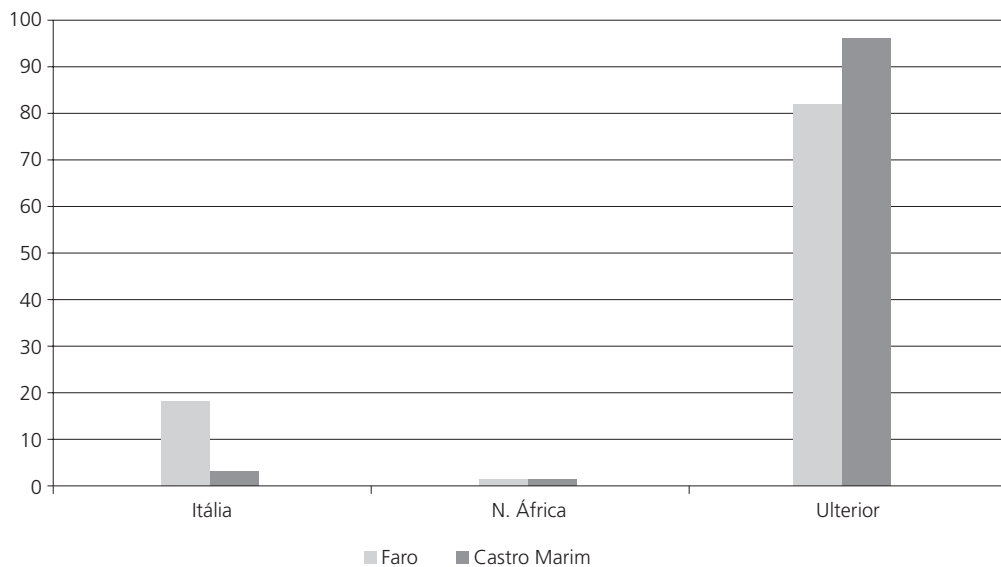


Fig. 47 – Comparação das percentagens de ânforas republicanas de Faro e Castro Marim, de acordo com a sua origem.

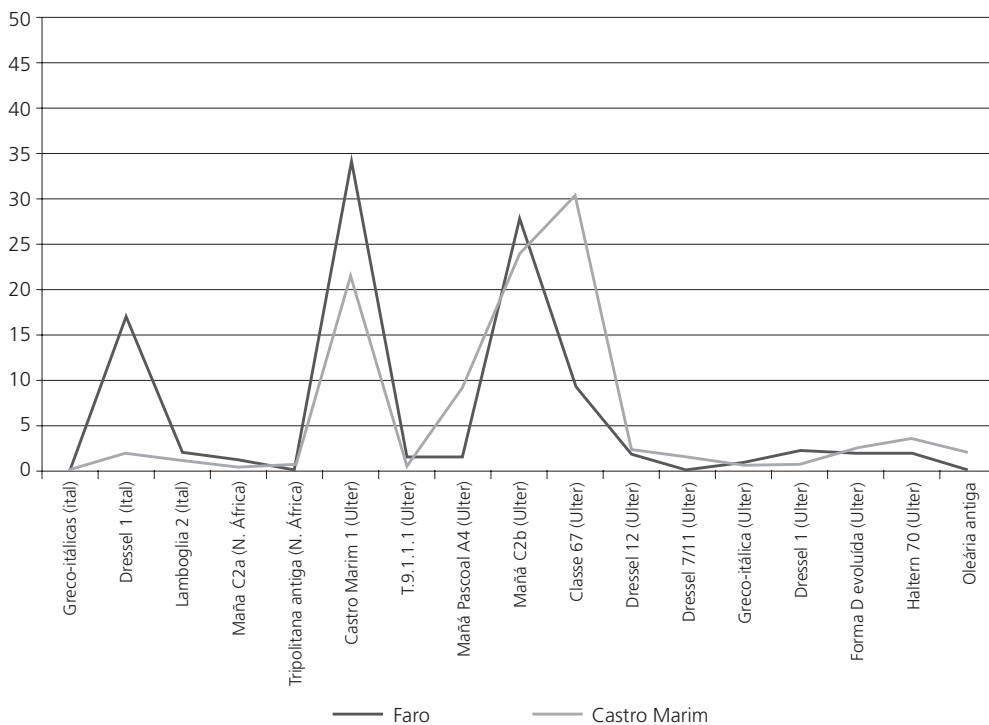


Fig. 48 – Comparação das percentagens de ânforas do período republicano em Faro e Castro Marim.



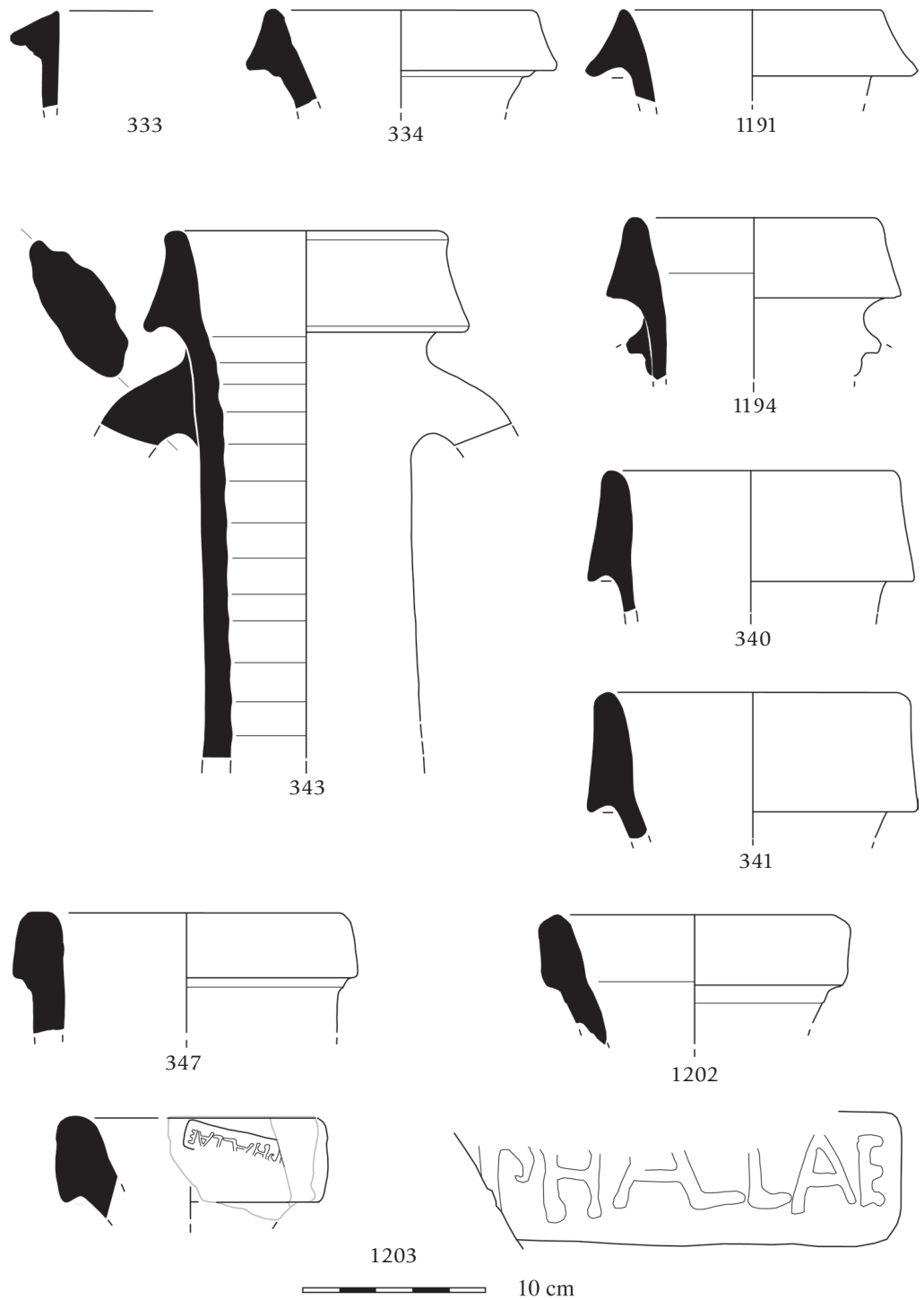


Fig. 49 – Ânforas republicanas itálicas de Faro e Castro Marim.

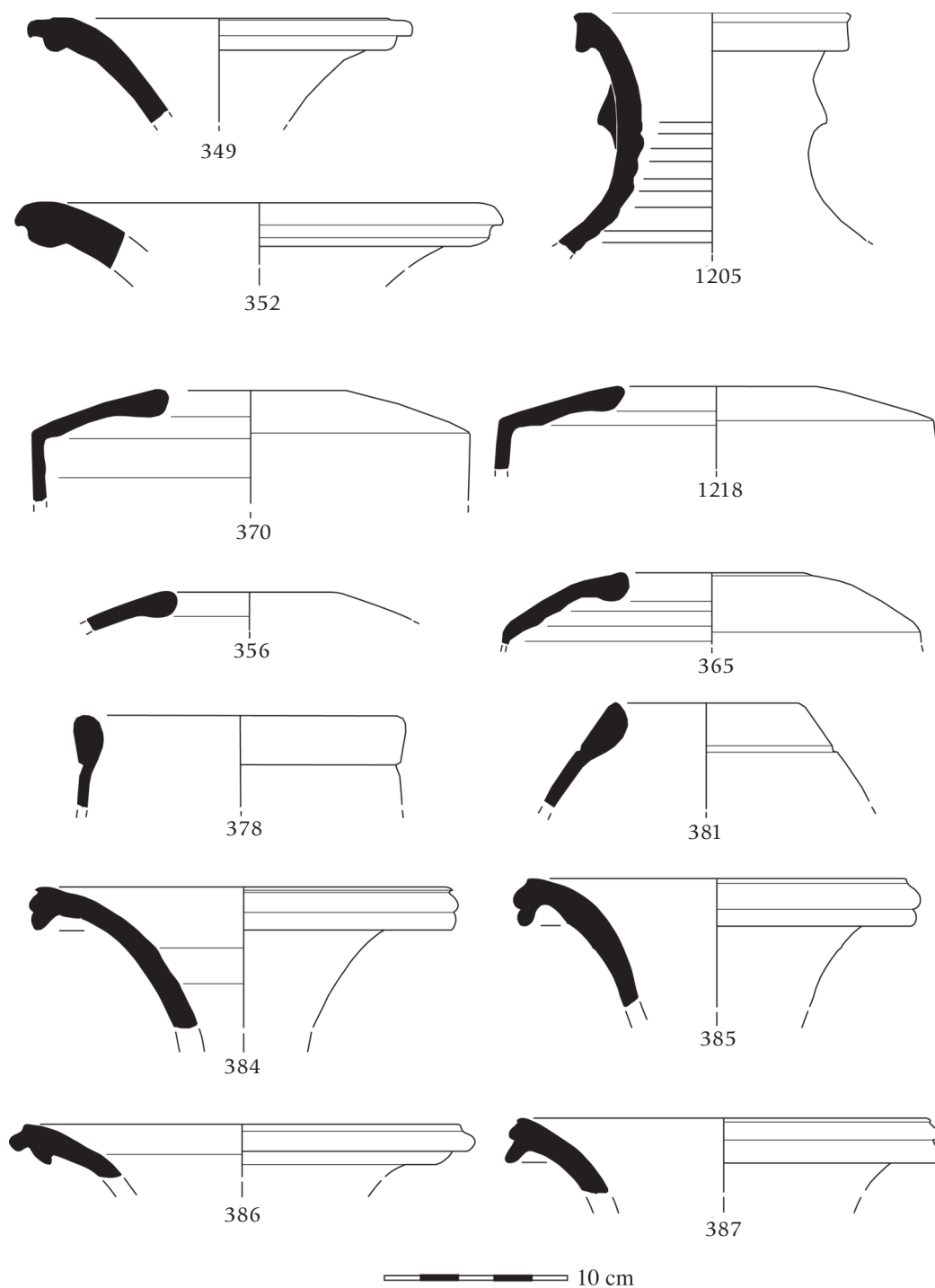


Fig. 50 – Ânforas republicanas da Tripolitânia e da *Ulterior* de Faro.

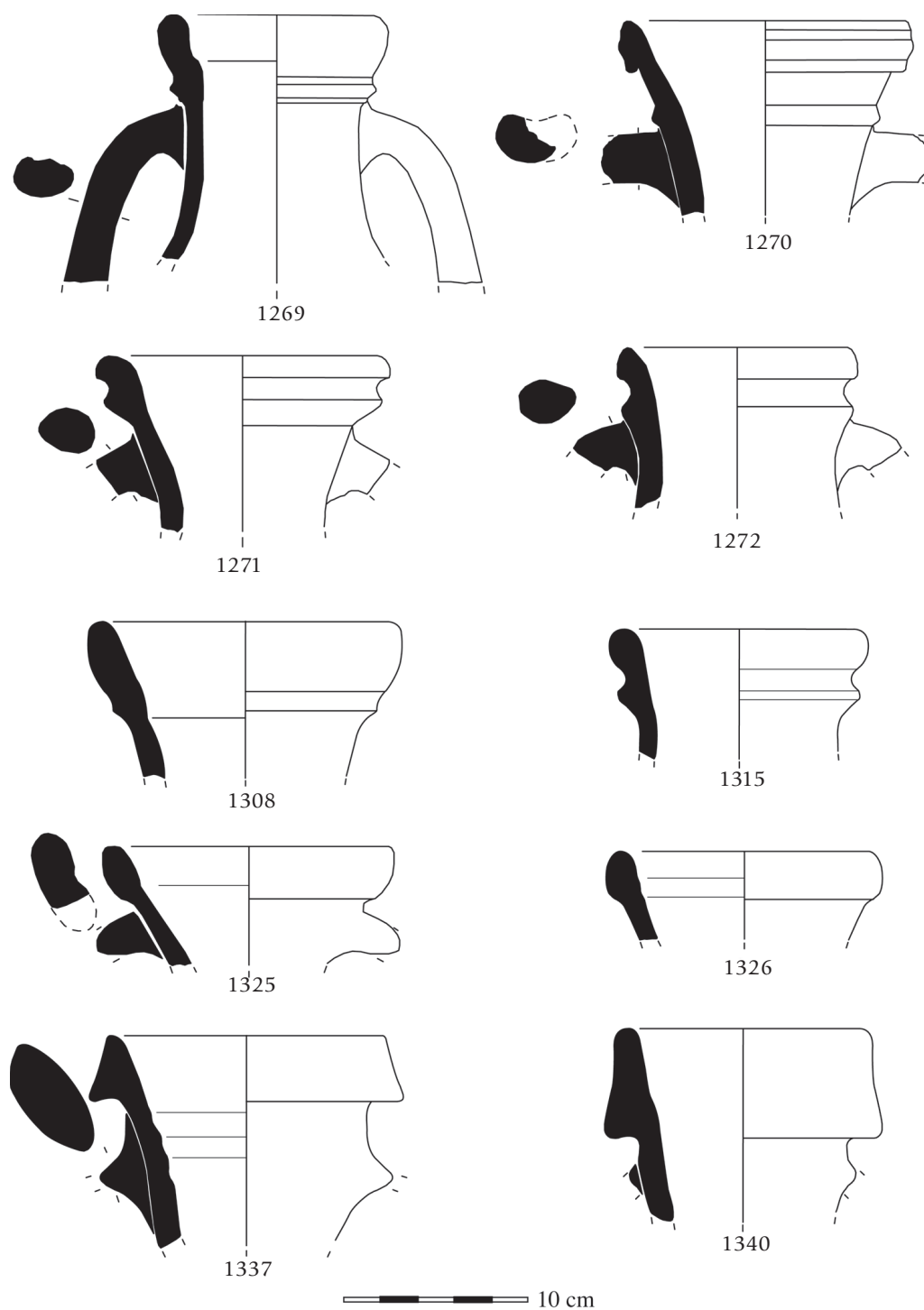


Fig. 51 – Ânforas republicanas da *Ulterior* de Castro Marim.

bastante mais frequentes que o habitual. No chamado depósito de Mértola, as ânforas Lamb. 2 estão também relativamente bem representadas, e ocorrem associadas a ânforas Dressel 1C, num contexto datado do séc. I a.C. (Fabião, 1989, p. 86-92; Fabião, 1987). A distribuição desta ânfora no ocidente Peninsular, mostra uma difusão sobretudo em sítios costeiros, normalmente associada à Dressel 1, não se registando um grande número de exemplares em cada local. A maior concentração deste tipo regista-se na costa do SE da Hispânia, com uma forte incidência na cidade portuária de Cartago Nova (Perez Ballester e Pascual Berlanga, 2004; Molina Vidal, 1997). Segundo Molina Vidal, esta concentração estaria relacionada com a obtenção de metais perto de Cartagena. Assim, numa rede de trocas comerciais relativamente complexa controlada por Cartagena, seriam obtidos vinho e escravos, estes últimos originários do porto de Delos. Infelizmente, os dados não permitem afirmar categoricamente que esta maior concentração de Lamboglia 2 nesta área esteja relacionada, também no caso de Castro Marim, com a obtenção ou escoamento de recursos mineiros próximos.

O Norte de África foi responsável pelo abastecimentos de azeite transportado da actual Líbia (em ânforas do tipo Tripolitana antiga) e da actual Tunísia de onde chegaram também produtos (preparados piscícolas) transportados em ânforas do tipo Mañá C2a, sempre em reduzida quantidade. A carta de distribuição das Tripolitanas antigas, proposta por Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba (2002), deve alargar-se portanto para o Ocidente, como sucedera já anteriormente com os materiais provenientes do Castelo de S. Jorge, em Lisboa (Pimenta, 2005, p. 81) e de Santarém (Arruda e Almeida, 2005). Registe-se apenas a ausência de Tripolitanas antigas em Faro, até ao momento, aspecto que não parece muito relevante.

Como se observou, a *Ulterior*, quer a sua faixa costeira gaditana, quer o vale do Guadalquivir, foi responsável pelo abastecimento de diversos produtos alimentares aos núcleos urbanos do Algarve litoral. A percentagem destas importações no período Republicano atinge valores muito elevados, 82,1% em Faro e 96,4% em Castro Marim. A análise, mais detalhada, da natureza destas importações permite ainda aprofundar a discussão das especificidades que, apesar de tudo, se detectam nos dois sítios. Recorde-se que a importação de preparados piscícolas em Castro Marim desde a Idade do Ferro até à época romana foi já objecto de estudo e publicação anterior (Arruda *et al.*, 2006).

De um modo geral, observa-se nos dois sítios, enquanto centros de consumo, o mesmo fenómeno que os investigadores espanhóis têm vindo a descrever para a produção anfórica, sobretudo, da baía gaditana (Lagóstena Barrios, 1996a, García Vargas, 1996; 1998). Na produção de contentores anfóricos destinados ao transporte de preparados piscícolas, assiste-se a um lento processo de romanização destes envases. Por um lado, mantém-se a produção de ânforas dos tipos Castro Marim 1, T9.1.1.1. de Ramon Torres, Forma D evoluída de Pellicer e Mañá Pas-

cual A4, que seguem uma longa tradição pré-romana (púnica ou punicizante). Este conjunto de formas, onde se destaca em qualquer das situações o tipo Castro Marim 1, soma cerca de 30% em *Beasuri* e mais de 36% em *Ossonoba*. Outro fenómeno bem documentado nas *figlinae* da *Ulterior* é o surgimento de outros tipos que seguem, em linhas gerais, as características dos tipos anfóricos púnicos (de morfologia cilíndrica e asas no bojo), com directa tradução nos contextos de consumo dos nossos centros urbanos. Referimo-nos à produção da forma Mañá C2b que é responsável por 28% das ânforas deste período em Faro e 23,1% em Castro Marim.

Além dos dados já conhecidos, e que foram sintetizados a propósito do conjunto da Alcáçova de Santarém (Arruda e Almeida, 1998), deve acrescentar-se ao mapa de distribuição desta ânfora os locais identificados por J. Pimenta (2005, p. 124, Fig. 34). De referir ainda, que a esmagadora maioria dos exemplares de ambos sítios são provenientes da baía gaditana, exceptuando uma peça ossonobense que parece ser originária no Vale do Guadalquivir, ou mais precisamente da região de Las Marismas.

A par destas duas linhas de produção referidas, têm início, paulatinamente, transformações que reflectem a progressiva romanização da *Ulterior* e, consequentemente, também dos seus contentores. Assim, por um lado assiste-se ao aparecimento de ânforas que, pela sua morfologia, mostram ter sido inspiradas nos contentores clássicos itálicos, como as ânforas greco-itálicas ou Dressel 1; por outro, os modelos itálicos são também inspiradores de formas completamente novas, mas já de âmbito romano, como a Classe 67 e Dressel 12 e a Haltern 70. Os dados disponíveis actualmente não permitem assegurar se estas greco-itálicas e Dressel 1, produzidas na *Ulterior*, se dedicavam ao transporte de vinho, ou se transportaram preparados piscícolas, como recentemente se documentou em exemplares de Belo (Bernal *et al.*, 2003). Se as imitações de formas itálicas são relativamente raras e parecem ter tido, em termos cronológicos, uma produção algo limitada, pelo contrário, as ânforas da Classe 67 mostram percentagens mais importantes, correspondendo a 8,6% em Faro e a um valor muito expressivo de 29,5%, em Castro Marim.

Quanto aos produtos transportados, tudo indica um domínio dos preparados piscícolas, apontando-se mesmo para que este tenha sido o produto transportado nas ânforas da Classe 67 presentes em Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006, p. 172-173). Como já se referiu, pesa nesta proposta o facto de a totalidade dos opérculos que se encontram em associação a estas ânforas, pertencerem a produções da área gaditana. Assim, as ânforas produzidas sobretudo na área do vale do Guadalquivir seriam deslocadas até à costa, onde seriam cheias de preparados piscícolas e seladas com opérculos produzidos localmente e posteriormente exportadas.

Relativamente à cronologia, os dados recentes publicados por R. Almeida sobre a Alcáçova de Santarém apontam para que as ânforas da Classe 67 se prolonguem até ao primeiro terço do séc. I d.C. (Almeida, 2006, p. 54). Os dados de que dispomos acerca da presença destes contentores nos sítios da costa algarvia não confirmam cronologias tão tardias, uma vez que estas ânforas se encontram ausentes da cidade de *Balsa*.

Também com origem no vale do Guadalquivir, mas com reduzidas percentagens (1,8% em Faro e 3% em Castro Marim), assinalam-se em Faro e em Castro Marim as primeiras importações de produtos vinários oriundos daquela rica e fértil província da *Ulterior*, transportados em ânforas do tipo Haltern 70. Documentaram-se igualmente o que se julga serem produções oleárias antigas, que se distinguiram com mais facilidade no contexto tardo republicano de Castro Marim. Estas primeiras produções estavam já atestadas no sítio militar da Lomba do Canho, onde são designadas de Classe 24, remontando a meados do séc. I a.C., e foram posteriormente confirmadas com os dados obtidos pelo mesmo investigador e A. Guerra, no sítio das Mesas do Castelinho (Fabião e Guerra, 1994). Aí a cronologia proposta remonta mesmo a finais do séc. II a.C e aos finais dos séc. I a.C. (Fabião, 2000a, p. 670). Na Alcáçova de Santarém estes recipientes estão também presentes sob a designação de «Ovóide 2 ?» onde ocorre (no caso de um exemplar com contexto seguro), num nível tardo republicano do segundo terço do séc. I a.C. (Almeida, 2006, p. 57).

Transportando igualmente preparados piscícolas, encontram-se no contexto tardo republicano de Castro Marim uma série de exemplares de ânforas que se integram nas variantes mais antigas do tipo Dressel 7/11. Conhecem-se contextos de consumo destes tipos anfóricos com cronologias idênticas nas províncias do Noroeste do Império, como refere S. Martin-Kilcher (2003, p. 69-82). Por outro lado, nos centros produtores da baía gaditana verifica-se que a forma *Mañá C2b* coexiste com séries mais antigas do tipo *Beltrán I*, sua sucessora (Lagóstena Barrios, 1996b, p. 153).

São relativamente escassos os sítios do actual Algarve com os quais podemos comparar os conjuntos agora estudados. Não obstante, a importância das formas ditas púnicas está também patente em outros locais como no Cerro da Rocha Branca (Gomes, Gomes e Beirão, 1986) e em Monte Molião (Sousa, 2006, p. 11 – 26; Arruda *et al.*, 2008), mostrando bem o peso das importações gaditanas de tipologia púnica no território hoje algarvio. No conjunto recuperado em duas ocasiões, em dragagens no rio Arade (Portimão), as ânforas que se podem atribuir ao período republicano são relativamente escassas, em 256 bordos, apenas 38 pertencem a esta época e destes mais de metade são do tipo *Mañá C2b* da *Ulterior* (Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987; Diogo, Cardoso e Reiner, 2000).

A leitura da **Figura 48**, onde se podem observar as percentagens de ânforas importadas para ambos os sítios no período republicano, mostra, como já referimos, que divergem claramente no que diz respeito aos valores das ânforas vinárias itálicas, Dressel 1, muito escassas em Castro Marim, e na percentagem de ânforas da Classe 67 que é muito elevada neste sítio. Já se discutiu a estranheza que causa esta reduzida importação de vinho Itálico, uma vez que todos os restantes sinais da presença romana estão bem patentes no sítio, apontando-se a este propósito a importação de importantes quantidades de cerâmicas finas (Campaniense B de Cales e paredes finas itálicas) (Arruda *et al.*, 2006, p. 172). As ânforas itálicas são frequentes em contextos deste período, no ocidente peninsular, e a sua carta de distribuição mostra, como já referiam outros autores, uma ampla difusão, embora esta seja mais expressiva nos sítios costeiros do sul (Fabião, 1999, p. 176-177, Fig. 1).

Desconhecendo-se operações militares no sul do território actualmente português neste período, o que não significa que não tenham tido lugar, a existência destes contentores deve relacionar-se com a presença de populações itálicas nesta região e/ou com actividades comerciais. Assim, se o abastecimento aos militares da campanha de Júnio Bruto em 138-137 a.C. pode explicar a concentração de ânforas itálicas no vale do Tejo, o mesmo poderá não ser válido para a área meridional. No entanto, convém não esquecer que Serviliano poderá ter passado no Algarve durante a campanha de 141 a.C. e que a batalha de *Laccobriga* das guerras sertorianas pode ter acontecido nos arredores de Lagos. Contudo, ainda que estes acontecimentos, cuja adscrição geográfica ao Algarve é ainda muito problemática, tenham contribuído para divulgar no território produtos itálicos, não parecem restar dúvidas que a existência destes se deve relacionar, como acima foi defendido, também e preferencialmente, com outro tipo de abastecimentos.

A escassez de ânforas itálicas em Castro Marim constitui, portanto, um facto ainda de difícil interpretação, que apenas uma cronologia mais tardia do conjunto estudado poderá ajudar a explicar. Por outro lado, assiste-se à presença de uma percentagem elevada de ânforas da Classe 67, para as quais foi defendido um conteúdo piscícola (Arruda *et al.*, 2006). Já anteriormente era este o produto que C. Fabião propusera para este tipo, como indica o *titulus pictus* do naufrágio San Ferreol (Fabião, 1989; Más Garcia, 1985, p. 205). A presença desta ânfora na costa marroquina também reforçava esta ideia. No entanto, mais recentemente tem-se defendido um carácter polivalente para este e outros contentores, como as Haltern 70 e a Mañá C2 (Fabião, 2000, p. 673). Os produtos da uva, o azeite e os preparados piscícolas eram produzidos na *Ulterior* na primeira metade do séc. I a.C. o que justifica que no período augustano se registem volumes elevados destes alimentos nos sítios militares do *limes* ou em Roma (Fabião, 2000, p. 674). A hipótese de estes contentores, se não a totalidade, pelo menos alguns exemplares, terem transportado vinho para Castro Marim, deve ser igualmente

colocada, neste contexto, tanto mais que poderia suprir a escassez de recipientes vinários itálicos que, como se viu, temos dificuldade em explicar (Arruda *et al.*, 2006). Por outro lado, R. Almeida a propósito do material da Alcáçova de Santa-rém, chamou recentemente a atenção, para as semelhanças morfológicas destes recipientes com as ânforas adriáticas apulas, o que poderia indicar um conteúdo oleícola (Almeida, 2006, p. 104).

A importação massiva de preparados piscícolas para os núcleos urbanos de Faro ou Castro Marim segue uma tradição que se pode dizer milenar, uma vez que a presença de ânforas que transportaram estes produtos alimentares da área gaditana está bem patente nos dois sítios, em níveis da Idade do Ferro, como já o demonstraram os estudos realizados para Faro (Arruda, Bargão e Sousa, 2005) e para Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006). Por outro lado, (...)«mais uma vez, ficou evidenciada a dependência de Castro Marim em relação a Cádiz, dependência essa que o estudo destas ânforas pode acrescentar aos dados que a cerâmica ática e a de tipo Kuass já indicava (Arruda 1997; 2000; 2003)» (Arruda *et al.*, 2006, p. 171; Sousa, 2005).

Não se regista, ao que tudo indica, produção local/regional de ânforas durante o período republicano, em território hoje algarvio. Anteriormente, a existência de alguns fragmentos de ânforas com sinais de distorção devido a altas temperaturas tinham levado A. M. Arruda a colocar a possibilidade de ter existido uma produção local de ânforas que seguiam os modelos ditos púnicos (ânforas de tipo D) (1997). Mais recentemente, esta possibilidade foi relativizada pois julga-se que podem ter sido fenómenos pós-deposicionais os responsáveis pelas deformações referidas (Arruda *et al.*, 2006, p. 171). Entre o conjunto de ânforas pré-romanas da cidade de Faro foi identificado um conjunto que se integra no tipo tipo B/C, e que possui um fabrico que, pelas suas características, poderá ter uma origem de âmbito local ou regional (Arruda, Bargão e Sousa, 2005). De referir ainda que, até ao momento, todas as informações de que se dispõe acerca das unidades de preparados piscícolas aponta para um início da sua laboração já no séc. I d.C. Não existe, portanto, e ao contrário do que sucede na baía de Cádiz, evidência de produção de preparados piscícolas em contexto anterior ao domínio romano. Este aspecto não invalida que se tenham recolhidos objectos, em níveis sidéricos, relacionados com a actividade piscatória, como pesos de rede e restos ictiológicos, que, aliados à exploração do sal podiam proporcionar a produção de preparados à base de peixe (Arruda, 2005; Arruda, 2006; Arruda *et al.*, 2006, p. 171), aspecto ao qual voltaremos *infra*.

### 2.5.2. O Alto Império

Durante o período Alto Imperial, além de Faro e Castro Marim, dispomos também de informação para a cidade de *Balsa*, o que permite estabelecer um quadro mais completo do consumo de produtos alimentares transportados em



ânforas nesta época. Mesmo detendo significados próprios no seio dos conjuntos respectivos dos três núcleos urbanos, as amostras do Alto Império são significativas e possibilitam uma leitura do quadro económico do sul da Lusitânia neste período (Anexo 3, 4 e 5).

Além das informações que o conjunto das diversas categorias cerâmicas proporcionam, dispomos de alguns dados sobre o urbanismo, a relativamente abundante epigrafia, sobretudo em *Balsa* e Faro, existindo também referências, nas fontes escritas, aos três sítios estudados. À luz dos estudos cerâmicos, este período corresponde, para os três núcleos urbanos, ao momento em que desfrutaram de maior capacidade económica, o que poderá estar relacionado com a promoção municipal da cidade de Faro, no período de Augusto, e de *Balsa*, em época flávia. Desconhecemos, com detalhe, qual o estatuto de *Baesuri*, mas o estudo da *terra sigillata* permitiu constatar que este núcleo urbano ainda estava pujante em época flávia, nos finais do séc. I e inícios do séc. II, quando foi subitamente abandonado. Não estamos perante um lento declínio das importações, como o que se observa em algumas categorias cerâmicas como a *terra sigillata*, a partir dessa data, com a consequente diminuição das importações de *sigillata* tardia norte-africana, mas a um abandono da área do Castelo de Castro Marim. A hipótese mais plausível que se coloca actualmente procura justificar este fenómeno com a deslocação do núcleo urbano para uma área mais perto do que seria o porto de *Baesuri*.

As ânforas importadas são largamente maioritárias, e só em *Balsa* e Castro Marim se assiste a um consumo de produtos lusitanos de âmbito local/regional, que corresponde a 6,6% e 2%, respectivamente. A este propósito podem juntar-se os dados recentes recolhidos por E. Garcia Vargas em *Hispalis* (Sevilha), que apontam igualmente para uma reduzida presença de produtos anfóricos lusitanos nos contextos alto imperiais (Dressel 14) e mesmo para uma total ausência de fabricos algarvios (Garcia Vargas, 2007).

A província da Bética mantém-se como a principal abastecedora das cidades costeiras do Algarve Oriental (97,5% das ânforas de Faro, 88,3% das de *Balsa* e novamente 97% das de Castro Marim) e, entre estas, são as ânforas que transportaram preparados piscícolas as que chegaram, em maior número, aos sítios algarvios. Assim, verifica-se que o conjuntos dos contentores que se destinavam ao transporte de preparados piscícolas, onde se incluem os tipos Dressel 7/11, Dressel 14, Beltrán IIA e Beltrán IIB, responsáveis por 42,4% das ânforas de Faro, valor que é bastante superior em *Balsa* (61,1%) e que atinge percentagens mais modestas em Castro Marim (31,3%).

A proximidade geográfica desta província explica que se verifique esta integração do sul da Lusitânia (hoje Algarve) nos circuitos comerciais baseados na cidade e no porto de Cádiz. Tal como alguns autores defendem, por exemplo C. Fabião, neste período a indústria de preparados piscícolas da Lusitânia depen-

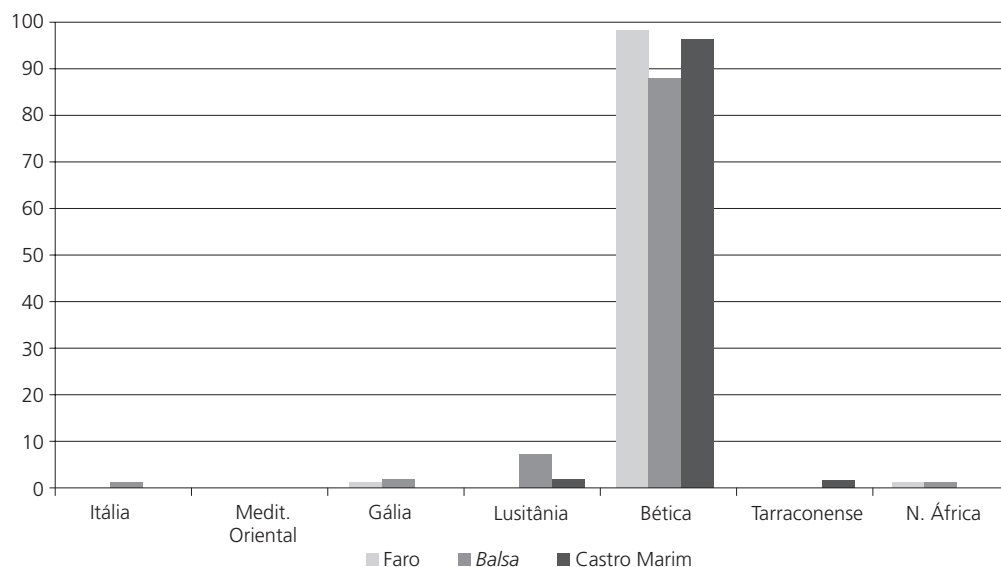


Fig. 52 – Comparação das percentagens de ânforas de Faro, Balsa e Castro Marim no Alto Império, de acordo com a sua origem.

deria das ânforas da Bética para ser exportada, situação que se modificou no período tardo-romano, pois a maioria dos fornos de ânfora no Sul de Portugal datam entre o séc. III e V (1994b, p. 227-252, especialmente p. 245) (Figura 52 a 56).

Além dos preparados piscícolas, a Bética é igualmente responsável pelo aprovisionamento de outros produtos alimentares como o azeite e produtos da uva (vinho e *defrutum*), cuja produção se desenvolveu no vale do Guadalquivir, desde o reinado de Augusto, ou mesmo anteriormente, como vimos. Esta produção destinava-se, sobretudo no que diz respeito às ânforas oleícolas Dressel 20, ao abastecimento institucional de contingentes militares estacionados em diferentes pontos do *limes* germânico, na *Britannia*, ou à cidade de Roma (Remesal Rodríguez, 1986; Carreras Monfort e Funari, 1998, Martin Kilcher, 1983).

No entanto, a difusão destes recipientes não se resume ao carácter oficial e é nesse contexto que podemos procurar compreender a presença deste tipo de materiais no Algarve romano.

Em Castro Marim, verificou-se que a importação de azeite já estava presente no contexto tardo republicano, mas foi durante o período de Augusto-Tibério que se assistiu ao acréscimo do volume de produtos transportados em ânforas do tipo Dressel 20. Esta forma está representada nos três núcleos urbanos algarvios: em Faro corresponde a 19,5%, em Balsa não ultrapassa os 10,3%, ascendendo a 16,7% em Castro Marim. Estas percentagens mostram bem o carácter de centros redistribuidores que estas cidades constituíram no quadro da comercialização do azeite bético. É um facto que o panorama da difusão das ânforas Dressel 20 no ocidente peninsular, traçado nos anos 90 por C. Fabião, mostra uma ampla

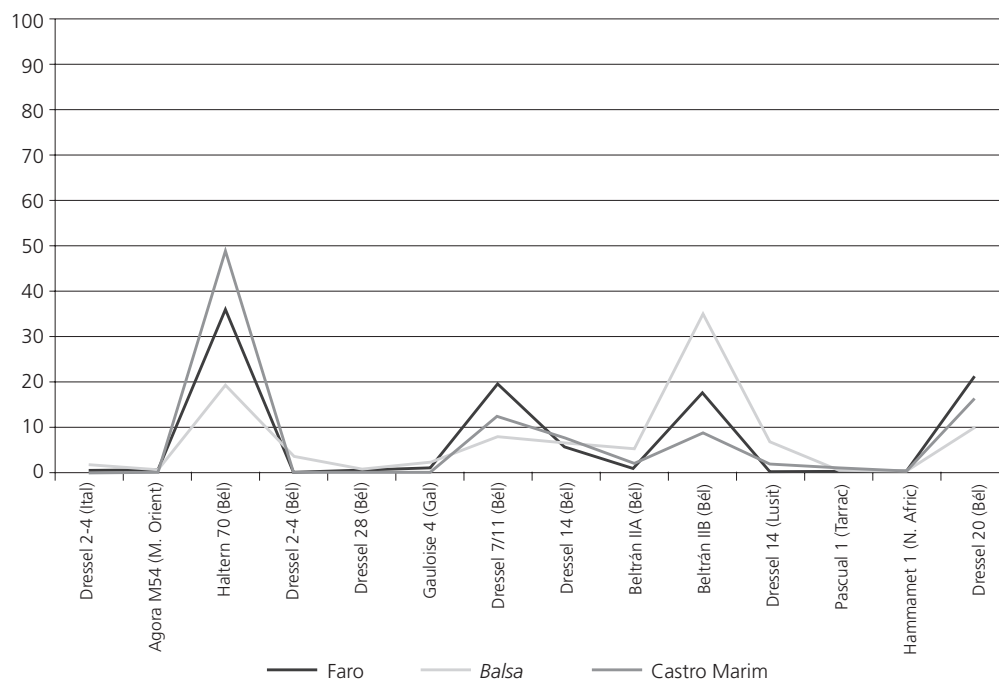


Fig. 53 – Comparação das percentagens de ânforas do Alto Império em Faro, Balsa e Castro Marim.

dispersão destes produtos, não só em áreas costeiras, mas também no interior (1993-94). No entanto, é de referir o relativamente reduzido número de exemplares em cada sítio. A defesa de uma rota Atlântica, e não apenas aquela que utilizou o eixo Ródano-Reno, foi devidamente valorizada, no abastecimento às forças militares da fronteira germânica, e constitui um dos pontos chave para explicar a dispersão das Dressel 20 na fachada ocidental da Península Ibérica (Fabião, 1993-94, p. 239).

Sendo bastante reduzidos os restantes conjuntos publicados sobre sítios do sul da Lusitânia ou do ocidente peninsular, não é possível verificar, com precisão, qual a percentagem relativa deste abastecimento de azeite, face aos restantes produtos. No entanto, parece claro que os sítios costeiros algarvios viveram uma situação privilegiada no comércio deste produto. O número de exemplares recolhido em qualquer um dos três núcleos urbanos é bastante superior ao que habitualmente se regista no território hoje português.

Apesar das reservas que alguns autores colocam quanto à utilidade das tabelas morfológicas das ânforas Dressel 20, enquanto indicadores cronológicos, estas serviram para obter uma aproximação relativamente ao padrão de importação destes contentores. Assim, verifica-se que a importação se iniciou nas fases mais recuadas da produção, registando-se, nos três núcleos urbanos, os modelos que se enquadram no período de Augusto e Tibério.

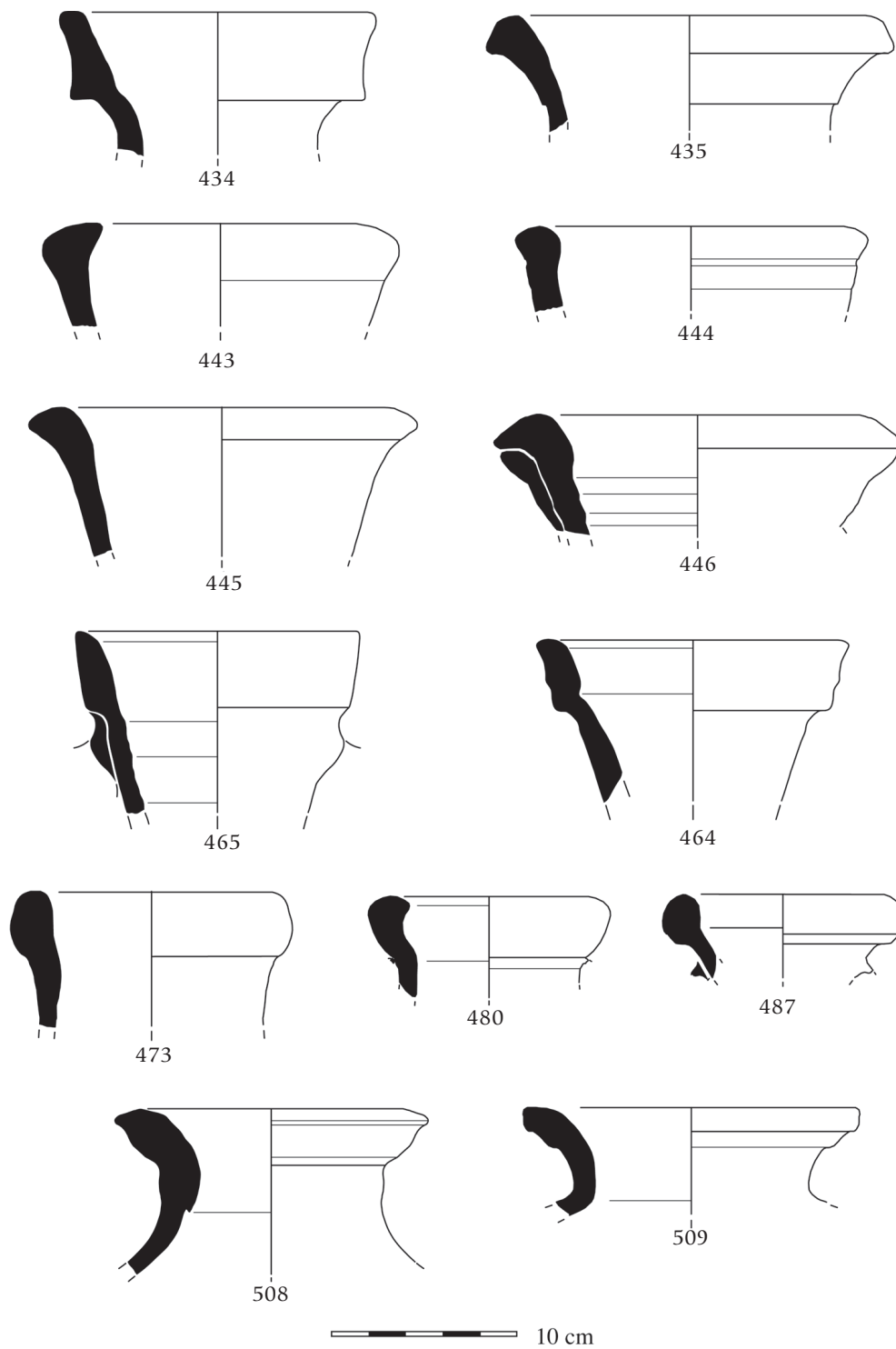


Fig. 54 – Ânforas do Alto Império em Faro.

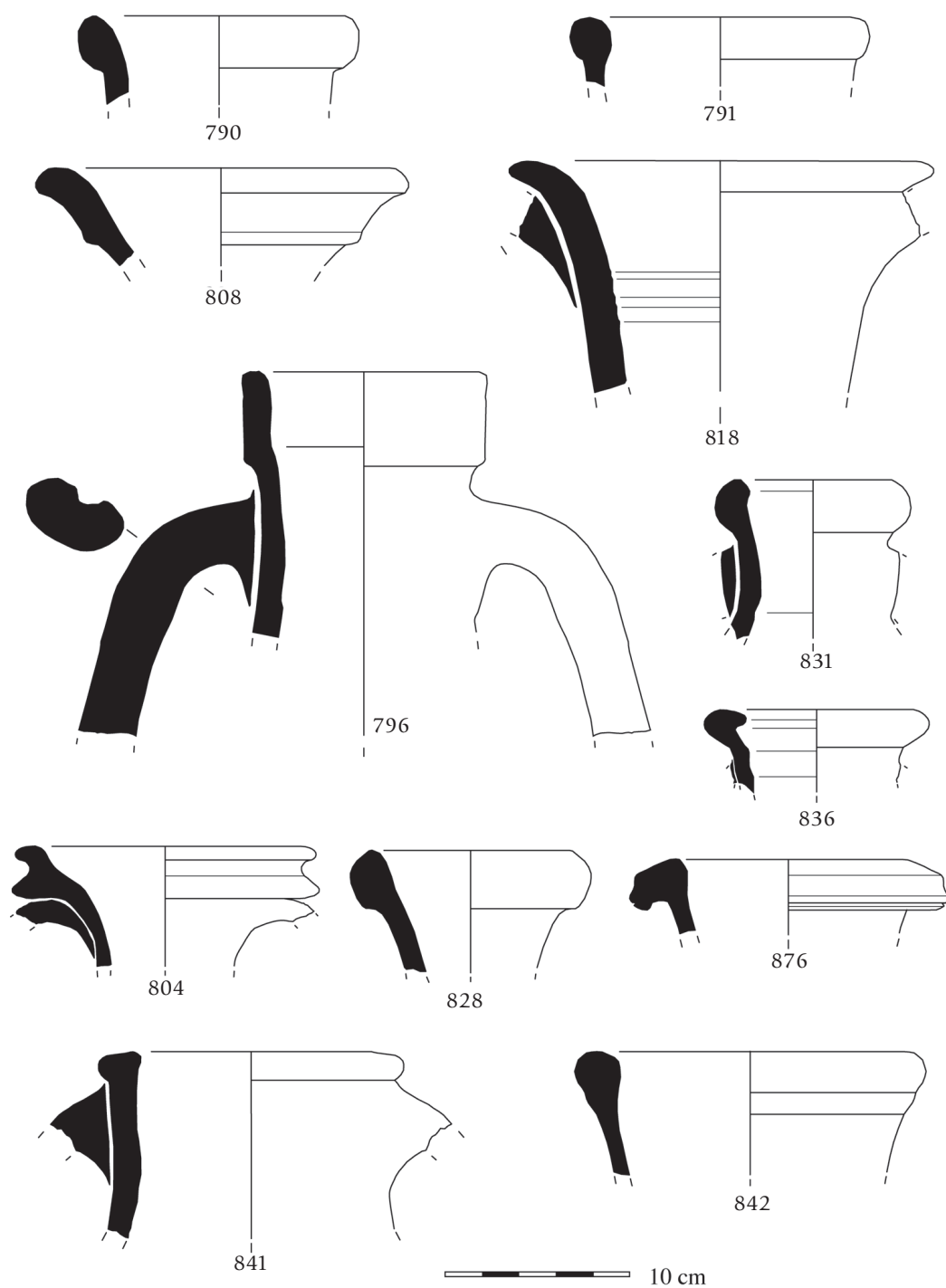


Fig. 55 – Ânforas do Alto Império em Balsa.

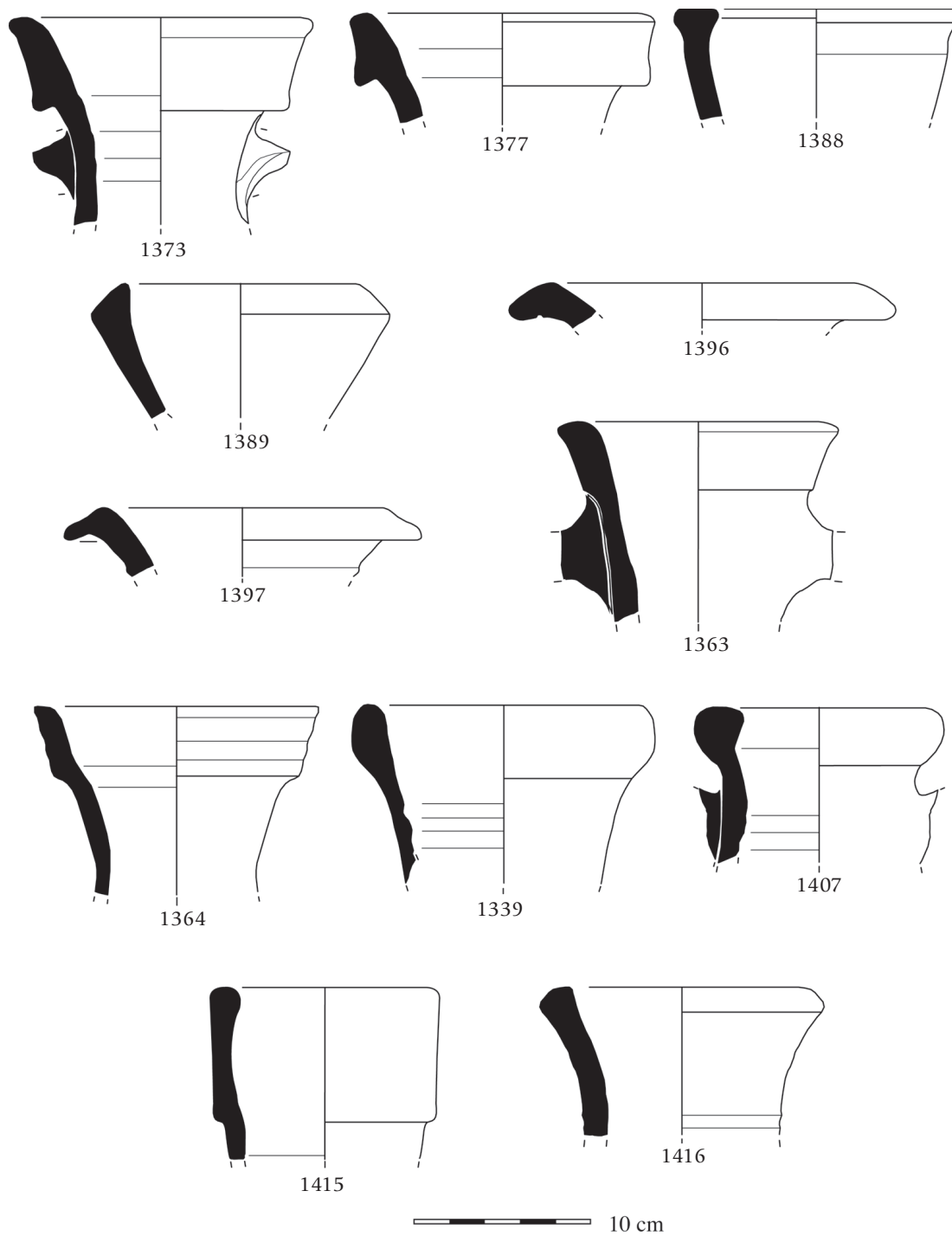



Fig. 56 – Ânforas do Alto Império em Castro Marim.

Em Faro, existe mesmo uma peça que enquadrámos no tipo Haltern 71 e que corresponde ao protótipo do que mais tarde virá a ser a Dressel 20, sendo a fase mais antiga desta produção anfórica a mais bem representada nas sondagens do Museu Municipal. No local onde se recuperou o mosaico do Oceano são relativamente mais abundantes os exemplares da segunda metade do séc. I. Em *Balsa*, as formas mais antigas estão presentes, mas regista-se também um conjunto significativo de ânforas que pertencem à segunda metade do séc. I e às primeiras décadas do séc. II (tipo III de Berni) (Berni, 2007). O conjunto de Dressel 20 de Castro Marim caracteriza-se também por uma maior presença de contentores das fases mais antigas da produção, embora, neste caso, não se estranhe a ausência de ânforas das variantes que se atribuem normalmente ao séc. II ou mesmo à Dressel 23, uma vez que o estudo da *terra sigillata* aponta para um abandono da área do Castelo, neste período. A epigrafia anfórica que caracteriza este contentor está presente em dois exemplares de Faro, além das marcas de *Balsa* anteriormente publicadas (Fabião, 1994a).

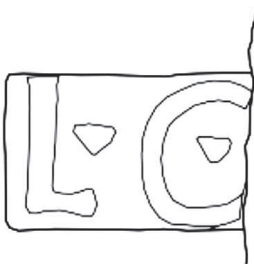
O vale do Guadalquivir foi também, reconhecidamente, uma área produtora de vinho e de outros produtos da uva, como parece ter sido o *defrutum*, cedo exportado para as províncias do Norte, para o *limes* germânico e, mais tarde, a partir do reinado de Cláudio, também para a *Britannia*.

A presença das ânforas do tipo Haltern 70 encontra-se bem documentada nas cidades algarvias, mas com percentagens bastante díspares. Se em Faro corresponde a 34,8% das ânforas neste período, em Castro Marim a presença desta ânfora é bastante superior, atingindo mesmo 49%. Pelo contrário, em *Balsa*, a percentagem de contentores deste tipo resume-se a um valor de 19,1%. Desconhecemos os contextos precisos, domésticos, religiosos ou cerimoniais em que se realizaram estes consumos, não sendo fácil entender os motivos desta disparidade. Uma das explicações pode relacionar-se com a natureza das amostras. Os momentos mais antigos da ocupação alto imperial estão particularmente bem representados em Castro Marim e Faro, aspecto que o estudo da *terra sigillata* parece confirmar. O mesmo argumento é válido para *Balsa*, sítio onde a ocupação alto imperial flávia, e posterior, se encontra particularmente vincada, portanto numa fase em que a produção/exportação de Haltern 70 se encontra visivelmente em quebra. Estes dados são, em certa medida, corroborados pela leitura, ainda que arriscada, das características morfológicas dos bordos desta ânfora. Em Faro, a fase augustana encontra-se relativamente bem representada, mas é a fase Cláudia a que mais se destaca, o que não sucede em Castro Marim, onde os exemplares que atribuímos ao período de Augusto são os mais abundantes. De referir também que este contentor já se encontrava a ser comercializado na antiga *Baesuri* em período tardo republicano, embora tenha sido no período imperial que se assiste a um aumento do volume das importações. Os dados sintetizados aquando da

Nº	Forma	Marca	Leitura	
Castro Marim 1203	Lamboglia 2	PHALLAE	IPH(AL)LAEI	

Local: *in labro*; Direcção: *directa*; Relevo: *litt. extantibus*; Observações: Estudos recentes acerca das marcas de Lamboglia 2 na região italiana de Aquileia colocam esta marca como pertencente à série de FALLI/PHALI, tendo por base o cognome Phaleus (Buora et al, 2008, p. 285). No entanto, como os próprios autores afirmam, permanece a dúvida se se trata de variantes ou de um *officinator* diferente do que se encontra na marca PHALL identificada em S. Cesario al Panaro (CIL XI, 6695, 71). A marca [PH]ALL / PHALL encontra-se entre o material, recentemente estudado, proveniente do porto de Ancona (Itália) (Forti e Paci, 2008, p. 321).

Embora se tenha apenas conservado a sua parte final, ... ALLAE de uma marca proveniente de Cartagena (CEIPAC n.º 2760) (Márquez Villora e Molina Vidal, 2005, p. 220, n.º 123), esse exemplar poderá corresponder à parte final de uma estampilha idêntica à de Castro Marim.

526 Faro	Dressel 20	LCF	IL.C.*	
----------	------------	-----	--------	-------------------------------------------------------------------------------------


Local da peça: *in ansa*; Direcção: *directa*; Relevo: *litt. extantibus*; Observações: Trata-se da segunda ocorrência desta marca em solo algarvio, não restando dúvidas sobre a sua leitura, pois encontrou-se completo um outro exemplar, proveniente do sítio romano da Manta Rota (Vila Real de Santo António) (Viegas, 2006, Fig. 7, n.º 62, p. 177-196; CEIPAC n.º 4624). Apesar da leitura não oferecer problemas, não existe ainda uma segurança quanto à localização numa *figlina* específica no vale do Guadalquivir. Conforme referimos em ocasião anterior, segundo Chic Garcia esta marca LCF está atestada em diversos locais do vale Médio do Guadalquivir, além da sua identificação no Monte Testaccio, em Roma (Chic Garcia, 2001, p. 72). A fórmula LCF consistia, segundo o mesmo autor, uma simplificação da marca LCFSCVFM, descoberta em várias oficinas do vale do *Betis*.

Com a sigla LCF, além dos exemplares referidos, a marca ocorre no Vale do Guadalquivir, no Cortijo de Romero (Palma del Rio)(CEIPAC n.º 11381) e no Cerro de los Presebres (CEIPAC n.º 845) e em Vindolanda (Grã-Bretanha) (CEIPAC n.º 15757).

Uma marca idêntica mas com grafia diferente, com a fórmula LCFPCO, referenciada na *Britannia*, não foi atribuída a uma *figlina* específica e a sua cronologia abarcava um longo período desde a segunda metade do séc. I até meados do séc. III (Carreras Monfort e Funari, 1998, p. 118-119). Esta marca encontra-se presente, segundo a informação da base de dados do CEIPAC, em nove exemplares (cinco de França, dois da Grã-Bretanha e apenas um exemplar da Holanda e da Alemanha).

Os caracteres LC da marca de Faro podem ainda pertencer à marca LCFPCE, que num campo militar do *limes* (Rottweil) foi datada do período Flávio ou Trajânico devido à tipologia da ânfora (Remesal Rodríguez, 1997, n.º 66a). O contexto arqueológico de uma marca LCFPCE recuperada em trabalhos arqueológicos recentes realizados em *Vindolanda*, na Grã-Bretanha, apontam para cronologias posteriores entre 180 e 212 d.C. (Marlière e Torres Costa, 2005, p. 219, n.º 2). Além dos exemplares já referidos, esta marca foi identificada noutros três casos na Alemanha, também em Itália, Suíça, França e no Egipto (CEIPAC).




527 Faro	Haltern 70	LFO	IL(%F) *	
-------------	------------	-----	----------	------------------------------------------------------------------------------------

Local da peça: *in ansa*; Direcção: *directa*; Relevo: *litt. extantibus*. Observações: Ao contrário do que sucede para as ânforas Dressel 20, é relativamente escasso o conjunto de marcas conhecidas para as Haltern 70. A marca de Faro, onde se lê um L com bastante nitidez e o que julgo ser parte do F, corresponde à sigla LFO. Na recente publicação sobre as Haltern 70 e a propósito do naufrágio de Culip VIII, apresenta-se uma síntese da epigrafia conhecida para esta ânfora (Moros e Berni Millet, 2004, p. 51-57). Tudo aponta para que a marca de Faro seja idêntica à que se encontra num exemplar recolhido em Xanten, na Alemanha (Moros e Berni Millet, 2004, n.º 7. p. 56) (CEIPAC n.º 24960). A mesma marca ocorre em Dressel 20, sendo a cronologia Júlio-cláudia (até finais do segundo quartel do séc. I d.C.) obtida pela forma da secção da asa, desconhecendo-se a *figlina* precisa, do vale do Guadalquivir, que a terá produzido.


Na pesquisa realizada na base de dados do CEIPAC, além de Xanten na Alemanha, apenas encontramos referência a esta marca na forma Verulamium 1908 que corresponde ao que tem sido considerado como uma Haltern 70 tardia, em França (CEIPAC n.º 7870) e em Itália (CEIPAC n.º 25022).

O estado de conservação do exemplar ossonobense não ajuda na busca de paralelos. Ainda assim, a marca que mais parece aproximar-se da que descrevemos, além das já referidas, encontra-se num exemplar de Dressel 20, (CEIPAC n.º 18978), encontrada em Mainz na Alemanha. Como já se referiu a mesma marca é frequente em exemplares do tipo Dressel 20, distribuindo-se maioritariamente por sítios na actual Alemanha e Grã Bretanha, embora também por França, Suíça e Itália, atingindo igualmente o actual Marrocos e mesmo o Egipto.

528 Faro	Dressel 20	PSAVIT	IP-S-(AVIT)	
-------------	------------	--------	-------------	-------------------------------------------------------------------------------------

Local da peça: *in ansa*; Direcção: *directa*; Relevo: *litt. extantibus*; Observações: A marca PSAVITI teve uma difusão considerável, encontrando-se, na consulta à base de dados do CEIPAC, inúmeros locais de achado, tais como o Vale do Guadalquivir, no sítio de Las Delicias, na Tarraconense, em Itália (no Castro Praetoria e no Testaccio) e na Gália, assim como nas províncias do Norte, como a *Britannia* e a *Germania*, e Augst (Suíça). A marca que mais se aproxima do exemplar de *Ossonoba* é a CEIPAC n.º 7594 de Augst (Suíça) (Martin Kilcher, 1987). O exemplar CEIPAC n.º 6237, encontrado na Gália, também apresenta muitas semelhanças com a nossa peça (Lamour e Mayet, 1981, p. 3-18; n.º 104, p. 10, pl. V.).

Não podemos deixar de relacionar esta marca com a de CFVFAVITI patente quer em ânforas do tipo Dressel 20 como Haltern 70, que se encontra datada do período de Cláudio, apontando-se o local de produção em Alcalá del Río, no Vale do Guadalquivir.

529 Faro	Dressel 20	RSED	*RSEDI	
-------------	------------	------	--------	--------------------------------------------------------------------------------------

Local da peça: *in ansa*; Direcção: *directa*; Relevo: *litt. extantibus*; Observações: A marca de Faro onde se lê R SED parece corresponder à sigla ...Q...ERSED (CEIPAC n.º 4525). Trata-se de um exemplar registado ainda no séc. XIX por H. Dressel, relativo a material proveniente de Porta Flaminia (Roma) (Dressel, 1899, CILXV 3308).

Do ponto de vista onomástico pode estabelecer-se uma relação deste personagem com QSERVILIBROCH, com uma datação de meados do séc. I, originária da *figlina* de «Las Sessenta», localizada próximo de Lora del Río, no vale do Guadalquivir. Outro indivíduo a relacionar com a nossa marca seria [Q]SERCR, que se encontra entre o material do naufrágio de Port-Vendres, datado da época dos Júlio-Cláudios.

Fig. 57 – Epigrafia anfórica de Faro, *Balsa* e Castro Marim.

apresentação do naufrágio Culip VIII apontam para um auge das importações desta ânfora, exactamente durante a época de Augusto.

Diversos autores têm chamado a atenção para a possibilidade desta ânfora ter transportado vários produtos, todos originários do vale do Guadalquivir (Fabião, 2000; Carreras, 2004). O facto de este contentor ter tido um importante papel no abastecimento de contingentes militares explica, em parte, a sua distribuição no ocidente da Península Ibérica e ajuda a compreender a concentração de materiais na cidade de *Bracara Augusta* (Morais, 2004a; 2005) e nos Castros do noroeste. Trata-se, novamente, de produtos comercializados à «margem» de um abastecimento institucional, que tinha como finalidade fazer chegar mantimentos aos contingentes militares estacionados na Cantábria e Astúrias e o *limes* germânico (Morais e Carreras, 2004, p. 96).

A distribuição destas ânforas nos sítios costeiros da fachada Atlântica da Hispânia, segue, portanto, um eixo de abastecimento que utilizou também a rota através do Oceano. Após a conquista da *Britannia*, como já se referiu, este eixo terá adquirido novo significado.

Os recipientes que transportaram vinho ou outros produtos vînicos da Bética podem não se restringir à Haltern 70. A presença, ainda que muito escassa, de exemplares de ânforas do tipo Dressel 28 e Dressel 2-4 bética são disso testemunho. Também não se pode excluir a possibilidade de alguns exemplares que se integram no tipo Dressel 7/11 terem carregado vinho (Liou 1988; Fabião, 1998; Silvino e Poux, 2005). No estudo que iniciámos da cerâmica comum dos núcleos urbanos algarvios encontramos recipientes que poderão ter sido igualmente utilizados no transporte de produtos alimentares, como o vinho, originários da área costeira da Bética. Referimo-nos aos recipientes designados como «*urceus*», para os quais R. Morais chamou recentemente a atenção e que estão representados, ainda que por escassos exemplares, nas três cidades algarvias.

O estudo das ânforas destas cidades algarvias permitiu também constatar que o consumo de vinho segue padrões muito diferenciados, visíveis, não só na origem dos contentores, mas também nas suas percentagens relativas, que correspondem a 37,3%, em Faro, em *Balsa* com 27,9% e atingindo em Castro Marim 50%.

Em Faro, os produtos da uva foram sobretudo transportados em ânforas do tipo Haltern 70, registando-se apenas alguns exemplares que documentam a presença do vinho da Gália, transportado nas ânforas Gauloise 4.

A cidade que mais se destaca pela diversidade de mercados em que se abasteceu de vinho, é, sem dúvida, a cidade de *Balsa*. Entre os dados que agora se publicam pela primeira vez e os anteriormente publicados por C. Fabião (1994a) registam-se ânforas Dressel 2-4 itálicas, Agora M-54 provenientes do Mediterrâneo oriental, Haltern 70, Dressel 2-4 béticas, além de Gauloise 4, originárias da Gália. No que se refere às Dressel 2-4 itálicas, correspondem aos contentores viná-

rios da costa tirrénica, que sucedem às Dressel 1, embora o seu volume de importação nunca chegue a atingir o registado para o séc. I a.C. São conhecidos diversos outros produtos cerâmicos originários da Península itálica, no séc. I, como a *terra sigillata* de tipo itálico, a cerâmica de paredes finas e a cerâmica comum itálica, mas as ânforas são realmente raras. Durante o Alto Império, assiste-se ao fenómeno da progressiva substituição dos produtos vinários itálicos por outros de regiões mais próximas (Fabião, 1998, Arruda e Almeida, 1999), o que explica a importância das importações da Bética, a que já nos referimos.

Por outro lado, a par destes consumos, diria «correntes», regista-se a presença de um raro exemplar de ânfora vinária proveniente do Mediterrâneo Oriental (Fabião, 1994a) o que configura um consumo de carácter sumptuário. Em meu entender, a explicação para uma diversidade considerável de produtos vinários em *Balsa*, só se poderá encontrar na presença de uma, relativamente numerosa, elite administrativa com capacidade económica e gosto por este tipo de produtos. A este respeito deve igualmente voltar a referir-se que tudo aponta para que a promoção da cidade se tenha dado em época Flávia, o que terá proporcionado, entre outros aspectos, um aumento do funcionalismo relacionado com os cargos da administração romana. Os estudos epigráficos têm destacado que este grupo social também se encontra fortemente implantado em Faro e, por isso, será de esperar, no futuro, evidências desta mesma realidade.

Em Castro Marim, o consumo do vinho terá ficado circunscrito às ânforas Haltern 70 e o que se destaca, neste caso, é a elevada percentagem desta forma, que atinge 54% da amostra do Alto Império. Trata-se, como se viu, sobretudo, de recipientes que se podem atribuir ao período de Augusto, fase que corresponde, aliás, ao momento de maior fluxo de comercialização deste produto. Destaque-se ainda uma ânfora Pascual 1, originária da Tarraconense, que documenta a presença de vinho originário daquela região.

A importação de produtos norte-africanos, registada na fase anterior em Castro Marim, com ânforas do tipo Tripolitana antiga, originárias da actual Líbia, e ânforas do tipo Mañá C2a, presentes igualmente em Faro, parece ter tido alguma continuidade no período alto imperial. Nesta última cidade, recuperaram-se raros exemplares de um tipo de ânfora que segue ainda a morfologia de tradição púnica e que integrámos na série das Tripolitanas II, já do período alto imperial. Permanecem as dúvidas quanto ao produto que terá sido transportado, existindo a possibilidade de ter sido o azeite e/ou os preparados piscícolas (Bonifay, 2004a, p. 92). Em *Balsa*, ocorre igualmente um exemplar de ânfora dita neopúnica, designada por Hammamet 1, que é proveniente do Golfo com o mesmo nome, e cuja cronologia se centra nos meados do séc. II (Bonifay 2004b, p. 203-204). A possibilidade de terem transportado vinho ou preparados piscícolas é avançada com base nos dados disponíveis (Bonifay, 2004b, p. 224-225).

Durante este período teve início a produção de preparados piscícolas na Lusitânia, no Vale do Tejo e do Sado, na costa do actual Algarve e na costa alentejana, na área Sines – Pessegueiro. Os dados sobre as mais antigas unidades de transformação de peixe apontam para cronologias já do séc. I d.C., encontrando-se associadas à produção de contentores para transporte destes produtos.

São abundantes as unidades de transformação de preparados piscícolas na costa algarvia, quer na vertente ocidental, quer oriental. C. Fabião propôs que, numa primeira fase, a produção de preparados piscícolas estivesse sob tutela da Bética e que só se teria tornado independente a partir da segunda metade do séc. III, altura em que começam a desenvolver-se os centros oleiros do sul da Lusitânia (1997, p. 39; Fabião 1992-93 e 1994b).

Neste quadro, não deixa de ser significativa a ausência de ânforas de produção local/regional Lusitanas, em Faro, e a sua reduzida representatividade nos conjuntos de *Balsa* (6,6%), e Castro Marim (2%). Em *Balsa*, as Dressel 14 lusitanas apresentam uma diversidade morfológica considerável, dominando os bordos de perfil semicircular, registando-se igualmente um exemplar que se assemelha à forma Haltern 70, com moldura exterior e concavidade interna, características das variantes mais antigas da produção no Vale do Sado. Na difícil tentativa de distinguir fabricos dentro das Dressel 14 lusitanas, verificámos, como se viu, que a maior parte das peças pode ter tido origem na região actualmente algarvia (fabrico lus1), com excepção para duas peças, uma das quais segue o modelo da Haltern 70 (fabrico lus2) do vale do Tejo/Sado (?).

Nas duas Dressel 14 de Castro Marim, uma apresenta também bordo em fita, característico das produções mais antigas, e o seu fabrico distancia-os dos centros produtores do vale do Tejo e do Sado (Arruda *et al.*, 2006, p. 170).

Fabricada em inúmeros sítios do vale do Tejo e do Sado, a Dressel 14, numa variante dita tardia, encontra-se documentada no território hoje algarvio, em S. Bartolomeu de Castro Marim (Vasconcelos, 1898; Maia, 1979; Alves, Diogo, Reiner, 1990). Outro local que terá produzido este tipo encontra-se igualmente na área que estudamos, no sítio da Manta Rota, numa produção que se datou de meados do séc. I (Fabião 2004, p. 400; Viegas, 2006, p. 177-196).

Tirando os escassos exemplares de Dressel 14, próximos dos modelos da Haltern 70, deve igualmente referir-se que se encontram totalmente ausentes do território algarvio, até ao momento, quaisquer contentores de variantes mais antigas lusitanas, como as ânforas dos tipos Dressel 7 e 9 que se identificaram no conjunto das ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2006). Posteriormente, ânforas com morfologia idêntica têm sido referenciadas em diversos contextos (de consumo e provável naufrágio), como em Lisboa (Teatro) (Filipe, 2008), Alcácer do Sal (Pimenta *et al.*, p. 304 e ss.), em Vila Franca de Xira (Quaresma, 2005, p. 408), no Castelo da Lousa ou ainda nos sítios do NO

peninsular (Morais, 2004b). Os dados actualmente disponíveis, foram sintetizados e enquadrados por R. Morais e C. Fabião, apontando-se para que a produção se possa ter iniciado numa fase um pouco anterior aos finais do sec. I a.C. durante o primeiro terço do século (Morais e Fabião, 2007, p. 131).

A escassez dos produtos lusitanos pode, efectivamente, documentar um arranque tardio para a produção oleira algarvia ou, pelo menos, reflecte o estado actual dos nossos conhecimentos relativamente à produção anfórica no Alto Império. Outro aspecto problemático nesta análise prende-se com a dificuldade em aferir o alcance da produção anfórica algarvia face às produções do vale do Tejo e Sado, o que não permite conhecer, com clareza, a difusão das ânforas algarvias, nos centros de consumo onde podem ocorrer.

Nesta problemática deve equacionar-se também a dificuldade de datação das fases de construção das unidades de transformação de preparados piscícolas algarvias, e, por consequência, do arranque da produção dos preparados piscícolas na costa algarvia. Desconhecemos com precisão que critérios estiveram na base de muitas das cronologias propostas que têm apontado o séc. I como o início da produção, uma vez que muitas das unidades foram identificadas ainda no século passado, sem que se tenha dado atenção a estes aspectos. Por outro lado, o facto dos tanques se encontrarem, frequentemente, escavados na rocha base dificulta a obtenção de dados estratigráficos que permitam propor uma cronologia. Verifica-se que, mesmo em intervenções recentes, como por exemplo a que teve lugar na Rua Silva Lopes, no centro histórico de Lagos, não possibilitaram uma aferição estratigráfica directa e clara da cronologia da construção da unidade de preparados piscícolas aí identificada (Ramos e Almeida, 2005; Ramos, Almeida e Laço, 2006).

Deve referir-se também que a dependência, ou melhor, a integração do sul da Lusitânia na órbita da esfera política e económica do porto de Cádiz mantém-se como um aspecto estrutural desde a época pré-romana, sobrevive ao domínio político romano na fase republicana e permanece ainda durante o Alto Império.

Outro aspecto que merece alguma reflexão diz respeito à geografia do transporte e comercialização dos tipos anfóricos a que nos referimos *supra*. Verificamos que existe evidência, em diversos naufrágios na costa Mediterrânea e também na costa do Sul da Lusitânia, da associação de ânforas do tipo Haltern 70 e Dressel 20 oleárias, juntamente com ânforas que transportaram preparados piscícolas como Dressel 7/11. Neste comércio, em que as ânforas constituem, frequentemente, uma carga secundária, uma vez que as embarcações transportavam também lingotes metálicos (Morais e Carreras, 2004, p. 93-110), interessam-nos particularmente os dados relativos à costa Atlântica, onde se documentam estas associações ao largo de Tavira (Arruda, Frade e Travassos, 1987, p. 125-131; Diogo e Cardoso, 2000, p. 67-79;), na Meia Praia (Lagos) (Diogo, 1999), no cabo Sardão (Cardoso,

1978; Diogo 1999) e junto às Berlengas (Diogo, 1999)(Garrote e Marimon, 2004, p. 83-92, Fig. 46).

Em duas ocasiões distintas, em 1987 e mais recentemente em 2000, foram publicadas ânforas quase completas resultantes de alguns achados na sequência de recolhas de pesca de arrasto realizadas ao largo de Tavira. No primeiro caso, divulgaram-se duas ânforas quase completas Haltern 70 e Beltrán IIA (Arruda, Frade e Travassos, 1987, p. 125-131) e posteriormente, em 2000 foram publicadas, da mesma área, outros doze exemplares quase completos: duas ânforas Haltern 70 e dez fragmentos de Dressel 7/11 (alguns dos quais pertencem à forma Pompeia VII) (Diogo, Cardoso, 2000, p. 67-79). Em 2001, outra ânfora Beltrán IIB se juntou às formas anteriormente mencionadas, num achado com as mesmas características e localização que os anteriores (Diogo e Martins, 2001, p. 57-64). Estes contentores devem pertencer a uma embarcação naufragada junto à costa (Tavira) e são testemunho do tipo de comércio marítimo de que os materiais de Faro, *Balsa* e Castro Marim são exemplo.

Além das ânforas, existem outras evidências de trocas comerciais e relações interprovinciais. O inventário da cerâmica comum recuperada em *Balsa* nas escavações de 1977 mostra que cerca de 25 a 30% é originária da Bética costeira. As diferentes formas representadas mostram que esta cerâmica cobria a maior parte das funções na casa romana, excepto a cerâmica de cozinha. Reconhece-se hoje a impossibilidade destes fabricos calcários suportarem temperaturas elevadas ou o fogo directo. O vale do Guadalquivir também é responsável pelo abastecimento de alguns grandes recipientes de armazenamento como *dolia* e *seria*, que ostentam fabricos idênticos aos das ânforas Haltern 70. Estes contentores poderão ter servido igualmente para o transporte de produtos alimentares com origem no vale do Guadalquivir.

Parte da *terra sigillata* de Faro, *Balsa* e Castro Marim é proveniente da Bética, concretamente do vale do Guadalquivir. Na cidade de *Celti* (hoje Peñaflores) tem origem a cerâmica fina que imita formas de *sigillata* itálica, sudgálica e cerâmica de paredes finas, que corresponde a 5,2% da *sigillata* importada para *Balsa*. A *sigillata* hispânica é maioritariamente proveniente do centro produtor de Andújar, constituindo 8,2% da *sigillata* de *Balsa*. A esmagadora maioria da cerâmica de paredes finas Alto Imperiais dos sítios estudados também tem a sua origem nesta região.

### 2.5.3. O Baixo Império

As ânforas do Baixo Império de Faro são originárias quer da área onde se identificou o mosaico do Oceano, quer das sondagens do Museu Municipal, e correspondem a 52 peças que constituem 11,5% das ânforas desta cidade. Em *Balsa*, dispomos de um conjunto bastante significativo que representa quase metade das ânforas (44,7%), num total de 106 exemplares, que inclui o mate-

rial anteriormente publicado por C. Fabião (1994a) (Anexo 3 e 4). Como já se referiu, não existe uma ocupação do Castelo de Castro Marim durante o Baixo Império, registando-se escassos fragmentos cerâmicos desta cronologia, o que, em nosso entender, não corresponde a uma ocupação efectiva do sítio. É nesta perspectiva que se devem entender os dois fragmentos de ânforas, um bocal de Almagro 50 bética e um fragmento de bordo do tipo Almagro 51c, com a mesma proveniência.

As ânforas importadas mantêm valores elevados: 61,8%, em Faro e 65,5%, em *Balsa*. No entanto, a natureza destas importações é bastante diferente da observada para o período anterior, pois, apesar de se manter uma importação relevante da província da Bética, assiste-se à introdução no mercado de um conjunto de produtos transportados em ânforas originárias do Norte de África, sobretudo da região da actual Tunísia. Por outro lado, a produção anfórica lusitana de âmbito local/regional iniciou um processo de crescimento e desenvolvimento, com reflexos directos no consumo de ânforas das duas cidades.

A importação de produtos originários da Bética em Faro mantém uma percentagem de 30,8%, onde os preparados piscícolas são maioritários, transportados em formas como Keay XVI, Almagro 51a-b/Keay XIX e Almagro 51 C. Em *Balsa*, assiste-se ao mesmo fenómeno com o conjunto de ânforas da Bética a ocupar 47,3% do total.

Em ambos núcleos urbanos, o tipo Almagro 50 ocupa o topo da lista, mostrando-se como o envase mais frequente, ao contrário do que é afirmado pelos investigadores espanhóis para os centros de produção da Bética, que consi-

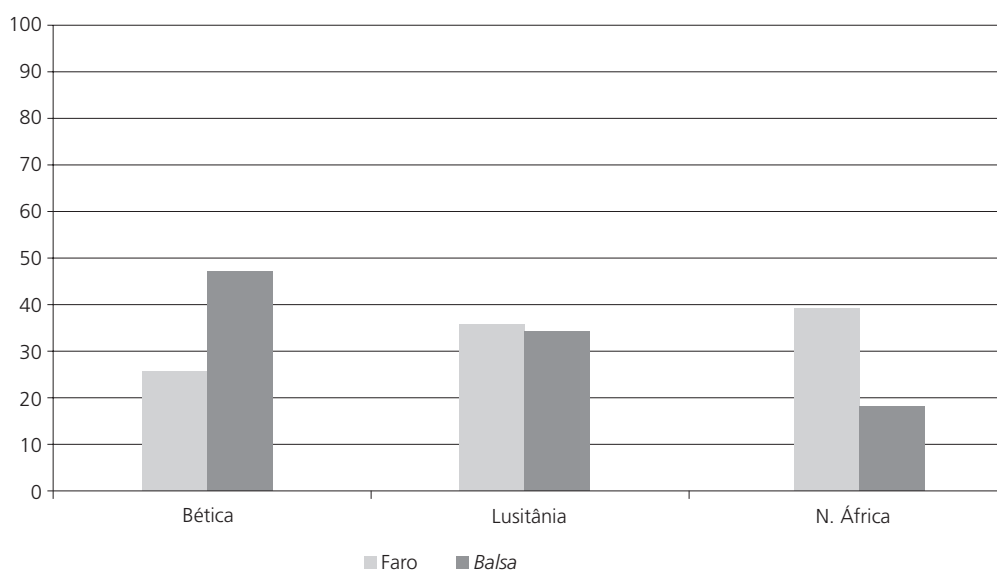


Fig. 58 – Comparação das percentagens de ânforas de Faro e *Balsa* no Baixo Império de acordo com a sua origem.

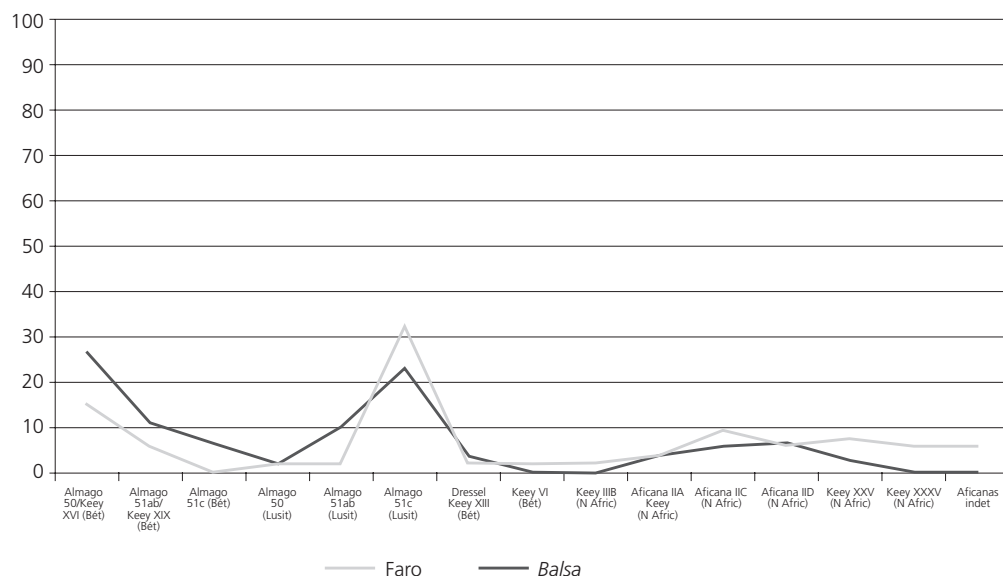


Fig. 59 – Comparação das percentagens de ânforas no Baixo Império, em Faro e Balsa (NMI).

deram a ânfora Almagro 51c, o contentor por excelência do Baixo Império (Bernal Casasola, 2000). Trata-se sobretudo de recipientes originários da área costeira, encontrando-se igualmente alguns exemplares, sobretudo do tipo Almagro 51a-b característicos da costa malaguenha. Este valor tão elevado de importações béticas não deixa de ser surpreendente, sobretudo a acreditar no fenómeno crescente de produção de preparados piscícolas e no desenvolvimento dos respectivos centros de produção anfórica que o registo arqueológico parece suportar. Desconhecemos, em grande medida, o que terá sucedido em Faro, mas, em Balsa, as áreas de produção parecem encontrar-se integradas na própria cidade, como aliás as escavações de 1977 mostraram. Tratar-se-á, possivelmente, de tipos diferentes de preparados piscícolas que, quer os *tituli* das ânforas quer as fontes escritas descrevem (*hallec, garum, liquamen, ...*).

A importação de azeite da Bética não cessou durante este período, aspecto que está testemunhado pela presença de escassos exemplares de ânforas do tipo Dressel 23 em Faro e Balsa, originários, na sua maioria, do vale do Guadalquivir (Figura 58 a 61).

As ânforas lusitanas que se encontravam completamente ausentes em Faro durante o Alto Império ascendem agora, como já se referiu, a 38,2%, e, em Balsa o seu valor percentual é também mais elevado do que anteriormente 34,5%. Trata-se das formas mais frequentes desta fase da produção, correspondentes aos tipos Almagro 50, Almagro 51a-b e Almagro 51c, com destaque para esta última, que é largamente maioritária entre os conjuntos de carácter local/regional. Sendo difícil a distinção entre fabricos que se atribuíram ao Algarve relativamente aos dos



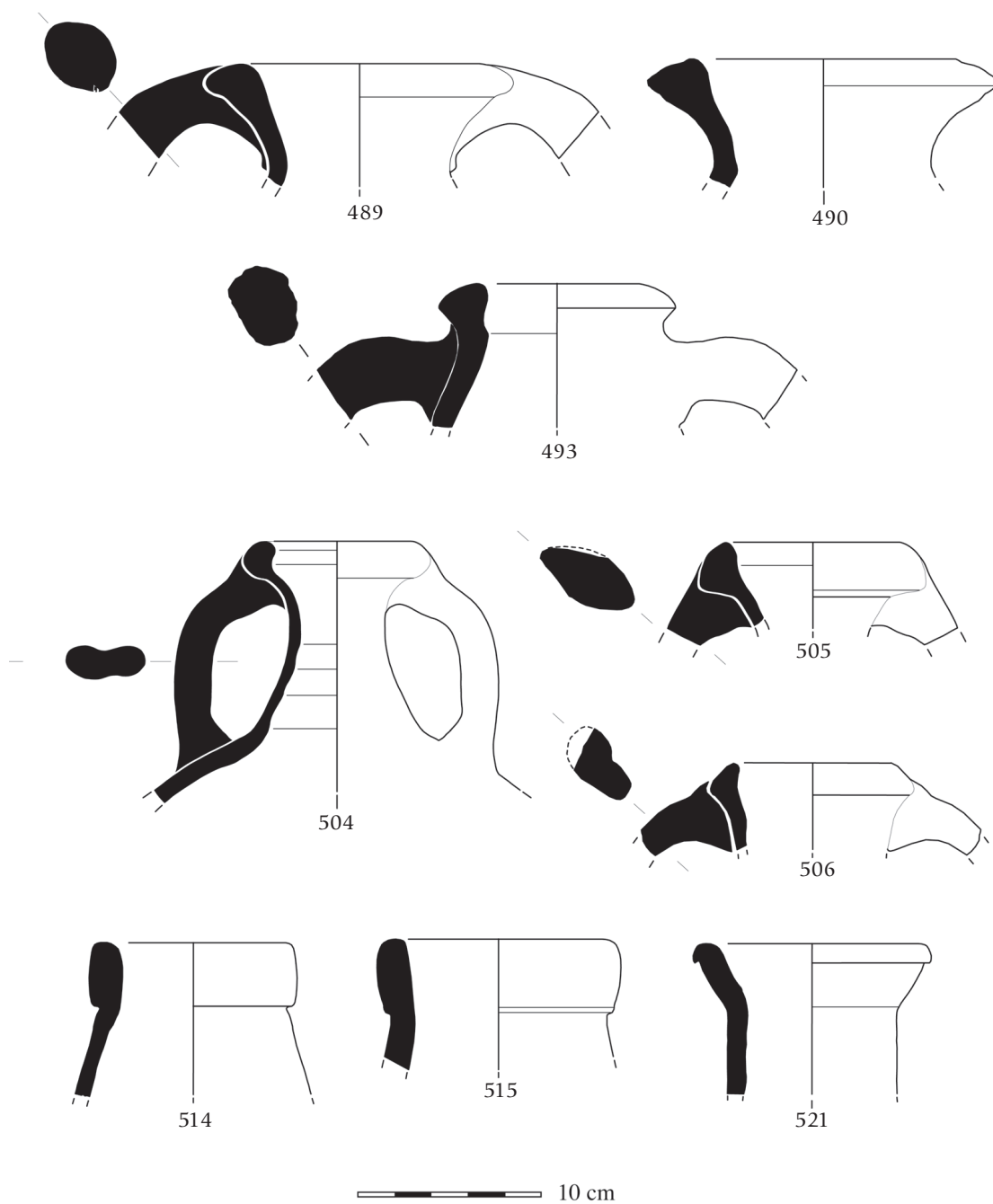


Fig. 60 – Ânforas no Baixo Império em Faro (NMI).

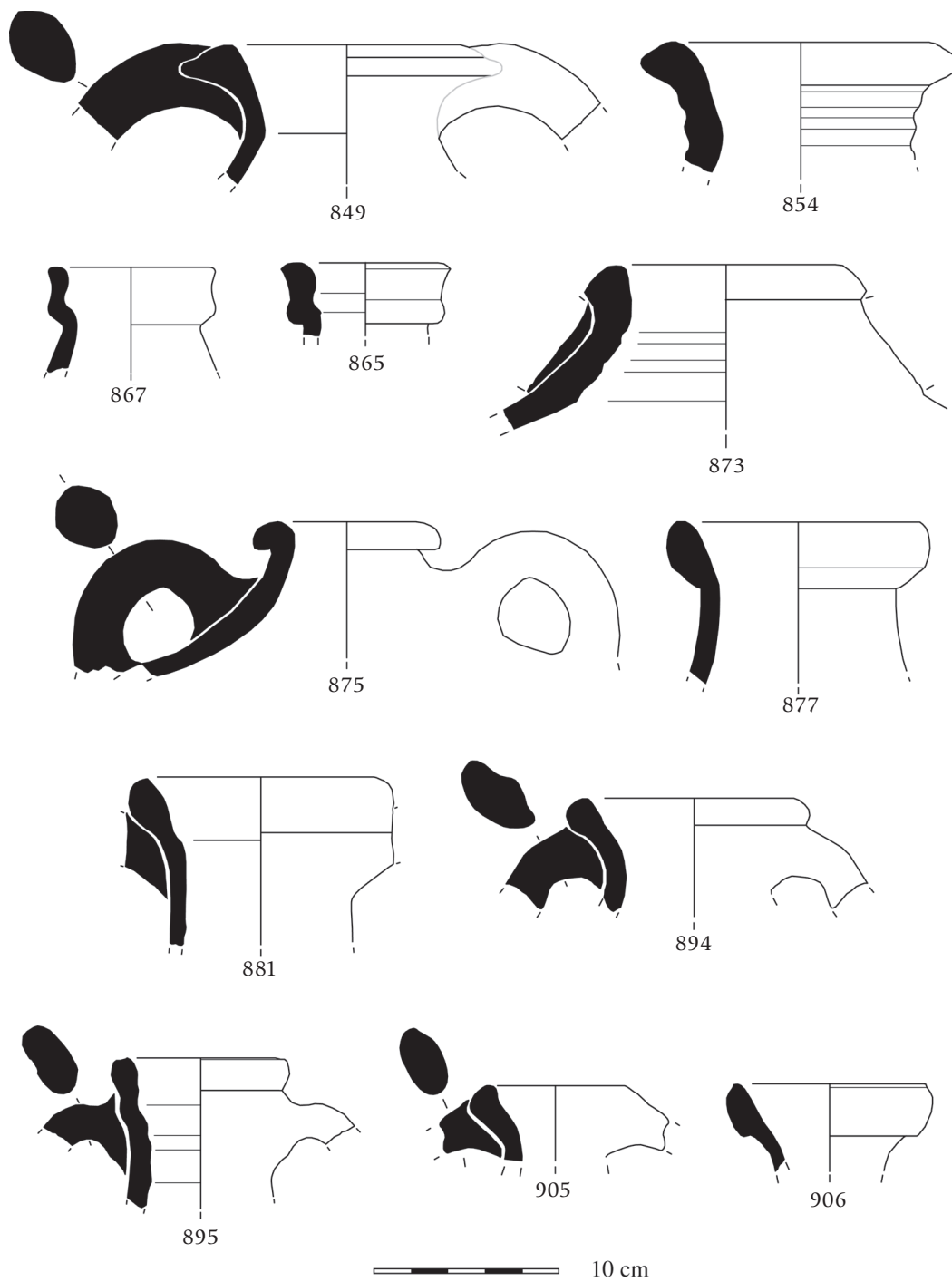


Fig. 61 – Ânforas no Baixo Império em Balsa (NMI).

vales do Tejo e do Sado, julgamos que uma percentagem significativa das ânforas lusitanas destas cidades tem a sua origem nos fornos algarvios. Assim, estão representadas em Faro as produções do Martinhal (Sagres), da forma Almagro 51a-b (Silva, Soares e Correia, 1990, Fig. 74), e da Quinta do Lago (Loulé), no caso da forma Almagro 51c (Arruda e Fabião, 1990, n.º 215, p. 212). Tal não significa que os fabricos que julgamos pertencerem às produções do vale do Tejo e do Sado não estejam também presentes, o que se pode constatar, também, através da semelhança morfológica, por exemplo, com exemplares da Quinta do Rouxinol (Raposo e Duarte, 1990, n.º 21, p. 114).

Outro aspecto relevante que o estudo das ânforas permitiu apurar foi a identificação de um conjunto relativamente numeroso de ânforas importadas do Norte de África durante o Baixo Império (Figura 62). Tal como se verifica em outros locais da Península Ibérica, o vigor produtivo e exportador do Norte de África teve

expressão no número e percentagem destas ânforas, que constituem 37,3% em Faro, apresentando um valor mais modesto de 18,2% em *Balsa*.

De um modo geral, a presença de ânforas Norte-africanas em sítios do actual território português reduz-se a apenas alguns exemplares em cada sítio e apenas os sítios costeiros algarvios parecem apresentar um padrão de consumo diferente. Uma realidade muito diferente, portanto, da observada na costa da Catalunha, onde S. Key registou uma percentagem elevada (70%) de importações norte-africanas (1984). O abastecimento de produtos da actual Tunísia ao território algarvio concentra-se no final do séc. III, durante o séc. IV, atingindo raramente o séc. V.

As formas de menores dimensões, como a ânfora Key IIIIB, encontram-se presentes em Faro, mas no conjunto de *Balsa* dominam claramente as caracterís-

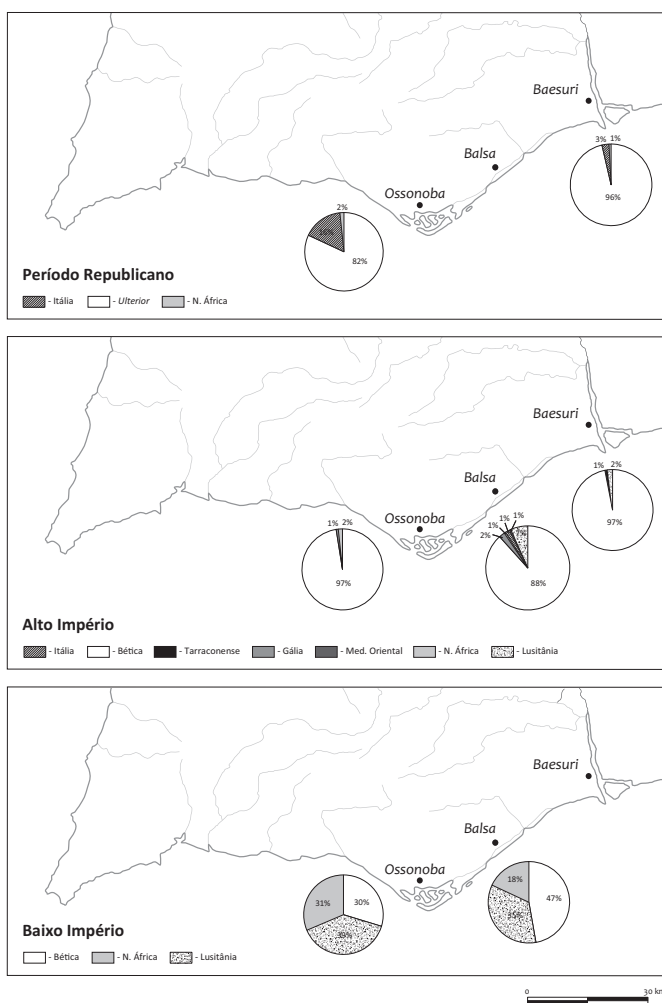


Fig. 62 – Comparação das percentagens de ânforas de Faro e *Balsa* no período Republicano, Alto Imperial e Baixo Império.

ticas ânforas africanas denominadas Africana II. Como foi possível constatar, e seguindo as observações recentes de M. Bonifay (2004a), dentro desta categoria genérica incluem-se formas diferentes, as variantes, provenientes de diversos locais da Tunísia.

Regista-se a presença de exemplares de Africana IIA originários da Bizacena, concretamente do centro produtor de Salakta. As produções da Zeugitânia estão igualmente bem representadas, com ânforas do tipo Africana IIC, que ostentam fabricos compatíveis com os descritos por M. Bonifay para as oficinas do território de Nabeul (2004 a), assim como as Africanas IID também da área costeira (Sahel tunisino). De uma maneira geral, estas formas encontram-se datadas entre o séc. III (podendo recuar ao séc. II no caso da Africana IIA) e a primeira metade do séc. IV, não chegando a atingir o séc. V, como chegou a propor S. Keay (1984), dados para os quais não podemos propor alterações dado a inexistência de estratigrafias seguras.

As formas Keay XXV.1 e XXXV.B completam o conjunto das ânforas africanas, mostrando que as importações se prolongaram pelo menos até ao séc. V, como ficou demonstrado pela presença deste último tipo.

A discussão sobre o produto que estas ânforas transportariam encontra-se ainda por resolver no seio da comunidade científica. Por um lado, a vasta produção de azeite no Norte de África levou os investigadores a considerar ser este o principal conteúdo das ânforas africanas. Este argumento é frequentemente utilizado por S. Keay no seu trabalho sobre a Catalunha, no qual também menciona o *dipinto* «olei» numa Africana IID, referenciado por F. Zevi e A. Tchernia nos anos sessenta (1969, p. 187; Keay, 1984, p. 111). Recentemente, outros elementos foram trazidos para a discussão. M. Bonifay, com base nos estudos que realizou sobre os centros produtores e de consumo das ânforas africanas, tem vindo a argumentar a favor de um conteúdo piscícola para a Africana IIA, IIC e IID, tendo por base a localização das oficinas, que se concentram sobretudo nas áreas costeiras, mas também, e sobretudo, porque se passou a valorizar o pezgamento interno/revestimento resinoso, visível em muitos exemplares (2004a, p. 11-119). Interpreta o *tituli* da Africana IID como testemunho não do conteúdo habitual deste recipiente, mas como sinal de uma exceção à regra que seria o transporte de preparados piscícolas.

Para o tipo Keay XXV.1, os dados são ainda mais difíceis de interpretar. Por um lado, Keay refere a existência de ânforas da forma Keay XXV B com vestígios de pezgamento, assim como restos de peixes e crustáceos em exemplares provenientes de contextos de naufrágio (Liou, 1973, p. 599-600; Lequement, 1976, p. 181), mas admite que a maioria dos exemplares tivesse servido para o transporte de azeite, dada a importância deste sector na economia africana (Keay, 1984, p. 193). Por seu turno, Bonifay aponta para um conteúdo vínic (2004a, p. 122). No caso

da ânfora Keay XXXV B, a argumentação de Bonifay parece ser bastante convincente a favor de um conteúdo piscícola. Efectivamente, a informação recolhida nas ânforas do naufrágio Dramont E (Santamaria, 1995) mostra que todos os exemplares da variante B estão pezgados, (contrariamente aos da variante A), e a sua frequência em sítios costeiros onde se localizam fábricas de preparados piscícolas tem que ser valorizada (Bonifay, 2004a, p. 135).

Apesar de os dados da *sigillata* clara D apontarem para uma continuidade da importação de produtos com origem tunisina até ao séc. VI, e mesmo os inícios do séc. VII (Viegas, 2006a), verifica-se que as ânforas africanas terão abastecido Faro de azeite ou preparados piscícolas sobretudo durante os finais do séc. III e IV, podendo atingir o séc. V (Keay XXXVB piscícola), mas não ultrapassando essa data.

Outro fenómeno que se deve discutir diz respeito a outros produtos importados do Norte de África, além da *sigillata* clara. Refiro-me concretamente à cerâmica de cozinha africana, cuja importação decorreu essencialmente entre o séc. III e V. A cerâmica de cozinha africana constitui quase 30% do total de cerâmica comum recuperada em *Balsa*, sendo bastante mais reduzido o conjunto de Faro. Como tive oportunidade de destacar em outro estudo, quando comparado com a elevada proporção de cerâmica de cozinha norte-africana, a percentagem de ânforas é bastante inferior (Viegas, 2007a, 2008a). Apesar disso, parece haver uma relação próxima entre o abastecimento de produtos alimentares transportados em ânforas e a distribuição de cerâmica de cozinha africana. Sítios como *Balsa* registam uma elevada presença destas duas categorias de materiais, mas o facto de não se dispôr de dados estratigráficos dificulta a sua análise. Contudo, como se verificou na intervenção do mosaico do Oceano de Faro, tudo aponta para que a comercialização de cerâmica de cozinha africana se tenha iniciado nos finais da época Flávia, com intensificação na segunda metade do séc. II. Assim sendo, este momento corresponde a uma fase em que as importações anfóricas originárias da Tunísia ainda não estão a chegar ao sul da Lusitânia.

Por outro lado, o abastecimento de *sigillata* clara parece seguir um padrão completamente diferente e quase independente, uma vez que esta se encontra abundantemente representada em quase todos os sítios ocupados durante o Baixo Império, quer nos sítios de características rurais, quer em núcleos urbanos, na faixa costeira ou no interior.

Como se pode constatar na questão da comercialização dos produtos norte-africanos – ânforas, *sigillata* clara A, C e D e da cerâmica de cozinha – permanecem ainda muitos pontos obscuros que os dados de sítios com estratigrafias mais seguras poderão, no futuro, ajudar a resolver. Os dados retirados dos contextos de naufrágio podem ser úteis para discutir estas questões. Como já se referiu, S. Tortorella indica que se situa em meados do séc. II o momento da difusão máxima

da *sigillata* clara A, associando-se a cerâmica de cozinha africana nos naufrágios, sendo apenas a partir dos inícios do séc. III que se começa a poder encontrar associações de ânforas africanas (Tortorella, 1981b). Igualmente relevante nesta problemática, no naufrágio de Trincere (Tarquinia-Itália), datado dos finais do séc. II e o início do séc. III, 75,96% do material recuperado corresponde a cerâmica de cozinha africana (formas Hayes 196, 197 e 23B) e apenas 12,5% de ânforas (Africana II A e B), além de um reduzido conjunto de *sigillata* clara (Pontacolone e Incitti, 1991). Apesar de se tratar de naufrágios em regiões bastante distantes das que nos ocupamos mostram, entre outros aspectos, que as formas de comercialização dos produtos norte-africanos se afastam do modelo que é habitualmente proposto e que assenta no pressuposto de que as cerâmicas seriam transportadas como carga secundária ou subsidiária de carregamentos de produtos alimentares.

M. Bonifay tem chamado a atenção para estas questões, destacando também o facto de estes diferentes produtos serem originários de diversas regiões no território tunisino, o que pode ter justificado formas de comercialização diferenciadas (Bonifay, 2004a).

Apesar do que foi mencionado, não existem dúvidas de que a percentagem de ânforas Norte-africanas é superior no Algarve costeiro, como se atesta pelo observado em *Balsa* e Faro, quando comparado com os restantes sítios como, por exemplo, as *villae* alentejanas ou mesmo outros núcleos urbanos da Lusitânia.

Em 1993-94, no seu trabalho sobre a presença das ânforas de transporte de azeite oriundas da Bética na Lusitânia, C. Fabião fornece-nos informações igualmente sobre a presença de ânforas africanas. De acordo com o inventário obtido parece verificar-se que apesar da distribuição destes produtos, eles não se encontram representados por mais do que dois ou três exemplos em cada sítio (Fabião, 1993-1994, p. 219-245). Desde então os novos trabalhos publicados parecem confirmar esta observação.

Nas *villae* de S. Cucufate, apenas se identificaram dois fragmentos de Africana II (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990, p. 251-254) e na *villa* do Monte da Cegonha estão apenas presentes dois exemplares desta mesma forma e uma outra peça do tipo Keay XXXV B (Pinto e Lopes, 2006, p. 197-224). Na «*villa* Cardílio» registam-se dois exemplares de Keay IV e V (Diogo e Monteiro, 1999, p. 201-214). Noutras *villae* estas importações estão mesmo completamente ausentes, como é o caso da *villa* romana da Tourega (Évora) (Pinto, Viegas e Dias, 2004, p. 117-127; Pinto e Lopes, 2006, p. 197-224), da *villa* da Quinta das Longas (Elvas), (Almeida e Carvalho, 1998, p. 137-163) e da *villa* de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Norton, Cardoso e Silva, 1993-1994, p. 181-190). Destaque-se que, neste último caso, o conjunto estudado corresponde a achados de superfície e não a material proveniente de escavações sistemáticas.

Na cidade de Conímbriga, as ânforas africanas foram apenas recentemente identificadas entre o material anterior às escavações da equipa Luso-Francesa (Alarcão, 1976, p. 79-91; Buraca, 2005). Anteriormente, J. Alarcão chamara a atenção para a sua ausência (1976). Entre o material publicado da cidade de Miróbriga e que corresponde a apenas uma parte do que foi recuperado daquela cidade, só um fragmento foi atribuído à forma Key LXII e na unidade de transformação de peixe de Sines encontraram-se três exemplares que se atribuíram às produções da Bizacena (Diogo, 1999, p. 13 – 27).

No território hoje algarvio, verificamos que as ânforas africanas constituem 28,7 % do conjunto tardio recolhido em diversas ocasiões nas dragagens do rio Arade. A forma mais representada mantém-se a Africana Grande (Africana II) (Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987; Diogo, Cardoso e Reiner, 2000). Na Quinta do Lago (Loulé), onde está atestada a produção anfórica no Baixo Império (Arruda e Fabião, 1991, p. 199-213), encontra-se uma quantidade considerável de ânforas africanas.

Além destes sítios algarvios, até ao momento o único sítio que parece ter tido a mesma importância relativamente à importação de produtos anfóricos norte-africanos é Tróia (Grândola), no estuário do Sado. Infelizmente, os conjuntos publicados deste complexo industrial de preparados piscícolas foram recolhidos em prospecções não sistemáticas (Diogo e Trindade, 1998, p. 187-220). Posteriormente foram publicadas as ânforas provenientes de contextos de escavações realizadas em 1974 e 75, que mostram que as ânforas norte-africanas representam 7,2% do total da amostra estudada (Diogo e Trindade, 1998). Estas informações serão certamente reavaliadas no quadro da investigação que tem vindo a ser realizada em Tróia por I.V. Pinto e pela sua equipa (Pinto e Magalhães, no prelo).

Independentemente de existir alguma discussão, num caso ou outro, acerca do produto ou dos produtos que estas ânforas podem ter transportado, no estudo do conjunto anfórico dos três núcleos urbanos algarvios, que a **Figura 62** sintetiza, verifica-se uma clara supremacia da província da *Ulterior/Bética* no abastecimento ao Algarve costeiro. Esta realidade traduz uma tradição de abastecimento centrada sobretudo na importação de preparados piscícolas oriundos da baía gaditana, que se encontra documentada em fases anteriores, da Idade do Ferro, em Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006) e em Faro (Arruda, Bargão e Sousa, 2005). A inserção do território algarvio na órbita romana não alterou de forma significativa esta realidade, passando o sul da Lusitânia a beneficiar das redes comerciais que a *pax romana* proporcionou. A partir do séc. III registam-se alterações significativas, cujas causas ainda nos escapam em grande medida, que se manifestam numa alteração do perfil de consumo dos produtos alimentares transportados em ânforas. Apesar de se manter uma forte integração do sul da Lusitânia na economia e comércio béticos assiste-se, por um lado, a um maior peso das ânforas de produção local

e regional lusitanas e, por outro, a um intensificar de presença dos contentores norte-africanos (tunisinos).

## **2.6. Produção de preparados piscícolas, azeite e vinho no território hoje algarvio. Discussão do seu significado à luz do consumo dos produtos alimentares transportados em ânforas**

O estudo dos conjuntos anfóricos e do consumo de alimentos que nelas foram transportados permite ainda observações acerca da produção, no território algarvio, de produtos alimentares como o vinho, o azeite ou os preparados piscícolas. Os dados de que dispomos, que reunimos numa listagem que se apresenta em anexo, são muito desiguais. Muitos dos pontos referentes às estruturas de cetárias correspondem a escavações antigas, dispondo-se de poucos elementos relativos à cronologia, faseamento e características das estruturas encontradas.

A produção de preparados piscícolas está atestada igualmente em diversos sítios do vale do Tejo e do Sado, locais onde se encontra associada à produção de contentores anfóricos para a sua exportação.

A listagem de sítios conhecidos reúne os dados recolhidos em diversos trabalhos, desde as referências de Estácio da Veiga no trabalho das Antiguidades Monumentais do Algarve (Veiga, 1866), às referências publicadas por M. L. E. V. A. dos Santos na «Arqueologia Romana do Algarve» (1972, 1973), e C. Fabião (2007) completadas com elementos de outros autores (Alarcão, 1988a; Fabião, 1992; 1994; Étienne, Makaroun e Mayet, 1994; Bugalhão, 2001; Lagóstena Barrios, 2001, p. 71-91; Étienne e Mayet, 2002, p. 67-68), e com as informações mais recentes da base de dados do Endovélico disponível no sítio de internet do IGESPAR.

Desde as últimas sistematizações publicadas, vários trabalhos de arqueologia preventiva têm permitido uma actualização dos dados, com maior intensidade sobretudo nas áreas urbanas. Assim, em vez de simples pontos no mapa, em alguns sítios deve assinalar-se não apenas um complexo de transformação de preparados piscícolas, mas vários. Este parece ser o caso de alguns núcleos urbanos como Lagos, onde estão identificadas várias unidades, de que um dos exemplos mais recentes é a situada na Rua Silva Lopes (Ramos e Almeida, 2005; Ramos, Laço e Almeida, 2006), a Rua 25 de Abril (Ramos, 2008), ou a unidade identificada no sopé do Monte Molião (Bargão, 2008). A multiplicação de locais onde se transformou o peixe estende-se também a sítios que se julga terem sido *villae*, como é o caso da recente descoberta junto a Pedras d'el Rei (informação do Dr. Pedro Barros). Em muitos dos casos de intervenções recentes, dadas as reduzidas áreas escavadas, devido a apenas ser obrigatório a escavação até às cotas de afectação, mantêm-se os problemas que já anteriormente se apontavam, como por exemplo, a impossibilidade de reconhecer se existem estruturas habitacionais ou outras junto das fábricas, ou mesmo reconhecer a sua planta na totalidade. No



Mapa que se apresenta na **Figura 63**, verifica-se ainda que alguns dos pontos apresentados se referem a apenas um ou mais tanques, noutros trata-se de unidades de transformação, ou mesmo várias unidades.

Outro problema, como já se referiu, diz respeito à dificuldade de estabelecimento do faseamento da exploração dos recursos marinhos e da produção de preparados piscícolas no território hoje algarvio. Existe evidência, por exemplo em Castro Marim, com intensa ocupação durante a Idade do Ferro, (Arruda, 2006) de determinados objectos (como anzóis, pesos de rede, agulhas de rede, etc.), que apontam para uma exploração dos recursos marinhos, nesse período. Também das recentes escavações realizadas em Tavira, têm surgido diversos indícios relacionados com a pesca, tendo sido recuperada uma rede que foi relacionada com a ocupação turdetana (Maia, 2006).

Segundo L. Lagóstena Barrios, os recentes dados sobre o passado fenício de vários sítios no vale do Tejo e do Sado são testemunho da exploração de recursos naturais, entre os quais destaca o sal, o que poderá significar que os recursos marinhos eram explorados já em época pré-romana, também nestas regiões (Lagóstena Barrios, 2001, p. 206). Seguindo o mesmo raciocínio seria natural encontrar contextos idênticos no território hoje algarvio. A exploração de sal pelas comunidades sidéricas tem vindo a ser crescentemente valorizada no quadro da investigação que se desenvolve em Castro Marim (Arruda, 2007a).

Recorde-se que é em toda a região de Cádiz e seu entorno que se encontram os testemunhos mais antigos da produção de preparados piscícolas, que, pela sua qualidade, são elogiados pelas fontes gregas.

Para o período republicano, aponta-se a possibilidade de sítios como a Salema terem ocupação do séc. I a.C. L. Lagóstena Barrios associa também as cunhagens monetárias habitualmente datadas de meados dessa centúria, presentes em *Balsa* e *Baesuri* e que exibem, motivos marinhos como atuns, ou embarcações, à existência de indústria de transformação do peixe no Algarve (1998, p. 230). Defende mesmo que «En cualquier caso es tentador relacionar la existencia de un tejido productivo conservero tardorrepublicano en el Algarve con la prolongación de los intereses gaditanos por esta franja litoral» (Lagóstena Barrios, 1998, p. 230). A estas cidades podemos ainda juntar *Ossonoba*, onde as cunhagens monetárias ostentam igualmente motivos marinhos.

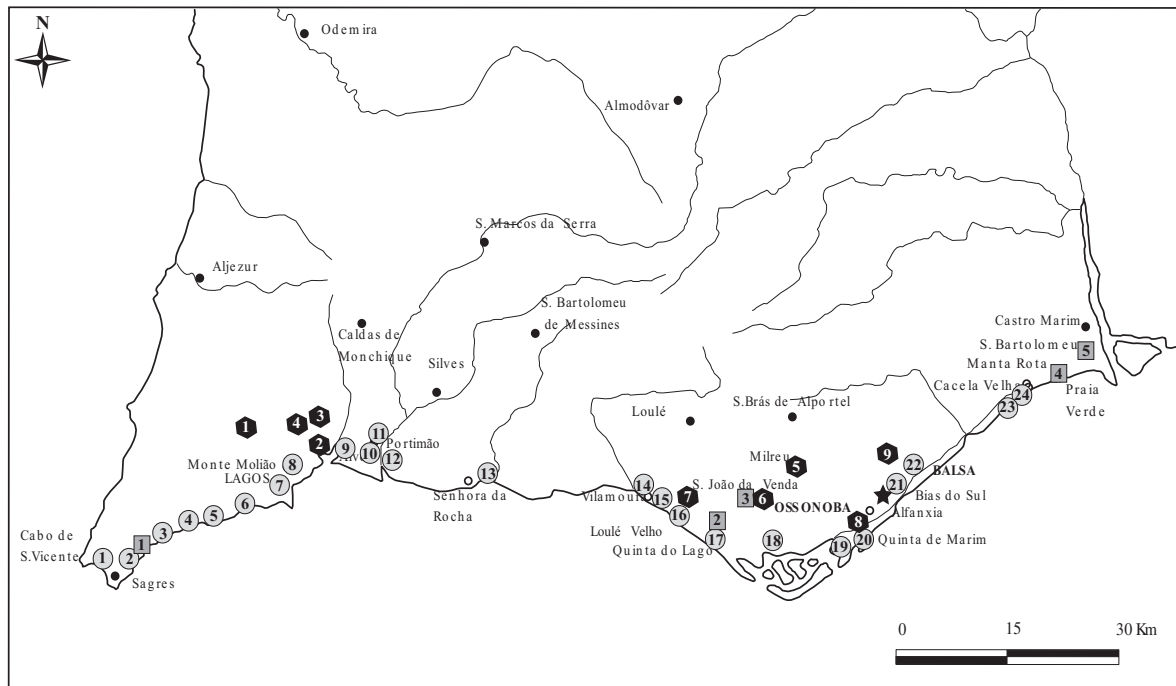
Tradicionalmente aceita-se que a maior parte dos complexos de produção de preparados piscícolas, cuja cronologia se conhece, tiveram a sua origem durante o Alto Império. Apesar dos novos dados, estes não alteram, de forma substancial, o que outros autores já afirmaram. Assim, e ao contrário do tinha sido proposto por Edmonson (1987), no que, aliás foi refutado por C. Fabião e outros autores (Fabião 1992-93; 1994; Étienne, Makaroun e Mayet, 1994), a produção de *garum* no sul da Lusitânia não configura um modelo de produção dedicado

exclusivamente ao consumo local, no quadro dos estabelecimentos rurais tipo *villa*. A existência de estruturas de produção de recipientes anfóricos, relacionados directamente com a exportação destes produtos à base de peixe, seria um factor a considerar neste contexto. A estes aspectos alia-se também o facto de as *villa* se encontrarem em territórios com solos de boa aptidão agrícola, o que, segundo C. Fabião apontaria para uma exploração de carácter agrícola e não dos recursos marinhos (Fabião, 1994).

Observando com mais atenção a vertente oriental do Sul da *Lusitania* verifica-se que a produção se encontra atestada em núcleos urbanos como *Balsa*, onde se conhecem pelo menos duas unidades de transformação de peixe. Também na cidade de Faro existem notícias antigas da existência deste tipo de estruturas (cetárias) (Rosa, 1984). A existência de produção associada a *villae* encontra-se limitada, pois exceptuando o sítio de Pedras d'el Rei, que poderá ter sido, com grande probabilidade, um estabelecimento rural com esta natureza, desconhece-se com exactidão se sítios como a Quinta do Muro ou a Quinta de Marim, onde estão documentados conjuntos de cetárias, terão tido esta funcionalidade. A possibilidade de alguns destes sítios terem constituído aglomerados secundários não pode ser excluída. No caso da Quinta do Lago, além de cetárias, encontra-se igualmente evidência da produção de ânforas (Arruda e Fabião, 1991, p. 199-213). A possibilidade de ter sido uma *villa* pode ser igualmente equacionada.

O panorama relativo à produção anfórica registou igualmente alguns dados novos onde se destaca a escavação, embora também e infelizmente numa reduzida área, de um local onde se produziram sobretudo Dressel 14 e Almagro 51c, além de cerâmica comum. O sítio da Manta Rota, cujo material das escavações realizadas pela Dra. Cristina Garcia em 1992 tivemos a oportunidade de estudar (Viegas, 2006b), já tinha sido anteriormente mencionado por Estácio da Veiga (1866) e Leite de Vasconcelos (1920). Trata-se de um sítio cuja funcionalidade se desconhece, mas que pode ter sido uma *villa*, onde se encontrou uma quantidade considerável de fragmentos de ânforas, maioritariamente da forma Dressel 14, que possuíam um fabrico idêntico, o que apontava claramente para uma produção local. Apesar de ser ter encontrado um exemplar que, do ponto de vista morfológico, possuía as características das variantes mais antigas presentes no vale do Sado (variante próxima da Haltern 70 de Abul), a maior parte das peças enquadrava-se nas variantes de bordo semi-circular (Viegas, 2006b). O sítio produziu igualmente ânforas da forma Almagro 51c, mostrando que a produção teve continuidade durante o Baixo Império, encontrando-se também documentado o fabrico de cerâmica comum.

Não tendo modificado de forma substancial o quadro da produção anfórica no Alto Império, esta vê-se, no entanto, reforçada pela evidência deste sítio da Manta Rota (Figura 63 e Anexo 6).



○ - Cetárias	■ - Fornos de ânforas	● - Vestígios de produção de azeite e de vinho
1- Beliche	1- Martinhal	1- Fonte Velha
2- Ilhéu da Baleeira	2- Quinta do Lago	2- Abicada
3- Salema	3- S. João da Venda	3- Vidigal
4- Boca do Rio	4- Manta Rota	4- Vale do Marinho
5- Burgau	5- S. Bartolomeu de Castro Marim	5- Milreu
6- Senhora da Luz		6- S. João da Venda
7- Lagos		7- Loulé Velho
8- Monte Molião		8- Quinta de Marim
9- Vau/ Alvor		9- Dona Menga
10- Portimões		
11- Baralha		
12- Ferragudo		
13- Armação de Pêra		
14- Cerro da Vila		
15- Quateira		
16- Loulé Velho		
17- Quinta do Lago		
18- Faro		
19- Olhão		
20- Quinta do Marim		
21- Pedras d'el Rei		
22- Balsa		
23- Quinta do Muro		
24- Caceia		

Fig. 63 – Mapa com a localização das cetárias, fornos de ânforas e vestígios de produção de azeite e vinho.

Além dos dados acerca da produção, as recentes publicações sobre o consumo de produtos alimentares transportados em ânforas em estabelecimentos rurais como as *villae* têm trazido, igualmente, nova luz sobre o consumo de preparados piscícolas lusitanos. Refiro-me às *villae* de S. Cucufate (Vidigueira) (Mayet, Schmitt, 1997, p.72-92), do Monte da Cegonha (Selmes) (Lopes e Pinto, 2007), às termas da *villa* romana da Tourega (Évora) (Pinto, Viegas e Dias, 2004, p. 117-127), da Quinta das Longas (Carvalho e Almeida, 1998), de Vila Cardílio (Torres Novas) (Diogo e Monteiro, 1999, p. 201-214) e ainda de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Norton *et al.*, 1993-94), embora neste último caso estejamos perante materiais provenientes de prospecções de superfície e não de escavações. Nestes sítios, que partilham entre si a mesma funcionalidade e uma situação geográfica de interioridade no centro/sul do actual território português, verifica-se que a importação de alimentos corresponde, em larga maioria, aos preparados piscícolas produzidos no vale do Tejo e Sado, seja no período do Alto ou do Baixo

Império. Sendo pouco provável, e sobretudo difícil de provar pela dificuldade de distinção destes fabricos em relação aos algarvios, não é impossível que algumas destas ânforas tenham também a sua origem no sul da Lusitânia. Não pode deixar de se referir que se trata de sítios que, partilhando também uma cronologia aproximada, possuem, contudo, áreas de escavação muito diferentes, sendo necessário a maior cautela nas comparações realizadas.

Em S. Cucufate (Vidigueira), por exemplo, a percentagem de ânforas lusitanas no Alto Império atinge os 73%, valor que sobe para 85,7% no Baixo Império, valor que poderá ser superior atendendo à existência da forma Lusitana 9/Sado 2, de fundo plano, cujo conteúdo poderá ter sido vínicico (Mayet e Schmitt, 1997; Lopes e Pinto, 2006).

Apesar de muito reduzido, o conjunto de ânforas (22 exemplares) das nove campanhas de escavações que tiveram lugar na Quinta das Longas mostra a mesma tendência, com uma clara supremacia dos produtos lusitanos em toda a diacronia de ocupação da *villa* (Almeida e Carvalho, 1998). Neste sítio foi ainda possível verificar, através de análises laboratoriais, que as produções algarvias se encontram ausentes (Almeida e Carvalho, 2004).

Este fenómeno parece ser contrariado pelos dados do período Alto Imperial do Monte da Cegonha (Selmes) (Lopes e Pinto, 2006). Neste local, destacam-se as importações béticas desta fase, com uma incidência significativa de ânforas Haltern 70 (32,5%), e mesmo das oleárias Dressel 20 (21,1%), o que pode ser explicado, em parte, pela cronologia mais antiga para o início da ocupação desta *villa*, que está datado do último quartel do séc. I a.C. (Alfenim e Lopes, 1994, p. 485-502). Assim, entre as ânforas que transportaram preparados piscícolas, é um facto que as lusitanas Dressel 14 são maioritárias, mas correspondem «apenas» a 29,7% das ânforas que abasteceram o sítio. Trata-se de um valor que se altera substancialmente em período Baixo Imperial, quando as ânforas lusitanas atingem percentagens mais elevadas, de 73,8% (Lopes e Pinto, 2006).

Durante o Alto Império, 90,9% das ânforas da *villa* romana da Tourega (Évora), integram-se na Dressel 14 lusitana e no Baixo Império a totalidade dos exemplares (89) tem origem local/regional na Lusitânia (Pinto, Viegas e Dias, 2004; Pinto e Lopes, 2006).

Em Vila Cardílio (Torres Novas), a percentagem de ânforas lusitanas no Alto Império ascende a 87,7%, dominando igualmente no Baixo império.

Outro sítio que merece referência é Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo), que terá sido igualmente uma *villa*, embora neste local os trabalhos arqueológicos se tenham cingido a prospecções de superfície. Dominam também as ânforas lusitanas em ambos períodos (Norton *et al.*, 1993-1994).

Assim, a par de uma comercialização com vista ao mercado exterior, testemunhada por alguns naufrágios, tende a ganhar cada vez mais peso o abastecimento

aos estabelecimentos rurais do interior Centro/Sul do actual Portugal. Os dados relativos aos núcleos urbanos poderão também ir no mesmo sentido, sobretudo no que diz respeito ao período do Baixo Império. É essa perspectiva que o estudo das ânforas da cidade de Conímbriga já permitia constatar (Alarcão 1976, p. 79-91) e que se confirma com os dados mais recentes, onde se estudam, igualmente, as ânforas das escavações anteriores ao projecto Luso-Francês (Buraca, 2005). A leitura destes trabalhos permite verificar que durante o Baixo Império os produtos alimentares lusitanos correspondem a 64,4% das ânforas que chegaram à cidade. Este valor é bastante menor em épocas anteriores, quando atinge apenas 30,4% das ânforas de Conímbriga. A provar que parte da produção lusitana se destinou igualmente às cidades, estão também alguns dados disponíveis sobre a cidade de Lisboa, concretamente os que são provenientes de áreas públicas, como é o caso do Teatro romano (Filipe, 2008). Já a situação verificada na Rua dos Correiros, onde 80% dos fragmentos de ânforas correspondem a recipientes produzidos na Lusitânia, deve ser encarada de forma distinta uma vez que se está perante uma unidade de preparados piscícola e que as ânforas aí encontradas se destinariam a envasar o que era aí produzido (Sabrosa e Bugalhão, 2004, p. 571-586). Entre o conjunto de ânforas originárias da Bética (65 exemplares) destacam-se as Dressel 20 (17 peças) e, para o Baixo Império, as Almagro 50, que somam 26 ânforas (Sabrosa e Bugalhão, 2004, p. 571-586).

Embora distante, do ponto de vista geográfico, das realidades em estudo, não podemos deixar de fazer igualmente referência à rica informação que a cidade de *Bracara Augusta* tem proporcionado através do estudo sistemático que R. Morais lhe tem dedicado (2005; Morais, 2006, p. 295-312). Nesta cidade do Noroeste da Península Ibérica, as ânforas que transportaram preparados piscícolas correspondem a uns escassos 18,64% do total, sendo na sua maioria enquadráveis no período Alto Imperial (90,46%) (Morais, 2006, p. 296, Quadro e gráfico I). Neste período, as ânforas lusitanas correspondem a uma maioria pouco expressiva, com 60,1% (148 peças), onde se destaca a forma Dressel 14 e suas variantes, sendo as restantes ânforas originárias da Bética, estas pertencentes sobretudo à forma Dressel 7/11 (Morais, 2006, p. 296, Quadro e gráfico II).

Em meu entender, o abastecimento com carácter regional poderá ter sido mesmo o destino principal da produção lusitana, uma vez que a presença de ânforas lusitanas em contextos de naufrágio ou de consumo no exterior da Península Ibérica regista valores muito reduzidos. Segundo F. Mayet (2006), a explicação para a escassez de ânforas lusitanas em sítios como Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006) ou Santarém, encontra-se no facto de estes núcleos urbanos estarem já em decadência durante o Alto Império, relativamente ao período anterior.

É um facto que o estudo das diferentes categorias cerâmicas mostra, para o primeiro sítio, uma ocupação durante todo o séc. I d.C., e mesmo possivelmente

também nas primeiras décadas do séc. II, mas posteriormente foi subitamente abandonado (Viegas, 2003b). Não há dúvidas que a expressão da ocupação republicana é muito forte, pertencendo a este período 87,7% das ânforas, contra 12,2% do período Alto Imperial, como houve oportunidade de observar. No entanto, a análise das cerâmicas finas, cerâmica campaniense e *terra sigillata*, contraria estas percentagens e transmite uma noção de que o sítio ainda mantinha uma relevância assinalável durante o Alto Império, como o prova a importação, muito significativa, de *sigillata* itálica, hispânica e, sobretudo, sudgálica.

No caso da Alcáçova de Santarém, sítio que foi também objecto de diversas campanhas de escavações, observa-se um lento decair desta área da cidade a partir também do séc. II. Em Santarém, encontramos mesmo uma série de ânforas de formas relativamente antigas, no quadro da produção lusitana, sejam as que designámos por Dressel 7/11, sejam as que possuem bordos com morfologias idênticas às Haltern 70. Verificámos também que o seu fabrico se distinguia das produções habituais do vale do Tejo e Sado (Arruda, Viegas e Bargão, 2006). Em Castro Marim, e nos restantes sítios algarvios que estudámos, estas produções estão ausentes, como já se mencionou *supra*. Neste *oppidum*, a importação de cerâmicas finas é também bastante significativa, pelo menos até ao séc. II, como o estudo da *terra sigillata* demonstrou (Viegas, 2003b).

Como tivemos oportunidade de referir, os dados disponíveis sobre as cidades algarvias de Faro e *Balsa* apontam para a existência de amostras significativas de ânforas pertencentes ao período Alto Imperial, mas a presença de ânforas lusitanas nesta fase é muito reduzida em *Balsa*, não se encontrando mesmo qualquer testemunho, na cidade de Faro, quer na área que terá correspondido ao centro monumental, quer no local onde se descobriu o mosaico do Oceano. Neste caso, não estamos perante sítios decadentes no Alto Império, sendo por isso necessário encontrar outra explicação para a escassez de ânforas lusitanas.

Outros sítios costeiros meridionais mostram, igualmente, esta elevada percentagem de ânforas béticas. Ainda na costa algarvia, em Quinta de Marim (Olhão), as ânforas béticas encontram-se bem representadas no conjunto (Silva, Soares e Coelho-Soares, 1992). Na costa alentejana, na ilha do Pessegueiro, local onde se produziram igualmente preparados piscícolas, a presença de ânforas béticas é bastante significativa (Silva e Soares, 1993).

São ainda escassos os dados disponíveis sobre Sines, sendo relativamente reduzido o conjunto estudado (60 exemplares). Refira-se, no entanto, as ânforas recolhidas nos anos 60 por J. M. Costa, que mostram uma maioria de exemplares lusitanos (Diogo e Costa, 1996, p. 107-110; Diogo, 1999, p. 13-27, especialmente o Quadro da p. 18; Silva, Coelho-Soares, 2006). O mesmo problema, de uma amostra reduzida (62 exemplares), se regista para a cidade de Miróbriga que seria servida pelo porto de Sines, assinalando-se, igualmente, uma maior quantidade

de produtos lusitanos face às importações béticas (Diogo, 1999, p. 13-27, especialmente o quadro da p. 18).

Neste contexto, e como já se referiu, a possibilidade de as ânforas terem chegado vazias para posteriormente serem cheias com preparados piscícolas, constitui uma hipótese que tem sido avançada para explicar este fenómeno. F. Mayet acrescenta que estes recipientes poderiam ter chegado com sal para serem posteriormente utilizados para exportação dos produtos lusitanos (Mayet, 2006, p. 335). Outra possibilidade que a investigadora francesa avança seria o transporte das ânforas lusitanas até Cádiz, com preparados piscícolas lusitanos, local onde seriam substituídas por ânforas béticas de pasta calcária, portanto mais resistentes (Mayet, 2006, p. 335). Não negando, de todo, o domínio que a baía de Cádiz exerceu em todo o sul da Lusitânia, parece-me esta hipótese algo forçada. Nesse caso, onde estão essas lixeiras/depósitos de ânforas lusitanas descartadas, na baía de Cádiz?

A partir dos trabalhos desenvolvidos sobre a produção anfórica do vale do Sado, em parceria com C. Tavares da Silva, e sobre o estabelecimento industrial de Tróia, R. Étienne e F. Mayet chamaram a atenção para o papel e faseamento da comercialização dos preparados piscícolas transportados em ânforas com origem na Lusitânia (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994). A listagem dos naufrágios onde há evidência deste tipo de recipientes é extensa e encontra-se discriminada no trabalho onde pretendem mostrar o papel da Lusitânia no comércio do Mediterrâneo (Étienne e Mayet, 1993-1994, p. 201-218). No entanto, parece ser igualmente verdade que o sítio de Tróia configura uma situação que, no quadro da produção lusitana de preparados piscícolas é, a vários níveis, excepcional. Desde logo pela concentração dos complexos de produção e, naturalmente também, pelo volume de produção que a dimensão e extensão das cetárias deixa adivinhar.

Para os investigadores franceses, a cidade de *Balsa* poderá ter tido um papel idêntico ao que se conhece para Tróia. Referindo-se à capacidade de 67,224 metros cúbicos do complexo do Sado afirmam «Ces quelques chiffres montrent la prééminence de Tróia, ce qui confirment les nombreux fours d'amphores situés sur la rive opposée; toutefois, les rives du Tage et un site comme *Balsa*, en Algarve, pouvaient jouer un rôle, tout aussi important.» (Étienne e Mayet, 1993-94, p. 210). Para *Balsa* permanecem ainda, no entanto, outros problemas como a ausência de fornos de ânforas conhecidos nas suas imediações que justifiquem a exportação destes produtos.

Mesmo que a explicação para uma presença tão expressiva de ânforas béticas da baía gaditana nos núcleos urbanos costeiros do Algarve oriental, no Alto Império, possa estar relacionada com o facto de parte da produção piscícola ser escoada através da vizinha Bética, o mesmo argumento não teria validade para o período Baixo Imperial. Como se mostrou, nessa fase as ânforas béticas constituem ainda 30,8% em Faro, valor que atinge os 47,3% em *Balsa*.

Se a raridade de ânforas que transportaram vinho ou azeite pode ser explicada com relativa facilidade pelas evidências de uma produção local/regional no Baixo Império, o mesmo raciocínio não se pode aplicar quando se procura justificação para a abundância de ânforas que transportaram preparados piscícolas, sobretudo quando se conhecem os inúmeros locais onde estes se produziram na costa Algarvia. A explicação de C. Fabião para este fenómeno relaciona-se não só com a proximidade da região da Bética, mas também com o carácter sumptuário do consumo pelas elites balsenses (1994a, p. 22). Em minha opinião, deve igualmente considerar-se a diversidade de produtos preparados com peixe, que se encontram documentados nas fontes antigas, nos *tituli* das ânforas e nas análises que se vão desenvolvendo sobre os conteúdos das ânforas. Estes aspectos poderiam talvez justificar que uma região que se encontrava a produzir preparados piscícolas se encontrasse a importar outros tipos de produções da região Bética. Naturalmente que neste processo deve igualmente valorizar-se, além das vantagens que a proximidade geográfica permite, a tradição anterior que privilegia o abastecimento com origem na Bética e que, como já se referiu, remonta à Idade do Ferro.

Os *tituli*, inscrições pintadas nas ânforas, assim como as fontes escritas, apontam para a existência de diferentes preparados ou molhos à base de peixe. Entre eles, destaca-se o *garum*, mas existem outras variedades, tais como o *muria*, o *liquamen* e o *hallec*, e outros produtos mais difíceis de determinar, como o *lymphatum* e o *laccatum*. O primeiro resulta da maceração de determinadas partes do peixe numa salmoura à base de sal marinho (Grimal e Monod, 1952, p. 27-38 *apud* Étienne e Mayet, 2002, p. 44). Nesta preparação, podem variar quer as espécies de peixes utilizadas, quer a proporção de sal. A receita do *garum*, traduzida do grego e apresentada em *Geoponica* XX, 46, mostra que este preparado se pode realizar pela exposição ao sol ou cozendo peixe e a salmoura (Curtis, 1991, *apud* Étienne e Mayet, 2002, p. 46). Os preparados piscícolas estão presentes em inúmeras receitas de *Apicius*, o que mostra bem a sua utilização generalizada na cozinha romana. Directamente relacionado com o *garum*, o *liquamen* seria o líquido resultante da filtragem do referido preparado, e o *hallec* o restante. Por sua vez, a *salsamenta* corresponderia ao peixe salgado.

Além dos dados das fontes e dos *tituli*, o registo arqueológico tem-se encarregado de enriquecer a já de si variada gama de produtos piscícolas. As análises do conteúdo de ânforas provenientes de contextos de naufrágio ou de escavações em áreas produtoras, além dos vestígios encontrados no interior das próprias cetárias, têm-se multiplicado nos anos mais recentes. Os dados recolhidos no interior de algumas das cetárias do Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros, em Lisboa, por exemplo, mostra que a principal espécie piscícola utilizada foi a sardinha (*sardinia pilchardus*), sendo pouco significativa a presença de outros peixes (Assis e Amaro, 2006, p. 123-144).



Outro dado que deve ser recordado neste contexto diz respeito às observações que L. Lagóstena Barrios produziu a propósito das diferenças morfológicas da família de ânforas para envase de preparados piscícolas béticos, que corresponde à Dressel 7/11, a melhor representada nos centro produtores gaditanos (1996a). Segundo este autor, a justificação para a existência de diferentes formas para o transporte de preparados piscícolas deve-se ao facto de se destinarem a produtos de diferentes qualidades: a forma Beltrán Ib destinar-se-ia aos produtos mais apreciados e a Dressel 11 aos menos afortunados, elaborados a partir dos produtos de pior qualidade ou secundários (Lagóstena Barrios, 1996a, p. 155).

Neste contexto, faz sentido referir também outros recipientes que M. Ponsich (1988) relacionou com o transporte de preparados piscícolas, que correspondem a potes importados da área costeira da Bética, sobretudo a partir do período imperial, e que se encontram bem representados entre a abundante cerâmica comum originária desta região presente nos diversos núcleos urbanos estudados. Tudo aponta para que o *garum* de melhor qualidade, que poderá ter chegado à mesa das elites romanas do Algarve costeiro oriental, pudesse ter sido transportado neste tipo de recipientes de menores dimensões.

Como já se referiu, a produção de *garum* poderá encontrar-se igualmente testemunhada pela presença de formas específicas de pratos/caçoilas de bordo bífido com encaixe ou de bordo escalonado, que segundo M. Ponsich terão sido utilizados para a preparação de *garum* (1988). É sintomático que esta forma de cerâmica de cozinha seja a melhor representada no fabrico de produção local/regional (cerâmica cinzenta de textura média), ainda que não possamos esquecer que, tratando-se de uma forma de utilização na cozinha, a produção de *garum* não seria a sua função exclusiva.

O estudo do conjunto anfórico dos núcleos urbanos de Faro, Balsa e Castro Marim, permitiu ainda, além da análise do consumo e da produção dos preparados piscícolas, a discussão de alguns aspectos relacionados com o consumo e a produção de vinho e de azeite.

Não deverá causar estranheza, o reduzido número de ânforas que transportaram azeite e vinho para o Sul da Lusitânia durante o Baixo Império. Existe evidência do desenvolvimento da produção destes alimentos em diversas *villae*. De acordo com a compilação de A. Carvalho, no Algarve esta produção está documentada em diversos locais, não sendo fácil saber, tal como já referira J. de Alarcão, se se trata de estruturas que transformaram a uva ou a azeitona (Alarcão, 1990b, p. 409-443; Carvalho, 1999, p. 361-390). Em Milreu (Estói), foram detectadas estruturas de lagares para a produção de vinho e/ou azeite (Hauschild, 1984, p. 97; Alarcão, 1988b, p. 207-208; Carvalho, 1999, p. 370) e azeite como os trabalhos de campo recentes documentaram (Teichner, 2003, p. 103-114). A recente publicação que inclui os dados sobre Milreu, a que só parcialmente

tivemos acesso, mostra a extensão que a produção de azeite assumiu nesta *villa*, com uma complexa instalação de lagar e estruturas de armazenamento em cave (Teichner, 2008). Em S. João da Venda (Faro), existe notícia de um lagar e uma *cella vinaria*, (Rocha, 1895, p. 193-212; Alarcão, 1988b, p. 209, Fabião e Arruda, 1991), embora posteriormente se tenha concluído que esta estrutura seria parte integrante dos fornos. A produção e armazenamento de vinho e azeite pode estar também documentada neste sítio, onde três *dolia* enterrados o parecem indicar (Rocha, 1895, p. 201).

Na vertente ocidental do Algarve estão documentados lagares na Fonte Velha (Bensafrim, Lagos), em Vidigal, (Mexilhoeira Grande, Portimão), no Vale do Marinho (Mexilhoeira Grande, Portimão). Encontraram-se ainda outras evidências desta produção como os pesos de prensa e bases de espremedura em Loulé Velho (Quarteira-Loulé) (Alarcão 1988b, p. 207, Freitas, 1995, p. 50 *apud* Carvalho, 1999, p. 382) e Dona Menga (Luz – Tavira) (Alarcão 1988b, p. 208) (Figura 63).

Estas estruturas podem configurar um tipo de produção destinada essencialmente ao auto-consumo, no seio das *villae*, com possível produção de excedentes destinados às cidades mais próximas.

Não é clara a cronologia do início da produção, quer do vinho quer do azeite, em solo luso. No caso do vinho, mencionam-se frequentemente os perfis polínicos de Alpiarça, onde se recolheram vestígios de *vitis* e *olea* em época pré-romana (Leewannrden e Jansen, 1985, p. 229; Arruda e Gonçalves, 1995; Fabião, 1998). O problema destes dados, válidos sobretudo para o Vale do Tejo, prende-se com o facto de se desconhecer se se trata da variante domesticada ou selvagem da planta da vinha.

Ainda em época anterior à conquista do ocidente peninsular, são as próprias fontes escritas a dar conta da existência de vinho, como no caso da referência de Políbio (XXXIV, 8 *apud* Ateneu VIII, 330c *apud* Brun, 1997, p. 48), mencionando a fertilidade da Lusitânia, e indicando o preço deste produto. Mais tarde, apenas Estrabão dá conta da existência de vinhas, nas ilhas ou mouchões do vale do Tejo (III, 3, I). É o mesmo autor que se detém com maior detalhe nas produções agrícolas da Bética/Turdetânia e que elogia a qualidade e quantidade de vinho e azeite no vale do Guadalquivir.

É, portanto, de admitir uma produção, em época relativamente precoce, de vinho e de azeite também no sul do território hoje português, o que poderá ajudar a justificar a ausência de ânforas vinárias de produção local/regional. Outros dados devem também ser analisados neste âmbito, pois admitindo uma produção de carácter local/regional, esta poderia ser transportada em outro tipo de recipientes. Neste contexto, são frequentes as referências à possibilidade de produção e armazenamento de vinho em tonéis e *dolia*, e de transporte em outros tipos de recipientes como os odres (Fabião, 1998b, p. 171-172). De difícil detecção no

registro arqueológico, a presença dos tonéis pode ser admitida dada a abundância de monumentos epigráficos, as *cupae*, que reproduzem a sua forma, e que se distribuem sobretudo no sul do actual Portugal. Segundo J.-P. Brun, esta produção estaria atestada concretamente na *villa* de Torre de Palma (1997, p. 61). No que diz respeito aos *dolia*, estes podem ter servido igualmente para produção de vinho, devendo, no entanto, possuir, na sua parede interna, vestígios de pezagamento ou revestimento resinoso. A este propósito deve referir-se a presença, com alguma frequência, entre a cerâmica comum importada para os núcleos urbanos de Faro, Balsa e Castro Marim, de recipientes de armazenamento – pequenos *dolia* ou *seria* – cuja função de transporte ou armazenamento de produtos alimentares como o vinho ou o azeite se deve defender. Estes contentores possuem um fabrico que coloca a sua origem no vale do Guadalquivir, assemelhando-se as suas pastas às das ânforas Haltern 70.

Outro aspecto que pode justificar a escassez/ausência de ânforas lusitanas que transportaram vinho ou azeite prende-se com a forma como se fazia este tipo de consumo, sobretudo nos contextos urbanos que foram objecto de estudo, uma vez que o seu transporte pode ter sido feito em recipientes cerâmicos de menores dimensões (Martin-Kilcher, 2005). Estes recipientes devem ter sido os utilizados, tratando-se da sua aquisição no mercado, em contexto urbano, e do transporte até à habitação, com maior ou menor proximidade.

## ANEXOS

	Faro (Museu Municipal)				Castro Marim			
	N.º Frag	% N.º Frag	NMI	% NMI	N.º Frag	% N.º Frag	NMI	% NMI
Campaniense A	233	51.6	51	42.1	10	2	5	2.7
Campaniense B etrusca	–	–	–	–	1	0.2	1	0.5
Campaniense B de Cales	195	43.1	60	49.6	446	88.5	151	83.8
Campaniense pasta cinzenta	24	5.3	10	8.3	47	9.3	24	13
Total	452	100	121	100	504	100	186	100

Anexo 1 – Campaniense de Faro e Castro Marim, NMI e n.º de fragmentos.

	Faro		<i>Balsa</i>		Castro Marim	
	NMI	%NMI	NMI	%NMI	NMI	%NMI
<i>sigillata</i> Oriental A (TSOA)	1	0.2	–	–	–	–
<i>sigillata</i> tipo itálico (TSI)	27	6.3	73	7.6	100	21.9
<i>sigillata</i> sudgálica (TSS)	142	33.4	393	41.1	283	62
<i>sigillata</i> hispânica tipo Peñafior (TSHPeñ)	18	4.2	49	5.1	20	4.4
<i>sigillata</i> hispânica (TSH)	38	8.9	80	8.3	50	10.9
<i>Sigillata</i> clara A (TSCIA)	37	8.7	116	11.8	2	0.4
<i>Sigillata</i> clara C (TSCIC)	34	8	90	9.7	–	–
<i>Sigillata</i> clara D (TSCID)	109	25.6	135	14.3	–	–
<i>Sigillata</i> Foceense tardia (TSfoc)	7	1.6	9	0.9	–	–
<i>Sigillata</i> luzente (Tsluz)	11	2.6	6	0.6	2	0.4
Der. <i>Sigillata</i> Paleocristã (DSP)	2	0.5	6	0.6	–	–
Total	426	100	957	100	457	100

Anexo 2 – *Terra sigillata* de Faro, *Balsa* e Castro Marim, NMI (inclui material anteriormente publicado (Nolen, 1994.))

	Oceano 1976	Faro 01-02	Total MNI
Greco-italicas (Itálica)		2	2
Dressel 1 (Itálica)		38	38
Lamboglia 2 (Itálica)		5	5
Mañá C2a (Tripolitanas)		5	5
Castro Marim 1 (Ulterior)		99	99
T-9.1.1.1 (Ulterior)		4	4
Forma D evoluída (Ulterior)		5	5
Mañá Pascual A4 (Ulterior)		4	4
Mañá C2b (Ulterior)		78	78
Classe 67 (Ulterior)		24	24
Dressel 12 (Ulterior)		2	2
Greco-italica (Ulterior)		2	2
Dressel 1 (Ulterior)		6	6
Haltern 70 (Ulterior)		5	5
Dressel 7/11 (Bética)	3	22	25
Dressel 14 (Bética)	2	4	6
Beltrán II A (Bética)		2	2
Beltrán II B (Bética)	10	7	17
Haltern 70 (Bética)		41	41
Haltern 71 (Bética)		1	1
Dressel 20 (Bética)	9	14	23
Gauloise 4 (Gália)		1	1
Tripolitana II (N. Africana)		2	2
Almagro 50 / Keay XVI (Béticas)		8	8
Almagro 51a-b/ Keay XIX (Bética)		2	2
Almagro 51c (Bética)		1	1
Dressel 23/Keay XIII (Bética)		5	5
Keay VI (Bética)		1	1
Almagro 50 (Lusitanas)		1	1
Almagro 51a-b (Lusitanas)		1	1
Almagro 51c (Lusitanas)		16	16
Africana I /Keay III B (N. Africana)	1		1
Africana II A (Keay (N. Africana)		4	4
Africana II C (N. Africana)		3	3
Africana II D (N. Africana)	1	3	4
Keay XXV (N. Africana)		1	1
Keay XXXV (N. Africana)		4	4
Total	26	423	449

Anexo 3 – Ânforas de Faro (NMI).

	Fabião 1994a	Total NMI	%Total NMI
Dressel 2-4 (itálica)	–	2	0.8
Dressel 2-4 (Bética)	5	5	2
Haltern 70 (Bética)	1	26	10.6
Agora M 54 (Mediterrâneo Oriental)	1	1	0.4
Dressel 28 (Bética)	–	1	0.4
Dressel 14 (Bética)	–	9	3.7
Dressel 7/11 (Bética)	2	11	4.5
Beltrán IIA (Bética)	1	7	2.9
Beltrán IIB (Bética)	7	47	19.1
Gauloise 4 (Gália)	–	3	1.2
Dressel 20 (Bética)	–	14	5.7
Hammamet 1 (Norte de África)	–	1	0.4
Dressel 14 (Lusitânia)	–	9	3.7
Almagro 50/ Keay XVI (Bética)	2	29	11.8
Almagro 51a-b/ Keay XIX (Bética)	4	12	4.9
Almagro 51c (Bética)	3	7	2.9
Dressel 23a/ Keay XIII A (Bética)	1	3	1.2
Dressel 23c/ Keay XIII C (Bética)	–	1	0.4
Africana II A (Keay V) (Norte de África)	–	4	1.6
Africana II C (Keay VI) (Norte de África)	–	6	2.4
Africana II D (Keay VII) (Norte de África)	1	7	2.8
Keay XXV.1 (African III C) (Norte de África)	–	3	1.2
Almagro 50 (Lusitânia)	–	2	0.8
Almagro 51a-b (Lusitânia)	–	11	4.5
Almagro 51c (Lusitânia)	15	25	10.2
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>246</b>	<b>100</b>

Anexo 4 – Ânforas de *Balsa* (NMI).

	Arruda <i>et al.</i> , 2006	Total	Total MNI %
Greco-itálicas (Itálica)	–	2	0.2
Dressel 1 (Itálica)	–	12	1.4
Lamboglia 2 (Itálica)	–	7	0.8
Mañá C2a (Norte de África)	–	3	0.4
Tripolitana antiga (Norte de África)	–	3	0.4
Castro Marim 1 (Ulterior)	155	170	20.1
9.1.1.1. (Ulterior)	–	3	0.4
Forma D evoluída (Ulterior)	17	17	2
Mañá Pascual A4 (Ulterior)	64	64	7.6
Mañá C2b (Ulterior)	171	171	20.4
Classe 67 (Ulterior)	219	219	26
Oleárias antigas (Ulterior)	–	13	1.5
Dressel 12 (Ulterior)	16	16	1.9
Greco-itálica (Ulterior)	–	3	0.4
Dressel 1 (Ulterior)	–	5	0.6
Haltern 70 Tardo republicana (Ulterior)	–	22	2.6
Dressel 7/11 Tardo republicana (Ulterior)	10	10	1.2
Dressel 7/11 (Bética/ Ulterior)	13	13	1.5
Dressel 14 (Bética)	8	8	0.9
Beltrán II A (Bética)	2	2	0.2
Beltrán II B (Bética)	9	9	1.1
Haltern 70 imperiais (Bética)	–	50	5.9
Dressel 20 (Bética)	–	17	2
Pascual 1 (Tarracense)	–	1	0.1
Dressel 14 (Lusitana)	2	2	0.2
Almagro 50 / Keay XVI (Bética)	1	1	0.1
Almagro 51C (Bética)	–	1	0.1
<b>Total</b>	<b>690</b>	<b>844</b>	<b>100</b>

Anexo 5 – Ânforas de Castro Marim (NMI).

## 1. Cetárias

A listagem dos sítios onde se produziram preparados piscícolas na costa algarvia teve por base as referências sistematizadas por diversos autores que se têm debruçado sobre o tema (Veiga, 1910; Figueiredo, 1906; Santos, 1971, 1972; Alarcão, 1988a), seguindo de perto e actualizando a informação reunida em 1994 por C. Fabião (1994b).

Sítio	Características	Cronologia	Referências Bibliográficas
1 – Beliche	Uma cetária	–	Veiga, 1910, p. 210; Santos, 1971, p. 69; Alarcão 1988a, 7/159
2 – Ilhéu da Baleeira	Uma cetária	–	Santos, 1971, p. 69; Alarcão, 1988a, 7/161.
3 – Salema	Cetárias	–	Veiga, 1910, p. 211; Santos, 1971, p. 77; Alarcão, 1988a, 7/131.
4 – Boca do Rio	Várias cetárias de tamanho regular dispostas em duas fileiras	Séc. I - IV / V.	Veiga, 1910, p. 212; Figueiredo, 1906, p. 113-114, Santos, 1971, p. 78-106; Alarcão, 1988a, 7/132.
5 – Burgau	Cetárias	Séc. ? -IV	Veiga, 1910, p. 218; Santos, 1971, p. 107; Alarcão, 1988a, 7/143.
6 – Senhora da Luz	Alinhamento de tanques	Séc. I-IV.	Veiga, 1910, p. 220; Santos, 1971, p. 108; Alarcão, 1988a, 7/141.
7 – Lagos – «Bon vivant»	Notícia de tanques	–	Ramos e Almeida, 2005; Ramos, 2008.
7 – Lagos R. Silva Lopes	Unidade	Séc. I-VI	Ramos e Almeida, 2005; Ramos, Almeida e Laço, 2006, p. 83-100.
7 – Lagos (Rua 25 Abril)		Séc. IV	Ramos, 2008, p. 87-98.
7 – Monte Molião (Lagos)	Cetárias	Séc. I – II	Bargão, 2008, p. 169-189.
7 – Meia praia (Lagos)	Cetárias	–	A confirmar
8 – Vau / Alvor (Portimão)	Série de 15 tanques	–	Figueiredo, 1906, p. 112, Fig. 2, p. 115; Veiga, 1910, p. 226-227; Santos, 1971, p. 124-125, fig. 24; Alarcão, 1988a, 7/11.
9 – Portimões (Portimão)	Série de tanques	Séc. I (?) - III-IV	Veiga, 1891, p. 569-570, Veiga, 1910, planta nº 2; Figueiredo, 1906, p. 116, Fig. 3; Santos, 1971, p. 133; Alarcão, 1988a, 7/117 e 7/146.
10 – Baralha (Portimão)	Cetárias	–	Marques et al., 1992, p. 47; Fabião 1994.
11 – Ferragudo (Portimão)	«estabelecimento de salga de peixe»	Séc. I (?)	Santos, 1971, p. 135; Alarcão, 1988a, 7/147.
12 – Armação de Pêra (Silves)	«tanques romanos de salga de peixe»	–	Santos, 1971, p. 141; Alarcão, 1988a, 7/152.
13 – Cerro da Vila	Dois tanques	Séc. I ou II (?)	Santos, 1971, p. 142; Alarcão, 1988a, 8/298.
14 – Quarteira	«estabelecimento de salga»	Séc. I a.C ?	Veiga, 1910, p. 233; Santos, 1971, p. 149; Alarcão, 1988a, 8/299.
15 – Loulé Velho (Loulé)	«estabelecimento de salga»	Séc. I a.C - IV	Paço e Farrajota, 1966, p. 75-76; Santos, 1971, p. 151-152, fig. 56-61; Alarcão, 1988a, 8/300.
16 – Quinta do Lago (Loulé)	Fila com 5 tanques	Séc. m. I- V	Arruda e Fabião, 1990, p. 199-213, fig. 57.
17 – Faro (Av. da República)	«Três tanques de salga»	–	Rosa, 1984, p. 153; Alarcão 1988a, 8/322.
18 – Olhão	Série de tanques nas docas	–	Iria, 1950, p. 726-728; Santos, 1971, 215-216, fig. 78-79; Alarcão 1988a, 8/323.
19 – Quinta de Marim (Olhão)	Cetárias	Séc. I-V	Alarcão 1988a, 8/311; Silva, Soares e Coelho-Soares, 1992, p. 335-374.
Pedras d'el Rei	Tanque		A confirmar
20 – Balsa (Quinta das Antas)	Estácio	Séc. I-V	Figueiredo, 1906, p. 118, fig. 5, Santos, 1971, p. 288-290, fig. 115-116.



20 – Balsa (Quinta de Torre de Ares)	Unidade com planta em U com, pelo menos 9 cetárias.	Séc. ? – V-VI ?	Maia e Maia, 1978; Alarcão, 1988a, 8/319.
21 – Quinta do Muro (Vila Real de Santo António).	4 tanques e outros na praia.	Séc. I-II ?	Figueiredo, 1906, p. 119-120, fig. 6; Santos, 1971, p. 309; Alarcão 1988a, 8/281.
22 – Cacula	--	–	Alarcão, 1988a, 8/382.

## 2. Sítios onde se produziram ânforas

Sítio	Características	Cronologia	Referências Bibliográficas
1 – Martinhal (Sagres)	Fornos, produção de ânforas Almagro 50, Almagro 51c e Almagro 51 a-b.	Séc. IV-V	Silva, C. T., Soares, J. e Correia, V. (1990), p. 225-246; Alarcão, 1988a, 7/160; Fabião, 2004a, p. 397.
2 – Quinta do Lago (Loulé)	Produção de ânforas Almagro 50 e Almagro 51c.	Séc. III-V	Arruda e Fabião, 1990, p. 199-213; Fabião, 2004a, p. 399.
3 – S. João da Venda (Loulé)	Produção de ânforas Almagro 51 a-b	Séc. III-V	Fabião e Arruda 1990, p. 215-224; Alarcão, 1988a, 8/305; Fabião, 2004a, p. 399.
4 – Manta Rota (Vila Real de Sto António)	Dressel 14 e possivelmente Almagro 51c.	m. séc. I – séc. V	Vasconcelos, 1920, p. 214-237; Fabião, 2004; Viegas, 2006b, p. 177-196; Alarcão, 1988a, 8/296; Fabião, 2004a, p. 400.
5 – S. Bartolomeu de Castro Marim	Forno. Produção de Dressel 14 e Almagro 51c.	m. séc. I – séc. V	Vasconcelos, 1898; Maia, 1979; Alves, Diogo e Reiner, 1990; Alarcão, 1988a, 8/292; Fabião, 2004a, p. 400.

## 3. Locais com vestígios de produção de azeite e vinho

Listagem realizada a partir das informações contidas em *Roman Portugal* (Alarcão, 1988a), sistematizadas e completadas pelos trabalhos de síntese de J.-P. Brun (1997) e A. Carvalho (1999), com a necessária actualização bibliográfica sobre locais que foram posteriormente identificados.

Sítio	Características	Cronologia	Referências Bibliográficas
1 – Fonte Velha (Bensafrim Lagos)	Um lagar	–	Alarcão, 1988a, 7/90; Carvalho, 1999, nº 4, p. 370.
2 – Abicada	Contrapesos ou prensas	Baixo Império	Alarcão 1988a, 7/107 Brun, 1997, p. 65,
3 – Vidigal (Mexilhoeira Grande, Portimão)	Lagar escavado na rocha	Baixo Império	Santos, 1971, p. 315; Alarcão, 1988a, 7/98; Carvalho, 1999, nº 5, p. 370.
4 – Vale do Marinho (Mexilhoeira Grande, Portimão)	Lagar escavado na rocha de cronologia duvidosa	Baixo Império	Alarcão, 1988a, 7/102; Carvalho, 1999, nº 6, p. 370.
5 – Milreu	Instalação vitícola prensa e cubas de recolha /lagar de vinho	Baixo Império	Alarcão, 1988a, 8/304; Hauschild, 1984; Carvalho, 1999, p. 170; Teichner, 2008.
5 – Milreu	Azeite	–	Teichner, 2003, p. 103-114; Teichner, 2008.
6 – S. João da Venda (Loulé)	Lagar e cella vinaria	–	Rocha, 1894; Santos, 1972, p. 167; Alarcão, 1988, 8/35; Carvalho, 1999, nº12, p. 370.
7 – Loulé Velho (Quarteira, Loulé)	Um peso de lagar	–	Alarcão 1988a, 8/300; Carvalho, 1999, nº 32, p. 382.
8 – Quinta de Marim	Três dolia encastrados no pavimento	Baixo Império	Rocha, 1895; Santos 1972, p. 264-265.
9 – Dona Menga (Luz, Tavira)	Mó de lagar	–	Alarcão 1988, 8/314; Carvalho, 1999, nº 33, p. 382.

Anexo 6 – Preparados piscícolas, fornos de ânforas e vestígios da produção de azeite e vinho no Algarve romano – referências Bibliográficas.

### 3. A DINÂMICA EVOLUTIVA DO POVOAMENTO DO ALGARVE COSTEIRO DURANTE O PERÍODO ROMANO E PÓS-ROMANO: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO CONSUMO DE ALIMENTOS TRANSPORTADOS EM ÂNFORAS E DAS CERÂMICAS FINAS DOS NÚCLEOS URBANOS DE OSSONoba, Balsa e BAESURI

O estudo realizado com base num amplo conjunto de cerâmicas de mesa importadas e de ânforas que transportaram produtos alimentares, na sua maior parte inéditas, conjugado com a análise crítica das fontes escritas, dos dados epigráficos e numismáticos, permitiu caracterizar a dinâmica evolutiva das cidades de Faro, Balsa e Baesuri ao longo da Antiguidade. Mesmo tratando-se de uma evidência fragmentária, frequentemente contraditória e por vezes descontínua, os dados obtidos merecem ser novamente analisados, discutidos e integrados numa perspectiva de inter-relação regional mais ampla, que cubra não só a região algarvia, mas igualmente as restantes províncias do império romano.

O quadro político-administrativo da região que corresponde actualmente ao sul da Península Ibérica indica que, em 197 a.C., quando se estabeleceu a província da Hispânia *Ulterior*, os territórios do Algarve oriental não foram incluídos na órbita romana, sendo essencialmente a região em torno ao vale do Guadalquivir a que se encontrava sob o domínio romano.

Pelas descrições das fontes escritas parecem ser escassos os episódios da história militar que tiveram como palco de operações o território algarvio, e, ainda que tradicionalmente se considere que, quando Décimo Júnio Bruto estabeleceu as fortificações na linha do Tejo, em 138 a.C., a região meridional do extremo ocidente já estaria pacificada. Posteriormente, apenas se poderá assinalar o episódio do cerco de *Laccobriga*, que terá ocorrido, muito possivelmente, junto ao Monte Molião (Arruda, 2007).

Tudo aponta para que o interesse de Roma no território algarvio só tenha despertado efectivamente a partir do reinado de Augusto, portanto numa fase relativamente tardia, face à consolidação de outras parcelas do território hoje português (Arruda e Gonçalves, 1994). Este aspecto ajuda a explicar a inexistência, em solo algarvio, de cidades com epíteto *Iulia*, assim como a escassez de elementos *Iulii*, tal como V. Mantas já fizera notar (Mantas, 1990, p. 183).

Sendo progressiva a passagem do território para a órbita romana, esta não se realizou de forma linear, nem do ponto de vista cronológico nem geográfico. Marcado pelo seu passado proto-histórico, a existência de um povoamento pré-romano de características urbanas constitui uma realidade que exerceu uma forte influência na posterior ocupação romana, determinando e condicionando fortemente este povoamento. Os três sítios estudados, *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Torre de Ares e Antas) e *Baesuri* (Castro Marim) não escapam a esta realidade, apresentando eles próprios evoluções distintas.

Dados recentes permitiram situar o passado pré-romano de *Ossonoba* numa data não anterior ao séc. IV a.C., coincidindo o núcleo de implantação do *oppidum* pré-romano com a posterior ocupação romana Republicana. O conjunto anfórico estudado aponta para um domínio das importações de preparados piscícolas provenientes da área gaditana (Arruda, Sousa e Bargão, 2005).

Relativamente à antiga *Baesuri*, sob o actual Castelo de Castro Marim, identificaram-se estruturas e materiais que remontam à Idade do Bronze, com continuidade de ocupação até à época romana tardo-republicana e alto imperial. O estado de conservação das estruturas arqueológicas permitiu analisar, com detalhe, a evolução do núcleo pré-romano de características eminentemente urbanas, particularmente a área que estaria dedicada ao culto (Arruda, 2005; Arruda e Freitas, 2006; Arruda, Freitas e Oliveira, 2007).

Em várias passagens das «Antiguidades Monumentais do Algarve», Estácio da Veiga defendeu que o sítio onde posteriormente habitaram os «povos balsenses» teve um passado pré-histórico, que remontava ao Neolítico, assinalando igualmente a existência de peças que atribuiu à Idade do Bronze. A impossibilidade de confirmar, hoje, estas informações cria dificuldades na obtenção de dados sobre o passado pré-romano de *Balsa*, dada a inexistência de vestígios deste período no sítio onde se localizou a cidade romana. De facto, tem sido defendido que, neste caso, pode ter ocorrido um fenómeno de transferência do topónimo pré-romano de Tavira, cidade onde os vestígios pré-romanos remontam ao séc. VII a.C., para o sítio onde posteriormente se desenvolveu a *Balsa* romana, nas Quintas de Torre de Ares e das Antas. Desconhece-se qual terá sido o momento exacto e o modo como se poderá ter processado esta transferência, mas as cerâmicas mais antigas recolhidas em *Balsa* apontam para um início da ocupação romana naquele local, numa época um pouco anterior ao reinado de Augusto. Esta tese conta, no entanto, com alguns problemas, nomeadamente o facto de os dados de Tavira parecerem apontar para um *terminus* ou interrupção da ocupação no séc. III a.C., o que indica que, para um período compreendido entre o séc. III a.C. e os meados/finais do séc. I a.C., não dispomos de evidências de ocupação nem em *Balsa*, nem em Tavira. Outra hipótese que tem sido levantada aponta para a possibilidade de o Cerro do Cavaco ter sido igualmente utilizado neste âmbito. No entanto, a cronologia dos materiais aí recuperados, exclusivamente provenientes de recolhas de superfície, apontam para um período que julgamos se deve situar sobretudo entre o sécs. II e os meados do séc. I a.C.

O facto de não existirem, até ao momento, quaisquer dados que indiquem uma ocupação anterior em *Balsa*, uma vez que mesmo as cunhagens monetárias poderão remontar à segunda metade do séc. I a.C., não inviabiliza que estes não venham, eventualmente, a ser detectados, numa intervenção na área onde actualmente se localiza a casa principal da Quinta de Torre de Ares.

Em Faro, *Balsa* e Castro Marim, as primeiras informações que remetem para os contactos desta região com o mundo romano correspondem aos conjuntos de cerâmica campaniense A, que, associados a alguns exemplares de ânforas do tipo greco-italico, permitem apontar para cronologias de meados do séc. II a.C. Estes contactos estão patentes no reduzido conjunto de materiais que se recuperou no forte de S. Sebastião (Castro Marim) e também no abundante espólio resultante das sondagens realizadas no Museu Municipal de Faro. Dada a escassez de dados estratigráficos conservados, torna-se difícil, contudo, reconhecer o momento em que as populações indígenas se encontram a receber produtos itálicos e qual a altura em que estes produtos passam a corresponder a importações regulares das populações itálicas instaladas em *Ossonoba*. Também não é fácil distinguir estes contextos de consumo dos que poderiam corresponder já às elites locais que adoptaram os hábitos romanos. Observa-se, por um lado, que seguindo a tradição pré-romana anterior, se mantém, neste período, a importação de grandes quantidades de preparados piscícolas com origem na região gaditana, na província da *Ulterior*. As ânforas vinárias itálicas são mais abundantes em Faro do que no Castelo de Castro Marim, o que explicámos pela cronologia relativamente mais tardia do conjunto castro marinense. Dados recentes apontam para que o contacto das populações que habitavam Castro Marim com o mundo romano tenha ocorrido inicialmente com a possível instalação no forte de S. Sebastião, ainda no séc. II a.C., e só posteriormente é que a área do Castelo teria sido ocupada e, definitivamente romanizada (Arruda e Pereira, 2008).

De facto, o momento cronológico para o qual dispomos de um maior conjunto de informação é o contexto datado entre 50 e 30 a.C., escavado no Castelo de Castro Marim. Por outro lado, as cunhagens de *Baesuri* possuem uma cronologia geral da segunda metade do séc. I a.C. correspondendo à altura em que o *oppidum* cunhou moeda e em que dispôs de instituições que remetem para um quadro administrativo de âmbito romano. Efectivamente, a legenda de um magistrado numa das cunhagens de *Baesuri* indica a existência de uma estrutura organizativa que pressupõe, por sua vez, a presença de uma elite administrativa de origem itálica ou outra, e, que teria, muito possivelmente, partilhado o poder com eventuais elites locais. A recente identificação de um elemento de bronze de uma caixa de selagem, que remete para a existência, no séc. I d.C., em Castro Marim, de correspondência de âmbito oficial (Pereira, 2008, p. 111), reforça o papel institucional que o núcleo urbano de *Baesuri* terá assumido.

Mesmo dispondo de escassas informações sobre as estruturas existentes em *Baesuri* neste período, relacionamos a função que desempenhou durante o período romano com o escoamento de recursos mineiros da faixa piritosa alentejana, através da via que o Guadiana constituiu.

Como referimos, os vestígios da presença romana em Faro remontam a uma fase recuada do séc. II a.C. Aparentemente, foi a área da cidade muralhada a que foi ocupada desde a Idade do Ferro, sendo este igualmente o local de implantação da cidade romana. Apesar de abundantes, os materiais recuperados não se associam a estruturas de funcionalidade definida, não sendo possível caracterizar a forma como se processou a passagem do núcleo urbano anterior para a órbita romana. Tudo leva a crer que terá sido neste núcleo inicial da cidade que se instalou a ceca que cunhou moeda.

As importações do período republicano em Faro e Castro Marim mostram que estes núcleos urbanos, seguindo uma tradição anterior, pré-romana, se abasteceram de produtos alimentares, sobretudo na área da *Ulterior*, no que veio a corresponder mais tarde à Bética. Tal como na época pré-romana, as importações são marcadas pelos preparados piscícolas de origem gaditana transportados em ânforas que seguem, na sua esmagadora maioria, modelos de tradição púnica, mas igualmente outros de morfologia romana. As importações de produtos oleícolas e vinários do vale do Guadalquivir são também uma realidade, sobretudo a partir de meados do séc. I a.C., ainda que em quantidades reduzidas.

A importação de vinho itálico pode ter-se iniciado ainda nos inícios do séc. II a.C., mas o volume intensificou-se sobretudo a partir de meados dessa centúria até meados do séc. I a.C., altura em que começa a decrescer. Trata-se de produtos provenientes não só da costa Tirrénica, que constituem a maioria, mas também da costa Adriática. Igualmente da Península Itálica, as cidades de *Ossonoba* e *Baesuri* importam abundante cerâmica de paredes finas, além de cerâmica campaniense e cerâmica comum.

Ainda que em quantidades diminutas, os produtos piscícolas e oleícolas do Norte de África (Tripolitania, na actual Líbia) também abasteceram Faro e Castro Marim.

Apesar de apresentarem algumas semelhanças, o perfil de consumo dos dois núcleos urbanos diverge quanto aos diferentes produtos alimentares e cerâmicas finas importadas, aspecto que atribuímos ao facto de Castro Marim apresentar um contexto tardo-republicano, que se pode centrar entre 50-30 a.C., enquanto em Faro estão representados igualmente fases anteriores, que remontam ao séc. II a.C. Efectivamente, a cerâmica campaniense A, originária do Golfo de Nápoles, é muito frequente em *Ossonoba* mostrando a maior antiguidade e volume de importações nesta cidade, no que julgamos constituir um indicador da presença de uma elite de matriz itálica, relativamente abundante neste núcleo urbano numa fase relativamente precoce.

Foi a organização territorial efectuada durante o reinado de Augusto, cuja data precisa ainda é discutida, mas que poderá ser posterior a 12 a.C., que estabeleceu a divisão administrativa integrando os territórios a ocidente do Guadiana na *Hispania Ulterior Lusitania*, a qual, obviamente, incluía o Algarve.

Neste quadro, julgamos ser verosímil defender que a cidade de *Ossonoba* terá sido município logo no período de Augusto. Sustentamos esta afirmação, por um lado, tendo por base a argumentação anteriormente apresentada por J. d'Encarnação, e, por outro, pelo significativo conjunto de importações cuja cronologia aponta para este período. Não devemos esquecer, igualmente, que esta é a única povoação algarvia mencionada por Estrabão, sendo referida igualmente por Plínio, o que lhe confere uma maior relevância no quadro da região algarvia, mesmo que este omita o seu estatuto, denominando-a apenas de *oppidum*.

Mas existem ainda outros factores que devem ser avaliados neste contexto. O miliário de Bias do Sul (Olhão) data muito provavelmente desta fase, sendo a sua cronologia colocada no período dos Júlio-Cláudios, aspecto que mostra o interesse de Roma nesta faixa costeira do Algarve Oriental e Central, que se manifestou na construção/reconstrução do eixo viário litoral que ligava *Baesuri* a *Ossonoba*. Esta via, como V. Mantas já destacou anteriormente, constitui um elemento estruturante de todo o povoamento do litoral algarvio (1991; 1997b), não só no que se refere aos principais núcleos urbanos: *Ossonoba*, *Balsa* e *Baesuri*, mas também para os sítios relacionados com o povoamento rural, como as *villae*, além de núcleos urbanos secundários que se irão desenvolver numa fase posterior.

Esta fase augustana foi certamente marcada pela construção de um conjunto de equipamentos que encontramos frequentemente nas cidades romanas, mas apesar da importância que a cidade poderá ter adquirido desde época tão recuada, não dispomos de dados que permitam localizar as suas diferentes componentes. Contudo, julgamos ser possível presumir que o templo descoberto no Largo da Sé teve a sua origem em construções de idêntica funcionalidade, do período augustano. Pode apontar-se, assim, que esse seria o local de implantação do primeiro *forum* de *Ossonoba*, posteriormente remodelado. Não se registam epígrafes deste período, desconhecendo-se igualmente a localização das necrópoles destas datas tão recuadas.

Só a partir do período augustano é que começamos a dispor de informação sobre a ocupação da cidade de *Balsa*, sendo igualmente difícil determinar o modo como se processou a instalação e que elementos do urbanismo antigo lhe correspondem. As importações cerâmicas mostram que foi a partir desta data que a cidade se começou a integrar nas rotas comerciais da bacia do Mediterrâneo, quer através a importação de paredes finas itálicas, quer de *terra sigillata* de tipo itálico, sobretudo a partir de finais do reinado de Augusto.

Apesar de não existirem estruturas que correspondam a edifícios públicos que se possam atribuir a este período, em Castro Marim o conjunto dos materiais recuperados nas escavações mostra a continuidade da ocupação na época de Augusto, com a mesma relevância da que se registou anteriormente, no período tardo-republicano. As importações de cerâmicas finas itálicas (paredes finas e *terra*

*sigillata* de tipo itálico) mostram a continuidade face às importações anteriores de cerâmica campaniense.

A segunda metade do séc. I d.C. marcou um momento de grande desenvolvimento, não só em *Ossonoba*, mas, de um modo geral, nos restantes núcleos urbanos, como *Baesuri* e *Balsa*. Em *Ossonoba*, esta data marca o início da expansão da cidade para ocidente, junto à costa. A estratigrafia observada sob o mosaico do Oceano mostra que se implantou, nesse local, uma estrutura, muito possivelmente de carácter habitacional. É também a partir deste período que se assiste ao início da utilização da necrópole Norte, que irá corresponder ao principal cemitério romano da cidade, apontando os limites do perímetro urbano nesta área.

Diversos factores podem ter estado na origem deste desenvolvimento. Por um lado, não se deve esquecer o papel que o sul da Península Ibérica desempenhou no processo de pacificação da Mauritânia. Uma das causas frequentemente apontada para o desenvolvimento do sul da Lusitânia e da Bética durante o período de Cláudio diz respeito ao papel que as cidades desta região poderiam ter desempenhado no abastecimento às guarnições militares envolvidas nas operações norte-africanas. Este fenómeno teve a sua expressão mais clara na elevação a município da cidade de *Baelo Claudia*, na vizinha Bética, podendo outros locais desta mesma região, ou mesmo da Lusitânia, ter conhecido processo idêntico. Por outro lado, deve assinalar-se o facto de a vertente Atlântica ter passado a desempenhar um papel mais destacado, no quadro da dinâmica interprovincial. De facto, a conquista da *Britannia*, em 41 d.C., levou ao desenvolvimento do que se tem vindo a designar por «rota Atlântica», rota essa que levaria os produtos alimentares béticos à província recém conquistada e, naturalmente, também às principais cidades da fachada ocidental da Lusitânia, como *Salacia*, *Olisipo* ou mesmo *Bracara Augusta*, na Tarraconense.

Apesar de não se dispor de informação detalhada acerca da cronologia de ocupação de inúmeros sítios, os dados conhecidos mostram que o povoamento rural se desenvolveu também sobretudo a partir da segunda metade do séc. I. Do mesmo modo, e de acordo com as informações disponíveis, será apenas a partir desta data que terá tido início a produção de preparados piscícolas em diversos locais da costa algarvia. A produção de ânforas para transporte e exportação destes preparados piscícolas encontra-se documentada em dois locais distintos, no sítio de Olhos de S. Bartolomeu de Castro Marim e na Manta Rota, com o fabrico de recipientes que se podem atribuir igualmente a esta fase, embora se admita que a produção tenha prosseguido durante o Baixo Império.

A segunda metade e, sobretudo, as últimas décadas do séc. I correspondem a um momento de expansão da vida urbana nos três núcleos estudados, e, de um modo geral, no conjunto das cidades da Península Ibérica, em grande medida devido à concessão do *ius latii* a toda a Península Ibérica, pelo édito de Vespasiano

(73-74 d.C.). Este fenómeno deve ter-se traduzido num processo de construção e/ou remodelação urbanística, cujas características não podemos detalhar para os núcleos urbanos estudados, manifestando-se, igualmente, no abastecimento de um conjunto de produtos manufacturados, como as cerâmicas finas de mesa e de produtos alimentares transportados em ânforas, com origem em mercados muito diversificados.

Os dados que obtivemos com o estudo dos padrões e ritmos de consumo da *terra sigillata* de Faro, Balsa e Castro Marim mostram que, nesta fase, as cidades se abastecem maioritariamente de produtos do Sul da Gália, assistindo-se, também, à importação de cerâmicas dos centros produtores da Hispânia (Peñaflor, Andújar e Tricio), iniciando-se, igualmente neste período, o abastecimento de *sigillata* clara com origem no norte de África. A importação de produtos alimentares transportados em ânforas mostra continuidade da integração comercial do sul da Luitânia nos circuitos de abastecimento da vizinha Bética, tendo como base a cidade de Cádiz. Efectivamente, a importação de ânforas gaditanas destinadas ao transporte de preparados piscícolas constitui uma realidade com forte expressão neste período, sendo relativamente escassa a importação de produtos desta natureza com origem na própria Lusitânia. Recorde-se a este respeito que a produção de preparados piscícolas e dos respectivos contentores anfóricos se encontra bem atestada nos vales do Tejo e do Sado, embora em quantidades significativamente menores, e na própria costa algarvia, a partir de meados do séc. I d.C. Outro aspecto relevante que as ânforas parecem mostrar é a escassez, até ao momento, de exemplares das variantes mais antigas das ânforas lusitanas, ao contrário do que sucede em outras cidades como em Lisboa (Teatro romano), Alcácer do Sal (Pimenta *et al.*, 2006, p. 299-316), Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2006, p. 233-252), ou mesmo regiões mais longínquas, como o Noroeste (Morais, 2004, p. 36-40).

Na cidade de Balsa, existe uma unidade de transformação de recursos marinhos na Quinta de Torre de Ares, que se localiza junto à costa e que poderá ter servido para abastecimento local, podendo a sua produção ter sido igualmente exportada, sendo difícil avaliar a dimensão da unidade que Estácio da Veiga coloca na Quinta da Antas. O facto de não se ter podido confirmar a existência de produção anfórica em Balsa, que é, contudo, bastante provável, não permite avançar novos dados sobre esta questão. A explicação para a abundância de ânforas béticas de preparados piscícolas no sul da Lusitânia, numa fase em que a produção local/regional algarvia já estaria a dar os seus frutos constitui um dos principais problemas com que nos deparamos. Se é óbvio que a proximidade geográfica contribuiu para este fluxo que segue, aliás como se viu, uma tendência anterior de abastecimento na região gaditana, este argumento não parece ser suficiente para o justificar. Por outro lado, deve também referir-se que a diversidade de produtos derivados do peixe poderá ter determinado algum tipo de especialização regio-



nal, sendo deste modo a área gaditana responsável por um conjunto de produtos específicos que não seriam produzidos localmente, e daí a sua importação.

A abundância destes recipientes importados da Bética tem sido explicada argumentando-se que as ânforas chegariam ao sul da Lusitânia vazias, para aí receberem preparados piscícolas, sendo então exportadas (Fabião, 1997, p. 39). O facto da produção anfórica só se ter desenvolvido no território algarvio a partir do período baixo imperial permitiria suportar esta tese, uma vez que no período alto imperial a produção de preparados piscícolas se encontraria documentada em inúmeras fábricas de salga, existindo apenas produção anfórica em S. Bartolomeu de Castro Marim e na Manta Rota. Esta mesma teoria tem sido defendida por R. Étienne e F. Mayet, que chegam a propôr um papel idêntico para as ânforas da baía de Cádiz relativamente à produção piscícola da *Mauritania Tingitania*, mais especificamente de Ceuta (Étienne e Mayet, 2002, p. 229). Uma posição idêntica foi defendida por D. Bernal Casasola (2006).

Os dados existentes, concretamente a escassez de informação cronológica acerca das unidades de produção de preparados piscícolas, não permitem retirar novas conclusões sobre esta questão, mas parece-nos que a importação dos produtos piscícolas se inscreve nesse movimento comercial que se organizou a partir da cidade de Cádiz e que tinha como objectivo o abastecimento das cidades algarvias, não se negando que por aqui passaria também um movimento mais amplo, via Atlântico, destinado a aprovisionar de bens alimentares as cidades da fachada ocidental da Lusitânia e da Tarraconense, e, em última análise, igualmente as Ilhas Britânicas.

Neste contexto, além dos preparados piscícolas, a vizinha província da Bética é ainda responsável pelo abastecimento de produtos da uva (*defrutum*) e azeite, com origem no vale do Guadalquivir. Mas a distribuição destes produtos alimentares béticos nos restantes contextos do ocidente Peninsular regista uma muito mais fraca expressão, sendo mesmo relativamente pouco frequente nos sítios do interior, aspecto que remete, novamente, para a proximidade geográfica da província da Bética relativamente ao sul da Lusitânia, factor que terá sido responsável pela elevada quantidade de produtos béticos que se identificam na região algarvia. A associação dos produtos béticos piscícolas, oleícolas e vinários, nos carregamentos das embarcações que cruzam os mares em direcção ao Ocidente peninsular têm expressão no que parece corresponder ao local de um naufrágio assinalado ao largo de Tavira. De facto, em diferentes ocasiões foram recuperadas ânforas inteiras em meio aquático, que se relacionaram com o carregamento de uma embarcação proveniente da Bética, na qual se associariam produtos provenientes do vale do Guadalquivir e da área gaditana (Diogo e Cardoso, 2000, p. 67-79; Arruda, Frade e Travassos, 1987, p. 125-131).

É possível que nesta época se comesse a esboçar a sociedade que a epigrafia, maioritariamente datada já do séc. II, dará a conhecer posteriormente. Uma

estrutura social que ficará marcada por uma componente de onomástica latina fortemente romanizada e na qual o elemento indígena é já relativamente raro. Como tem sido por diversas vezes destacado, a forte componente de antropónimos gregos, mais do que uma origem desta população no Mediterrâneo oriental, aponta antes para uma população formada por um importante conjunto de libertos. Por outro lado, um grupo relevante de epígrafes remete para a presença de uma elite que se ocupa dos cargos públicos e que manifesta o seu poder através de actos de evergetismo.

A importação de vinhos com origens tão diversificadas como a Bética, Tarraconense, Gália, Itália e o Mediterrâneo Oriental mostra um consumo diferenciado por parte destas elites locais, que encontram nestes produtos uma forma de representação social através da ostentação, aspecto em que sobressai, particularmente, a cidade de *Balsa*. Tudo aponta para que nesta fase já existisse produção de vinho e azeite associado a algumas explorações do tipo *villae*, mas a busca destes produtos deve entender-se numa perspectiva de um consumo ostentatório e sumptuário. Ao prestígio que o consumo de determinados produtos devia trazer, questões como o gosto e a moda de cada período, marcaram, igualmente, estas modalidades de representação social (Martin-Kilcher, 2005, p. 214).

Assim, no cenário que julgamos ter tido lugar na segunda metade do séc. I no Algarve Oriental costeiro, encontramos três núcleos urbanos que concorrem entre si, entre os quais se destaca *Ossonoba*, município desde Augusto, sendo *Balsa oppidum stipendiarium* e *Baesuri*, muito provavelmente, também. Os recursos explorados pelas cidades de *Ossonoba* e *Balsa* centraram-se certamente na complementaridade de aproveitamento da riqueza agrícola que o território dispunha, tendo um papel significativo a exploração dos recursos marinhos. A existência de recursos mineiros no território algarvio, na área do actual concelho de Alcoutim, por exemplo, a par da exploração da região de S. Domingos, junto a Mértola, constituem outros factores de desenvolvimento da região, aspecto que terá beneficiado *Baesuri* de forma particular, pela sua situação geográfica.

Nos finais do séc. I/inícios do séc. II assiste-se ao abandono súbito de *Baesuri*, fenómeno que provocou, certamente, uma alteração do ordenamento político-administrativo da vertente oriental do Algarve. Como já se defendeu anteriormente, o abandono de *Baesuri* não corresponde a um fenómeno gradual de perda de importância deste núcleo urbano, uma vez que não se registou um decréscimo progressivo das importações de produtos manufacturados, como as cerâmicas, ou de alimentos transportados em ânforas. Na realidade, e como se demonstrou, comparando o padrão de importação destes produtos, verifica-se que se mantém um volume significativo das importações até esta data, cessando a partir de então. O facto de não se conhecerem epígrafes que, ao contrário de *Balsa* e *Ossonoba*, remetam para a existência de um funcionalismo ligado à ocupação de cargos

públicos, e também a inexistência de dados sobre a presença de edifícios públicos de carácter monumental, são aspectos que devem igualmente ser valorizados, mesmo parecendo contraditórios. Deve referir-se que a maior parte desta epigrafia, quer a que se refere aos cargos públicos, quer a relativa aos edifícios monumentais destas cidades, é posterior à data de abandono de *Baesuri*, aspecto que deve ser destacado neste contexto para uma correcta avaliação dos dados em causa. Assim, tudo aponta para que o núcleo urbano de *Baesuri* não tenha chegado a beneficiar da ascensão a município que teve lugar com Vespasiano, ou se ainda ascendeu a esta categoria, foi subitamente abandonada nos anos seguintes.

São diversos os factores que poderão ter levado ao abandono de Castro Marim. As condicionantes topográficas/geográficas da envolvente da cidade e a relação com o rio Guadiana devem ter-se alterado de forma significativa, modificando o papel, à escala local, e sobretudo regional, que o núcleo urbano pode ter desempenhado. Recordamos que defendemos, à semelhança do que outros autores já tinham proposto, um papel de controlo do escoamento dos recursos mineiros a partir da região S. Domingos e mesmo do concelho de Alcoutim, associado à sua localização privilegiada. Fenómenos geológicos podem ter levado à colmatção da bacia do estuário do Guadiana provocando o «afastamento» da zona do actual Castelo do curso principal do rio e/ou dos esteiros que lhe poderiam dar acesso. O facto de estarmos perante uma área de sapais, em constante mutação, nomeadamente, sempre que se registam períodos de cheias, entre outros fenómenos, provocou certamente grandes transformações da paisagem envolvente de Castro Marim, que condicionaram a forma como evoluiu o seu povoamento.

Após o abandono de Castro Marim, *Ossonoba* mantém o seu papel no quadro administrativo, sendo possível que *Balsa* tenha passado a exercer a sua jurisdição sobre o território anteriormente de *Baesuri*. Neste período, as cidades continuam a desenvolver-se, assistindo-se, por um lado, à continuidade de importação de cerâmicas e produtos alimentares e, por outro, a uma série de construções/remoções de edifícios públicos que a epigrafia testemunha.

Em Faro, a localização, na área da actual Sé, do templo dedicado ao culto imperial parece constituir uma realidade, não só do séc. II, mas também da centúria seguinte. Nos finais do séc. II, inícios do séc. III, assiste-se a um novo programa construtivo na área ribeirinha da cidade, onde anteriormente se encontravam edifícios de habitação. Este local é marcado pela construção de um edifício público, possivelmente sede de *navicularii*, com um pavimento em mosaico que ostenta a figura do deus Oceano. Na Av. Serpa Pinto, próximo do local do mosaico do Oceano, parecem ser de carácter habitacional as estruturas aí encontradas, o que contrasta com a referência aos tanques que se refere terem existido na Av. da República. Assim, não é clara a separação topográfica entre áreas de funcionalidades distintas. Por outro lado, dispomos de poucos dados acerca da cronologia

de construção e utilização destas supostas cetárias para as podermos relacionar com os restantes vestígios recuperados na cidade. A necrópole norte da cidade encontra-se em plena utilização, podendo associar-se a esta fase um conjunto de sepulturas de tipologia bastante diversificada.

Quanto à cidade de *Balsa* do séc. II, a urbe fica marcada pela realização de importantes remodelações urbanísticas, cujas características precisas nos escapam. De facto, a epigrafia oferece testemunho da construção/remodelação de edifícios de carácter monumental no séc. II, particularmente no caso da inscrição onde figuram os termos *ante pagmentis* (IRCP 78). Outro equipamento urbano, neste caso o circo, foi igualmente construído ou conheceu importantes remodelação no séc. II e inícios do séc. III. Esta é a informação que se obtém das epígrafes que se referem à oferta, por parte de dois cidadãos, de cerca de cem pés do *podium* do circo de *Balsa* (IRCP 76 e 77, p. 128-130; Encarnação, 2003, p. 96; Dias, 2005, p. 229-230). Apesar das questões que as cronologias das epígrafes podem colocar, por serem baseadas exclusivamente em critérios paleográficos, estes dados apontam para uma sociedade dinâmica, na qual «instituições» como o evergetismo se encontram em pleno funcionamento. Recorde-se que, tradicionalmente, se atribuem as derradeiras remodelações urbanísticas significativas dos núcleos urbanos da Lusitânia ao período flávio, como a que sucede, por exemplo, na cidade de Conímbriga.

De acordo com dados do registo arqueológico, o período correspondente aos finais do séc. II inícios do séc. III corresponde a uma fase de profundas transformações, designadamente nas estruturas de produção de preparados piscícolas e nos respectivos contentores anfóricos no vale do Sado. Desconhece-se, com exactidão, o modo como estes fenómenos se manifestaram em solo algarvio. As causas destas transformações encontram-se ainda em grande medida por determinar e devem procurar-se em diversos factores. Um fenómeno que tem sido valorizado neste contexto corresponde às incursões mauras de 172-174 (Keay, 1988, p. 173). De facto, as fontes escritas referem estas invasões como tendo afectado sobretudo a região do Vale do Guadalquivir, desconhecendo-se o efeito que podem ter tido no sul da Lusitânia. Para alguns autores, estas incursões podem mesmo ter sido precedidas de outros raides de reconhecimento, correspondendo a homenagem a Marco Aurélio, por parte da população de Mértola, a um agradecimento pela protecção dada pelo Imperador face a esta ameaça (IRCP, p. 754-755).

Durante o período tradicionalmente designado por Baixo Império ou Antiguidade Tardia assistimos a uma alteração significativa do valor e do volume de informações de que dispomos. Os dados epigráficos escasseiam e a maior parte da informação que podemos manusear para os séculos III a VI diz respeito à importação de cerâmicas finas e de produtos alimentares transportados em ânforas. Por outro lado, assiste-se a um certo desequilíbrio entre os elementos

disponíveis para *Balsa*, que não são comparáveis aos que possuímos para abordar *Ossonoba*.

Na cidade de Faro, assiste-se à continuidade de ocupação quer da área correspondente ao núcleo monumental, existindo testemunhos da continuidade do culto imperial no séc. III (Étienne, 1990), quer da zona dita ribeirinha, a ocidente, onde se localiza o edifício cujo pavimento ostenta a figura do Oceano. O estudo desta área demonstrou que este edifício, cujo pavimento foi datado da segunda metade do séc. II, inícios do séc. III, corresponde à derradeira remodelação aqui operada, tendo este sector da cidade sido abandonado em finais do séc. IV início do séc. V. Os dados sobre as intervenções realizadas em outras áreas da cidade, exteriores ao reduto fortificado, apontam igualmente para um *terminus* da ocupação durante os finais do séc. IV, inícios do séc. V (Viegas, 2008b). Este processo parece configurar um fenómeno de retracção urbana, idêntico ao que se reconheceu em outros núcleos urbanos neste período. Assim, tudo aponta para que a área que permaneceu ocupada durante o Baixo Império se tivesse circunscrito à zona fortificada.

Em meu entender, mais do que os testemunhos arqueológicos ao nível das importações cerâmicas e de produtos alimentares transportados em ânforas, que são idênticos e equivalentes nas duas cidades para os finais do séc. III e centúrias posteriores, é a epigrafia que permite, novamente, reconhecer uma dinâmica evolutiva em Faro, em clara divergência com a que se regista para a cidade de *Balsa*. Nesta última cidade, recorde-se, não existe qualquer testemunho epigráfico posterior ao séc. III. Contrariamente, as homenagens dos ossonobenses aos imperadores Valeriano e Aureliano datam já da segunda metade do séc. III, constituindo simultaneamente testemunhos do culto imperial e mostrando o vigor das instituições municipais, numa época que, tradicionalmente, se apelida de «decadente» (IRCP 3 e 4; Étienne, 1990). Desconhece-se o que terá motivado estas homenagens, que podem estar relacionadas com acontecimentos que terão exigido a intervenção do imperador, sendo esta a forma escolhida pelos ossonobenses para mostrar a sua gratidão.

A introdução do Cristianismo constituiu outro factor de diferenciação no perfil evolutivo das cidades de Faro e *Balsa*. A presença do bispo de Faro, Vicêncio (ou Vicente), no 1.º Concílio de Elvira, juntamente com os bispos de Évora e Mérida, ainda nos inícios do séc. IV (Catarino, 2002, p. 30), mostra bem a importância que a cidade adquiriu neste período. Posteriormente, em 378, deve igualmente referir-se o bispo Ithacio, cujo papel terá sido determinante na luta contra o Priscilianismo (Maciel, 1996, p. 46).

O quadro que pudemos traçar para a evolução da cidade de *Balsa*, no período compreendido entre o séc. III e o V, é muito fragmentário. Ao silêncio epigráfico alia-se a relativa escassez de dados que elucidem acerca da ocupação ou abandono de determinados sectores da cidade. Tudo aponta para o fim ou decréscimo

da utilização da necrópole norte a partir do séc. iv. Por outro lado, a julgar pelo padrão de distribuição das cerâmicas conjugado com os escassos dados estratigráficos seguros de que dispomos, assiste-se ao abandono das construções de possível cariz habitacional, sendo também desta data a desactivação das estruturas de escoamento das águas residuais formadas por uma série de canalizações que foram identificadas, junto à costa, nos anos 70. Pelo contrário, a unidade de transformação de preparados piscícolas encontra-se em plena actividade nesta fase, e o seu abandono pode ter ocorrido em período posterior, possivelmente no séc. v ou vi. Este dado confirma o desenvolvimento relativamente tardio que a produção de preparados piscícolas conheceu, de um modo geral, no vale do Tejo e do Sado e em particular no território algarvio.

Como referi, se atendermos à leitura que os dados materiais nos autorizam, o padrão de consumo de produtos alimentares transportados em ânforas relativos às duas cidades algarvias no Baixo Império é bastante equivalente. A partir do séc. iii, e posteriormente, assiste-se a um novo ordenamento da dependência inter-provincial, que se caracteriza, em termos genéricos, por uma relativa perda de importância dos produtos béticos, por um lado, e pelo reforço da posição dos produtos locais/regionais lusitanos e uma igualmente expressiva importação de produtos norte-africanos (tunisinos), por outro.

Relativamente às importações da vizinha Bética, assiste-se a uma menor diversidade dos produtos externos, que passam a ser constituídos, quase exclusivamente, por preparados piscícolas. De facto, apesar da produção desta província ter conhecido um decréscimo acentuado, as importações oleícolas ainda se mantêm no séc. iii, mas em quantidades significativamente menores. O vigor económico das províncias norte-africanas, cujo motor se encontra na produção e exportação de azeite, mas igualmente de preparados piscícolas, manifesta-se directamente no volume destes produtos presentes nas cidades algarvias.

A chegada de produtos africanos, que se inicia ainda no período Flávio com a cerâmica de mesa (*sigillata* clara A) e cerâmica de cozinha africana regista, ao longo do amplo período da sua importação, diferentes ritmos e padrões. O consumo de cerâmicas de mesa norte-africanas cessou nos finais do séc. vi ou inícios do século vii, portanto já depois de findo o domínio romano na região, não se registando quaisquer exemplos posteriores a esta data, apesar da continuidade da sua produção. Curiosamente, o abastecimento ao Algarve de produtos alimentares transportados em ânforas oriundas do Norte de África não acompanha estas importações, tendo cessado anteriormente, ainda no séc. v. Em Faro, o momento áureo do abastecimento de cerâmica de mesa africana (*sigillata* clara D) teve lugar no séc. iv, no que considerámos ser mais um testemunho da reocupação da área muralhada.

Além das cerâmicas africanas, o abastecimento de cerâmicas finas no Baixo Império recorreu ainda às produções da Gália, concretamente de *sigillata* DSP

(dita paleocristã) ou de luzente, apesar de estas estarem representadas por escasos exemplares. De cronologia posterior, a *sigillata* foceense tardia, originária do Mediterrâneo Oriental, constitui prova da vitalidade comercial em época avançada, entre meados do séc. v e meados da centúria seguinte.

Os dados disponíveis do registo arqueológico mostram que as alterações do enquadramento político que tiveram lugar na Península Ibérica no final do séc. v, e posteriormente, não provocaram a modificações significativas nas relações económicas que o sul da Lusitânia tinha estabelecido com as restantes províncias da bacia do Mediterrâneo, a partir do séc. III. Aparentemente, o território hoje algarvio esteve afastado das lutas entre suevos e visigodos, isto apesar da tomada de Mértola pelos suevos, em 440. Alguns autores, (citados por H. Catarino), referem ainda a possibilidade de *Ossonoba* ter estado durante alguns anos sob domínio bizantino, aspecto que poderia constituir explicação para a ausência dos bispos de Faro nas reuniões conciliares entre 589 e 653 (Catarino, 2002, p. 30). A ausência de cerâmicas africanas de cronologias seguras do séc. VII constitui um elemento a considerar nesta problemática, uma vez que a sua existência em sítios como Cartagena, tem sido, nesta cidade, associada à presença Bizantina. Reconhecemos, contudo, que os dados são ainda escasos e de difícil interpretação.

A existência de comunidades orientais nas principais cidades costeiras, relacionada de forma directa com o fenómeno de difusão do Cristianismo, está documentada de forma particularmente expressiva em Mértola, sendo provável que essas mesmas comunidades tenham existido igualmente em *Ossonoba* (Dias, 1993; García Moreno, 1972, p. 127-154)

Outro fenómeno em aberto diz respeito ao que terá sucedido às elites urbanas durante o período baixo imperial. Referenciados e caracterizados através da relativamente abundante epigrafia do Alto Império, existente não só nas cidades, mas também na epigrafia funerária relacionada com a ocupação de *villae*, estes grupos sociais deixam de se exprimir através da epigrafia, o que dificulta sobremaneira a sua identificação.

Ainda que a presença de influências do Norte de África seja uma realidade, que se materializou através de diversas manifestações como a presença significativa de produtos alimentares transportados em ânforas e cerâmicas finas, o território algarvio durante a Antiguidade Tardia, como já sucedera em épocas anteriores, mantém uma forte ligação à região vizinha, a actual Andaluzia.

Apesar da existência de informações contidas nas fontes escritas e dados epigráficos, muito desiguais cosoante os períodos que tratámos, a arqueologia constitui, sem dúvida, a fonte essencial para obtenção do conhecimento acerca de inúmeros aspectos da vida económica e das formas de povoamento do Algarve durante o período romano. Os dados disponíveis apontam para uma rede de povoamento densa, a partir sobretudo do Alto Império, por entre os núcleos

urbanos principais como foram Castro Marim, Balsa e Faro. Se a sua localização costeira os constituiu como importantes plataformas na exploração dos recursos marinhos, não restam hoje dúvidas de que a exploração agrícola, evidenciada em inúmeros locais, serviria de complemento a esses recursos e, no caso de Castro Marim o seu papel no escoamento dos recursos mineiros parece igualmente evidente. A estas valências deve ainda somar-se a actividade comercial que a curta distância do mar facilitou.

### Comentário de Ana Margarida Arruda\*

No âmbito da sua dissertação de doutoramento, Catarina Viegas estudou um grande conjunto de materiais romanos provenientes de alguns sítios do Algarve. Os espólios, recuperados em trabalhos arqueológicos, mais ou menos recentes, levados a efeito em Castro Marim, Torre d'Ares e Faro, constituem uma extensa base de dados a partir da qual foi possível abordar vários aspectos do processo de romanização da área mais meridional do actual território português.

Neste estudo, a autora apresenta, de forma sintética, os elementos de que se serviu para abordar o território algarvio durante a época romana, discutindo, agora com uma sólida base documental, os grandes temas que foram, durante décadas, alvo de debate.

Parece importante começar por destacar a importância de que se reveste a apresentação de uma tão significativa documentação. Com efeito, trata-se de um numeroso conjunto de espólios, que, mesmo não abrangendo a totalidade dos materiais recuperados, é muito expressivo da realidade algarvia entre os séculos II a.n.e. e o VII. De facto, as cerâmicas que foram escolhidas para a análise são, também em meu entender, as que melhor permitem « traçar o quadro económico e estabelecer as grandes linhas da dinâmica evolutiva destas cidades num quadro regional, permitindo avançar com modelos explicativos para os fenómenos observados, comparando-os com as realidades de outras regiões». As ânforas e as cerâmicas de mesa importadas, tais como a campaniense e a *terra sigillata*, são efectivamente produtos que possibilitam verificar ritmos de consumo e estabelecer com mais precisão a origem das áreas exportadoras, ao longo dos séculos.

Torna-se, assim e por fim, possível discutir temáticas concretas, até agora analisadas com base em escassa documentação, tendo as diversas hipóteses para distintos fenómenos oportunidade de serem discutidas com outra segurança.

---

\* Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Faculdade de Letras. P-1600-207 Lisboa, Portugal.  
E-mail: A.M.Arruda@fl.ul.pt



Para começar pelo princípio, é necessário destacar a ênfase colocada na questão do enquadramento político e administrativo deste território, lembrando Catarina Viegas que o Algarve integraria a Turdetânia na época pré-romana. Se este facto parece comprovado por dados arqueológicos e fontes literárias, e se sabemos que, também na época republicana, este espaço pertenceu à *Hispania Ulterior*, a verdade é que a situação nos primeiros anos do império parece ser ainda de grande proximidade em relação aos territórios vizinhos a Este, como ficou provado pelos dados apresentados. Não parece pois impossível pensar que, até à reforma administrativa de 7-2 a.n.e, o Algarve possa ainda ter estado incluído na Bética. De facto, o Algarve constitui a única unidade geográfica claramente individualizada no território português, tendo a Serra contribuído, decisivamente, para o seu isolamento em relação ao restante espaço nacional, o que justificou que as suas relações tenham sido, preferencialmente com territórios a Oriente do *Anas*. Por outro lado, a Província da Bética seria, no momento da sua criação, consideravelmente mais extensa, tendo o seu «emagrecimento» sido um dos grandes objectivos de Octávio Augusto, processo que foi conduzido, com êxito, primeiro por Carísio e, mais tarde, por Agripa. A diminuição da província senatorial fez-se à custa do aumento do território da Lusitânia imperial, que o Algarve viria efectivamente a integrar apenas nos derradeiros momentos do 1.º milénio a.n.e.. Julgo que esta conclusão pode ser efectivamente extraída dos dados literários, epigráficos e arqueológicos agora e aqui sintetizados.

Ainda sobre a época republicana, Catarina Viegas chama à colação as emissões monetárias de *Baesuri*, *Balsa* e *Ossonoba*, mas também de *Ipses* e *Cilpes*, insistindo, na esteira de António Faria, numa cronologia consideravelmente tardia para estas cunhagens, concretamente os finais do século I a.n.e., ou mesmo inícios da Era. Não posso deixar de aqui refutar esta tese, uma vez que, pelo menos em Castro Marim, as moedas que eu própria tive oportunidade de recolher eram, na totalidade, provenientes de níveis republicanos que não vão além de 30 a.C.

A desproporção verificada entre o número de ânforas itálicas e o de vasos cerâmica campaniense, sobretudo observada em Castro Marim, mas também de certo modo em Faro, permitiu à autora discutir a distribuição, no ocidente, dos produtos manufacturados, apresentando uma proposta interessante e fundamentada, e com a qual concordo: a distribuição de produtos alimentares e manufacturados no Ocidente faz-se através do porto de Cádiz.

Mais problemática é a tese que partilha com Carlos Fabião e Rui Morais, em que tenta explicar a presença numerosa de ânforas com origem no Guadalquivir (Halterm 70) no Algarve pelo abastecimento aos contingentes militares estacionados nas Astúrias e na Cantábria, na época republicana. A mesma situação teria tido lugar no reinado de Cláudio, sendo a conquista da Britânia o acontecimento

que proporcionava a divulgação no sul de Portugal dos produtos alimentares béticos, concretamente o vinho e o azeite.

Tive já a ocasião de explicar como esta proposta me parece desajustada para o Algarve. Com efeito, a importação de produtos alimentares béticos não é uma novidade na região, seguindo uma longa tradição que se inicia pelo menos no século V a.n.e. já então de forma muito expressiva. Se a tese parece válida para a fachada ocidental portuguesa, para a qual foi aliás construída, ela não explicará, muito pelo contrário, a situação das terras do sul, como também não justifica a de sítios da costa atlântica de Marrocos, como é por exemplo o caso de Lixus. Estou efectivamente convencida que o número de ânforas Haltern 70 em Castro Marim, Faro ou Monte Molião não seria diferente se acaso a conquista do Noroeste, primeiro, e da Britânia, depois não tivessem tido lugar.

A discussão que há longos anos tem lugar a propósito da produção dos preparados de peixe algarvios e dos respectivos envases encontra eco no trabalho de Catarina Viegas. A apresentação de novos dados permite voltar a discutir a questão agora alicerçada em elementos concretos.

Assim, verifica-se que, em termos absolutos, a presença de ânforas lusitanas nos três grandes centros de consumo do Algarve Oriental é praticamente irrelevante durante o Alto Império, estando mesmo ausentes de Faro e correspondendo a 6,6%, em Balsa e a 3%, em Castro Marim. Por outro lado, as ânforas béticas que transportaram preparados piscícolas são numerosas, sendo agora muito mais perceptível a forma como os produtos gaditanos estavam bem implantados nestes mercados. A desproporção que se verifica entre os preparados piscícolas lusitanos e béticos no Algarve foi muitas vezes explicada tendo em consideração um tipo de relações de cooperação entre as duas províncias, até porque sempre se assumiu como certo que a produção deste tipo de alimentos era, já no Alto Império, significativa. Assim, era difícil de entender o facto de a região continuar a importar, em larga escala, estes alimentos, pelo que se propôs que as ânforas béticas chegassem ao sul da Lusitânia vazias, para aí receberem preparados piscícolas lusitanos.

Contudo, a produção de salgas e de ânforas nesta época antiga do período romano poderá não ter tido a dimensão que lhe foi sempre atribuída. De facto, apenas na área mais oriental do Algarve, concretamente em São Bartolomeu de Castro Marim e Manta Rota está documentado o fabrico de ânforas de tipo Dressel 14, e, mesmo assim, de variantes relativamente tardias, estando ausentes as de morfologia inspirada nos modelos de Haltern 70, modelos esses que estão presentes nos fornos do vale do Sado.

Por outro lado, e ao contrário do que a autora refere, as unidades de transformação do peixe datáveis desta época não são abundantes nem na vertente ocidental nem mesmo na oriental. Assim, e como Catarina Viegas acaba tam-

bém por admitir, « a escassez dos produtos lusitanos pode, efectivamente, documentar um arranque tardio para a produção oleira algarvia » até porque, como a própria também constata, « a dificuldade de datação das fases de construção das unidades de transformação de preparados piscícolas algarvias, e, por consequência, do arranque da produção dos preparados piscícolas na costa algarvia [é grande]. Desconhecemos com precisão que critérios estiveram na base de muitas das cronologias propostas que têm apontado o séc. I como o início da produção.»

Assim, a presença significativa de produtos piscícolas béticos estaria explicada pelo seu escasso fabrico no sul da Lusitânia, que se destinaria, preferencialmente, a um consumo local e, em certas circunstâncias, mesmo de características domésticas. É o caso dos tanques escavados recentemente em Monte Molião, integrados em espaços domésticos, datados de época Flávia.

A situação modifica-se consideravelmente durante o Baixo Império. Em Faro e em Balsa, as ânforas lusitanas estão agora presentes com percentagens consideráveis, 38% e 35% respectivamente, ainda que as de origem bética existam ainda e sejam mesmo dominantes em Torre d'Ares. Estes dados estão de acordo com o que se conhece acerca da grande maioria das unidades de produção de preparados à base de peixe na região, que podem datar-se a partir do século III e atingem, pelo menos, os finais do século V. Estas unidades estão distribuídas ao longo de toda a costa algarvia, não parecendo existir centros produtivos de dimensão idêntica aos dos estuários do Sado e do Tejo. Com efeito, o modelo observado no litoral ocidental é, objectivamente, muito diverso do que se conhece para o Algarve. Em Tróia, o número de fábricas e sobretudo a sua concentração é notável e revela uma produção de tipo industrial. O mesmo poderá supor-se para Lisboa, onde a baixa pombalina concentrará, muito provavelmente, uma elevada quantidade de unidades produtivas, parecendo que para Setúbal poderá defender-se a mesma situação. Curiosamente, estas extensas áreas fabris não estão directamente associadas aos centros oleiros que forneceriam os envases necessários à contentorização dos preparados. Os referidos centros oleiros distribuem-se ao longo da margem esquerda do Sado e direita do Tejo e correspondem a verdadeiras olarias que se organizam em função das fábricas de preparados de peixe. No Algarve, pelo contrário, o modelo parece passar por pequenas unidades fabris, em estabelecimentos rurais de tipo *villae*, a que se associa, directamente, um forno de ânforas, mas também em outros tipos de aglomerados urbanos, nomeadamente cidades. No primeiro caso, cabe, indubitavelmente, a Quinta do Lago, como Catarina Viegas bem refere, e a Manta Rota poderá configurar uma situação idêntica, uma vez que em torno do forno e em áreas imediatamente anexas existem vestígios do que, muito provavelmente, terá sido uma *villa*, havendo notícias da existência de uma fábrica de

salga de peixe. A Quinta de Marim e a Quinta do Muro devem integra-se neste mesmo tipo de organização, bem como provavelmente ainda o Martinhal. Também em Lagos, há pelo menos duas unidades de produção de preparados de peixe, estando o fabrico de ânforas comprovado. Na cidade de Balsa, a transformação do pescado está atestada durante o Baixo Império, ainda que a produção de ânforas não seja certa.

Mas, em termos gerais, o modelo «uma *villa*, uma fábrica, um forno», naturalmente com muitas variantes, parece configurar uma situação totalmente distinta da verificada em outras regiões, concretamente as do Sado e do Tejo, onde existem sítios (como Tróia), ou áreas concretas dentro de sítios, destinados exclusivamente à produção de preparados de peixe. Este modelo estaria, certamente, adaptado a uma realidade específica que acaba por se reflectir na própria distribuição do produto. Se é verdade que o fabrico de ânforas desmente, de alguma forma, a proposta de Edmonson, o certo é que não me parece que este justifique exportações a longa distância, que, a terem existido, só poderão ter sido muito escassas. Os dados que existem sugerem que o consumo dos preparados de peixe algarvios foi praticado, quase exclusivamente, pelas populações locais, mas, como é evidente, não só nas *villae* e cidades onde eram fabricados. Certamente que os sítios rurais do Barrocal e mesmo da Serra seriam também o seu destino. Mas os dados de Balsa e Faro, concretamente os que se referem às ânforas de origem gaditana (47% e 30%), permitem admitir que a produção na região foi, ainda nesta época, de pequena escala, ou pelo menos não atingiu um volume que sustentasse a procura. Será esta a justificação para a ainda significativa presença de ânforas gaditanas em sítios como Faro e Balsa? Ou, como propões Catarina Viegas, essa presença reflecte a « diversidade de produtos derivados do peixe [o que] poderá ter determinado algum tipo de especialização regional, sendo deste modo a área gaditana responsável por um conjunto de produtos específicos que não seriam produzidos localmente, e daí a sua importação.»?

Muito mais se poderia comentar a propósito deste trabalho de Catarina Viegas, que, uma vez mais, deu provas da sua capacidade para gerir, tratar e estudar grandes conjuntos de materiais e dar-lhes sentido. Mas, limito-me agora a insistir no facto de este trabalho evidenciar que só o estudo exaustivo e minucioso de espólios torna possível avançar para a explicação de fenómenos de carácter económico, social e político.

A informação agora aduzida para o Algarve é utilíssima, e permitiu à autora discutir questões que há muito dominam o debate científico com um outro enquadramento e num âmbito que extravasa em muito o espaço que foi alvo de investigação mais aprofundada.

## Comentário de Carlos Fabião\*

Pede-me a direcção de *OAP* um comentário ao artigo de Catarina Viegas sobre os ritmos de povoamento e economia do Algarve romano: entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Com gosto o faço pois considero que o mesmo constitui um marco na investigação arqueológica portuguesa ou, melhor dizendo, um segundo marco já que resulta do anterior trabalho de Dissertação de Doutoramento em Arqueologia que a autora realizou e que se espera possa ser brevemente publicado – entretanto, encontra-se disponível no repositório bibliográfico da FLUL, embora possa não ser fácil de encontrar (Viegas, 2009). Pela primeira vez se ensaia em Portugal uma leitura abrangente da dinâmica económica de uma vasta região durante o período romano e Antiguidade Tardia e pena é que a autora não adopte resolutamente este conceito, consagrado por Peter Brown, que lhe permitiria substituir com vantagens os de «Baixo Império» e período «pós-romano», de contornos bem mais discutíveis, que recorrentemente usa. A abordagem faz-se deliberadamente a partir do registo arqueológico e efectivamente centrada nesse mesmo registo, ainda que sem esquecer outra informação pertinente. Não menos importante é o facto de estabelecer um critério sólido de quantificação das cerâmicas. A partir do estudo de Catarina Viegas passamos a saber o que de facto vale o registo de cada um destes sítios, possibilitando a real comparação entre os mesmos.

Naturalmente, este primeiro ensaio enfrenta um problema que poderemos considerar universal do registo arqueológico e que é o do significado real de cada amostra tratada ou, melhor dizendo, da sua representatividade face ao universo global das importações cerâmicas no período em estudo. Os sítios escolhidos são locais complexos com ampla diacronia de utilização nem sempre fácil de avaliar. Por exemplo, no caso de Castro Marim, com forte probabilidade a *Baesusuris* conhecida por diversas referências literárias e numismáticas, resulta evidente que a amostra tratada não pode espelhar minimamente a história da ocupação do sítio. Há boa informação para um período muito concreto da sua ocupação, mas seguramente falta o registo dos primeiros contactos com Roma, que deverão ter sido bem precoces, como falta todo o restante registo que coloca o local como uma relevante referência no Itinerário de Antonino. A autora fornece boas explicações para o facto, sugerindo, na esteira dos trabalhos já realizados, que a chave para essa primeira fase da presença romana se poderá situar no serro do forte de S. Sebastião e que a ocupação mais tardia poderá ter «deslizado» desde o serro do castelo para a zona da actual povoação, mas tal não invalida que fique por conhecer a real dinâmica da ocupação local desde a época Júlio-cláudia. De igual modo, poderemos interrogar-nos, como muito bem faz a autora, sobre a repre-

\* Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Faculdade de Letras. E-mail: cfabiao@fl.ul.pt

sentatividade da informação disponível para *Ossonoba*, porque as cidades antigas faziam a sua própria gestão de resíduos, confinando os vestígios descartados a lugares próprios onde não perturbassem o quotidiano dos vivos.

No tratamento da antiga geografia do território em análise, creio que a autora poderia ser mais assertiva na inclusão da sua região de estudo na Turdetânia de Estrabão, uma vez que no ponto que cita da *Geografia* do autor grego (III.2.5.) limita-se a enunciar algumas cidades, Asta, Nabrisa, Onoba, Osonoba, Menobra, acrescentando e muitas outras (III.2.5.). Também não me parece correcto falar, para a época Romana Republicana de importações da *Ulterior*, visto que o território em estudo pertencia efectivamente a essa *província*, melhor seria utilizar as designações geográficas modernas, como baía de Cádiz, vale do Guadalquivir, etc.

Uma outra questão prende-se com a leitura da geografia política do actual Algarve na Antiguidade. O registo arqueológico é sumamente interessante, mas não parece aceitável que se queira com esta informação responder a questões que se não podem elucidar deste modo. Por exemplo, não são os vestígios arqueológicos relevantes ou a presença de moedas em Castro Marim que esclarecem e elucidam sobre a localização de *Baesuris*. Essa verosímil localização resulta exclusivamente da leitura das fontes geográficas ou de eventual epigrafia encontrada e o mesmo se poderá dizer para os estatutos jurídicos dos diferentes núcleos urbanos antigos algarvios. Não é certamente pelo volume de importações que se poderá aferir uma mudança do estatuto jurídico de uma cidade e resulta obviamente contraditório afirmar que o achado de moedas de *Baesuris* em C. Marim confirma a localização da mesma e que só epígrafes poderão esclarecer sobre a correcta localização de *Ipses*. A referência a uma *Ipsa* na *Divisio Wambae* constitui um elemento a considerar, como bem sublinhou H. Catarino (Catarino, 2001), apesar da distinta localização proposta por Almeida Fernandes. Também me parece que o mais forte candidato à localização do *Portus Hannibalis* de Mela seria o próprio sítio da Vila Velha, Alvor, como propôs André de Resende, uma designação que não é incompatível com a existência do topónimo indígena *Ipses*. Ainda nos tempos do Humanista eborense eram bem visíveis os vestígios das ocupações antigas do local, provavelmente resultantes das últimas fases da utilização do sítio, já de época islâmica: «*Subsistem por todo o lado muros, desde as fundações até à meia altura de alvenaria e daí para cima de taipa como a construção púnica. Todo o alto desse terreno plano, cheio de entulho, paredes, pedaços de cerâmica e telhas, tem á vista ruínas de edifícios. Porque ele entretanto desapareceu devido à sua muita antiguidade, construíram os nossos antepassados Alvor, ali perto, na orla interior do estuário.*» (Resende, 1593, p. 186-189, na tradução de Rosado Fernandes).

O aglomerado de *Cilipes* ou *Cilpes* deverá associar-se mais a um sítio como o Serro da Rocha Branca do que propriamente a Silves, onde nada se encontrou até hoje que remonte a período tão antigo e, neste caso, pode dizer-se que a ausência

de evidência tem algum valor, pelos extensos trabalhos arqueológicos até hoje realizados na área urbana de Silves. A favor da Rocha Branca poderão invocar-se os seguintes argumentos: foi num lugar não especificado dos arredores de Silves que Estácio da Veiga recolheu, no século XIX, moedas com a legenda *Cilpes* (esse lugar poderia bem ser a Rocha Branca, ainda que o argumento da presença de numismas valha o que vale, como atrás se referiu); foi objecto de escavações, por Caetano de Mello Beirão, Mário e Rosa Varela Gomes, antes de, lamentavelmente, ser extensamente destruído, mas as intervenções permitiram identificar uma extensa ocupação humana, remontando aos inícios do I Milénio a.C. e prolongando-se até época tardo-romana (Gomes; Gomes, Beirão, 1986). Junto à margem do rio Arade, em situação francamente interior, mas ainda assim alcançável pela navegação a partir do mar, correspondia a uma estratégia de implantação perfeitamente compatível com a dos aglomerados turdetanos que Estrabão descreve, a longevidade da sua ocupação constitui um aspecto não despidendo.

Mas o problema da geografia política do Algarve romano poderá de facto ser bem mais complexo. Envolve as interrogações suscitadas pela dinâmica do povoamento na foz do rio de Lagos, com o Monte Molião e a própria área urbana de Lagos a suscitar interessantes questões, que no futuro seria bom aprofundar, não só por existir um importante programa de trabalhos em curso no Molião (Arruda, 2007), mas também por haver um crescente volume de informação para a área urbana de Lagos (para não sobrecarregar em citações este breve comentário recomenda-se a consulta dos volumes de revista *Xelb* onde se publicam as actas dos colóquios anuais dedicados à arqueologia do Algarve, uma iniciativa que nunca será demais louvar).

Assim como não parece um caminho frutuoso tentar fazer o registo arqueológico confirmar aquilo que de todo não pode fazer, parece-me interessante partir do registo arqueológico para questionar velhas certezas, estribadas numa história que se escreveu sobretudo com recurso à literatura antiga. Independentemente do que nos transmite Mela, os Itinerários ou outros autores que até nós chegaram de modo mais fragmentário, deve valorizar-se o registo arqueológico na leitura das realidades antigas. O caso da Quinta de Marim é neste domínio particularmente interessante e merecedor de atenção, muito para além do debate em torno da sua eventual identificação com a *statio sacra*, porque não há qualquer dúvida de que apresenta uma extensão, complexidade, monumentalidade e profusão de hábito epigráfico assinaláveis. A ideia de que o local só ganhou relevo em época bizantina esbarra com a cronologia dos edifícios monumentais ou com a dinâmica de utilização das unidades de preparados de peixe ali existentes (Silva, Soares e Coelho-Soares, 1992). De igual modo, merece particular atenção a zona arqueológica de Loulé Velho, com uma complexidade e dinâmica de ocupação a sugerir uma relevância nada desprezível (Luzia, 2004). Neste caso, a investigação arqueológica esbarrará

sempre com o problema da peculiar dinâmica litoral da zona que seguramente destruiu boa parte do primitivo aglomerado (Simplício e Barros, 1999-2000).

A investigação de Catarina Viegas devia também levá-la a uma atitude mais assertiva. Por exemplo, o abandono de *Balsa* na sequência dos supostos ataques suevos sugerida por V. Mantas é explicitamente negada pela evidência arqueológica que apresenta neste e em outros estudos, pelo que não ficaria mal afirmá-lo explicitamente.

Abandonando as questões de geografia política, que constituem somente um aspecto marginal da investigação de Catarina Viegas, lancemos um olhar ao que de mais substantivo o seu estudo traz.

Começando por Castro Marim, como já se disse, a análise esbarra com a inexistência de dados sobre os mais antigos vestígios da ocupação romana. Não temos grande dúvida de que o baixo Guadiana desempenhou um papel fundamental na penetração romana e o registo arqueológico de Mértola, no tocante às cerâmicas do tipo campaniense e de Mata-Filhos, no mesmo concelho, com o seu impressionante registo de ânforas greco-italicas, greco-italicas de transição e Dressel 1, de proveniência itálica, claramente nos dizem que algo falta na zona da foz do Guadiana para entender essa dinâmica de penetração que não poderia ter seguido outra via. O mesmo se poderá dizer, por exemplo, do registo de cerâmica campaniense ou das ânforas romanas de Mesas do Castelinho, em Almodôvar (Alves, 2010; Parreira, 2009), mesmo se neste último local se possa colocar a questão de saber se as importações itálicas ali chegam pelo Guadiana ou, por exemplo, a partir de *Ossonoba* através da serra algarvia (Fabião; Guerra, 2010). As tão expressivas presenças de cerâmica campaniense num sítio interior como Mesas do Castelinho dá-nos bem a dimensão do quanto faltará apurar nos sítios do litoral, necessariamente os lugares de recepção e posterior redistribuição destes artigos exóticos para o interior. A este propósito e porque parece haver alguma perplexidade em torno do tema, deve esclarecer-se que o carácter subsidiário do transporte das cerâmicas finas não tem necessariamente a expressão quantitativa que a autora parece sugerir. Tome-se o exemplo do naufrágio de Grand Congloué 1 (ou A), que transportava 400 ânforas greco-italicas e 7000 recipientes de Campaniense A (Long, 1987). Parece-me também que seria mais natural citar a reavaliação do sítio feita por L. Long ou mesmo a breve síntese de A. Parker, do que o trabalho de F. Benoit, manifestamente equivocado e sobretudo ultrapassado pela revisão de Long.

Ao longo do texto, frequentemente, Catarina Viegas enfatiza a suposta dependência do Algarve relativamente a Cádiz, presumido como o principal centro redistribuidor de artigos exóticos. Contudo, quando se olha para o panorama das marcas de TS Itálica que, como bem sublinha a autora tem um perfil singular, com mais registos documentados na Tarraconense do que propriamente no ocidente, esta ideia não deixa de causar alguma perplexidade. Neste domínio,



independentemente de ser interessante a comparação com *Olisipo*, em busca das ligações atlânticas da área em estudo, diria que mais interessante seria olhar em outras direcções, para aferir o padrão de importações. Penso concretamente em locais como os chamados *castella* do baixo Alentejo, escavados por Manuel Maia (Maia, 1987), no estabelecimento militar do Castelo da Lousa, Mourão (Alarcão; Carvalho; Gonçalves, 2010) ou nesse peculiar sítio que é o Castelo das Guerras, nas imediações de Santo Aleixo da Restauração, Moura (Caeiro, 1976-1977), que forneceu um impressionante conjunto de marcas itálicas, sempre acrescentado em cada nova visita ao local, ou mesmo no conjunto de Represas, Beja (Lopes, 1994), tudo sítios que seriam seguramente abastecidos a partir do Algarve e onde se poderão encontrar os matizes interessantes do padrão de importação algarvio. Em outro plano, seria interessante comparar todo este padrão algarvio/alentejano de importação de cerâmicas finas com o do baixo Tejo, *Olisipo* e *Scallabis*, este último, criteriosamente estudado por Catarina Viegas, para tentar perceber qual poderia ter sido o principal eixo de abastecimento a *Augusta Emerita*, se o Guadiana e sua rede terrestre de circulação, se esse outro importante eixo, de orientação Oeste-Este, partindo do baixo Tejo. Naturalmente, esta pergunta constitui mera sugestão para futuros trabalhos, não sendo propriamente uma crítica ao estudo aqui apresentado. Ainda neste domínio, e uma vez que se relaciona Castro Marim com o escoamento dos produtos da mineração do ocidente peninsular, seria interessante considerar não só a TS itálica de Aljustrel, mas alongar o olhar até outros territórios vizinhos, como a área mineira de Rio Tinto, Huelva, particularmente ao sítio do Cerro del Moro, com o seu impressionante registo de TS itálica associada somente a ânforas de produção peninsular (Pérez Macias; Delgado Domínguez, 2007), um registo não muito diferente do documentado nos chamados *castella* do Baixo Alentejo, e em muitos aspectos semelhante aos contextos estudados de Castro Marim.

No que diz respeito às restantes categorias de cerâmica fina, compreende-se a relevância atribuída a *Conimbriga* ou ao sítio de S. Cucufate, Vidigueira, por constituírem importantes referências da investigação portuguesa, mas creio que seria pertinente conceder maior atenção a Represas, Beja (Lopes, 1994), por ser local certamente abastecido a partir do Algarve. Como maior atenção deveria ser concedida ao estudo de F. Teichner, sobretudo, por apresentar extensa publicação de conjuntos de materiais locais e importados (Teichner, 2008).

Nos horizontes tardios, é importante a valorização da dispersão de Sigillata luzente, DSP e foceense em território algarvio que, creio não dever ser menosprezada. É um facto que não existe uma grande quantidade de exemplares registados, mas não menos certo é que muitos dos locais onde se documenta nunca foram objecto de escavações sistemáticas e não deixa de ser relevante a sua ampla distribuição, tanto nos centros urbanos como em lugares secundários de âmbito rural.

No tocante às Sigillatas africanas, o estudo de Catarina Viegas é especialmente interessante, sublinhando, por exemplo, a longa continuidade de importação da Clara D. Infelizmente, não há informação estratigráfica que permita contrastar a hipótese de P. Reynolds de se ter verificado uma retoma na importação destes artigos, nos finais do séc. v / inícios do vi (Reynolds, 2005, p. 425-6). A observação é pertinente porque vai a par com o aparecimento das Sigillatas foceenses e ânforas orientais, parecendo documentar um incremento das relações comerciais na bacia do Mediterrâneo neste período, após alguma perturbação registada nos inícios do séc. v. Será uma questão a tentar averiguar no futuro.

Em termos gerais, apetece esperar que uma análise análoga à que agora se apresenta se estenda ao restante território algarvio e a autora já produziu relevantes estudos nesse sentido. Seria igualmente interessante equacionar de um modo mais sistemático as mais amplas relações do território em apreço. Por exemplo, averiguar as interações com a *Mautitania Tingitana*, uma região próxima e usualmente pouco considerada. Creio que é bem possível que muitas das ânforas que habitualmente se atribuem à *Baetica* costeira sejam de facto produções da Tingitânia. O prosseguimento das averiguações da inserção do Algarve nas rotas atlânticas constitui elemento importante que, no entanto, não deverá fazer esquecer a sua relevância na redistribuição de artigos importados para as regiões do interior alentejano, quer pelo vale do Guadiana quer por outros caminhos que cruzem a serra algarvia.

Enfim, o conjunto de comentários que aqui se fazem, suscitados pelo estudo de Catarina Viegas, sublinha bem a relevância do mesmo. A qualidade, extensão e profundidade do presente trabalho permite estabelecer um mais sofisticado nível de discussão dos dados e abre múltiplas vias de investigação que desejavelmente poderão ser percorridas no futuro. Resta esperar (e desejar) que a autora se envolva nelas com a mesma argúcia e competência agora demonstrada.

### Comentário de Enrique García Vargas\*

Considero que el trabajo de Catarina Viegas que se me envía para que realice un informe constituye una aportación importante al conocimiento de la economía romana no sólo del Algarve, espacio geográfico al que presta atención fundamental, sino también de todo el Sur peninsular. Los datos, en gran parte inéditos, que se proporcionan resultan muy coherentes con lo que vamos sabiendo acerca de la evolución urbana y del ritmo de las importaciones cerámicas en el vecino litoral de la Bética y también en las áreas de interior recorridas por el Guadalquivir, por

\* Universidad de Sevilla. E-mail: egarcia@us.es

lo que sin duda su publicación será fundamental, no sólo para el conocimiento arqueológico del Algarve romano, sino también para la comprensión integrada, a escala interprovincial, de los fenómenos de romanización, crisis y reestructuración que resultan comunes a la investigación de la Arqueología romana del Algarve y de la Andalucía occidental.

Sin duda, los datos hablan por sí mismos, pero seguramente no serían tan elocuentes sin la metodología de trabajo que la Dra. Viegas ha utilizado tanto en su análisis como en su exposición. El trabajo comienza con una exhaustiva recopilación de los datos proporcionados por las fuentes literarias, numismáticas y epigráficas que nos permite acercarnos a la realidad geográfica del Algarve romano y al estado actual de la investigación acerca de los núcleos urbanos antiguos e la costa sur del Portugal actual, de sus territorios y de sus vías de comunicación, incluido el río Guadiana. Estamos de acuerdo, por lo demás, con la propuesta de localización de las ciudades de *Baesuri*, *Balsa* y *Ossonoba* que parece ser la que más amplio consenso concita entre los investigadores hoy por hoy, aunque tenemos algunas dudas acerca de la datación propuesta recientemente, a partir de los trabajos de Faria, para las emisiones de la ceca de *Baesuri*.

Parece adecuada y suficiente, igualmente, la evidencia material (especialmente cerámica) que constituye el núcleo del trabajo y que procede de excavaciones e intervenciones diversas en Faro, Quinta de Torres de Ares y Castro Marim. Si bien no siempre se trata de materiales con una procedencia estratigráfica clara, pensamos que la posibilidad de otorgar fechas a muchas de las producciones en estudio a partir de sí mismas supone una ventaja que, sin eliminar totalmente los graves inconvenientes de la falta de estudio estratigráfico, allí donde falta, los amortigua considerablemente.

Tampoco las limitaciones metodológicas intrínsecas a cualquier estudio cerámico y que son señaladas de forma breve y pertinente por la autora en el punto 2.2. del trabajo, parecen motivo suficiente para dudar de la pertinencia de las conclusiones. Tal vez las diferencias de grado de investigación entre los antiguos lugares urbanos en estudio sí pueda hacer surgir alguna duda acerca de la «comparabilidad» entre los repertorios, pero el desarrollo del trabajo deja claro que, incluso sin que todas las fases cronológicas estén representadas en todos los lugares, el estudio comparativo no sólo es posible, sino que además resulta fundamental. Y esto es mérito de la metodología y del conocimiento de la Dra. Viegas cuyas atribuciones tipológicas y cuyas apreciaciones crono-tipológicas son impecables.

Comparto las conclusiones acerca de la importancia de la conexión de las ciudades del algarve, especialmente *Baesuri*, con el puerto de Cádiz incluso después del control del territorio por parte de Roma, al respecto de lo cual echo en falta una cita al trabajo que la Dra. Chaves Tristán y yo mismo realizamos en 1993 en las I Jornadas de Arqueología en el entorno del Guadiana (Huelva), titulado

«Gadir y el comercio atlántico a través de las cecas romanas del a Ulterior» que fue dónde se planteó esta cuestión por primera vez.

Pasando al estudio de las producciones cerámicas particulares, éste me parece, en general, particularmente acertado, en particular en lo que hace al aparato interpretativo, cuyas conclusiones son de importancia para el conjunto del sur peninsular. Las conclusiones sobre los ritmos y los mecanismos comerciales de importación de vajillas de mesa coinciden con los planteamientos que en la actualidad nos hacemos los investigadores que trabajamos en el área SO de la actual Andalucía. Especialmente importante, me parecen los datos acerca de la presencia de las diferentes clases de cerámicas de barniz negro en cada momento, así como los que se ofrecen sobre las sigillatas orientales (Eastern Sigillata A), la TSI y las cerámicas de «tipo Peñaflor», pues la facies que se documenta en Ossonoba y Castro Marim, p. e., parece de nuevo bastante ajustada a las informaciones que poseemos (muchas aún inéditas) en ciudades de la Ulterior-Bética como Hispalis o Italica. Tengo, sin embargo, algunas dudas acerca de la denominación «Sigillata Hispánica tipo Peñaflor», porque entre los repertorios documentados en la Bética de cerámicas del tipo Peñaflor se documentan imitaciones de otras clases cerámicas como las denominadas de «Barniz Rojo Pompeyano» y otras singulares.

Creo que las cerámicas de «tipo Peñaflor» no constituyen un repertorio peculiar de sigillatas hispánicas, sino quizás una serie que deba ser considerada aparte de las «verdaderas» sigillatas. Tal vez una denominación del tipo «Barniz Rojo de Tradición Hispana» propuesta por Bustamante y Huguet o de repertorios de Imitación de Barniz Rojo», propuesta por Vázquez Paz y García Fernández» deban ser tenida en cuenta. Pero esta es una cuestión relativamente secundaria, dado el carácter inicial del estudio de estas producciones y su aún escasa fijación terminológica. En cuanto a su cronología, los datos estratigráficos con que contamos en Bética confirman su aparición en época augustea final y su perduración en el tiempo hasta momentos muy avanzados, puesto que se documentan imitaciones de vajillas de mesa africanas con barnices del tipo Peñaflor.

El análisis de las sigillatas galas (TSG) es excepcional, tanto en lo que hace a las formas, como a las decoraciones y marcas. Esto permite a la autora proponer una serie de líneas evolutivas en el ritmo y la composición de los conjuntos de TSG cuyas características generales son, en lo referido a los desarrollos tipo-cronológicos y comerciales, muy similares a los que conocemos en Hispalis y otras ciudades del valle Bético. Igualmente significativo al respecto de las similitudes en la composición de las importaciones de vajillas finas entre el Algarve y el Bajo Guadalquivir es la escasa proporción y tardía recepción de las sigillatas hispánicas (TSH), dominadas por las importaciones de Andujar, siempre minoritarias con respecto a las gálicas y cuya presencia es sincrónica con la recepción de las primeras importaciones africanas. Esta es una realidad que sugiere un com-

portamiento de la producción y el abastecimiento de sigillatas hispánicas durante la segunda mitad del siglo I d. C. realmente diferente al supuesto hasta ahora. El trabajo de la Dra. Viegas es, por tanto, importante también a este respecto, puesto que abre vías de investigación y de interpretación para este fenómeno sobre la base de los contextos del litoral hispano situado más allá del Guadiana. Lo mismo puede decirse acerca de la composición de los repertorios de vajilla africana, de sigillata focense, de la «lucente» y de DSP, cuyo estudio en este trabajo es una aportación importante y necesaria para el estudio en la Hispania meridional de estas clases cerámicas minoritarias, entre las que, sin embargo, se echa en falta la presencia de Sigillata Hispánica Tardía Meridional (TSHTM), relativamente frecuentes en la Bética.

El análisis de las ánforas republicanas e imperiales parece igualmente ajustado a lo que sabemos para las áreas costeras hispanas, con presencia de todos los tipos cuyo tráfico constituyó la base del comercio de productos alimenticios en el extremo Occidente y con la presencia también de los tipos minoritarios habituales, (adriáticos, tripolitanos o béticos minoritarios). Detecto algunas diferencias sustanciales con los contextos del valle del Guadalquivir que trabajo habitualmente y que sin duda obedecen a peculiaridades perfectamente explicables en los contextos comerciales regionales. Así, la presencia de material gaditano es mayor en la costa y, la de ánforas itálicas es mayor en el interior incluso en la segunda mitad del siglo I a. C. Otros fenómenos son comunes y nos parecen especialmente interesantes, como la presencia constante de ánforas adriáticas en el siglo I a. C., aspecto éste que la Dra. Viegas constata con especial incidencia en Baesuri.

Tal vez fuera necesario reforzar con algunas ilustraciones específicas las afirmaciones que se hacen con respecto a las ánforas en el último párrafo de la pág. 38. La atribución a las marismas (pág. 34) párrafo central de un ánfora C2b tal vez deba ser revisada con referencia a la costa mediterránea andaluza (Málaga), cuyas pastas cerámicas recuerdan a las del Guadalquivir en algunos aspectos. Igualmente, en la pág. 35 se hace referencia a un ánfora Ovoide 2 que tal vez sea una Ovoide 4, aunque falta la ilustración.

La valoración de los conjuntos anfóricos tardoantiguos parecen igualmente acertada, así como la constatación de fenómenos importantes para la comprensión del carácter del comercio tardío. Me refiero especialmente al hecho de que no exista una correspondencia clara entre el volumen de importación de ánforas africanas y de ARW, un fenómeno recurrente en otros contextos peninsulares y que puede deberse tanto a un comercio de redistribución a partir de puertos primarios, como apunta la autora, como a la presencia de otras mercancías africanas, como el trigo, que no han dejado traza arqueológica. También me refiero al hecho de que, a pesar del incremento considerable del volumen relativo del comercio africano a partir del siglo III, las conexiones comerciales con las provincias veci-

nas (especialmente Bética) siguen dominando la economía. El caso, una vez más, tiene su reflejo en el Bajo Guadalquivir, donde ciudades como Hispalis tienen un porcentaje muy elevado de importaciones lusitanas tardías, siempre muy superior al documentado para las importaciones africanas y orientales, si bien se trata en el caso de Sevilla mayoritariamente de producciones del Tajo-Sado. El carácter «intrapeninsular» de estas relaciones de intercambio, nos parece, fundamental para la comprensión del carácter del comercio antiguo en la Península y por eso la enfatizamos.

El estudio de las producciones anfóricas y su problemática económica relacionada justifica la presencia de un apartado dedicado a la economía pesquera y agrícola algarvía. Este punto constituye una síntesis interesante del estado del conocimiento sobre la economía productiva en la región para la época romana y sin embargo, me parece la menos convincente y redonda del trabajo. Tal vez sea porque la discusión acerca de aspectos problemáticos como la presencia mayoritaria de ánforas salsarias béticas en la región, a pesar de que la costa del Algarve es desde mitad del siglo I d. C. al menos ella misma productora de salazones, cuenta aún con pocos elementos de juicio para poder solucionarse satisfactoriamente, de modo que las aportaciones y conclusiones de la autora al respecto, como los de otros investigadores, no pueden comprobarse por el momento sobre bases empíricas materiales.

Muy interesante es la síntesis final acerca de la dinámica poblacional y económica del Algarve en función de los datos aportados en los apartados anteriores. Se plantean una serie de fenómenos históricos cuya caracterización en términos arqueológicos está muy lograda, a pesar de que hay una serie de afirmaciones con las que no puedo estar totalmente de acuerdo, o al menos no puedo afirmar de forma tan contundente, como la caracterización de Ossonoba como municipio, a pesar de que Plinio, atento siempre al estatus de las poblaciones que nombra, le denomina simplemente *oppidum*. No quiero decir que no lo sea, sino que no puede darse como seguro, lo que parece ser el caso en algún párrafo. Otros aspectos, como el final de la ocupación de Baesuri creo que se explican mejor por el fin de la economía minera que por el cierre de la navegación del estuario, que es la solución por la que la autora parece inclinarse cuando ha venido enfatizando la importancia de Baesuri en la gestión del tráfico de minerales. Tal vez la falta de epigrafía en la ciudad sea debida menos a la fecha relativamente temprana de su desaparición como núcleo habitado y más a alguna particularidad de los cotos mineros de la región suroccidental peninsular, porque el panorama es muy similar en toda la franja pirítica de Huelva y en la Sierra Norte de Sevilla, incluso en núcleos como Laelia, Ituci o la propia Huelva con una larga perduración urbana.

En este último apartado se producen, además, una serie de repeticiones, que tal vez se puedan corregir, con respecto a las explicaciones que se habían dado en

el apartado anterior intentando explicar la enorme presencia de ánforas béticas y la relativa escasez de producciones algarvias altoimperiales. Por lo demás, las conclusiones que se desarrollan en el apartado, son perfectamente asumibles en el estado actual de la investigación y son extremadamente útiles para la comprensión de la dinámica histórica del Algarve y sus conexiones comerciales.

La bibliografía es, desde luego, adecuada, hallándose convenientemente actualizada y recogiendo las obras fundamentales en uso en la investigación general o regional acerca de la temática que trata el trabajo.

### Comentário de João Pedro Bernardes\*

O estudo de Catarina Viegas tem o grande mérito de estudar conjuntos cerâmicos há muito depositadas em museus para, a partir de informação daí obtida, traçar um quadro económico e evolutivo do Algarve romano. Um trabalho desta natureza não é fácil, pois, como a autora chama a atenção, além da dificuldade em «decifrar» a correspondência entre o registo arqueológico e as anotações nos materiais resgatados, a informação tratada é muito desigual. Acresce que, frequentemente, se desconhece o contexto funcional de onde toda essa informação é proveniente. Mas, numa altura em que nos museus e em outros depósitos de materiais arqueológicos se acumulam vastíssimos conjuntos com enorme potencial informativo, não pode deixar de se valorizar o estudo destas colecções. É claro que, em condições ideais, a análise de materiais de escavações antigas conjugada com elementos decorrentes de investigações recentes focadas em observar as suas relações estratigráficas e contextuais, traria outra comodidade e segurança ao estudo. Não será, porém, este o principal problema que poderá levar a matizar os resultados dos três núcleos urbanos estudados. Tratando-se de sítios arqueológicos extremamente vastos – cuja distribuição funcional e topográfica nas diferentes áreas na malha urbana é mal conhecida ou mesmo desconhecida – a amostra analisada cinge-se a materiais oriundos de sondagens que cobrem diminutas áreas do espaço ocupado, cuja representatividade pode ser sempre questionada. Outros problemas, particularmente pertinentes para os resultados obtidos a partir do estudo das ânforas enquanto indicadores de importação e consumo de alimentos, prendem-se com a própria fragilidade destes estudos – como a possibilidade de muitos produtos alimentares poderem ser transportados em outros envases que não os de cerâmica – ou ainda com especificidades regionais, como as que decorrem da possibilidade de contentores anfóricos vazios terem sido importados para envasar produções locais. Apesar destes problemas, de que Catarina Viegas está

\* Universidade do Algarve. E-mail: jbernar@ualg.pt

bem consciente, obrigarem a matizar os resultados, este estudo constitui um significativo avanço no conhecimento da ocupação romana do Algarve, na medida em que fornece um primeiro quadro das suas dinâmicas económicas desde o século II a.C. ao século VI.

Como a própria autora reconhece, o quadro traçado é necessariamente provisório e incompleto, ainda que os elementos amostrados se articulem com outros estudos e tipos de fontes. Os problemas e as informações (aparentemente) contraditórias que os dados levantam, só relevam a necessidade de aprofundar estudos alinhados com este tipo de abordagens, não só em novas áreas arqueológicas dos centros urbanos analisados, como também no mundo rural envolvente.

Esses problemas decorrentes da desigualdade da informação revelam-se desde logo com o estudo das cerâmicas do tipo campaniense. Contrariamente ao conjunto de *Balsa*, as campanienses de *Baesuri* e *Ossonoba* são provenientes das colinas que lhes serviram de núcleo genético. A (quase) ausência deste tipo cerâmico em *Balsa*, poderá, assim, meramente justificar-se pela natureza da amostra, que é proveniente de uma área industrial e habitacional da época imperial. Só com a investigação da colina onde hoje estão as casas da Quinta de Torre d'Aires é que se poderia saber se o panorama do consumo de campaniense detectado nas outras cidades não se repete igualmente em *Balsa*, ao mesmo tempo que permitira resolver de uma vez o já velho problema de saber se o povoado romano resulta ou não de uma transposição, do núcleo populacional e do topónimo, da área da actual cidade de Tavira para ali. Se para *Ossonoba* considerássemos apenas o conjunto cerâmico do mosaico do Oceano, localizado fora da colina genética, também não encontraríamos aí qualquer fragmento de campaniense e, da análise dos materiais, resultaria um espectro de ocupação para a cidade a partir de meados do século I até inícios do século V e não o quadro cronológico muito mais vasto que se apresenta.

Com as devidas reservas que a natureza das amostras estudadas impõe, a presença significativa das cerâmicas itálicas (sobretudo campanienses e ânforas) em Faro, tal como em Mértola, no século II a.C., parece indiciar a importância desempenhada por estes núcleos urbanos nos inícios da ocupação romana no sul do actual território português. Mais difícil é explicar o predomínio esmagador das campanienses do círculo da B em Castro Marim, ainda que o mesmo se possa relacionar, como é sugerido, com a importância do controlo da navegação no Guadiana a partir de meados do séc. I a.C. e que levará à implantação nas suas margens de alguns *Castella* como o do Castelinho dos Mouros (Montinho das Laranjeiras).

Não deixa ainda de ser significativa a maior concentração das marcas de oleiro em *terra sigillata* de tipo itálico do grupo dos «cornelianos» no curso do Guadiana até Mértola, fazendo lembrar a velha rota já descrita por Avieno entre este rio e a região de Lisboa, onde aquele grupo está fortemente representado.



Do conjunto de problemas interessantíssimos que a investigação de Catarina Viegas levanta, o que assume maior destaque será o que se relaciona com a origem das ânforas, sobretudo as destinadas a preparados piscícolas. A par da escassez de produtos lusitanos, regista-se, no Alto Império, uma esmagadora presença de contentores béticos, que se mantém ainda muito expressiva nos séculos seguintes. A autora, baseada em outros estudos, vai adiantando várias hipóteses explicativas para este fenómeno, ainda que nem sempre as perfilhe. Essas hipóteses podem resumir-se nos seguintes itens: 1) as ânforas béticas teriam chegado vazias ao Algarve; 2) teriam chegado com sal sendo aqui envasadas com a produção local; 3) o transporte dos preparados de peixe teria sido feito em ânforas lusitanas até Cádiz onde se daria o transvase para ânforas de produção gaditana mais resistentes; 4) as ânforas béticas nas cidades algarvias testemunham uma importação de preparados piscícolas daquela região com características diferentes dos produtos algarvios que se destinariam a satisfazer gostos de consumo de carácter sumptuário das elites locais. É para esta última explicação que a autora se inclina mais.

A importação de contentores com sal béticos onde seriam reutilizados para o envase de produtos locais é uma hipótese avançada por R. Étienne e F. Mayet (2006, p. 334) para a Mauritânia Tingitana. Não me parece, todavia, que esta hipótese se ajuste a uma região que possui condições excepcionais à produção de sal marinho, como o Algarve, que, historicamente, sempre foi exportador deste produto; tanto mais que as principais *officinae* de preparados de peixe algarvias se situam junto a antigos estuários (como os da Boca do Rio ou Lagos) ou junto aos esteiros da ria formosa, zonas propícias e com tradição de implantação de salinas.

O transporte em ânforas lusitanas até portos béticos onde o conteúdo seria tranvasado para contentores locais mais resistentes, sugestão igualmente de R. Étienne e F. Mayet (2006, p. 335), também não parece fazer muito sentido, como, aliás, C. Viegas demonstra; para além de não se encontrarem as ânforas lusitanas descartadas em sítios gaditanos, tecnicamente a solução seria ainda muito pouco expedita.

A hipótese da importação de preparados piscícolas de natureza diferente da Bética também não me parece de aceitar. Quando muito poderia explicar uma presença significativa de ânforas béticas na região algarvia, mas não a sua esmagadora presença a par de uma (quase) ausência de ânforas lusitanas no Alto Império, bem como a sua relativa baixa representatividade nos séculos seguintes. Com efeito, as percentagens de contentores piscícolas béticos nos núcleos urbanos estudados são tão elevadas, que a importação de preparados, se não raros pelo menos diferentes dos produzidos localmente, para satisfazer o gosto mais requintado de uma minoria nunca justificaria tais percentagens. Além do mais, a

tradição e condições produtivas são as mesmas nas duas regiões, pelo que os preparados de peixe não deveriam apresentar diferenças significativas. Finalmente, se há produtos em que a economia romana do Algarve é largamente excedentária são, precisamente, os piscícolas.

A explicação do fenómeno parece-me que terá de passar pela aceitação da importação de ânforas vazias, no quadro da unidade económica do golfo luso-hispano-marroquino com centro em Cádiz, hipótese, aliás, já avançada por Ponsich e seguida por outros. Parece-me ser esta a hipótese que melhor quadra com os dados avançados pela autora, não havendo razões para estranhar e recusar, especificamente para a região do Algarve, a importação de ânforas vazias da região vizinha.

Na verdade, pela importância que a produção de preparados piscícolas assumiu na Lusitânia meridional, a abordagem ao problema de tão grande número de ânforas béticas na região, seja nas cidades ou nas *officinae*, deve ser equacionada vendo os núcleos urbanos algarvios mais como centros de uma região produtora e não apenas como centros de consumo. Isto chama desde logo a atenção para o problema, particularmente pertinente para uma região com o perfil económico do Algarve romano, da validade em se traçar padrões de consumo de alimentos a partir dos contentores que os transportaram.

Ainda que a proximidade geográfica não explique, por si só, a esmagadora presença dos contentores béticos na costa algarvia, como afirma a autora, já o facto das duas regiões se inserirem num mesmo espaço económico, no âmbito da tal longa tradição pré-romana demonstrada no texto e que se prolongará até ao fim da Época Moderna, é suficientemente significativo para ajudar a entender aquela presença. Dado o posicionamento do Algarve em relação à Bética, em que aquela região se afirma como que uma península por onde se prolongam os interesses da província vizinha, não teria sido particularmente mais difícil abastecer os centros produtores de preparados de peixe do Algarve oriental com contentores da costa gaditana do que com produtos anfóricos lusitanos, por exemplo, do extremo ocidental da região algarvia. Numa área económica em que estes abastecimentos se faziam por mar, e de acordo com uma lógica de mercado, a presença de contentores béticos no Algarve oriental é assim quase tão natural como a de contentores Lusitanos (de Cádiz a *Balsa* são cerca de 75 milhas náuticas ao passo que a distância da cidade algarvia ao centro oleiro do Martinhal são 65 e à zona de Huelva sensivelmente metade desta distância). O desenvolvimento da produção oleira gaditana, bem como a sua proximidade em relação aos centros produtores de preparados piscícolas algarvios, acabará por inibir o aparecimento nesta região de uma produção oleira significativa. Tal só ocorrerá a partir de meados do século III, numa altura em que, a par de um decréscimo das *fliginae* béticas, se assiste a um significativo reforço da produção de preparados piscícolas algarvios.

Mais difícil será a explicação da elevada presença de contentores africanos nos contextos estudados durante o Baixo Império, ainda que se possa igualmente equacionar a vinda de contentores vazios com cargas de outros tipos cerâmicos, como as cerâmicas de cozinha, que seriam redistribuídas a partir de Cádiz.

A importação de envases para produtos da Lusitânia meridional parece-me poder demonstrar-se pela quantidade de ânforas béticas que ocorrem não apenas nos núcleos urbanos estudados como ainda nos complexos piscícolas, como Quinta de Marim ou ilha do Pessegueiro. A presença de ânforas béticas Keay XVI nestes lugares, datáveis da primeira metade do século III, é tão importante que levou no passado a sugerir-se que os oleiros que nelas figuram seriam oleiros algarvios; de resto, como se explicaria a presença destes oleiros nos contextos produtores de preparados piscícolas da Lusitânia? Pois, parece-me que a explicação reside precisamente no facto de esses contentores estarem presentes nestas *officinae* para envasarem as respectivas produções.

O envase de preparados piscícolas algarvios em contentores béticos parece poder atestar-se ainda a partir de alguns *tituli picti* de contextos pompeianos, onde vemos um produtor de *Ossonoba* – *Clarus* – a servir-se de ânforas béticas para fazer chegar a sua produção ao destino por intermédio de um *mercator* hispânico – *M. Valerius Abinnericus* (CIL IV, 5611-5616).

Ao contrário do que tem sido corrente, o estudo de Catarina Viegas mostra que a ocupação de *Balsa* se estendeu até finais do século VI ou inícios do VII. Isto a avaliar pela presença de *terra sigillata* africana datável deste período, ainda que a quantidade seja demasiado diminuta de forma a confirmar uma ocupação importante até esta época. Salvaguardadas as devidas cautelas em virtude de desconhecermos a representatividade da amostra, podemos ver nestas quantidades residuais um indicador de que a cidade de então permaneceria com uma população igualmente residual. O facto de *Balsa*, ao contrário de *Ossonoba* e mesmo de *Baesuri*, nunca ser referida nas fontes árabes, só pode indicar que a cidade já deixara de ser ocupada; provavelmente, há muito que deixara de constituir uma referência na região ao ponto de o seu nome ter caído no esquecimento, razão pela qual na Crónica da Conquista do Algarve, tal como naquelas fontes, não haver qualquer menção ao topónimo antigo, cujo sítio na Crónica vem referido como Antas, certamente numa clara alusão às monumentais ruínas que então por ali proliferavam. A menor importância relativa de *terra sigillata* clara D de *Balsa* em relação a *Ossonoba*, parece indiciar que, no Baixo Império, não terá tido o protagonismo desta, o que é, aliás, confirmado por outros elementos, como a epigrafia.

Apesar de possível (mas, por enquanto, não tanto verosímil como diz a autora) que *Ossonoba* tenha tido o estatuto de municipalidade logo com Augusto, não há dados que o permitam afirmar categoricamente. O único argumento

prende-se com o facto do flâmine provincial *M. Cornelius Persa* (IRCP 7) estar inscrito na tribo Galéria, mas, como J. Alarcão (1985, p. 105) demonstrou, o argumento é demasiado frágil, porquanto não é seguro que Cornélio Persa seja cidadão ossonobense. Por outro lado, os dados são ainda claramente insuficientes para se poder falar, por volta de finais do século II ou inícios do III, em «um novo programa construtivo» na área ribeirinha da cidade, tendo em conta que o que se conhece se resume à construção do edifício do mosaico do Oceano.

Face aos dados de que dispomos, *Baesuri* não desempenhou quaisquer funções político-administrativas em período imperial, o que parece ser demonstrado pela total ausência de elementos arquitectónicos monumentais ou epigrafia. Só *Balsa* e *Ossonoba* teriam sido capitais de *civitas* com Augusto, o que ajudará a explicar o significativo conjunto de importações deste período, tendo posteriormente ascendido ao estatuto municipal. *Baesuri* teria sido integrada, desde o início, no território balsense.

Com este trabalho de investigação aturada de C. Viegas passa-se a ter um referencial das importações cerâmicas de três núcleos urbanos romanos algarvios, que muito contribuem para a compreensão das dinâmicas económicas e de povoamento da região. Isto leva-nos necessariamente a questionar como é que será o perfil importador das colecções cerâmicas oriundas dos sítios rurais, que, infelizmente, está muito mal conhecido. Para já, torna-se agora ainda mais claro a forte dependência e integração, já afirmada por várias vezes mas não tão cabalmente demonstrada, do sul da Lusitânia e da Bética bem como as fortes relações que existem, sobretudo no Baixo Império, com o Norte de África. Constituindo um dos trabalhos de fundo sobre o Algarve romano mais importantes produzidos desde Estácio da Veiga, este estudo, constitui, pois, uma referência incontornável no quadro da investigação do período romano da Lusitânia.

## Resposta de Catarina Viegas aos comentadores

A investigação realizada a partir de um amplo conjunto de cerâmicas permitiu traçar o quadro da vida económica da região algarvia desde o período republicano até ao Baixo Império e à fase imediatamente posterior. A documentação utilizada acerca dos núcleos urbanos de *Baesuri*, *Ossonoba* e *Balsa*, muito diversa e desigual, teve em conta, além dos dados arqueológicos, a informação contida nas fontes escritas, na epigrafia e na numismática.

O panorama traçado é necessariamente incompleto e provisório, mas julgo constituir um avanço no estudo da economia antiga no sudoeste peninsular permitindo compreender a dinâmica evolutiva de três núcleos urbanos da parte oriental da costa algarvia, desde o séc. II a.C até ao séc. VI. É importante referir,

desde logo, que quer em termos qualitativos quer quantitativos, não se dispõe do mesmo tipo de informação para um tão longo período de tempo e para os três sítios que foram objecto de estudo. A maior parte dos dados existentes refere-se ao período compreendido entre os meados do séc. II a.C. e o séc. V d.C., sendo mais escassas as informações para as fases posteriores.

As propostas apresentadas mereceram comentários por parte dos diversos investigadores, a quem agradeço as reflexões que trouxeram, pois possibilitaram novas leituras dos dados apresentados e a discussão de outros tantos aspectos. Destaco, entre os inúmeros temas levantados, os seguintes tópicos: 1. Aspectos metodológicos; 2. O domínio da cidade de Cádiz sobre o Algarve romano; 3. Modelos de produção de preparados piscícolas e de ânforas; 4. Em busca da escala; 5. Perspectivas de investigação futura.

## 1. QUESTÕES METODOLÓGICAS

Algumas questões metodológicas são levantadas e prendem-se essencialmente com a representatividade da amostra estudada. Deve afirmar-se, antes de mais, que em qualquer trabalho em que se estude conjuntos cerâmicos provenientes de sítios arqueológicos se desconhece o valor da amostra face à realidade. Essas limitações são de natureza muito diversificada como se procurou mostrar, mas, em nenhuma ocasião constituíram um impedimento para que se avançasse explicações ou hipóteses acerca dos dados apresentados.

Trata-se, em qualquer caso, como se pode verificar, de materiais que constituem conjuntos numerosos o que, conjugado com a aplicação de metodologias de quantificação idênticas, possibilitou a comparação não só entre diferentes áreas dos núcleos urbanos, mas também entre si. Por outro lado, a comparação com outros conjuntos privilegiou locais que apresentam séries igualmente significativas em termos quantitativos e que mostravam padrões de consumo identificativos seja de aspectos regionais ou de *status*.

Por outro lado, a metodologia que utilizei privilegiou uma abordagem em que se procurou o reconhecimento de um padrão que possibilitasse a identificação dos ritmos de evolução do consumo e importação de distintos produtos cerâmicos, como a cerâmica de mesa importada ou os produtos alimentares transportados em ânforas.

Assim, considero que os conjuntos estudados reflectem o consumo deste tipo de produtos, naturalmente, para as fases que se encontram documentados pelos trabalhos arqueológicos que constituíram a base do nosso estudo. Tratando-se de sítios urbanos de grande complexidade, será de esperar que, no futuro, novos dados ajudem a completar o quadro que aqui se esboçou.

Um dos aspectos abordados refere-se ao conjunto de elementos que deverão ser considerados quando se pretende atribuir uma determinada referência de uma

fonte literária antiga a um sítio específico. Ainda no séc. XIX, Estácio da Veiga, para a localização da cidade de *Balsa*, recorreu ao cruzamento de informações tão diversas como a leitura das distâncias fornecidas pelo Itinerário de Antonino, tendo juntado os dados dos vestígios arqueológicos, que ele próprio explorou. Neste caso, são determinantes os dados epigráficos que remetem para a existência de edifícios públicos e que indicam expressamente o nome da cidade em causa e as suas instituições.

A confirmação de que *Ossonoba* se localizava afinal em Faro e não em Milreu, como tradicionalmente era apontado, apenas ocorreu na sequência dos trabalhos arqueológicos de A. Viana, nos anos 30 do séc. XX. Mais uma vez, a conjugação de elementos diversos foi essencial. Entre eles destaca-se a presença das ruínas de um *podium* do templo, os dados epigráficos e as cunhagens monetárias.

Para outros núcleos urbanos algarvios a informação escasseia e nem sempre se dispõe deste conjunto de dados.

Outra questão que se coloca está relacionada com as diferentes formas que podem ter existido dentro da categoria de núcleo urbano. Se por um lado, para as capitais de *civitas* como *Balsa* e *Ossonoba* se espera a existência do conjunto de equipamentos e diferentes componentes que dão forma à cidade romana, existe toda uma série de outros núcleos urbanos no território algarvio que apresentam características bastante diversificadas.

Relativamente a *Baesuris*, vários aspectos foram abordados. Como salientou A. M. Arruda, o contexto arqueológico datado entre 50 e 30 a.C. onde se recolheram exemplares de cunhagens monetárias coloca-as num momento anterior ao que foi proposto por A. Faria (1995) para aquelas emissões. Por outro lado, J. P. Bernardes estranha a presença de quantidades tão significativas de cerâmica campaniense B de Cales em *Baesuris*, mesmo podendo relacionar-se com a importância do sítio pela sua posição de controlo da navegação do Guadiana. O conhecimento disponível acerca da difusão da cerâmica campaniense alargou-se recentemente a outros sítios do sul de território português com o conjunto de Mesas do Castelinho (Alves, 2010) e de Monte Molião (Lagos) (Dias, 2010). A distribuição desta cerâmica encontra-se relacionada com os momentos iniciais da ocupação romana no nosso território, afastando-se mais uma vez a ideia de que a sua circulação estaria directamente relacionada com a deslocação dos efectivos militares.

Quanto aos motivos que terão levado ao abandono de *Baesuri*, é muito interessante a proposta de E. García Vargas que a relacionou com o fim da economia mineira. De facto, esta fase dos finais do séc. I e dos inícios do séc. II é marcante para vários núcleos urbanos do ocidente peninsular. Não podemos esquecer que é neste momento que se assiste igualmente ao abandono do povoado de Mesas do Castelinho considerando C. Fabião e A. Guerra que «The settlement's abandonment occurs while the new province's geography was shaped» (2010, p. 344).

Efectivamente, após um período de grande desenvolvimento o sítio parece entrar em decadência a partir do reinado de Augusto para ser finalmente abandonado. Outros exemplos poderiam ser apontados como o do castelo de Alcácer do Sal que corresponde ao núcleo inicial da antiga *Salacia* ou o progressivo abandono da Alcáçova de Santarém.

Neste contexto, o abandono de *Baesuri* deve ser colocado em perspectiva pois integra-se num fenómeno mais vasto que atinge outros núcleos urbanos. O facto de existir a referência a *Baesuri* no Itinerário de Antonino levou-nos a equacionar um abandono relacionado com a alteração da área portuária de *Baesuri*, que poderá ter determinado a deslocação para uma área mais perto do que seria o porto.

## 2. O DOMÍNIO DA CIDADE DE CÁDIS SOBRE O ALGARVE ROMANO

O Algarve romano encontra-se fortemente integrado na área de influência da importante cidade portuária de Cádiz e quase se pode afirmar que o Algarve romano é bético, ou, mais precisamente, gaditano. Efectivamente, a presença esmagadora de ânforas de preparados piscícolas com origem na região de Cádiz constituiu uma realidade que já tinha sido demonstrada para a Idade do Ferro, e que ficou também evidente através do estudo que realizámos, para o período republicano e imperial. Relativamente à fase final do período sidérico, aos dados já anteriormente recolhidos em Faro e Castro Marim (Arruda 1997; 2000; 2003; Arruda, Bargão e Sousa, 2005; Sousa, 2009), juntou-se, recentemente, a informação recolhida em Monte Molião, mostrando que esta dependência não constitui uma característica dos conjuntos cerâmicos apenas da vertente oriental da costa algarvia, mas que foi igualmente uma realidade da área mais ocidental (Sousa e Arruda, 2010, p. 951-974). Segundo as autoras, «Esta hegemonia, que pode ser verificada através da esmagadora presença de produtos gaditanos a Ocidente do estreito de Gibraltar, ou, pelo menos, no território algarvio, é passível de ser interpretada no quadro de umas relações comerciais de tipo institucional, em que *Gadir* assumiria a capitalidade da hipotética Liga púnico-gaditana, ou através de uma colonização gaditana dos territórios a Ocidente do Guadiana» (Sousa e Arruda, 2010, p. 972).

Esta «gaditanização» que poderá ter assumido um carácter institucional, segundo A.M. Arruda, pode estender-se também ao período Alto Imperial, referindo esta a possibilidade de o Algarve ter estado ainda incluído na Bética «até à reforma administrativa de 7-2 a.n.e».

Como se pôde constatar pela investigação que realizei, durante o período republicano, tal como na Idade do Ferro, esta região foi abastecida maioritariamente por produtos piscícolas oriundos da *Ulterior*, principalmente da região

gaditana. Se atendermos à informação de outras categorias cerâmicas, como por exemplo a cerâmica comum, verificamos igualmente esta primazia dos produtos de pastas calcárias tradicionalmente atribuídas à *Ulterior*, à região gaditana. A esmagadora maioria do material republicano de Castro Marim é originário do contexto que foi datado entre 50 e 30 a.C., assistindo-se a uma percentagem muito significativa de produtos com origem na *Ulterior*, seja produtos anfóricos seja cerâmica comum (Viegas, 2011).

Durante o período imperial esta realidade mantém-se e os três sítios estudados, *Baesuri*, *Ossonoba* e *Balsa*, revelaram percentagens maioritárias de ânforas béticas utilizadas para o transporte de preparados piscícolas. Confrontados com estes dados, os investigadores têm colocado várias hipóteses explicativas, destacando-se a que defende a chegada de ânforas vazias da Bética ao Sul da Lusitânia. Um fenómeno idêntico foi defendido para a região de Marrocos por D. Bernal Casasola (Bernal, 2006) e por F. Mayet (2006). Em ambas regiões assume-se, tendo por base uma multiplicidade de cetárias, que a capacidade de produção de preparados piscícolas é já uma realidade em franco desenvolvimento no Alto Império. Este facto conjugado com a escassez de fornos de ânforas faria depender o escoamento e exportação da produção algarvia, dos contentores béticos durante o Alto Império.

Em meu entender esta perspectiva carece de bases para ser defendida pois a escassez de dados relativamente às fases iniciais da produção de preparados piscícolas não autoriza referirmo-nos a uma produção em larga escala, a partir do Alto Império ou de meados do séc. I, como tem sido difundido/defendido.

Uma das principais questões que se levanta actualmente ao estudo da economia antiga do Algarve refere-se à dificuldade na caracterização destes conjuntos, compostos por um número variável de cetárias ou mesmo por tanques isolados. Os pontos no mapa são, na verdade, muito enganadores, uma vez que não nos indicam a verdadeira dimensão destas estruturas sendo a sua cronologia inicial e o faseamento da sua evolução um dado que ainda actualmente estamos longe de dominar. A maior parte dos sítios foi escavado sem o cuidado que hoje colocamos neste tipo de intervenções e escapa-nos, em grande medida, a informação acerca das fases de construção destes tanques.

Esta é uma realidade em constante actualização, à medida que novos sítios são intervencionados como é, por exemplo, o caso de Lagos com uma concentração de unidades que não serão anteriores a meados do séc. I d.C. como sucede no caso da Rua Silva Lopes (Ramos, Almeida e Laço, 2006). De referir ainda que o conjunto de tanques mais antigo conhecido, encontra-se na base de Monte Molião, tendo sido defendida uma cronologia inicial para a sua construção do séc. I-II (Bargão, 2008, p. 169-189).

Por outro lado, a produção de ânforas, ainda que diminuta, existe no território algarvio no Alto Império. Trata-se de uma produção de Dressel 14 tardias



que está presente em S. Bartolomeu de Castro Marim e em Manta Rota, datável da segunda metade do séc. I. No estudo recente dedicado ao Martinhal foi igualmente defendido que as formas anteriormente classificadas como Beltrán 65 A (Silva, Coelho Soares e Correia, 1990) correspondem igualmente à forma Dressel 14 tardia/Martinhal 1 (Bernardes *et al.*, no prelo). Os dados cronológicos obtidos são problemáticos, sendo defendida uma datação não anterior a meados do séc. III para estes contentores (Bernardes *et al.*, no prelo).

Outro argumento a favor deste arranque igualmente tardio da produção anfórica algarvia alto imperial diz respeito ao facto de serem muito raras as formas mais antigas de ânforas lusitanas como Haltern 70 ou Dressel 7/11. Estes tipos estão presentes, pelo contrário, em outras regiões produtoras como em Peniche, local onde o início da produção se encontra datado do final do séc. I a.C. (Cardoso, Rodrigues e Sepúlveda, 2006); ou do vale do Sado onde existe evidência da produção de Haltern 70, por exemplo nos fornos de Abul (Mayet e Silva, 2002) ou ainda a produção que poderá ter origem no vale do Tejo como o conjunto de produções lusitanas de Santarém mostrou (Arruda, Viegas e Bargão, 2006, p. 233-252).

R. Morais e C. Fabião defenderam recentemente uma maior antiguidade para as produções de S. Bartolomeu de Castro Marim (Morais e Fabião, 2007). Referindo-se às produções mais antigas, e embora admitindo a escassez de dados empíricos concretos, afirmam que «para o Algarve ficava em aberto a possibilidade de uma fase da produção do centro oleiro do lugar dos Olhos, S. Bartolomeu de Castro Marim (Vila Real de Santo António) poder também ser integrada nesta etapa (Fabião, 2004)» (Morais e Fabião, 2007, p. 129-130). A marca com *tria nonima*, LFT identificada por M. Maia (1979) seria mais um elemento a considerar nesta questão (Fabião e Guerra, 2004).

Para além da escassez ou mesmo ausência de ânforas alto imperiais de produção local nos três núcleos urbanos algarvios, a fraca produção no Alto Império é igualmente notada pela sua total ausência em sítios de consumo como Sevilha, como notou García Vargas (2007).

Por outro lado, muitas outras dificuldades se apresentam à argumentação a favor da chegada de recipientes vazios vindos da área gaditana. Apesar de os dados dos naufrágios serem relativamente escassos para o território algarvio, pode referir-se alguns achados de ânforas completas ocorridos ao largo de Tavira e publicados em duas ocasiões distintas (Arruda, Frade e Travassos, 1987, p. 125-131; Diogo e Cardoso, 2000, p. 67-79). Ora estes conjuntos mostram a associação entre ânforas de preparados piscícolas gaditanas, como as Dressel 7/11, e as ânforas provenientes do vale do Guadalquivir, que transportaram outros produtos alimentares como o vinho e o *defrutum*, (Haltern 70) ou o azeite (Dressel 20). Verifica-se ainda que esta associação está patente nos três sítios de consumo estu-

dados: *Ossonoba*, *Balsa* e *Baesuri*. Neste contexto, não parece possível defender-se que parte das ânforas chegariam ao sul da Lusitânia vazias e outras com o seu conteúdo vinário ou oleícola.

Sou, portanto, de opinião que o arranque relativamente tardio da produção de preparados piscícolas no território algarvio não fez mais do que prolongar essa tradição anterior de abastecimento de preparados piscícolas por parte de Cádiz. A importação de produtos da Bética enquadra-se numa longa tradição anterior que remonta à Idade do Ferro.

As ânforas béticas que chegavam ao litoral algarvio oriundas da Bética traziam efectivamente preparados piscícolas mas não as entendo enquanto parte integrante de um abastecimento de carácter sumptuário, como J. P. Bernardes indicou: o volume e quantidade destes produtos em território algarvio fala por si para negar esta possibilidade, como aliás o mesmo autor reforçou. Defendemos consumos sumptuários para outro tipo de produtos como, por exemplo, o vinho, dada a diversidade de regiões que abasteceram, neste caso concreto as elites balsenses.

Quando refiro o facto destas ânforas poderem ter transportado outro tipo de produtos diferentes dos que se poderiam encontrar localmente, tenho em mente não os produtos que se baseiam em outras espécies piscícolas, uma vez que se trata de uma mesma e única orla costeira. Refiro-me a diferentes qualidades de preparados piscícolas. Esta possibilidade foi avançada por L. Lagóstena em 1996 a respeito da variabilidade de perfis que se encontra nas ânforas Dressel 7/11 de origem gaditana. Segundo este autor a forma Dressel 11, de maior dimensão seria destinada a produtos de pior qualidade ou secundários, dentro da família dos preparados piscícolas, enquanto que o *garum* seria transportado nas ânforas do tipo Beltrán Ib (Lagóstena, 1996, p. 155). M. Ponsich sugere mesmo que o *garum*, o preparado piscícola de melhor qualidade, terá sido transportado noutra tipo de recipientes, como potes (Ponsich, 1988).

García Vargas recordou-nos, a propósito da publicação conjunta (com F. Chaves Tristán) que, igualmente através da tipologia das cunhagens monetárias foi defendido que toda a região, não só a algarvia, mas a que se estende também até ao vale do Sado, seguia os modelos das cecas de Cádiz, o que demonstra que se encontrava sob o domínio comercial daquela cidade (García Vargas, Chávez Tristán, 1994, p. 375-392). Contudo, relativamente à questão da presença maioritária das ânforas de preparados piscícolas béticas no sul da Lusitânia quando supostamente a produção local já se teria iniciado, prefere uma posição de maior prudência e considera que não existem ainda bases empíricas materiais que possibilitem a resolução desta problemática.

Em suma, o Algarve mostra uma forte dependência/integração na área de influência da cidade portuária de Cádiz. Os diferentes pontos de vista centram-se sobretudo nas modalidades que essa dependência assumiu.

Durante o Baixo Império manteve-se, apesar de ser esta, verdadeiramente, a época de ouro dos preparados piscícolas lusitanos e também dos algarvios, uma percentagem muito significativa de ânforas oriundas da Bética. Este facto mostra que, mesmo quando se multiplicam as *figlinae* lusitanas, os preparados piscícolas béticos continuam em força nos mercados algarvios. Na verdade encontra-se atestada a continuação da produção na Manta Rota e em Olhos S. Bartolomeu de Castro Marim e existe evidência de novos focos de produção de ânforas em S. João da Venda, na Quinta do Lago, no Martinhal ou na área urbana de Lagos. Contudo, à excepção do Martinhal, que se tem revelado cada vez mais tratar-se de um importante centro produtor (Bernardes, 2008; Bernardes *et al.*, no prelo), nos restantes casos trata-se de olarias cuja dimensão das estruturas produtivas se encontra longe de estar definida com precisão.

O peso da presença das ânforas béticas, sobretudo do tipo Keay XVI, é um dado inquestionável que prolonga a importância do porto de Cádiz até ao período baixo imperial, mas levanta outras questões. Por um lado, esta é a fase que é tradicionalmente apontada como sendo de crise para produção bética e, por outro lado, o recipiente, por excelência deste período parece ter sido a ânfora Almagro 51c.

Por tudo o que se referiu, o quadro de produção e consumo de preparados piscícolas algarvio é distinto do que se observa no vale do Tejo e no Sado. Nestes locais terá sido também durante o Baixo Império que a produção (anfórica e de preparados piscícolas) mais se desenvolveu, como tão bem testemunha Tróia. É interessante verificar que neste período se encontram nos centros urbanos algarvios ânforas lusitanas originárias do vale do Tejo e do Sado e não apenas algarvias. O mesmo fenómeno é testemunhado em Sevilha, onde García Vargas documenta percentagens elevadas de importações lusitanas, pouco inferiores às béticas (muito mais que africanas e a orientais) mas indica que se trata sobretudo de produtos com origem no vale do Tejo e Sado (García Vargas, 2007, p. 341-342). Isto parece mostrar o vigor e força da produção tagana e sadina face à produção algarvia.

O quadro da dependência interprovincial visto a partir do território algarvio modificou-se de forma significativa no Baixo império. Nesta fase, além da presença de ânforas com origem do seio da Lusitânia (do Algarve e do vale do Tejo e Sado), assinala-se igualmente a presença de contentores com origem no norte de África (Tunísia).

### 3. MODELOS DE PRODUÇÃO DE PREPARADOS PISCÍCOLAS E ÂNFORAS

É hoje bastante difícil, dada a qualidade da informação disponível, reconhecer o modelo de produção de preparados piscícolas e a sua relação com a produção de ânforas no Algarve romano. Estas realidades encontram-se parcialmente estudadas em outras regiões lusitanas produtoras de preparados piscícolas como

o Vale do Tejo e o vale do Sado encontrando aí formas de organização diferentes das que se registam em solo algarvio.

Não deixa de ser interessante a comparação entre a geografia da produção anfórica e de preparados piscícolas conhecida para o território algarvio e o que se conhece para o vale do Tejo e Sado. À luz dos conhecimentos disponíveis parece evidente que o território algarvio conheceu uma multitude de soluções sem que seja possível reconhecer um modelo dominante. Existem efectivamente sítios em que a relação *villa/cetária/figlina* parece registar-se, como seja, por exemplo na Quinta do Lago, o que segundo A. M. Arruda constituiria o modelo dominante. Contudo, a produção de preparados piscícolas é também uma realidade urbana e peri-urbana, como os conjuntos de cetárias da Quinta de Torre de Ares e das Antas (*Balsa*) parecem indicar. Em Faro, existem igualmente notícias do aparecimento de «tanques de salga» na Praça da República (Rosa, 1984, p. 153). Em Cerro da Vila, actualmente considerado um núcleo urbano secundário, as estruturas com tanques, como é o caso da chamada «fábrica H» e «fábrica J» foram relacionadas com a elaboração de produtos à base de recursos marítimos, mas F. Teichner aponta para a produção de púrpura, dadas as características construtivas e os restos faunísticos recolhidos no seu interior (Teichner, 2006, p. 69-82). Em Monte Molião (Lagos) a recente investigação aponta para a existência de tanques, como refere A. M. Arruda, em contexto habitacional e que se destinavam ao consumo local/doméstico. Na base do Monte Molião, como já referimos existe um conjunto de tanques identificados no decurso de uma intervenção de carácter preventivo, que não foram escavados na totalidade e que parecem corresponder a uma unidade de exploração cuja dimensão se desconhece (Bargão, 2008). Os exemplos podiam multiplicar-se mostrando situações muito diferentes.

A produção anfórica, por seu turno, configura uma situação igualmente difícil de enquadrar num modelo interpretativo único seja no que se refere ao período alto imperial seja em época tardo romana. A escassez de dados acerca das estruturas associadas aos locais onde se produziram ânforas dificultam a «classificação» dos sítios onde estas se integraram não resultando claro se correspondem a *villae*, aglomerados urbanos secundários ou outros.

#### 4. EM BUSCA DA ESCALA

As questões levantadas pelo estudo que realizei têm implicações directas no território algarvio mas transcendem-no, em muitos aspectos. Quando se procura tratar algum aspecto da economia antiga não podemos esquecer que esta economia era formada por múltiplas regiões produtoras e consumidoras de distintos produtos (matérias-primas, produtos alimentares, escravos) que constituíram a base de trocas sob modalidades muito diversas. Assim, uma das questões que tem

necessariamente de ser levantada diz respeito ao reconhecimento de qual teria sido a escala da região que hoje corresponde ao território português, na complexa e sofisticada interdependência do mundo provincial romano.

Quando nos questionamos acerca do destino das ânforas lusitanas, de um modo geral, parece cada vez mais necessário recordar o papel do mercado interno regional, no seio da própria província da Lusitânia com alargamento eventualmente a algumas áreas da Bética. Assim, além do abastecimento das *villae*, os exemplos da forte expressão de ânforas de preparados piscícolas nestes sítios é bastante eloquente a este respeito, mas igualmente o abastecimento às cidades. O mercado interno pode portanto ter sido o destino principal da produção de preparados piscícolas lusitanos. A sua difusão através de embarcações com uma distribuição que segue sobretudo as vias naturais dos cursos fluviais justifica a utilização deste tipo de contentores.

Por outro lado, as ânforas lusitanas não se encontram presentes em quantidades significativas, nem no período Alto Imperial nem no Baixo Império, nos principais mercados dos núcleos urbanos da bacia do Mediterrâneo. A sua comercialização está documentada através de diversos naufrágios e tem sido avaliada tendo por base a capacidade produtiva instalada, mas essa produção não se traduz directamente numa forte presença de produtos lusitanos nos centros de consumo das restantes províncias do Império romano.

Certamente que esta é uma realidade em mutação, à medida que novos conjuntos são estudados, mas não é possível continuar a argumentar com o desconhecimento destas morfologias e fabricos por parte dos autores estrangeiros, pois tem havido a possibilidade de se familiarizarem com a realidade das produções lusitanas através da progressiva difusão dos resultados da investigação.

## 5. PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

Considero que a valorização e o estudo de conjuntos cerâmicos provenientes de escavações antigas e de outras mais recentes, algumas das quais integradas em projectos de investigação, constitui uma linha de pesquisa que deverá continuar a ser explorada no futuro. É urgente e necessário debruçarmo-nos sobre um cada vez maior volume de documentação que se acumula nos depósitos de museus camarários, nas delegações regionais do IGESPAR ou em sedes de Empresas de arqueologia um pouco por todo o país, pois o seu estudo permite efectivamente a construção de conhecimento histórico sobre o passado do território hoje português, em geral, e algarvio, em particular. Julgo que a investigação que realizei mostrou também que, mesmo perante grandes dificuldades e limitações relativamente à contextualização estratigráfica e cronológica dos materiais, o potencial informativo que as cerâmicas estudadas encerram é inegável.

A avaliação do consumo destas categorias cerâmicas em sítios rurais permitirá compreender os fenómenos de redistribuição a partir dos núcleos urbanos, linha de investigação que J. P. Bernardes sugere que se prossiga. Contudo, e dadas as características da costa algarvia e considerando uma navegação costeira, poderá esperar-se que algumas *villae* apresentem perfis de consumo próprios como parece aliás suceder com o sítio da Quinta do Lago, pela abundância de ânforas norte-africanas.

No futuro deverá igualmente discutir-se o significado económico e social da cerâmica campaniense e da *terra sigillata* e – nos seus diferentes fabricos e origens – interpretando-se o peso destes materiais relativamente a outros com funções idênticas de serviço de mesa, como a cerâmica comum. O estudo da cerâmica comum dos núcleos urbanos (em curso) pretende também perceber qual o peso relativo e as características da produção local/regional algarvia face às importações béticas e norte-africanas. Reconhecer se o perfil de abastecimento da cerâmica comum e perceber se diverge ou não relativamente aos conjuntos anfóricos constitui outra linha que será desenvolvida na sequência de trabalhos já apresentados (Viegas, no prelo).

A leitura da dinâmica evolutiva regional deverá apontar, em meu entender, para o aprofundamento do estudo dos sítios algarvios que recentemente têm mostrado intensa e complexa ocupação. Um bom exemplo desta realidade têm sido os resultados dos trabalhos realizados em Monte Molião e na área urbana de Lagos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a A. M. Arruda não só por me ter cedido para estudo o conjunto cerâmico resultante dos seus trabalhos em Castro Marim, mas também por toda a orientação que me deu no quadro do doutoramento e para além dele.

O estudo dos conjuntos cerâmicos de *Balsa* (Torre de Ares) depositados no MNA só foi possível graças à autorização concedida pelo seu director, Luis Raposo a quem agradeço.

Os materiais de Faro resultaram de escavações realizadas por Dália Paulo e Nuno Beja a quem estou grata por me terem permitido o seu estudo.

O apoio financeiro concedido pelo IGESPAR no quadro do PNTA 2005 permitiu desenvolver algumas actividades que de outro modo não teriam sido possíveis. Sendo igualmente de referir o apoio da Câmara Municipal de Castro Marim, Tavira e Faro.

## BIBLIOGRAFIA

- ADROHER AUROUX, A. M.; LÓPEZ MARCOS, A. (1996) – Las cerámicas de barniz negro. II. Cerámicas campanienses. *Florentia Iliberitana*. Granada. 7, p. 11-37.
- ADROHER AUROUX, A. M.; LÓPEZ MARCOS, A. (2000) – Contextos de barniz negro en la Alta Andalucía entre los siglos II y I a.C. In AQUILUÉ ABADÍAS, X.; GARCÍA ROSELLÓ, J.; GUITART DURAN, J., coords. – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis I comercialització a la Península Ibèrica. Taula rodona, Empúries 1998*. Mataró: Museu de Mataró; Empúries: Museu de Catalunya; Universitat Autònoma de Barcelona. p. 149-176.
- AGUAROD OTAL, C. (1991) – *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico».
- ALARCÃO, J. (1965) – Cerâmica estampada cinzenta de Conimbriga. *O Arquivo de Beja*. Beja. 22, p. 191-196
- ALARCÃO, J. (1976) – Les amphores. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R., eds. – *Fouilles de Conimbriga. VI – Céramiques diverses et verres*. Paris: Diff. E. de Boccard. p. 79-91.
- ALARCÃO, J. (1973) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo. (Historia Mundi; 33).
- ALARCÃO, J. (1985) – Sobre a Romanização do Alentejo e Algarve. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 99-111.
- ALARCÃO, J. (1988a) – *Roman Portugal. Gazetteer*. 6. Évora, 7. Lagos, 8. Faro. Warminster: Aris & Philips Ltd. Vol. II: fasc. 3.
- ALARCÃO, J. (1988b) – *O domínio romano em Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa América. (Forum da História).
- ALARCÃO, J. (1990a) – Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In GORGES, J. G. ed. – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique. (Talence 1988)*. Paris: CNRS. p. 21-34. (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42).
- ALARCÃO, J. (1990b) – A produção e a circulação dos produtos. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. O., dir.; ALARCÃO, J., coord. – *Nova História de Portugal. Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença. p. 409-441.
- ALARCÃO, J. (2005a) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 293-311.
- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1990) – *Les Villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- ALARCÃO, J.; DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A.; PONTE, S. (1976) – *Céramiques diverses et verres*. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R., eds. – *Fouilles de Conimbriga VI*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. C.; GONÇALVES, A., coord. (2010) – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (*Studia Lusitana*; 5).
- ALFENIM, R.; LOPES, M. C. (1994) – A villa romana do Monte da Cegonha. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana. Actas del Encuentro Internacional de Arqueología del suroeste*. Huelva: Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste. p. 485-502.
- ALMEIDA, M. J.; CARVALHO, A. (1998) – As ânforas da uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Sines): resultados de 1990-1998. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 2, p. 137-163.
- ALMEIDA, M. J.; CARVALHO, A. (2004) – Vias e circulação de produtos no SW do «conuentus emeritensis»: o exemplo da Quinta das Longas (Elvas, Portugal). In GORGES, J.-G., CERRILLO, E. e NOGALES, T. (coord.) – *V Mesa redonda internacional sobre Lusitania romana: las comunicaciones*. Cáceres: Facultad de Filosofía y Letras. p. 369-389.
- ALMEIDA, R. R. (2006) – *As produções anfóricas do Guadalquivir no quadro das importações de Scallabis. Contributo para o conhecimento dos tipos minoritários no Ocidente Peninsular*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado. Policopiado.
- ALMEIDA, R. (2008) – *Ânforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación*

- al conocimiento de los tipos minoritarios*. Barcelona: Universidade de Barcelona. (Coll. Instrumenta; 28).
- ALVES, C. S. (2010) - *A cerâmica campaniense de Mesas do Castelinho*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado. Policopiado. Disponível no repositório da UL: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2994>
- ALVES, F. J. S.; DIOGO, A. D.; REINER, F. (1990) - A propósito dos fornos de cerâmica lusitano-romanos de S. Bartolomeu do Mar. In ALARCÃO, A.; MAYET, F. eds. - *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Coimbra; Paris: Museu Monográfico de Conimbriga. p. 193-198. Actas das Jornadas de estudo. Conimbriga, 1988.
- AMELA VALVERDE, L. (2004) - Sobre Salacia y otras apreciaciones acerca de algunas cecas de la Hispania occidental. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 243-264.
- ANDREOTTI, G.; GARCÍA QUINTELA, M. V.; GÓMEZ ESPELOSÍN, J. (2007) - *Estrabón. Geografía de Iberia*. Traducción de Javier Gómez Espelosín; Presentaciones, notas y comentarios de Gonzalo Cruz Andreotti; Marco V. García Quintela; Javier Gómez Espelosín. Madrid: Alianza Editorial. p. 44-66. (Clásicos de Grecia y Roma).
- AQUILUÉ ABADÍAS, X. (2003) - Estado actual de la investigación de la terra sigillata africana en la Península Ibérica en los siglos VI-VII. In CABALLERO, L.; MATEOS P.; RETUERCE, M., eds. - *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica - Ruptura y Continuidad*. Madrid: CSIC; Instituto de Arqueología de Mérida. p. 11-20. (Anejos de Arquivo Español de Arqueologia; 28).
- ARRUDA, A. M. (1988) - Nota sobre a ocupação romana - republicana do Castelo de Castro Marim. In *Actas do 5.º Congresso do Algarve*. Silves: Rocal Clube. Vol. 1, p. 13-17.
- ARRUDA, A. M. (1997) - *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A. M. (1999) - O Algarve nos séculos V e IV a.C. In MARQUES, M. G. M. M., ed. - *O Algarve da antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*. Lisboa: Colibri. p. 23-31.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Barcelona: Publicaciones del laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 5-6).
- ARRUDA, A. M. (2000) - *Fenícios e o mundo indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII-VI a.C.)*. Em torno às histórias possíveis. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento. Policopiado.
- ARRUDA, A. M. (2002) - 79. Ânfora Dressel 6. In ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M. J., eds. - *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Catálogo da exposição.
- ARRUDA, A. M. (2003) - Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1ª Idade do Ferro. In MAIA, M. [et al.], coord. - *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Tavira. p. 51-56. Catálogo da exposição.
- ARRUDA, A. M. (2005) - O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 23, p. 9-156
- ARRUDA, A. M. (2006) - Os recursos marítimos na economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal. In *Actas da I Conferencia Internacional sobre la historia de la pesca en el ámbito del estrecho*. Sevilla: Junta de Andalucía. p. 383-406.
- ARRUDA, A. M. (2007a) - Laccobriga e o seu território. A ocupação romana na baía de Lagos. In *Laccobriga. A ocupação romana na baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal. p. 7-47.
- ARRUDA, A.; ALMEIDA, R. R. (1998) - As ânforas da Classe 32 da Alcçova de Santarém. *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 201-231.
- ARRUDA, A.; ALMEIDA, R. R. (1999) - Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Actas da IIIe Table ronde sur la Lusitanie romaine, (Madrid, 1 e 2 de Dezembro 1997)*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 307-337.
- ARRUDA, A. M.; BARGÃO, P.; SOUSA, E. (2005) - A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 177-208.
- ARRUDA, A. M.; DIAS A. C. (1985) - O sítio romano-árabe da Lezíria: 1. A terra sigillata itálica e sudgálica. *Conimbriga*. Coimbra. 24, p. 111-124.



- ARRUDA, A. M.; FABIÃO, C. (1990) – Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). In ALARCÃO, A.; MAYET, F., eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio. Actas das Jornadas de estudo. (Conimbriga 1988)*. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga; Paris: De Boccard, p. 199-213.
- ARRUDA, A. M.; FRADE, I.; TRAVASSOS, J. (1987) – Duas ânforas romanas de Cacela (Vila Real de Santo António). *Conimbriga*. 26. Coimbra, p. 125-131.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T. (2006) – O Castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V A.N.E. In JIMÉNEZ, J., ed. – *Siderium Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante*. Mérida: CSIC. p. 429-446. (Anejos Archivo Español de Arqueología; XLVI).
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V.; OLIVEIRA, C. F. (2007) – Os fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In LÓPEZ CASTRO, J. L., ed. – *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Almería: Universidad de Almería; Centro de Estudios Fenicio y Púnicos. p. 459-482.
- ARRUDA, A. M.; GONÇALVES, L. J. (1993) – Sobre a Romanização do Algarve. In *Actas do II Congresso peninsular de História Antiga (1990)*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 455-465.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARGÃO, P.; LOURENÇO, P. (2008) – Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. *Xelb*. Silves. 8: I, p. 137-168. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. (2006a) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 153-176. Simpósio Internacional «Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet», Setúbal, Maio 2004.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2006b) – Ânforas Lusitanas da Alcáçova de Santarém. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 233-252. Simpósio Internacional «Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet», Setúbal, Maio 2004.
- ASSIS, C. A.; AMARO, C. (2006) – Estudos dos restos de peixe de dois sítios fabris de Olisipo. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 123-144. Simpósio Internacional «Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet», Setúbal, Maio 2004.
- BARGÃO, P. (2008) – Intervenção de emergência no Monte Molião: primeiras leituras. *Xelb*. Silves. 8: I, p. 169-190. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990) – *Guía de la Cerámica Romana*. Zaragoza: Libros Pórtico.
- BERNAL CASASOLA, D. (2006) – La industria conservera romana en el «Círculo del Estrecho». Consideraciones sobre la geografía de la producción. In *L’Africa romana XVI, (Rabat 2004)*. Roma: [s. n.]. p. 1351-1394.
- BERNAL CASASOLA, D. (2000) – La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el Bajo Imperio Romano. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae, Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano, (Sevilla-Écija Dezembro 1998)*. Écija: Editorial Gráficas Sol. p. 239-372.
- BERNARDES, J. P. (2008) – O centro oleiro do Martinhal. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve. *Xelb*. 8. Silves, p. 191-212.
- BERNARDES, J. P. ; MORAIS, R.; PINTO, I. V.; DIAS, R. (no prelo) – A olaria baixo-imperial do Martinhal, Sagres (Portugal). In *Actas do 1.º Congresso Internacional da SECAH (Cádiz, 2011)*.
- BERNI MILLET, P. (2007) – *Análisis y estructuración de los sellos en ánforas olearias de la Bética*. Barcelona: Universidad de Barcelona. Tese de doutoramento.
- BONIFAY, M. (2004a) – *Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique*. Oxford: Archaeopress. (BAR Int. Series ; 1301).
- BONIFAY, M., (2004b) – Amphores de tradition punique du Golf d’Hammamet. In BEN ABED, A. ; GREISHEIMER, M., dir. – *La nécropole romaine de Puppūt*. Rome: École Française de Rome. p. 197-229.
- BONIFAY, M.; CAPELLI, C.; MARTIN, T.; PICON, M.; VALLAURI, L. (2002-2003) – Le littoral de la Tunisie, étude géoarchéologique et historique

- (1987-1993): la céramique. *Antiquités Africaines*. Paris. 38-39, p. 125-202.
- BOURGEOIS, A. ; MAYET, F. (1991) – *Fouilles de Belo*. VI. (*Les sigillées*). Madrid : Casa de Velázquez. (Collection de la Casa de Velázquez; 34. Archéologie ; XIV).
- BRUN, J. P. (1997) – Production de l'huile et du vin en Lusitanie Romaine. *Conimbriga*. Coimbra. 36, p. 45-72.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; HUGUET ENGUIA, E. (2008) – Las cerámicas «Tipo Peñaflo». In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA i LACOMBA, A., eds. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz; Fundación Pouroulis. p. 297-306.
- CAEIRO, J. O. S. (1976-1977) – Marcas de oleiro em «Terra Sigillata» itálica do Castelo das Guerras (Moura). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. II-III, p. 419-422.
- CARDOSO, G. (1978) – Ânforas romanas no Museu do Mar (Cascais). *Conimbriga*, Coimbra. 17, p. 63-78.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SPÚLVEDA, E., (2006) – A olaria romana de Peniche, In *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 253-278. Simpósio Internacional «Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet» Setúbal, Maio 2004.
- CARRERAS MONFORT, C. (2004) – Estat de la qüestió sobre els continguts de les àmfors Haltern 70. In CARRERAS MONFORT, C. [et al.] – *Culip VIII i les àmfors Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya; Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya. p. 117-119.
- CARRERAS MONFORT C.; FUNARI, P. P. A. (1998) – *Britannia y el Mediterráneo: Estudios sobre el abastecimiento de aceite bético y africano en Britannia*. Barcelona: Servei de Publicacions de la Universitat de Barcelona.
- CARTE des limites anciennes de la Lusitanie romaine (1990). In GORGES, J.G., ed. – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique. (Talence 1988)*. Paris: CNRS. (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42).
- CARVALHO, A. (1999) – Evidências arqueológicas da produção de vinho nas villae romanas do território português. Gaiñas de uva, alfaías vitícolas e lagares de vinho. In GORGES, J. G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., eds. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 361-390 (Coll. de la Casa de Velázquez; 65).
- CATARINO, H. (1999) – A chegada dos árabes à Península Ibérica: A invasão de Tarique em 711 e a ocupação do território. In MARQUES, M. G. M., ed. – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Colibri. p. 61-67.
- CATARINO, H. (2002) – Castelos e território omíada na kura de Ossoño. In FERNANDES, I. C. F., ed. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Colibri; Câmara Municipal de Palmela. p. 29-44. Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, 2001.
- CHAVES TRISTÁN, F.; GARCÍA VARGAS, E. (1994) – Gadir y el comercio atlántico a través de las cecas occidentales de la Ulterior. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana: actas del Encuentro Internacional de Arqueología del suroeste [(celebrado en) Huelva y Niebla, 25 a 27 de febrero de 1993]*. Huelva: Universidad de Huelva. p. 375-392.
- CHIC GARCÍA, G. (2005) – Marco Aurelio y Cómodo. El Hundimiento de un Sistema Económico. In *II Congreso Internacional de Historia Antigua. La Hispania de los Antoninos (98-180)*. Valladolid: [s. n.]. p 567-586.
- COELHO, A. Borges (2008) – *Portugal na Espanha árabe*. Lisboa: Caminho.
- CRUZ ANDREOTTI, G. (2007) – Estrabón y la tradición geográfica. In *Estrabón. Geografía de Iberia*. Traducción de J.Gómez Espelosín; presentaciones, notas y comentarios de G. Cruz Andreotti, M. V. García Quintela, J. Gómez Espelosín – Madrid: Alianza editorial. p. 44-66. (Clásicos de Grecia y Roma).
- DELGADO, M. (1968) – *Terra sigillata* clara de museus do Alentejo e Algarve. *Conimbriga*. Coimbra. 7, p. 41-65.
- DELGADO, M. (1992) – Cerâmicas romanas tardias de Mértola originárias do Médio Oriente. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 1, p.125-133.

- DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. M. (1975) – Les sigillées. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R., dir. – *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diffusion E. de Boccard. Vol. 4.
- DIAS, M. M. A. (2005) – A epigrafia romana. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coords. – *Construindo a Memória. Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Museu Arqueológico do Carmo; Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 220-233.
- DIAS, M. M. A. (1993) – Epigrafia. In TORRES, C. [et al.] – *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo arqueológico de Mértola.
- DIAS, V. F. S. (2010) – *A cerâmica campaniense de Monte Molião*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado. Policopiado. Disponível no repositório da UL: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3020>
- DIOGO, A. M. D. (1980a) – Marcas de terra sigillata sudgálica em Portugal. *GECA*. Lisboa. Policopiado.
- DIOGO, A. M. D. (1980b) – Marcas de terra sigillata itálica em Portugal. *GECA*. Lisboa. Policopiado.
- DIOGO, A. M. D. (1999a) – Ânforas provenientes de achados marítimos na costa portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 1, p. 235-248.
- DIOGO, A. D. (1999b) – Ânforas romanas de Miróbriga. *O Arquivo de Beja*. Beja. S. 3, 10, p. 15-27.
- DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P. (1992) – Cerâmica campaniense proveniente da Foz do Arade (Portimão). *Artefactos*. Lisboa. 1, p. 9-11.
- DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P. (2000a) – Ânforas béticas provenientes de um achado marítimo ao largo de Tavira, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 67-79.
- DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P.; REINER, F. (2000b) – Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 81-118.
- DIOGO, A. M. D.; COSTA, J. M. (1996) – Elementos sobre a produção de ânforas e a transformação piscícola em Sines durante a época romana. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M., coords. – *Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos estuários do Tejo e do Sado – Ocupação dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote; Câmara Municipal do Seixal. p. 107-110.
- DIOGO, A. M. D.; MONTEIRO, A. J. N. (1999) – Ânforas romanas de «Villa Cardílio», Torres Novas. *Conimbriga*. 38. Coimbra, p. 201-214.
- DIOGO, A. M.; MARTINS, A. S. (2001) – Ânfora proveniente de um achado marítimo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4. 19, p. 57-64.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1998) – Uma perspectiva sobre Tróia a partir das ânforas. Contribuição para o estudo da produção e circulação das ânforas romanas em território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4., 16, p. 187-220.
- EDMONSON, J. C. (1987) – *Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production*. Oxford: Archaeopress. (BAR Int. Series; 362).
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do conventus pacensis: subsídios para o estudo da romanização*, 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2003) – Quão importantes eram as gentes! In MAIA, M. [et al.], coords. – *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Tavira. p. 95-104. Catálogo da exposição.
- ENDOVELICO. *Base de dados de sítios arqueológicos portugueses* [Em linha]. Lisboa: IGESPAR. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em <<http://www.igespar.pt>>
- ESTRELA, S. (1999) – Monte Molião, Lagos: intervenção de emergência (1998) e problemas de gestão do património em sítios arqueológicos classificados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 1, p. 199-234.
- ÉTIENNE, R. (1990) – Le culte impérial, vecteur de hiérarchisation urbaine. In *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique. (Talence 1988)*. Paris: CNRS. p. 215-231. (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42).
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994) – *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.

- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1993-1994) – La place de Lusitanie dans le commerce méditerranéen. *Conimbriga*. Coimbra. 32 – 33, p. 201-218.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (2002) – *Salaisons et sauces de poisson hispaniques*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- ÉTIENNE, R. ; MAYET, F. (2006) – Conclusions. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 331-336. Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet.
- FABIÃO, C. (1987) – Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4., 5, p. 125-148.
- FABIÃO, C. (1989a) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. (Cadernos da UNIARQ; 1).
- FABIÃO, C. (1992-1993) – Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve. *Studia Historica. Historia Antiqua*. Salamanca. 10-11, p. 227-252.
- FABIÃO, C. (1993-1994) – O Azeite da Bética na Lusitânia. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 219-245.
- FABIÃO, C. (1994a) – As Ânforas. In *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura; Museu Nacional de Arqueologia; Instituto Português de Museus. p. 17-36.
- FABIÃO, C. (1994b) – Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve. In GORGES, J.-G.; SALINAS de FRÍAS, M., eds. – *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitats. Table ronde internationale (Salamanca, 1993)*. Madrid; Salamanca: Casa de Velázquez, p. 227-252. (Collection de la Casa de Velázquez. 47).
- FABIÃO, C. (1996b) – O Comércio dos produtos da Lusitania transportados em Ânforas no Baixo Império. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C., coord. – *Actas das primeiras jornadas sobre a romanização dos estuários do Tejo e do Sado. Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote; Câmara Municipal do Seixal. p. 229-342.
- FABIÃO, C. (1997a) – Exploração dos recursos marinhos. Catálogo da exposição. In ALARCÃO, A., ed. – *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Instituto Português de Museus; Museu Nacional de Arqueologia. p. 35-58.
- FABIÃO, C. (1998b) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 1, p. 169-197.
- FABIÃO, C. (1999) – O Algarve romano. In MARQUES, M. G. M., ed. – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Colibri, p. 33-51.
- FABIÃO, C. (2000a) – Sobre as mais antigas ânforas «romanas» da Bética no ocidente peninsular. In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae, Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija e Sevilha, Dezembro de 1998)*. Écija: Editorial Graficas Sol. p. 665-682.
- FABIÃO, C. (2000b) – O Sul da Lusitânia (Algarve Português) e a Bética: concorrência ou complementaridade? In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae, Conservas, aceite y vino de la bética en el Imperio romano (Écija e Sevilha, Dezembro de 1998)*. Écija: Gráficas Sol. p. 717-730.
- FABIÃO, C. (2003b) – O Serro do Cavaco (Tavira). In MAIA, M. [et al.], coords. – *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Tavira. p. 77-81. Catálogo da exposição.
- FABIÃO, C. (2004a) – Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., eds. – *Actas del Congreso Internacional Figlinae Beticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C – VII d.C.) (Cádiz, Noviembre 2003)*. Oxford : Achaepress. p. 379-410. (BAR Int. series; 1266).
- FABIÃO, C. (2007) – Estácio da Veiga e a exploração de recursos marinhos no Algarve, em época romana. *Xelb. Silves*. 7, p. 131-142. Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga.
- FABIÃO, C.; ARRUDA, A. M. (1990) – Ânforas de S. João da Venda (Loulé). In ALARCÃO, A.; MAYET, F. eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio. Actas das Jornadas de estudo. (Conimbriga 1988)*. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga; Paris: De Boccard. p. 215-224.

- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1996) – A Cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *OPHIUSSA*. Lisboa. 0, p. 109-131.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2004) – Epigrafia anfórica lusitana. Uma perspectiva. In REME-SALRODRÍGUEZ, J. ed. – *Epigrafia Anfórica*. Barcelona: Universidade de Barcelona. p. 221-244. (Coll. Instrumenta; 17).
- FABIÃO, C. ; GUERRA, A. (2010) – Mesas do Castelinho (Almodôvar): A case of a failed Roman town in southern Lusitania. In CORSI, C.; VERMEULEN, F., eds. – *Changing Landscapes. The impact of Roman towns in the Western Mediterranean, Proceedings of the international colloquium, Castelo de Vide-Marvão. 15th-17th May 2008*. Évora: Universidade de Évora; Bolonha: Ante Quem. p. 325-346. (Ricerche. Series maior; 1).
- FARIA, A. M. (1995) – Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português. In GARCÍA-BELLIDO, M. P.; CENTENO, R. M. S. eds. – *La moneda Hispánica. Ciudad y territorio*. Madrid: CSIC. p. 143-153. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XIV).
- FARIA, A. M. (1997) – Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. p. 361-371.
- FARIA, A. M. (1999) – Recensão de CASTILLO, Carmen – *Vestigia antiquitatis: escritos de epigrafia y literatura romanas. Scripta a sodalibus collecta*. In honorem Carmen Castillo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa 2: 1, p. 264-266.
- FILIPPE, V. (2008) – *As ânforas do Teatro romano de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado. Policopiado. Disponível no Repositorio da UL : <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/471>
- GAMITO, T. J. (1994b) – *Ipsos* (Vila Velha, Alvor). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 213-218.
- GARCÍA MORENO, L. (1972) – Colonias de comerciantes orientales en la Península Iberica. S. V-VII. *Habis*. Sevilla. 3, p. 127-154.
- GARCÍA VARGAS, E. (1996) – La producción anfórica en la Bahía de Cádiz durante la República como índice de romanización. *Habis*. Sevilla. 27, p. 49-57.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La producción de ánforas en la Bahía de Cádiz en época romana (siglos II a.C. – IV d.C)*. Écija: Editorial Gráficas Sol.
- GARCÍA VARGAS, E. (2007) – Hispalis como centro de consumo desde época tardorrepública a la Antigüedad tardía. El testimonio de las ánforas. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 18, p. 317-360.
- GARCÍA VARGAS, E. (2009) – Las ánforas republicanas de Hispalis (Sevilla) y la «cristalización» del repertorio anfórico provincial. In CRUZ-AUÑÓN BRIONES, R.; FERRER ALBELDA, E., eds. – *Estudios de Prehistoria y Arqueología en Homenaje a Pilar Acosta Martínez*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla. p. 437-464.
- GARCÍA VARGAS, E. (2010) – Formal Romanisation and Atlantic projection of amphorae from the Guadalquivir Valley. In CARRERAS MONFORT, C. ; MORAIS, R. eds. – *The Western Roman Atlantic Façade. A study of the economy and trade in the Mar Exterior from the Republic to the Principate*. Oxford: Archaeopress. (BAR Int. Ser. ; 2162). p. 55-65.
- GARCÍA VARGAS, E. (e. p.) – Producciones anfóricas tardorrepúblicas y tempranoaugustas del valle del Guadalquivir. Formas y ritmos de la romanización en turdetania a través del artesanado cerámico. In BERNAL CASASOLA D.; RIBERA I LACOMBA, A., eds. – *Cerámicas hispanorromanas II*.
- GARROTE, E.; MARIMÓN, P. (2004) – Geografía del transport. In CARRERAS MONFORT, C. [et al.] – *Culip VIII i les àmfors Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya; Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya. p. 83-92.
- GENIN, M. (2006) – La sigillée marbrée des ateliers de la Graufesenque: État de la question. In *SFECAG, Actes du Congrès de Pézenas*. Marseille: SFECAG. p. 231-243.
- GENIN, M.; DEJOIE, C.; PARSEVAL, P. de; RELAX, S.; SCHAAD, D.; SCHENCK-DAVID, J.-L.; SCIAU, P. (2007) – *La Graufesenque (Millau, Aveyron)*. II. *Les sigillées lises et autres productions*.

- Santander, Cantabria: Éditions de la Fédération Aquitania. (Études d'Archéologie urbaine).
- GENIN, M.; SCHENK-DAVID, J.-L. (2007) – Les Timbres. In GENIN, M. [et al.] – *La Graufesenque (Millau, Aveyron).II. Les sigillées lises et autres productions*. Santander, Cantabria: Éditions de la Fédération Aquitania. (Études d'Archéologie urbaine).
- GOMES, A. (1998) – *Moedas do território português antes da fundação da nacionalidade (hispano-romanas)*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (1981-1983) – *Novas Moedas Hispânicas de Balsa e Ossonoba. Nummus*. Porto. 2ª Série, vol. 4-6, p. 155-182.
- GOMES, M. V.; GOMES, R.; BEIRÃO, C. (1986) – O Cerro da Rocha Branca (Silves). Resultados preliminares de três campanhas de escavação. In *Actas do IV Congresso do Algarve (Montechoro, 1986)*. Silves: Racal Clube. p. 77-83.
- GOMES, R. V.; SERRA, M. (1996) – Loulé Velho (Quarteira, Loulé). Resultados da Primeira campanha de escavações arqueológicas. *Al- Ulyã*. Loulé. 5, p. 25-51.
- GRAEN, D. (2007) – O sítio da Quinta de Marim (Olhão) na época tardo-romana e o problema da localização da *Statio Sacra*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10: 1, p. 275-288.
- GUERRA, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.
- GUERRA, A. (2006) – As fontes clássicas relativas ao território do actual Algarve: uma perspectiva crítica sobre o seu contributo histórico. *Xelb*. Silves. 6: 1, p. 329-338. *Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve*.
- GUERRA, A. (2007) – Recensão de CANFORA, L. – The true history of the so-called Artemidorus Papyrus, with an Interim Text. *CADMO. Revista de História Antiga*. Lisboa. 17, p. 319-322.
- HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman pottery*. Londres: The British School at Rome.
- HAYES, J. W. (1980) – *Late Roman pottery. Supplement*. Londres: The British School at Rome.
- HAYES, J. W. (1985) – Sigillate oriental. In *Atlante II. Enciclopedia dell'Arte Antica, Atlante delle forme ceramiche II, ceramica fina romana nel Bacino del Mediterraneo. (Tardo elenismo e Primo Impero)*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana. p. 1-96.
- HAYES, J. W. (2001) – Les sigillées orientales. In LÉVÊQUE, P.; MOREL, J.-P., dir., GENY, E. ed. – *Céramiques Héliénistiques et romaines*. Paris: Belles-Lettres. p. 145-160.
- HAUSCHILD, Th. (1984) – A villa romana de Milreu, Estói (Algarve). *Arqueologia*. Porto. 9, p. 94-104.
- HAWTHORNE, J. J. (1997) – Post-processual economics: The role of African Red Slip Ware vessel volume in Mediterranean demography. In *TRAC 96: Proceedings of the 6th annual meeting of the Theoretical Roman Archaeology Conference*. Sheffield: Oxbow. p. 29-54.
- INÁCIO, I. M<sup>a</sup>. B. (2005) – *A necrópole de Vale de Condes, Alcoutim no contexto da antiguidade tardia do Algarve*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado. Policopiada.
- JORGE, A. M. C. M. (2002) – *L'episcopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (IIIe – VIIe siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 21).
- KEAY, S. (1984) – *Late Roman amphore in the western Mediterranean. A typology and economic study: the Catalan evidence*. Oxford: Archaeopress. (BAR Int. Series; 196).
- KEAY, S. (1988) – *Roman Spain*. Londres: British Museum Publications. (Col. Exploring the Roman world).
- KRAMER, B. (2005) – El nuevo papiro de Artemidoro. In DE HOZ, J.; LUJÁN, E. R.; SIMS-WILLIAMS, P., eds. – *New approaches to Celtic place-names in Ptolemy's Geography*. Madrid: Ediciones Clásicas. p. 19-31.
- KRAMER, B. (2006) – La Península Ibérica en la Geografía de Artemidoro de Éfeso. In CRUZ ANDREOTTI, G.; Le ROUX, P.; MORET, P., eds. – *La invención de una geografía de la Península Ibérica, I. La época republicana*. Málaga; Madrid: Casa de Velázquez. p. 97-114
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996a) – *Alfarería romana en la bahía de Cadiz*. Cádiz: Universidad de Cádiz; Publicaciones del Sur.

- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996b) – Explotación del salazón en la Bahía de Cádiz en la Antigüedad: Aportación al conocimiento de su evolución a través de la producción de las ánforas Mañá C. *Florentia Iliberritana*. Granada. 7, p. 141-169.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universidade de Barcelona. (Coll. Instrumenta; 11).
- LEEUWAARDEN, W.; JANSEN, C. R. (1985) – A preliminary palynological study of peat deposit near an oppidum in the lower tagus valley. In *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa: Grupo de Trabalho para o estudo do Quaternário. Vol. 2, p. 225-235.
- LIYOU, B. (1973) – Direction des recherches archéologiques sous-marines. *Gallia*. Paris. 31, p. 571-608.
- LIYOU, B. (1988) – Le contenu des amphores, typologie et épigraphie: quelques cas aberrants ou embarrassants. In *SFECAG. Actes du Congrès d'Orange*. Marseille: SFECAG. p. 171-176.
- LONG, L. (1987) – Les épaves de Grand Congloué. Étude du journal de fouille de Fernand Benoit. *Archaeonautica*. 7, p. 9-36.
- LOPES, M. C. (1994) – *A sigillata de Represas (Coleção F. Nunes Ribeiro). Tratamento informático*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.
- LOPES, V. (2006) – O território de Mértola e as vias de comunicação no período romano. In *Actas das I Jornadas As vias do Algarve da Época Romana à Actualidade*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal; CCDR Algarve. p. 46-53.
- LUÍS, L. (2003a) – *As cerâmicas campanienses de Mértola*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 27).
- LUÍS, L. (2003b) – Ânforas republicanas de Mata-Filhos (Mértola). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 363-382.
- LUZIA, I. (2004) – O sítio arqueológico de «Loulé Velho». *Al-ulyā – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*. 10, p. 43-131.
- MACIAS SOLÉ, J. M.; REMOLÀ VALLVERDU, J. A., (2000) – Tarraco Visigoda: caracterización del material cerámico del siglo VII dC. In *V Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans; Universitat de Barcelona; Universitat Autònoma de Barcelona; Murcia: Universidad de Murcia; Cartagena: Museo Arqueológico de Cartagena. p. 485-497.
- MACIEL, J. (1996) – *Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Colibri.
- MADRID BALANZA, M. J.; MURCIA MUÑOZ, A. J.; SANTAELLA PASCUAL, F. (2000) – Cerâmicas importadas de los siglos VI-VII en las termas romanas de la Calle Honda, Cartagena. In *V Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans; Universitat de Barcelona; Universitat Autònoma de Barcelona; Murcia: Universidad de Murcia; Cartagena: Museo Arqueológico de Cartagena. p. 351-382.
- MAIA, M. A. F. (1987) – *Romanização do Território hoje português a Sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação e integração socio-cultural. 210-14 d.C.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento. Policopiado.
- MAIA, M. G. P. (1974) – Cerâmica fina Oriental de Troia de Setúbal: Late Roman C Ware. In *III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto: Junta Nacional de Educação. 1, p. 333-341.
- MAIA, M. G. P. (1976-77) – *Sigillata* (Paleocristã) cinzenta de Tróia, Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 411-418.
- MAIA, M. G. P. (1978) – Contributos para as Cartas de Distribuição em Portugal de «*sigillata* Luzente» e de «Late Roman C Ware». In *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: AAP.1, p. 295-307.
- MAIA, M. G. P. (1979) – As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim. *Clío*. Lisboa. 1, p. 141-144.
- MAIA, M. G. P. (2003) – Fenícios em Tavira. In MAIA, M. G. P. [et al.], coords. – *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Tavira. p. 57-72.
- MAIA, M. G. P. (2006) – A pesca, a actividade conserveira e as ânforas de Tavira. In *Historia de la pesca en el ámbito del estrecho. I Conferencia internacional, (Puerto de Santa María Cádiz, Junho de 2004)*. Cádiz: Junta de Andalucía; Instituto de Investigación y Formación Agraria y Pesquera. p. 455-487.

- MAIA, M. G. P.; MAIA, M. (1978) – *Relatório da Campanha de escavações realizada em Torre de Ares (Tavira) entre 24 de Outubro e 25 de Novembro de 1977*. Disponível no IGESPAR.
- MALFITANA, D.; POBLOME, J.; LUND, J. (2005) – Eastern sigillata A in Italy. A socio-economic evaluation. *BABesh*. Leuven. 80, p. 199-212.
- MANTAS, V. (1990) – As cidades marítimas da Lusitânia. In GORGES, J.G., eds. – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique. (Talence 1988)*. Paris: CNRS. p. 149-205. (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42).
- MANTAS, V. (1997a) – As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve Romano. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. p. 283-309
- MANTAS, V. (1997b) – Os caminhos da serra e do mar. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. p. 311-325.
- MANTAS, V. (1999) – As Villae marítimas e o problema do povoamento português na época romana. In GORGES, J.-G. e GÉRMAN, F., eds. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velazquez. p. 135-156.
- MANTAS, V. (2003) – A cidade de Balsa. In MAIA, M. G. P. [et al.], coords. – *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Câmara Municipal de Tavira. p. 85-94.
- MARLIÈRE, E.; TORRES COSTA, J. (2005) – Tonneaux et amphores à Vindolanda: contribution à la connaissance de l’approvisionnement des troupes stationnées sur le mur d’Hadrien (II). In BIRLEY, A.; BLAKE, J., eds. – *Vindolanda. The excavations of 2003/2004*. Durham: The Vindolanda Trust. p. 214-236.
- MARTIN, T. (2005) – Périple Aquitain, commerce Transpyrénéen et diffusion Atlantique des céramiques sigillées de Monstans en direction des marchés du Nord et du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique. In NIETO, A.; ROCA ROUMENS, M.; VERNHET, A.; SCIAU, P. eds. – *La difusió de la terra sigillata sudgàlica al Nord d’Hispania*. Barcelona: Museu d’Arqueologia de Catalunya. p. 21-62. (Monografies; 6).
- MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, F. (1989) – Las cerámicas béticas de imitación tipo Peñaflor: bases para el estudio de un nuevo grupo cerámico de época altoimperial. *Boletín de la Asociación Española de amigos de la Arqueología*. Madrid. 26, p. 60-65.
- MARTIN-KILCHER S. (1983) – Les amphores romaines à huile de Bétique (Dressel 20 et 23) d’Agust (Colonia Augusta). Un rapport préliminaire. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; REMESAL RODRÍGUEZ, J., eds. – *Producción y Comercio del aceite en la Antigüedad. II Congreso Internacional*. Madrid: [s.n.], p. 337-347.
- MARTIN-KILCHER, S. (1987) – *Die Römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst. Ein Beitrag zur römischen Handels- und Kulturgeschichte. 1: Die Südspanischen Ölamphoren (Gruppe 1)*. Augst: Römermuseum Augst.
- MARTIN-KILCHER, S. (1994) – *Die Römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst, Ein Beitrag zur römischen Handels- und Kulturgeschichte. 2: Die Amphoren für Wein, Fischsauce, Südfrüchte (Gruppen 2-24) und Gesamtauswertung (mit einem Beitrag von Markus Schaub)*. Augst: Römermuseum Augst.
- MARTIN-KILCHER S. (2005) – Carthage: imported eastern amphorae in the Roman Colonia Iulia. In BRIESE, M. B.; VAAG, L. E., eds. – *Trade relations in the Eastern Mediterranean from the Hellenistic period to Late antiquity: the ceramic evidence*. Odense: University Press of Southern Denmark. p. 202-220. (Halicarnassian Studies; III).
- MAYET, F. (1978) – Les importations de sigillées à Mérida au Ier siècle de notre ère. (Sigillées italiennes et gauloises). *Conimbriga*. Coimbra. 17, p. 80-100.
- MAYET, F. (1984) – *Les céramiques sigillées Hispaniques: contribution à l’histoire économique de la Péninsule Iberique sous l’Empire Romain*. Bordeaux: [s.n.]. (Coll. de la Maison des Pays Ibériques; 21).
- MAYET, F. (2006) – Postface. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 337-341. Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal, Maio 2004.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) – *L’Atelier d’amphores d’Abul (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.



- MAYET, F.; SCHMITT, A. (1997) – Les amphores de São Cucufate (Beja). In ÉTIENNE, R.; MAYET, F., eds. – *Itinéraires lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris: Diff. E. de Boccard. p. 71-109.
- MEES, A. (1995) – *Modellsignierte Dekorationen auf sudgallischer terra sigillata*. Stuttgart: Theiss.
- MEES, A. (2007) – Diffusion et datation des sigillées signées et décorées de La Graufesenque en Europe. L'influence de l'armée sur l'évolution du pouvoir d'achat et du commerce dans les provinces romaines. In SFECAG, *Actes du Congrès de Langres*. Marseille: SFECAG. p. 145-208.
- MOLINA VIDAL, J. (1997) – *La dinámica comercial romana entre Italia e Hispania Citerior*. Alicante: Universidad de Alicante; Instituto de Cultura Juan Gil-Albert.
- MORAIS, R. (2004a) – Bracara Augusta: um pequeno «testaccio» de ânforas Haltern 70. Considerações e problemáticas de estudo. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., eds. – *Actas del Congreso Internacional Figlinae Beticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana(ss. II a.C – VII d.C.) (Cádiz, Noviembre 2003)*. Oxford: Archaeopress. p. 545-566. (BAR Inter. Series; 1266).
- MORAIS, R. (2004b) – Problemàtiques i noves perspectives sobre les àmfores ovoïdes tardo-republicanes. Les àmfores ovoïdes de producció lusitana. In CARRERAS MONFORT, C. [et al.] – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya; Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya. p. 36-40.
- MORAIS, R. (2005) – Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial. *Bracara Augusta. Escavações arqueológicas*. Braga. 2.
- MORAIS, R. (2006) – Consumo de preparados piscícolas em Bracara Augusta durante a Época Romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13.p. 295-312. Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal, Maio 2004.
- MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2004) – Geografia del consum de les Haltern 70. In CARRERAS MONFORT, C. [et al.] – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya; Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya. p. 93-112.
- MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In LAGÓSTENA BARRIOS, L.; BERNAL CASASOLA, D.; ARÉVOLO, A., eds. – *Cetariae 2005, salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. (Cádiz, 2006). Oxford: Archaeopress p. 127-133. (BAR Int. series: 1686).
- MOWAT, R. (1900) – Monnaie de Baesuris, ville de Lusitanie. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 5, p. 17-24.
- NIETO, X.; PUIG, A. M. (2001) – *Excavacions arqueològiques subaquàtiques a la Cala Culip. 3. Culip IV: la Terra sigil.lata decorada de La Graufesenque*. Girona: Museu de Arqueologia de Catalunya. (Monografies del Casc; 3).
- NOLEN, J. U. S. (1988) – A villa romana do Alto da Cidreira (Cascais). Os materiais. *Conimbriga*. Coimbra. 27, p. 61-140.
- NOLEN, J. U. S. (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura; Museu Nacional de Arqueologia; Instituto Português de Museus.
- NORTON, J.; CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; CANILHO, M. H. (1993-1994) – As ânforas da villa romana de Vilares de Alfândão (Ferreira do Alentejo). *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 181-190.
- OSWALD, F. (1931) – *Index of potter stamps on Terra Sigillata*. East Bridgford: edição do autor.
- OXÉ, A.; COMFORT, H.; KENRICK, P. (2000) – *Corpus Vasorum Arretinorum. A Catalogue of the signatures, shapes and chronology of italian sigillata [CD-Rom]*. Second edition completely revised and enlarged. Bonn: Rudolf Habelt GmbH. (Antiquitas; 3: 41).
- PASCUAL BERLANGA, G.; RIBERA i LACOMBA, A. (2002) – Las ánforas tripolitanas antiguas en el contexto del occidente Mediterraneo - un contenedor poco conocido de la época republicana. In *Vivre, produire, échanger: reflets méditerranéens, Mélanges offerts à Bernard Liou*. Montagnac : Edition Monique Mergoïl. p. 303-315. (Archéologie et histoire romaine; 8).

- PARREIRA, J. C. F. (2009) – *As ânforas romanas de Mesas do Castelinho*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Policopiado. Disponível no repositório bibliográfico da UL em <http://hdl.handle.net/10451/446>
- PAULO, D. (1999/2000) – As sondagens arqueológicas realizadas na Antiga Fábrica da Cerveja – Faro. *Anais do Município de Faro*. Faro. 29-30, p. 17-87.
- PAULO, D.; BEJA, N. (2002) – *Relatório de Progresso 2001 – Sondagens no Museu de Faro*. Disponível no IGESPAR. Policopiado.
- PAULO, D.; BEJA, N. (2003) – *Relatório de Progresso 2002 – Sondagens no Museu de Faro*. Disponível no IGESPAR. Policopiado.
- PEREIRA, T. R. V. M. (2008) – *Os artefactos metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em época romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado. Policopiada.
- PÉREZ BALLESTER, J.; PASCUAL BERLANGA, G. (2004) – The Adriatic Amphora Type I.2 recovered from the environment of Cartagena (Murcia, Spain). In PASQUINUCCI, M.; WESKI, T., eds. – *Close Encounters: Sea-and Riverborne Trade, Ports and Hinterlands, Ship Construction and Navigation in Antiquity, the Middle Ages and in Modern Time*. Oxford: Archaeopress. p. 27-37. (BAR Int. Series; 1283).
- PÉREZ MACIAS, J. A.; DELGADO DOMÍNGUEZ, A. (2007) – Los Metales de Riotinto en época Julio-Claudia. In PÉREZ MACIAS, J. A.; DELGADO DOMÍNGUEZ, A., eds. – *Las Minas de Riotinto en época Julio-Claudia*. Huelva: Universidad de Huelva Publicaciones. p. 35-182.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia; 41).
- PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E. de; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2006) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal. 4: ânforas de importação e de produção lusitana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 299-316.
- PINTO, I. V.; LOPES, C. (2006) – Ânforas das villae romanas alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 97-224. Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004.
- PINTO, I. V.; VIEGAS, C.; DIAS, L. F. (2004) – Terra sigillata and amphoras from the villa at Tourega (Évora-Portugal). In PASQUINUCCI, M.; WESKI, T., eds. – *Close Encounters: Sea-and Riverborne Trade, Ports and Hinterlands, Ship Construction and Navigation in Antiquity, the Middle Ages and in Modern Time*. Oxford: Archaeopress. p. 117-127. (BAR Int. Series; 1283).
- PINTO, I.V. ; MAGALHÃES, A. P. ; BRUM, P. (no prelo) – Un depotoir du V<sup>e</sup> siècle dans l'officine de salaisons 1 de Troia, Portugal. In *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta (Belgrado, 2010)*.
- POLAK, M. (2000) – South Gaulish Terra sigillata with potter's stamps from Vechten. In *Rei Cretaria Romanae Fautores*. Nijmegen: Rei Cretaria Romanae Fautores. (Supplementum; 9).
- PONSICH, M. (1988) – *Aceite de oliva y salazones de pescado. Factores geo-económicos de Bética y Tingitana*. Madrid: Universidad Complutense.
- PONTACOLONE, L.; INCITTI, M. (1991) – Un rellito con carico di merce africane di età imperiale alle Trincere (Tarquinia). In *L'Africa Romana*. 8. Sassari: Edizioni Gallizzi. p. 543-570.
- QUARESMA, J. C. (2003) – *Terra sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém*. Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia; 30)
- QUARESMA, J. C. (2005) – Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 403-428.
- RAMALLO ASENCIO, S. F.; RUIZ VALDERAS, E., (2000) – Cartagena en la Arqueología Bizantina en Hispania: estado de la cuestión. In *V Reunión d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans; Universitat de Barcelona; Universitat Autònoma de Barcelona; Murcia: Universidad de Murcia; Cartagena: Museo Arqueológico de Cartagena. p. 305-322.
- RAMOS, A. C. (2008) – Novos dados sobre a ocupação antiga do Centro Histórico de Lagos. A

- intervenção na Rua 25 de Abril, n.º 53-55. *Xelb. Silves*. 8: 2, p. 87-98. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve.
- RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R. (2005) – O Complexo industrial conserveiro de época romana na Rua Silva Lopes, Principais resultados de uma intervenção de emergência no Centro Histórico de Lagos. *Xelb. Silves*. 5, p. 101-118. Actas do 2.º Encontro de Arqueologia do Algarve.
- RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R.; LAÇO, T. (2006) – O complexo Industrial da Rua Silva Lopes (Lagos), Uma primeira leitura do sítio e análise das suas problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 83-100. Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet, Simpósio Internacional, Setúbal, Maio, 2004.
- RAPOSO, J. A. C.; DUARTE, A. L. C. (1996) – O forno 2 do Porto dos Cacos. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C., coord. – *Actas das primeiras jornadas sobre a romanização dos estuários do Tejo e do Sado. Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações D. Quixote; Câmara Municipal do Seixal. p. 249-265.
- RAYNAUD, C. (1993a) – Céramique luisante. In PY, M., ed. – *Lattara 6. Dicocer – Dictionnaire des Céramiques Antiques (VII<sup>s</sup> av.n. e – VII<sup>s</sup> de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes: Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental. p. 504-510.
- RAYNAUD, C. (1993b) – Céramique Estampée grise et orangée dite «derivée de sigillée paléochrétienne». In PY, M., ed. – *Lattara 6. Dicocer – Dictionnaire des Céramiques Antiques (VII<sup>s</sup> av.n.e. – VII<sup>s</sup> de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes: Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental. p. 410-418.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1986) – *La annona militaris y la exportación del aceite bético a Germania*. Madrid: Universidad Complutense.
- REYNOLDS, P. (2005) – Hispania in the Late Roman Mediterranean: ceramics and trade. In BOWES, K.; KULIKOWSKI, M., eds. – *Hispania in Late Antiquity: current perspectives*. Leiden; Boston: Brill. p. 369-486.
- RIBEIRO, I. S. A. A. (2010) – *A terra sigillata Hispânica da Praça da Figueira*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado. Policopiado.
- ROCHA A. dos S. (1895) – Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve. Memórias e explorações arqueológicas III. Memórias sobre a Antiguidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 1, p. 193-212.
- RODRIGUES, S. (2004) – *As Vias Romanas do Algarve*. Faro: Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
- ROSA, J. A. P. (1984) – Estamos em Ossónoba? *Anais do Município de Faro*. Faro. 14, p. 149-156. Comunicação ao IV Congresso Nacional de Arqueologia
- SABROSA, A.; BUGALHÃO, J. (2004) – As ânforas béticas do núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. In *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d. C.)*. (Cádiz, 2003). Oxford: Archaeopress., p. 571-586. (BAR Int. Series; 1266).
- SANTAMARIA, C. (1995) – *L'épave Dramont E à Saint-Raphaël (Ve s. ap. J.-C.)*. *Archaeonautica*. Paris. 13.
- SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 1.
- SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 2.
- SEPÚLVEDA, E. de; FARIA, J. C.; FARIA, M. (2000) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal. 1: terra sigillata. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:2, p. 119-150.
- SILLIÉRES, P. (1995) – *Baelo Claudia. Une cité romaine de Bétique*. Madrid: Casa de Velázquez. (Coll. C.V.; 51).
- SILVA, R. de A. M. B. da, (2005) – *As «marcas de oleiro» em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Dissertação de mestrado. Policopiado.

- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. (2006) – Produção de preparados piscícolas na Sines romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 101-122. Simpósio Internacional «Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal, Maio 2004.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A.; SOARES, J. (1987) – Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 203-220.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A. (1992) – Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 335-374.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; CORREIA, V. (1990) – Produção de Ânforas romanas no Martinhal (Sagres). In ALARCÃO, A. e MAYET, F., eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio. Actas das Jornadas de estudo (Conimbriga 1988)*. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga; Paris: De Boccard. p. 225-246.
- SILVINO, T.; POUX, M. (2005) – Où est passé le vin de Bétique ? Nouvelles données sur le contenu des amphores dites «à sauces de poisson et à saumures» de types Dressel 7/11, Pompéi VII, Beltrán II (Ier s. av. J.-C.-IIe s. apr. J.-C.). Collaboration de GARNIER, N. In *SFECAG. Actes du Congrès de Blois*. Marseille: SFECAG. p. 501-514.
- SIMPLÍCIO, M. C.; BARROS, P. (1999-2000) – Quarteira submersa: resultados da campanha de 1988. *Al-ulyā – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*. 7, p. 55-76.
- SOUSA, E. R. B. (2005) – *A cerâmica de «tipo Kuass» do Castelo de Castro Marim e de Faro*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia. Policopiado.
- SOUSA, E. R. B.; SERRA, M. (2006) – Resultados das intervenções arqueológicas realizadas na zona de protecção de Monte Molião (Lagos). *Xelb. Silves*. 6, p. 5-20. Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve.
- SOUSA, E. (2009) – *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. Lisboa: UNIARQ. (Cadernos da UNIARQ; 4).
- TEICHNER, F. (2003) – Resultados preliminares das últimas escavações na *pars rustica* noroeste da Villa romana de Milreu. *Xelb. Silves*. 4, p. 103-114. Actas do 1.º Encontro de Arqueologia do Algarve.
- TEICHNER, F. (2008) – Entre tierra y mar – Zwischen Land und Meer. Arquitectura economía en el sur de la Lusitania romana – Architektur und Wirtschaftweise im Süden der römischen Provinz Lusitanien. *Studia Lusitania*. Mérida. 3.
- TOMBER, R. (1993) – Quantitative approaches to the investigation of long-distance exchange. *Journal of Roman Archaeology*. 6, p. 142-166.
- TORTORELLA, S. (1981a) – Ceramica da cucina. In *Atlante delle forme ceramiche I. Enciclopedia dell'Arte antica e orientale*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana. p. 208-227.
- TORTORELLA, S. (1981b) – Ceramica di produzione africana e rinvenimenti archeologici sottomarini della media e tarda età imperiale: Analisi dei dati e dei contributi reciproci. *Mélanges de l'École française de Rome*. Rome. 93: 1, p. 355-380.
- TORRES, C. (1992) – Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica. *Arqueologia Medieval*. Porto. 1, p. 189-202.
- VAQUERIZO GIL, D.; GARRIGUET, J. A.; VARGAS, S. (2005) – «La Constancia». *Una contribución al conocimiento de la topografía y los usos funerarios en la Colonia Patricia de los siglos iniciales del Imperio*. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba.
- VASCONCELOS, J. L. de (1898) – Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 4, p. 329-336.
- VASCONCELOS, J. L. de (1905) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. II. (Col. temas portugueses). Edição fac-similada.
- VASCONCELLOS, J. L. DE (1920) – A olaria Lusitano-romana (?) de Manta Rôta. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 229.

- VÁZQUEZ DE LA CUEVA, A. (1985) – *Sigillata Africana en Augusta Emerita*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. (Monografías Emeritenses; 3).
- VÁZQUEZ PAZ, J. (2010) – La cerámica de mesa en la Antigüedad Tardía de *Hispalis*: una aportación al estudio de la Terra Sigillata Hispanica Tardía Meridional. In GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J.; RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, O., eds. – *Tendencias y aplicaciones en la investigación arqueológica. Encuentros de Jóvenes Investigadores 2006-2007. Universidad de Sevilla*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad. p. 221-231.
- VÁZQUEZ PAZ, J.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GONZÁLEZ PARRILLA, J. M. (2005) – Las cerámicas romanas de imitación «Tipo Peñaflor» y los inicios de *Astigi* (Écija, Sevilla). *Spal*. Sevilha. 14, p. 315-333.
- VENTURA MARTÍNEZ, J. J. (2000) – La cerámica de barniz negro de los siglos II – I a.C. en Andalucía Occidental. In AQUILUÉ ABADÍAS, X.; GARCÍA ROSELLÓ, J.; GUITART DURAN, J., coords. – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis I comercialització a la Península Ibèrica. Taula rodona. (Empúries 1998)*. Mataró: Museu de Mataró; Empúries: Museu de Catalunya; Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. p. 177-215.
- VEIGA, S. M. P. E. da (1866) – *Povos Balsenses. Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares. Distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Editora a Livraria Catholica.
- VEIGA, S. M. P. E. da (2005) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*. Prefácio de GAMITO, T. J. Lisboa: Imprensa Nacional. 4 vols. Edição da Universidade do Algarve.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1904) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. O Arqueólogo Português*. Lisboa. Vol. IX, p. 200-210.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1905) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. O Arqueólogo Português*. Lisboa. Vol. X, p. 107-118.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1910) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. O Arqueólogo Português*. Lisboa. Vol. XV, p. 209-233.
- VIEGAS, C. (2003a) – *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica*. Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia; 26).
- VIEGAS, C. (2003b) – Les sigillées du sud de la Gaule à Castro Marim et Faro (Algarve – Portugal). In *SFECAG. Actes du Congrès de Saint-Romain-en-Gal*. Marseille: SFECAG. p. 641-646.
- VIEGAS, C. (2006a) – *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares- Tavira): (1) A terra sigillata*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira; Instituto Português de Museus.
- VIEGAS, C. (2006b) – O Forno romano da Manta Rota (Algarve). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, p. 177-196. Simpósio Internacional «Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004.
- VIEGAS, C. (2007a) – Les céramiques tardives dans les sites du sud-ouest de la Péninsule Ibérique (Algarve – Portugal). In BONIFAY, M.; TRÉGLIA, J.-C., eds. – *LRCW2 Late Roman Coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*. Oxford: Archaeopress. Vol. I, p. 71-83. (BAR Int. series; 1662.1)
- VIEGAS, C. (2008a) – Amphora Imports in southern Lusitania (Algarve). Recent evidence from urban sites: the town of Balsa. In *Rei Cretaria Romanae Fautores Acta*. Bonn: Rei Cretaria Romanae Fautores. 40, p. 493-504.
- VIEGAS, C. (2008b) – O mosaico do Oceano (Faro) – cerâmicas associadas. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, 2004). Faro: Universidade do Algarve. p. 197-214. (Promontoria Monográfica; 10).
- VIEGAS C. F. D. (2009) – *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve Central e Oriental no período romano*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Policopiado. Disponível no repositório bibliográfico da FLUL em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/568>

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve – estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. (Estudos & Memórias; 3).

VIEGAS, C. (no prelo) – Imports and local production: common ware from urban sites in southern Lusitania (Algarve). In *Rei Cretariae Romanae Fautores Acta* (Belgrado, 2010).

ZEVI, F.; TCHERNIA, A. (1969) – Amphore de Byzacène au Bas-Empire. In *Antiquités Africaines*. Paris. 3, p. 173-214.

## FONTES

MELA, Pompónio (1987) – *De Chorographia libri tres*. Edição de V. Bejarano. Barcelona: [s.n]. (Fontes de Hispania Antigua; VII).

RESENDE, A. (1996) – *Antiguidades da Lusitânia em 4 livros, começados em tempos por Lúcio André de Resende, revistos e acabados por Diogo Mendonça de Vasconcelos. Évora, 1593*. Tradução e notas de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.